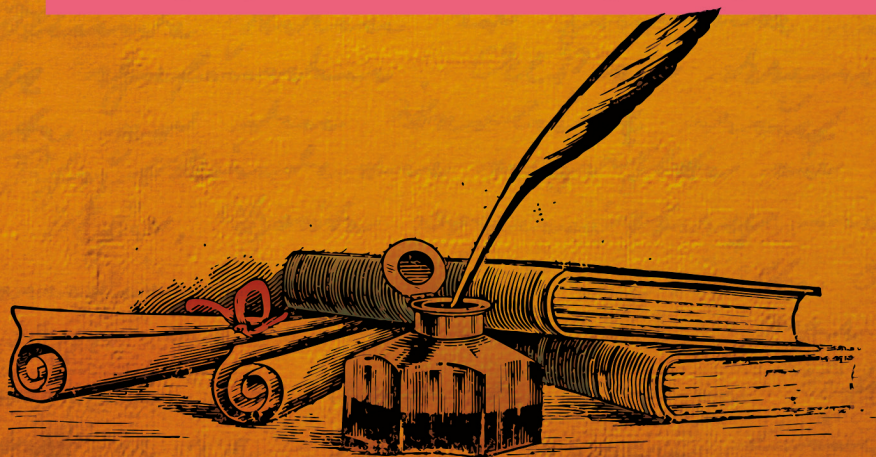


**EXPEDITO ELOÍSIO XIMENES
TICIANE RODRIGUES NUNES
ORGANIZADORES**

**ESTUDOS FILOLÓGICOS E
LINGUÍSTICOS NA BAHIA,
NO CEARÁ E EM SERGIPE**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR

José Jackson Coelho Sampaio

VICE-REITOR

Hidelbrando dos Santos Soares

EDITORA DA UECE

Erasmio Miessa Ruiz

CONSELHO EDITORIAL

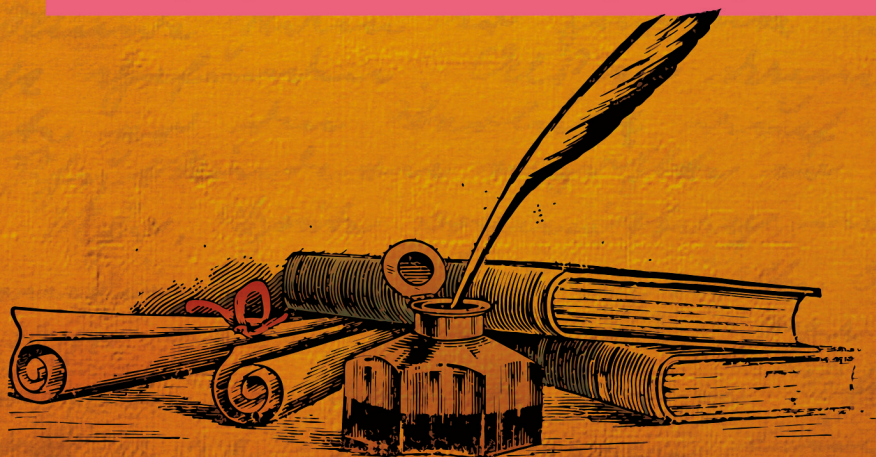
Antônio Luciano Pontes	Lucili Grangeiro Cortez
Eduardo Diatary Bezerra de Menezes	Luiz Cruz Lima
Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso	Manfredo Ramos
Francisco Horácio da Silva Frota	Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Francisco Josênio Camelo Parente	Marcony Silva Cunha
Gisafran Nazareno Mota Jucá	Maria do Socorro Ferreira Osterne
José Ferreira Nunes	Maria Salete Bessa Jorge
Liduína Farias Almeida da Costa	Silvia Maria Nóbrega-Therrien

CONSELHO CONSULTIVO

Antônio Torres Montenegro UFPE	Maria do Socorro Silva Aragão UFC
Eliane P. Zamith Brito FGV	Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça UNIFOR
Homero Santiago USP	Pierre Salama Universidade de Paris VIII
Ieda Maria Alves USP	Romeu Gomes FIOCRUZ
Manuel Domingos Neto UFF	Túlio Batista Franco UFF

**EXPEDITO ELOÍSIO XIMENES
TICIANE RODRIGUES NUNES**
ORGANIZADORES

**ESTUDOS FILOLÓGICOS E
LINGUÍSTICOS NA BAHIA,
NO CEARÁ E EM SERGIPE**



1ª Edição
Fortaleza - CE
2019



Estudos filológicos e linguísticos na Bahia, no Ceará e em Sergipe
© 2019 *Copyright by* Expedito Eloísio Ximenes e Ticiane Rodrigues Nunes

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*
Efetuado depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – *Campus* do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893
www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br



Coordenação Editorial

Erasmu Ruíz

Diagramação e Capa

Narcélio Lopes

Revisão geral

Ticiane Rodrigues Nunes e Andrezza Alves Queiroz

Revisão de texto

Adriana Marly Sampaio Josino, Angélica Cecília Freire Sampaio de Almeida e
Wagner Rodrigues Loiola

Ficha Catalográfica

Lúcia Oliveira – CRB: 3/304

E82 Estudos filológicos e linguísticos na Bahia, no Ceará e em Sergipe
[recurso eletrônico] / Organizado por Expedito Eloísio Ximenes,
Ticiane Rodrigues Nunes. - Fortaleza : EdUECE, 2019.
Livro eletrônico.
ISBN: 978-85-7826-771-1 (E-book)
1. Filologia. 2. Linguística. 3. Linguística - Nordeste. I. Ximenes,
Expedito Eloísio. II. Nunes, Ticiane Rodrigues. III. Título.

CDD: 410

PREFÁCIO

Abrangendo estudos de crítica textual, edição de textos e história da língua, a Filologia Portuguesa vem ganhando espaço no cenário brasileiro, uma vez que, a partir de meados de 1980, com a retomada do interesse pelos estudos linguísticos diacrônicos, especialmente no que concerne à história do português do Brasil, intensificou-se a investigação do “estado sincrônico de um passado remoto”, conforme Kato (1996, p.16)¹, em textos antigos, porque são esses documentos os únicos testemunhos sobre a história da língua, visto que não é possível ao pesquisador contar com a competência do falante.

Ressalta-se, deste modo, a relevância do aporte filológico de edição de textos a fundamentar os estudos diacrônicos do português, na medida em que facilita o acesso às fontes históricas, que documentam as diversas fases da história da língua, e fornece ao pesquisador edições rigorosas e fidedignas.

Iniciativas como a publicação de *Estudos filológicos e linguísticos na Bahia, no Ceará e em Sergipe* vêm contribuir para o avanço científico nas áreas de filologia e linguística histórica no Brasil, ao apresentar ao pesquisador interessado uma coletânea de quatorze artigos sobre aspectos socioculturais ou linguísticos do português brasileiro, na maioria dos casos a partir de edições conservadoras, preparadas com apuro filológico.

No primeiro artigo desta coletânea, *Estudos das fraseologias religiosas em testamentos do século XIX*, Expedito Eloísio Ximenes apresenta um estudo das fraseologias de conteúdo

¹ KATO, M.A. Como, o que e por que escavar? In: ROBERTS, I.; KATO, M.A. (Orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. 2.ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1996. p.13-27.

religioso em um testamento produzido no Ceará, no século XIX. A partir da transcrição semidiplomática do documento, o autor elenca as expressões religiosas que se repetem no texto, as quais revelam, em última instância, vestígios da história sociocultural e linguística brasileira.

Também com um *corpus* constituído por testamentos, Karleandro Pereira do Nascimento, em *O léxico em testamentos da Capitania do Ceará do século XIX*, prepara edições semidiplomáticas e dedica-se à análise lexical referente aos bens elencados em um grupo de testamentos datados de 1834 a 1836, no município de Quixeramobim/CE, abrindo caminho para o estudo das relações sociais e históricas que permeiam as formas de nomear no Brasil novecentista.

Em *Estudo das denominações étnico-sociais nos Autos de Querela do século XIX*, Ticiane Rodrigues Nunes, Nadja Maria Pinheiro e Expedido Eloísio Ximenes selecionaram em sessenta e sete autos de querela e denúncia, salvaguardados no Arquivo Público do Estado do Ceará, as lexias responsáveis por denominações étnico-sociais referentes aos envolvidos em crimes.

O artigo intitulado *Instruções Militares que Contém os Princípios Geraes de Tática (FBN-I-14,01,039): Edição semidiplomática e glossário terminológico*, de Sandro Marcio Drumond Alves Marengo, disponibiliza um estudo da terminologia de formações de agrupamento de militares a partir da edição semidiplomática de um manuscrito setecentista de temática militar depositado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto e Daianna Quelle da Silva Santos da Silva, em *“Qual é o seu nome?”: Estudo dos antropônimos constantes em documentos do início do século XX*, partem da edição conservadora de dois documentos manuscritos do início do século XX – um processo-crime de estupro e

uma ação ordinária de desquite, para o levantamento e a análise de antropônimos, especialmente prenomes.

Seguindo o viés dos estudos onomásticos, o artigo *Os topônimos na obra O Quinze de Rachel de Queiroz*, de Angélica Cecília Freire Sampaio de Almeida, discute a origem dos topônimos na obra literária “O Quinze”, de Rachel de Queiroz.

Francisco Carlos Carvalho da Silva, Geórgia Gardênia Brito Cavalcante Carvalho e Expedito Eloísio Ximenes, em artigo intitulado *De fato e ficção: a Relação do Maranhão como objeto da história e da literatura*, propõem um estudo comparativo, em perspectiva filológica, de uma obra histórica e uma literária – a Relação do Maranhão (1608) e Bravos da Missão (1979).

Concentrando-se no estudo das características da ortografia setecentista, Francisca Lisiani da Costa Rodrigues, em *A ortografia fonética em escrituras do século XVIII*, prepara a edição filológica e o estudo do sistema ortográfico de escrituras de compra e venda de escravos pertencentes ao Arquivo Público do Estado do Ceará.

Em *O Professor Filólogo, a Filologia e a Linguística Aplicada: um diálogo possível?*, Katharine Silva de Oliveira Soares e Luiz Eleildo Pereira Alves buscam delinear a colaboração da Filologia para os estudos em Linguística Aplicada, por serem ciências aplicadas de caráter interdisciplinar.

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz, em *Labor filológico: a edição de documentos manuscritos baianos dos séculos XIX e XX*, discute a importância da Filologia para a preservação da memória de um povo e apresenta a edição semidiplomática de dois autos de defloração lavrados na Bahia, na primeira metade do século XX.

Segue, abordando a importância dos registros escritos, o artigo *A importância dos registros escritos na Capitania do Ceará*

no período colonial, de Fernanda Kécia de Almeida e Monique Cordeiro Martins de Sousa. As autoras apresentam certidões de batismo, casamento e óbito e cartas administrativas da capitania do Ceará, discorrendo sobre seus aspectos socioculturais e a herança dessa cultura escrita.

Ediane Brito Andrade Schettini e Maria da Conceição Reis Teixeira, em *Edição das cartas de Anísio Melhor publicadas em O Conservador*, procedem à recolha e edição interpretativa das cartas do escritor baiano Anísio Melhor publicadas no periódico *O Conservador*, de modo a contribuir para a preservação da memória do Recôncavo Baiano.

Em *Peças introdutórias de processos criminais: um estudo linguístico-histórico*, Aurea Zavam e Adson Rodrigo Silva Píneiro disponibilizam um estudo descritivo-analítico das tradições discursivas de peças introdutórias de processos-crime do século XX, no Estado do Ceará, a partir de uma abordagem da Tradição Discursiva e da Linguística Histórica dos gêneros de sincronias passadas.

Para fechar esta coletânea, Adriana Marly Sampaio Josino e Wagner Rodrigues Loiola, no artigo *Livro de Registro: o suporte visto por meio da Codicologia*, apresentam uma análise do suporte de escrita, a partir dos pressupostos teóricos da Codicologia, e sua relevância para constituição do gênero textual, num binômio suporte-gênero.

Esses quatorze estudos, sumarizados neste prefácio, representam o esforço individual ou coletivo de pesquisadores da Bahia, do Ceará e de Sergipe, e fornecem ao leitor mais uma contribuição para o conhecimento da história sociocultural e linguística brasileira.

Profa. Dra. Renata Ferreira Costa

Aracaju, dezembro de 2017.

Sumário

PREFÁCIO.....	5
ESTUDOS DAS FRASEOLOGIAS RELIGIOSAS EM TESTAMENTOS DO SÉCULO XIX	11
Expedito Eloísio Ximenes	
O LÉXICO EM TESTAMENTOS DA CAPITANIA DO CEARÁ DO SÉCULO XIX	31
Karleandro Pereira do Nascimento	
ESTUDO DAS DENOMINAÇÕES ÉTNICO-SOCIAIS NOS AUTOS DE QUERELA DO SÉCULO XIX...50	
Ticiane Rodrigues Nunes Nadja Maria Pinheiro Expedito Eloísio Ximenes	
<i>INSTRUÇÕES MILITARES QUE CONTÉM OS PRINCÍPIOS GERAES DE TACTICA (FBN- I-14,01,039): EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E GLOSSÁRIO TERMINOLÓGICO</i>	74
Sandro Marcio Drumond Alves Marengo	
“QUAL É O SEU NOME?”: ESTUDO DOS ANTROPÔNIMOS CONSTANTES EM DOCUMENTOS DO INÍCIO DO SÉCULO XX	96
Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto Daianna Quelle da Silva Santos da Silva	
OS TOPÔNIMOS NA OBRA <i>O QUINZE</i> DE RACHEL DE QUEIROZ	116
Angélica Cecília Freire Sampaio de Almeida	
DE FATO E FIÇÃO: A RELAÇÃO DO MARANHÃO COMO OBJETO DA HISTÓRIA E DA LITERATURA	131
Francisco Carlos Carvalho da Silva Geórgia Gardênia Brito Cavalcante Carvalho Expedito Eloísio Ximenes	

A ORTOGRAFIA FONÉTICA EM ESCRITURAS DO SÉCULO XVIII150

Francisca Lisiani da Costa Rodrigues

O PROFESSOR FILÓLOGO, A FILOLOGIA E A LINGUÍSTICA APLICADA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?163

Katharine Silva de Oliveira Soares

Luiz Eleildo Pereira Alves

LABOR FILOLÓGICO: A EDIÇÃO DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS BAIANOS DOS SÉCULOS XIX E XX181

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz

A IMPORTÂNCIA DOS REGISTROS ESCRITOS NA CAPITANIA DO CEARÁ NO PERÍODO COLONIAL201

Fernanda Kécia de Almeida

Monique Cordeiro Martins de Sousa

EDIÇÃO DAS CARTAS DE ANÍSIO MELHOR PUBLICADAS EM *O CONSERVADOR*.....219

Ediane Brito Andrade Schettini

Maria da Conceição Reis Teixeira

PEÇAS INTRODUTÓRIAS DE PROCESSOS CRIMINAIS:235

UM ESTUDO LINGUÍSTICO-HISTÓRICO235

Aurea Zavam

Adson Rodrigo Silva Pinheiro

LIVRO DE REGISTRO: O SUPORTE VISTO POR MEIO DA CODICOLOGIA259

Adriana Marly Sampaio Josino

Wagner Rodrigues Loiola

SOBRE OS AUTORES284

ESTUDOS DAS FRASEOLOGIAS RELIGIOSAS EM TESTAMENTOS DO SÉCULO XIX

Expedito Eloísio Ximenes

Resumo: Neste trabalho abordamos o estudo das fraseologias de conteúdo religioso em um testamento do século XIX, escrito no Ceará. O ponto de partida foi a transcrição semidiplomática em que aplicamos o método do labor filológico de edição do texto original, com grau baixo de intervenção do editor. Fizemos uma reflexão sobre a importância do gênero documental como fonte de informações da cultura e da sociedade da época. As fraseologias apresentam extensão variada, chegando mesmo a constituir um pequeno texto quase em forma de prece, aparecendo no protocolo inicial do documento. Podemos vislumbrar, por meio da língua, aspectos culturais e religiosos que marcaram a sociedade colonial.

Palavras-chave: Testamento. Fraseologia. Cultura religiosa.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A tipologia documental remanescente em arquivos brasileiros constitui uma fonte imprescindível para o estudo da constituição sociocultural do Brasil e, principalmente, para o estudo da língua portuguesa. Com o propósito de estudar a história cultural e linguística brasileira, sobretudo, no estado

do Ceará, investimos esforços para preservar, por meio de edição, o gênero textual *testamento*, documento de suma importância para averiguarmos os usos linguísticos, destacando-se as fraseologias de cunho religioso que se configuram no protocolo inicial e em outras partes do corpo do texto.

Tratamos neste artigo apenas de um testamento selecionado do Livro de Notas do Tabelião da Vila de Fortaleza, intitulado *Registro de Testamentos de Diversos Municípios 1797-1808*, pertencente ao acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. O texto em foco foi escrito no início do século XIX, precisamente, no dia 14 de abril de 1803, conforme anotações do tabelião no próprio texto.

A recuperação do manuscrito se deu por meio de edição semidiplomática em suporte *Word*. Fizemos o desdobramento das abreviaturas, destacando em itálico e em negrito as letras acrescidas; o que era junto ou separado, mantivemos; letras maiúsculas ou minúsculas foram mantidas; assim o foram também as formas gráficas típicas da ortografia fonética ou pseudoetimológica; os sinais diacríticos; a pontuação e a translineação. Interessa-nos manter o texto próximo de sua forma genuína como propósito do trabalho filológico.

Apresentamos algumas noções de Filologia como uma ciência ancorada no texto, na história do texto e na cultura que permeia os fatos escritos. Discorreremos também sobre o gênero testamento, sua estrutura e sua importância para o conhecimento de alguns detalhes da vida social representados nele. Selecionamos as expressões repetidas que ocorrem principalmente no protocolo inicial e as classificamos de fraseologias,

consoante a base teórica de apoio que será apresentada em seção posterior.

Desta forma, esperamos contribuir com uma minúscula parcela para os estudos filológicos brasileiros, principalmente considerando o estudo das fraseologias. Uma análise filológica é por natureza abrangente e implica compreender e explicar o texto em várias dimensões, adentrando nas suas entrelinhas e nas suas margens superior, inferior e laterais, para explicitar detalhes, tanto do material que serve de suporte quanto do conteúdo linguístico e histórico-cultural que subjaz no emaranhado de letras mal desenhadas, palavras e frases, muitas vezes julgadas desconexas, mas necessárias, porque ricas de informações preciosas que possibilitam uma análise integral de um texto.

A FILOLOGIA E A CULTURA DO TEXTO ESCRITO

O estudo do texto, partindo de sua edição para restituir um manuscrito muitas vezes em processo de decomposição, constitui uma das múltiplas tarefas do labor filológico. O objeto de estudo da Filologia, desde seus primórdios, na sociedade ocidental, é o texto escrito e o seu conteúdo por meio de correção, interpretação e edição. Para isso, é necessário também o filólogo expandir seus conhecimentos para o entorno do texto, as condições históricas, sociais e linguísticas que envolvem o texto, fazendo com que o estudo filológico seja interdisciplinar, levando a um aprofundamento de todas as circunstâncias textuais e contextuais.

Dessa forma, o conceito de Filologia também é diversificado e evoluiu muito desde seu princípio aos dias atuais. Entendemos por Filologia uma ciência que tem por objeto de estudo o **texto escrito** e tudo quanto envolve o seu conteúdo, como as marcas de uma língua em uso, os aspectos históricos, os resquícios culturais de uma época expressos por meio da língua, o estudo do suporte, o estudo da tipologia de escrita, dentre outros aspectos.

Por sua natureza ancorada nos textos escritos como marca de desenvolvimento cultural de um grupo social, citamos o pensamento de Righi (1967, p. 13).

[...] a Filologia só pode florescer no seio de um povo civilizado e culto, porque o interessar-se pelos escritos que transmitir e o cuidado de conservá-los pressupõem um sentimento difuso da importância da tradição escrita, das relíquias por recolher e guardar, isto é, exige o sentido histórico e literário dos documentos que um povo lega às gerações vindouras conscientes de seu ser coletivo, de seu destino histórico. E com tal fim esse povo funda e organiza suas escolas, suas universidades, e confia a pessoas qualificadas o ensino e a transmissão dos textos e documentos em que se baseia o ensino.¹

Vemos a importância da Filologia para o desenvolvimento de uma sociedade, pois os conteúdos escolares devem ser centrados em textos confiáveis e bem elaborados para trans-

¹ [...] la filología sólo puede florecer en el seno de un pueblo civilizado y culto, porque el interesarse por escritos que transmitir y el cuidado de conservarlos presuponen un sentimiento difuso de la importancia de la tradición escrita, de las reliquias por recoger y guardar, esto es, exigen el sentido histórico y literario de los documentos que un pueblo lega a las generaciones venideras conscientes de su ser colectivo, de su destino histórico. Y con tal fin ese pueblo funda y organiza sus escuelas, sus universidades, y confia a personas calificadas la enseñanza y la transmisión de los textos y documentos en que se basa la enseñanza.

mitir conhecimentos e valores. A tarefa do filólogo possibilita disponibilizar textos fidedignos para o uso do ensino.

Também para Auerbach (2015), a Filologia é fruto do grau de conhecimento de um povo que, além de produzir os textos, tem necessidade de preservação e interpretação desses textos.

Um povo de alta civilização que toma consciência dessa civilização e deseja preservar dos estragos do tempo as obras que lhe constituem o patrimônio espiritual; salvá-las não somente do olvido como também das alterações, mutilações e adições que o uso popular ou o desleixo dos copistas nelas introduzem necessariamente. (AUERBACH, 2015, p. 11).

Lamas (2009) atribui uma ampla dimensão para a Filologia, estabelecendo uma relação com a Linguística Textual e outras áreas da língua, atentando para a diversidade de textos gerados por uma sociedade que servem de base para o filólogo.

A atitude filológica corresponde plenamente ao estudo de Linguística do Texto, em qualquer de suas modalidades ou manifestações particulares, atuais e pretéritas, enquanto ciência que se ocupa da técnica para a explicitação do sentido de cada discurso particular, enquanto hermenêutica do dito. Se ocupa, neste sentido, de desenvolver uma técnica para a interpretação sistemática e aprofundada, isto é, de uma heurística ou registro de feitos do texto que permitem alcançar determinados sentidos: por exemplo, se ocupa de ensinar a ver o sentido de passagens literárias, mas

também nos textos cotidianos, publicitários, coloquiais, históricos, bíblicos ou jornalísticos, e inclusive nos de “descarte”. (LAMAS, 2009, p. 25-26).²

O estudo do texto em todas as suas dimensões, incluindo os aspectos da língua em uso, complementam a tarefa linguístico-filológica. Um dos objetos da língua tratado aqui são suas fraseologias empregadas largamente nos testamentos no século XIX que abordamos a seguir.

AS FRASEOLOGIAS RELIGIOSAS NOS TESTAMENTOS

Os estudos das fraseologias são tradicionalmente agregados à área da Lexicologia, por não ser ainda considerada a Fraseologia uma ciência autônoma, apesar de muitos estudiosos assim classificarem-na.

O tema é estudado sob perspectivas diferentes. A terminologia empregada para denominar o fenômeno também é variada: unidades fraseológicas, fraseologismos, fraseologias, discursos repetidos, unidades pluriverbais, expressões fraseológicas, frasemas, culturemas etc.

Casares (1950) denomina de unidades pluriverbais e define como uma combinação estável de dois ou mais termos que funcionam como elemento oracional e cujo sentido unitário consabido não se justifica, a não ser, como uma soma do significado normal dos componentes.

2 La actitud filológica corresponde plenamente al estudio de la Lingüística del Texto, en cualquiera de sus modalidades o manifestaciones particulares, actuales y pretéritas, en tanto que ciencia que se ocupa de la técnica para la explicitación del sentido de cada discurso particular, o lo que es lo mismo, en tanto que *hermenéutica de lo dicho*. Se ocupa en este sentido de desarrollar una técnica para la interpretación sistemática y fundada, esto es, de una *heurística* o registro de hechos del texto que permiten alcanzar determinados sentidos: por ejemplo, se ocupa de enseñarnos a ver el sentido de pasajes literarios, pero también en los textos cotidianos, publicitarios, coloquiales, históricos, bíblicos o periodísticos, e incluso de los “de desecho”.

Zuluaga (1980) adota o termo expressões fixas, definindo-as como expressões de ao menos duas palavras com características internas, fixação semântica, idiomaticidade.

Corpas Pastor (1981) reconhece como unidades fraseológicas e classifica como todas as combinações de palavras que apresentam fixação, alta frequência e estão institucionalizadas na língua, com grau de idiomaticidade e variação.

Conforme Krieger e Finatto (2004, p. 84), a ideia de fraseologia inclui expressões idiomáticas, frases feitas, provérbios além de “estruturas típicas de determinado tipo de comunicação, como é o caso de fórmulas protocolares de abertura e fechamento em correspondências formais”.

Assumimos aqui o termo fraseologia e entendemos que são expressões de uso repetido, compostas por mais de uma palavra lexical e com função específica no contexto de uso. Podemos considerar pelo menos três critérios para a classificação da fraseologia: a polilexicalidade, ou seja, exclui as lexias simples formada por uma palavra lexical; a repetição ou frequência; e a funcionalidade, isto é, o entendimento do que é dito e compartilhado a outrem. É necessário dizer algo conhecido que seja aceito pela comunidade, deve conter um discurso que comunique algo aos interlocutores.

As fraseologias religiosas que compõem o processo de abertura dos testamentos expressam uma estrutura linguística que sofre algumas variações gráficas e sintáticas na ordem dos constituintes, algumas constituem texto longo, marcado por variações internas dos constituintes, mas apresentam teor comunicativo e discursivo necessários para enunciar o conteúdo a que se prestam. No gênero testamento, muitas fraseologias constituem formas protocolares de que falam Krieger e Finatto (2004).

O contexto histórico e o gênero textual determinam o emprego de tais expressões para revestir o documento de caráter legal e diplomático. É necessário atentarmos, sobretudo, para o condicionamento cultural da sociedade marcada pela religiosidade. Portanto, o uso repetido de fórmulas protocolares expressa, além da discursividade imposta pelo gênero, também o teor cultural do momento histórico pautado na religiosidade da cultura luso-brasileira.

O GÊNERO TEXTUAL TESTAMENTO

Para compreendermos o fenômeno linguístico focado aqui, é necessário conhecermos o gênero textual em que são usadas as fraseologias. Os testamentos eram muito comuns na sociedade colonial, qualquer pessoa poderia registrar suas últimas vontades, escrevendo-as em forma de *testamentum*.

Testamento em sua definição mais simples, na acepção jurídica, conforme De Plácido e Silva (1961), significa um ato solene em que uma pessoa dispõe sobre os seus bens após sua morte.

Na significação jurídica testamento é o ato jurídico revogável e solene, mediante o qual uma pessoa, em plena capacidade e na livre administração e disposição de seus bens, vem instituir herdeiros e legatários, determinando cláusulas e condições que dão destino a seu patrimônio, em todo, ou em parte, após a sua morte, bem assim, fazendo declarações e afirmações sobre fatos, cujo conhecimento legitima por sua livre e espontânea vontade. (DE PLÁCIDO E SILVA, 1961, p. 1392).

Bellotto (2007, p. 103) define testamento como “disposição ou declaração solene da vontade do testador sobre aquilo que deseja que se faça depois da sua morte com seus bens e fortuna”. Em outra acepção, a autora define como um documento diplomático, isto é, apresenta uma estrutura formal fixa que lhe garante rigor e veracidade, “testamento documento diplomático testemunhal de assentamento, horizontal, notarial. Disposição ou declaração solene da vontade do testador sobre aquilo que deseja que se faça depois da sua morte, com seus bens e fortuna” (BELLOTTO, 2008, p. 70).

A Diplomática estuda, em primeiro plano, os diplomas emitidos por autoridades administrativas e tem por finalidade garantir a autenticidade e a fé pública desses diplomas. É considerado documento diplomático aquele que é revestido de três partes: protocolo inicial, abertura do documento com apresentação e atribuições do emissor; o texto com suas informações e seus desdobramentos e o protocolo final ou escatocolo, marcando o fechamento com datas tópica e diatópica, assinaturas, selos, carimbos que reveste o documento de veracidade (c.f. SPINA, 1994).

Com o tempo, houve a evolução etimológica do termo *diplomática* como estudo dos diplomas emitidos por autoridades civis ou eclesiásticas: reis, imperadores, papas, e passou a ser qualquer documento revestido de formas interna e externa de especiais solenidades. A partir do século XVII, a Diplomática passou a ser a ciência dos documentos, informa Piqueras (2004). Entendemos por documento aquilo que ensina sobre algo. Sua etimologia latina vem do verbo *docere* ensinar, é o que instrui ou dá notícia sobre alguma coisa; é também o que testa ou prova algo acontecido que ficou registrado por meio

da escrita. Os testamentos podem ser classificados como documento diplomático, uma vez que, segundo Piqueras (2004), esse tipo de documento é de natureza variada.

Documento diplomático, restrito aos testemunhos escritos ou gravados de natureza e conteúdo variado e, em consequência, não somente aos estritamente jurídicos e aos procedentes de autoridades e organismos superiores, mas também aos de caráter administrativo, judicial, econômico-social, artístico, cultural, político, religioso, inter-relacional, informativo etc., emitidos por autoridades, instituições, pessoas públicas ou particulares com determinadas intencionalidades fins, porém revestido de uma série de requisitos e formalidades imprescindíveis a fim de dar garantias e valor legal e probatório, certamente à mensagem testemunhal (conteúdo), mas também o veículo transmissor. (PIQUERAS, 2004, p. 193).³

É o testamento um documento diplomático, embora não partindo de uma autoridade hierarquicamente superior, mas obedece a um rigor formal, e reconhecido por notariais, de origem horizontal, isto é, não emana de autoridade para seus subordinados, mas de igual para igual. O testamento possui uma organicidade jurídica e notarial, apresentando poucas alterações ao longo do tempo.

Esse documento que existe no Brasil desde o primeiro século da colonização, por influência do direito lusitano, cons-

³ Documento diplomático, restringido a los testimonios escritos o grabados de naturaleza y contenido vario y, en consecuencia, no solo a los escritamente jurídicos y los procedentes de autoridades y organismos superiores, sino también a los de carácter administrativo, judicial, económico-social, artístico, cultural, político, religioso, interrelacional, informativo, etc., emitidos por autoridades, instituciones, personas públicas o particulares con determinados intencionalidade y fines, pero revestidos de una serie de requisitos y de formalidades imprescindibles a fin de dar garantías y valor legal y probatorio, ciertamente al mensaje testimonial (contenido), pero también al vehículo transmissor.

titui uma fonte de extrema importância para a reconstituição e compreensão do passado, afirmam Lima e Silva (2010).

Por meio do conteúdo escrito nos testamentos, as vivências dos diversos e variados grupos sociais podem ser retomadas, pois a arte de testar e das referências nos testamentos abrangem uma grande quantidade de pessoas e camadas sociais: senhores escravistas, capitães, senhores de engenho, lavradores, comerciantes, sapateiros, alfaiates, costureiras, tecelões, ferreiros, vereadores, alferes, advogados, padres, artesãos, agregados, libertos, pobres e escravos etc., enfatizam os autores.

Os testamentos expressam a última vontade da pessoa antes de sua morte, logo, refletem o pensamento desta sobre a vida futura no mundo dos mortos, o temor diante do desconhecido e a “negociação” com Deus por meio de atitudes religiosas. Dessa forma, podemos compreender as referências ao sagrado, as recomendações da alma aos santos protetores, o desejo de celebrações de missas para a alma expresso nos documentos por meio de fraseologias que constituem verdadeiras preces.

A ESTRUTURA FORMAL DO TESTAMENTO

O testamento apresenta uma estrutura formal conforme o modelo diplomático, constituído de várias partes, apesar de cada documento ter suas particularidades, ou seja, há partes fixas, mas há também variações e inserções de outros gêneros quando necessário. Segundo Lima e Silva (2010), os testamentos apresentam uma estrutura padrão composta pelos seguintes elementos:

1. Aspectos formais: introdução (invocação da Santíssima Trindade ou de Deus); localização e datação do documento, assinatura do testador ou de pessoas a seu rogo, assinatura das testemunhas e do tabelião, instrumento de aprovação e abertura do testamento;
2. Identificação do testador: nome, condição, naturalidade, nacionalidade, religião, nome dos pais, local de moradia, ocupação, filiação em irmandades e confrarias, estado conjugal, nome e ocupação do cônjuge, nomes dos filhos etc.;
3. Disposições e legados espirituais: local e forma detalhada do sepultamento, número de missas por intenção da própria alma e das outras pessoas, locais das missas, doações a irmandades, esmolas aos pobres, legados para Igrejas e instituições de caridade etc.;
4. Declarações quanto aos bens materiais: listagem de herdeiros, citação de alguns dos bens móveis e imóveis, bem como destino que deveria ser dado: venda, doação, hipoteca etc.;
5. Disposições gerais, indicação de três ou quatro testamentários;
6. Codicilos e cartas de consciência (em alguns testamentos).

Na seção seguinte, analisamos o testamento de José Marques Correa, escrito em 1803, no século XIX, destacando as fraseologias de caráter religioso que aparecem no protocolo inicial e integram conteúdo religioso, expressando a cultura que subjaz na sociedade colonial brasileira em todas as classes sociais.

ESTUDO DAS FRASEOLOGIAS NO TESTAMENTO DE 1803

O testamento estudado aqui foi escrito aos 14 dias do mês de abril de 1803, na então vila de Fortaleza. O testador é José Marques Correia, mestre de navio, veio de Recife para Fortaleza, estava muito doente de moléstia e manda escrever seu testamento. Os testamenteiros são Manoel Gomes da Silva e Mariano Gomes da Silva Forte. Por meio do documento, temos informações importantes sobre as pessoas citadas, como a profissão, a origem, a filiação, os bens possuídos etc., tudo isso é importante para se conhecer a história de uma sociedade.

José Marques Correia é de Pernambuco, filho de Agostinho Marques Neves, já falecido, e de Anna da Conceição Rocha, conforme expresso no texto.

(1) de Claro **que** sou oriundo da Praia de Ponta de Pedras batizado na Igreja de Nossa Senhora do O, pertencente à Freguesia de São Lourenço de Gicopapo⁴ Bispado de Pernambuco, filho legítimo de Agostinho Marques Neves já falecido de da **Senhora** Anna da Condesaõ Rocha.

Percebemos que qualquer pessoa poderia registrar testamento não necessariamente precisaria ser rico ou ser autoridade importante. Era necessário ter capacidade natural e serem os homens maiores de 14 anos e as mulheres acima de 12 anos. Não podiam fazer testamento, os loucos, hereges, apóstatas, porque contrariavam a religião, e os religiosos confessos com votos de pobreza, obediência e castidade.

O Livro quarto das Ordenações Filipinas de 1603, a partir do título LXXX, discorre sobre como fazer testamento e quem deve testar. O título LXXXI dispõe sobre quem não deve testar.

4 Tejucoapapo.

O Varão menor de 14 annos, ou a femea menor de doze, não podem fazer testamento, nem furioso. Porém, se não tiver furor continuo, mas por lua, ou delucidos intervallos, valerá, o testamento, que fez estando quieto, [...]. E isto, que dizemos do furioso, se estenderá também, no que nasceu mentecpto, ou que veio a carecer de juízo por doença, ou qualquer outra maneira. [...] o herege, ou apostata não póde fazer testamento, nem o scravo, nem o Religioso professo [...]. (CÓDIGO FILIPINO, 1603, p. 908-909).

O testador, José Marques Correia, estava dentro das condições de testar, pois estava em seu juízo perfeito e era católico apostólico romano.

(2) “estando em meu perfeito juízo e entendimento etemendo-me da morte pela infalibilidade de [...] Primeiramente de Claro **que** sou Catholico Romano e **que** como tal sempre vivi e espero meser pela infinita misericordia de **Deos**”.

O fato de ser católico é uma condição que favorece fazer testamento, conforme a lei citada anteriormente, o herege não pode testar, pois a própria estrutura do documento exige a declaração da religião do estado e as citações religiosas que são expostas no texto como características do gênero textual.

Na abertura do testamento, que chamamos de protocolo inicial, há uma invocação a Deus semelhante a um ritual sagrado que compõe a primeira citação do documento como se vê abaixo.

(3) Em nome da Santissima Trindade Padre Filho e Espirito Santo Trez Pessoas distintas e hum só Deos Verdadeiro = Saybam quantos este publico Instrumento com o theor domeo solemnemente Testamento virem [...]

O trecho lembra um ritual religioso como a abertura da celebração de uma missa. A cultura religiosa luso-brasileira no século XIX, no Brasil colonial, permeava todos os documentos produzidos pelos notários e pela administração política e jurídica do estado. Os documentos da época são pautados pelas expressões sagradas, algumas muito extensas, constituindo verdadeiros textos, conforme a classificação de Pottier (1978) sobre as *lexias textuais*, a que incorporamos à classificação das fraseologias.

Outra fraseologia religiosa que aparece em vários documentos do período e também no testamento é a seguinte:

(4) sendo no anno do Nassimento de Noso Senhor Jezus Christo de [...]

A fraseologia tem a funcionalidade de situar cronologicamente o tempo histórico do fato ou da ação, delimitada pelo ano do nascimento de Jesus Cristo. Registrar o nome de Cristo na data do acontecimento é relembrar o fato cristão, é estar em sintonia com o sagrado, afirmando a fé e o respeito e, ao mesmo tempo, assegurando a crença e a obediência à religião estabelecida. Justifica, pois, que um herege ou apóstata não pode registrar testamento, pois é condição *sine qua non* expressar a crença na religião. Lógico que isso é compreensível nas condições de produção do texto. Não queremos fazer uma leitura com os olhos da sociedade leiga de hoje, mas apenas explicitar que no contexto da produção do texto era essa a realidade sócio-histórica e cultural.

Na justificativa de fazer o seu testamento, o testador apoia-se na vontade de Deus, apresentando a moléstia ou causa de sua morte. A fraseologia *que Deus foi servido* aparece neste contexto e em outros.

(5) aumentando-se amoles tia que Deos foi servido dar-me.

Aproximando-se da morte com resignação, o testador sente a necessidade de fazer seu testamento, nomeando alguém para isso e expressa seus desejos que, além de dispor sobre os bens, apresenta também os rituais religiosos que devem ser cumpridos, principalmente encontrar o caminho da salvação, como se observa no texto seguinte.

(6) e dezejando por aminha alma noverdadeiro Caminho da-Salvação ordeno estemeu Testamento naforma e maneira seguinte [...]

No excerto abaixo, há uma verdadeira prece, e isso é comum em todos os testamentos, o testador expõe suas crenças nos santos e nos anjos, pede a misericórdia de Deus para o proteger após a sua morte. Vemos, mais uma vez, uma fraseologia textual, compondo um ritual de uso repetido em cada documento do gênero.

(7) Primeiramente de Claro **que** sou Catholico Romano e **que** como tal sempre vivi e espero meser pela infinita mizeriCordia de **Deos** = Em comendo aminha alma ao Padre Eterno **aquem** rogo pelos meresimentos davida morte, e Paixaõ deSeu Unigenito Filho aqueira reseber quando deste mundo partir = Rogo a Virgem Maria Nossa Senhora Mai dos pecadores queira enterseder aDeos Nosso Senhor **por** mim = Pesso ao glorioso Patriarcha São Joze Santo do meunome Anjo daminha goarda emais Santos da Corte doSeo queiraõ enterseder **por** mim miseravel Pecador

O pedido aos testamenteiros para aceitar a tarefa de escrever o texto também constitui uma fraseologia com a presença do nome de Deus, como se observa.

(8) Rogo ao Sobredito Antonio Marques daCosta Soares e ao Seu Caixeiro **Joaquim** Joze deA **que pelo** serviso de Deos e **por** me fazerem merCe queiraõ ser meus testamenteiros. Apesar de rogar aos dois testamenteiros acima, por se acharem em Recife, onde moravam, quem de fato faz o testamento é Mariano Gomes da Silva por residir e ser comerciante em Fortaleza, local onde se encontrava o testador. A fraseologia se repete.

(9) E nesta dita **Vila** daFortaleza. Constituo por meu Testamenteiro a Mariano Gomes da Silva negociante e nella morador e lhe peso **que por** serviço de Deos e por me fazer merser queira ter este trabalho e Cuidar no que abaixo declararei.

Dispõe ainda sobre o local do sepultamento que será na igreja matriz, como será sepultado, envolto no hábito de São Francisco, recomenda missa de corpo presente com formas típicas que aparecem em todos os testamentos.

(10) o meu Corpo sera envolto nohabito deSaõ Francisco **que** existe em meu poder **para** este efeito

Após esta longa introdução que chamamos de protocolo inicial, muito marcado pela referência ao sagrado, começa a disposição dos bens do testador e as orientações sobre a vontade de distribuir sua herança ou de pagar suas dívidas. Podemos dizer que é no protocolo inicial que as menções religiosas estão presentes mais marcadamente por meio de pequenos textos quase em forma de prece, invocando o nome de Deus e de outras entidades espirituais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gênero testamento é muito importante como instrumento de registro que legitima a distribuição dos bens, o desejo de pagar as dívidas, dentre outras formas de revelar a vontade de quem testa. No caso específico, o testamento de José Marques Correa, do século XIX, tais informações são encontradas, além de outras marcas da sociedade de então, como todas as disposições religiosas do testador em celebrações de missas para sua alma, a forma e o local do seu sepultamento, que seria no interior da igreja; vemos as formas de dizer por meio de fraseologias longas a que podemos classificar de textuais, como aborda Pottier (1978) ou como classifica Krieger e Finatto (2004), de formas protocolares e aberturas de documentos.

Percebemos que essas formas linguísticas são utilizadas no protocolo inicial do texto, o que leva a uma caracterização do gênero testamento. O texto propriamente dito na classificação diplomática comporta citar e descrever todas as disposições do testador como enumerar os bens que possui, orientar sobre as dívidas que restam a ser pagas, estabelecer seus herdeiros, solicitar ao testamenteiro que cumpra as suas disposições. No protocolo final, há as assinaturas e as datas tópica e cronológica, nestas partes do texto, não há fraseologias de caráter religioso.

Cada documento produzido apresenta idiossincrasias, apesar do padrão formal que é peculiar e muito necessário. Dessa forma, não podemos deixar de mencionar que os documentos oficiais obedecem a um padrão estabelecido, mas há outras realidades que figuram nos documentos. No testamento analisado, há outros textos inseridos como uma aprovação ou reconhecimento da veracidade do documento, que também apre-

senta seu teor diplomático, e, no final, há um termo de abertura do testamento acrescentado após a morte do testador.

Podemos depreender a importância do estudo de textos brasileiros coloniais por vários motivos, além do linguístico. O estudo da história da língua é um fato relevante, pois os textos expressam o idioma em uso pelas camadas sociais em todas as suas nuances; o estudo da tradição escrita e dos gêneros textuais produzidos, das práticas culturais, das vivências cotidianas de pessoas comuns, das crenças, dos detalhes da vida que, muitas vezes, são revelados, além do fenômeno religioso aqui abordado.

REFERÊNCIAS

- AUERBACH, E. **Introdução aos estudos literários**. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: 2015.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- _____. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- CASARES, J. **Introducción a la lexicografía moderna**. Madrid: Consejo superior de investigaciones lingüísticas, 1950.
- CODÍGO Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'el Rei D. Filipe. Brasília: Senado Federal, 2004. Ed. Fac-similar da 14. ed. segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821, v. 5.
- CORPAS PASTOR, G. **Manual de fraseologia española**. Madrid: Gredos, 1981.
- DE PLÁCIDO E SIVA, O. J. **Vocabulário jurídico**. 27.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- KRIEGER, M. G.; FINNATTO, M. J. B. **Introdução á terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.

LAMAS, Ó. L. Bolonia, la filología y venus ante el espejo. **Revista electrónica de Estudios Filológicos**. 2009. p. 05. Disponível em: <<https://www.um.es/tonosdigital/znum17/portada/monotonos /monotonos.html>>. Acesso em: 21 maio 2016.

LIMA, I.; SILVA, P. G. E. Tipologia documental. In: SAMARA, A. M. (Org.) **Paleografia, documentação e metodologia histórica**. São Paulo: Humanitas, p. 2010.

PIQUERAS, M. B. Conceito, método, técnicas y fuentes de la diplomática. In: TERRERO, Á. R. (Org.) **Introducción a la Paleografía y la Diplomática general**. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

POTTIER, B. **Linguística geral**: teoria e descrição. Rio de Janeiro: Presença/Universidade Santa Úrsula, 1978.

RIGHI, G. **História de la filología clásica**. Barcelona: Editorial Labor, 1967.

SPINA, S. **Introdução à Edótica**: crítica textual. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

ZULUAGA, O. A. **Introducción al estudio de las expresiones fijas**. Frankfurt a. M, Bern, Cirencester / UK: Lang, 1980.

O LÉXICO EM TESTAMENTOS DA CAPITANIA DO CEARÁ DO SÉCULO XIX

Karleandro Pereira do Nascimento

Resumo: A língua é de fato o sistema de representação que dispomos para construirmos nossas relações, principal instrumento que proporciona o desenvolvimento cognitivo do ser humano, desempenha as funções imediatas da comunicação e é, ainda, uma forma de organizar o mundo, pela qual exprimimos pensamentos e emoções, de acordo com as regras estabelecidas ao longo do tempo. Logo, trata-se de um sistema de signos estabelecido socialmente, sendo assim, o léxico é uma das primeiras estruturas que se constitui numa língua e está sujeito a constantes mudanças. É justamente esta finalidade investigativa e expositiva de transformação do léxico que este artigo tem como propósito de pesquisa. Os documentos que serviram de base para o *corpus* são textos oficiais da capitania do Estado Ceará do século XIX provenientes do município de Quixeramobim, localizado no Sertão Central Cearense. Dentre os textos pesquisados, a grande maioria é exemplar do gênero textual testamento, que nos revelam o contexto e o meio de vida da época, bem como setores diversos da vida social. Todos os cento e dezoitos (118) fólios dos testamentos foram editados seguindo o método filológico da edição semidiplomática, para que as características linguísticas fossem mantidas, per-

mitindo a leitura fluente dos testamentos por linguistas, historiadores e pessoas interessadas. Portanto, o principal objetivo deste artigo é analisar o léxico referente aos bens deixados pelos testadores, além de analisar as informações das relações sociais e históricas que permeiam as formas de nomear. Desse modo, o estudo não se restringe ao campo puramente linguístico, adentrando também no universo cultural do povo que produziu esses documentos.

Palavras-chave: Testamentos. Estudo do léxico. Edição semi-diplomática. Filologia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A preservação de documentos antigos é uma atividade realizada há décadas por filólogos. Esse tipo de atividade é imprescindível para a manutenção e a perpetuação da história e da memória cultural de uma determinada comunidade linguística. Seja qual for o estudo realizado no sentido de reconstruir textos antigos de uma língua, restituí-los a sua singularidade, retificá-los quando errados, constitui o trabalho da Filologia.

É impossível pensar na língua como algo estático, indiferente às relações sociais entre falantes, pelo contrário, a língua é algo que possui movimento, flui junto com a interação existente entre os falantes. Ou seja, há comunicação entre as comunidades de uma língua, há o léxico, o conjunto de palavras que formam o vocabulário básico dessa língua. Este artigo tem como finalidade o estudo da língua mais especificamente

do léxico em testamentos do século XIX, escritos no município de Quixeramobim, no Sertão do Ceará.

Os documentos são os testamentos provenientes do município de Quixeramobim, que se encontram no acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará em Fortaleza. Os manuscritos foram editados, conforme as normas do grupo de pesquisa Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará – PRAETE-CE, que adota o método e as regras da edição semidiplomática. Buscamos, sobretudo, manter o texto original em todos os seus aspectos, transcrevendo inclusive palavras que fogem à norma culta de nossa língua na fase contemporânea.

Os documentos possuem uma riqueza lexical proveniente deste período em que podemos perceber a cultura, a religião e os meios de vida da população à época. As formas de denominar os indivíduos, as coisas, os instrumentos, os alimentos e tudo reflete as práticas de um grupo social, suas vivências e as doutrinas em um tempo cronológico definido e refletem o conhecimento de mundo por meio do léxico atuante naquele período.

A FILOLOGIA E A EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

A Filologia é o estudo específico de uma forma de língua atestada por documentos. Preocupa-se com a reprodução autêntica do texto, sua explicação e esclarecimentos que vão resgatar-lhe o seu sentido e a sua interpretação. Assim surgiu a Filologia, que, segundo Dubois (1993, p. 278), “[...] é uma ciência histórica tem por objetivo o conhecimento das civilizações

passadas através dos documentos escritos que elas nos deixaram: estes nos permitem compreender e explicar as sociedades antigas”.

Desta maneira, a Filologia é uma ciência aplicada que procura, especificamente, fixar, interpretar e comentar textos. Utiliza como ciências auxiliares a Codicologia, a Paleografia, a Mitologia, o Folclore, a Numismática e a História.

Por intermédio da edição conservadora e da descrição de fenômenos da história social e da cultura de um povo, apresentados por meio da língua registrada nos textos, podemos conhecer um pouco da história desse povo que usou a língua para fixar os acontecimentos vividos. A partir da transcrição cautelosa, edição semidiplomática e publicação, esses documentos passam a ter uma vida longa e sua divulgação chega ao conhecimento do público, que lhe dará diversos destinos.

De posse de um manuscrito, o filólogo tem de saber de que época é a letra, deve interpretar e desfazer as abreviaturas deve conhecer o estado da língua nos primeiros séculos, para, lendo o manuscrito, saber se se trata de um original, de uma cópia contemporânea ou de cópia posterior, se o copista foi fiel ou se inseriu modernismos no texto; deve conhecer a história, os usos e costumes, a cultura da época do manuscrito, para interpretar o texto, entender as alusões, as imagens etc. (MELO, 1981, p. 7).

Segundo Silva (2012, p. 251), “Apesar de não ser a língua o objetivo do estudo filológico, é a matéria na qual, em sua forma escrita (hoje pode ser preservada de outras formas tam-

bém), se manifesta a cultura dos povos, cuja preservação é da responsabilidade dos filólogos (e de outros especialistas também, naturalmente)“.

As tarefas atribuídas ao filólogo são bastante diversificadas, tornando-o um perito em várias áreas relativas ao texto e à língua; semelhante diversidade é atribuída ao campo da atividade filológica que vai desde o preparo do texto para edição, às análises do contexto histórico-social e linguístico, além de outras práticas de crítica textual.

O estudo linguístico mais recorrente está no campo do léxico por meio de organização de glossários, levantamento de vocabulário, estudo etimológico etc. Por abranger atividades muito diversificadas, temos que fazer um recorte e selecionar um objeto a ser estudado de forma mais aprofunda. Um objeto de relevância para o entendimento da cultura de um povo expressa nas linhas dos livros manuscritos é o acervo lexical usado em uma determinada época.

O LÉXICO

O léxico pode ser definido como “o conjunto das unidades que formam uma língua de uma comunidade, de uma atividade humana, de um locutor etc.” (DUBOIS *et al.*, 1973, p. 364). O léxico, é o primeiro que se constitui numa língua e é o que está mais propício a modificações. Percebendo esse processo de mudança inevitável do léxico, podemos afirmar que, por meio da prática de conservação e preservação de documentos manuscritos e impressos, podemos encontrar registros lexi-

cais que circulavam em algum momento do passado e que na atualidade caíram em desuso. Portanto, uma das grandes vantagens de editarmos os textos manuscritos é recuperarmos a herança linguística lexical e compreendermos o presente pelo espelho do passado.

Em relação ao conceito de léxico e sua íntima relação no processo de nomeação e cognição da realidade, Biderman (2001, p. 13) diz que

O léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente. [...] Ao reunir os objetos em grupos, identificando semelhanças e, inversamente, discriminando os traços distintivos que individualizam esses seres e objetos em entidades diferentes, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas. Foi esse processo de nomeação que gerou o léxico das línguas naturais.

O léxico está sujeito a constantes alterações, em função do desenvolvimento da língua falada e escrita. Um neologismo, por exemplo, que é a criação de uma palavra nova, ou a ressignificação de palavras antigas com acepções novas, é com frequência, acrescida à sua forma outros significados. Isso vai gerar uma rotatividade constante na língua e uma mudança no seu sistema lexical.

Durante a edição dos documentos, foram observadas várias lexias arcaicas, expressões e construções sintáticas que, embora comuns no século XIX, deixaram de participar da norma atual, constituindo **arcaísmos** linguísticos. Temos como

exemplo os seguintes termos: a expressão *verbo ad verbum* sendo *palavra por palavra*; *poltros* para designar *cavalos novos*, *dispacho supra* equivalendo a *dispacho superior*, *sem dolo* decorrendo *sem má fé*, *alfaias* sendo atualmente utensílio e/ou instrumento musical, *miação* por *meação* que significa divisão em duas partes, *ad causas pias*, *ut retro*, *et cetera*, *dispacho retro*, enfim, entre tantos outros termos que se tornaram obsoletos da norma culta contemporânea atual.

A língua acaba se fundamentando como um elemento vivo que está em infindável transformação. As línguas são semelhantes a entidades que têm vida própria, despontam, ampliam-se, evoluem e se modificam incessantemente de acordo com a necessidade dos falantes e a partir dos falantes, sendo o léxico um código próprio de cada idioma, isto é, particularidades pessoais de cada língua, que podem ser repassadas ao longo do tempo para outras gerações. Na verdade, esse processo dinâmico das línguas ocorre pelo fator social que gera mudanças em todos os sistemas, e a língua é a parte sensível às mudanças de uma sociedade, porque as várias gerações e os diversos grupos fazem usos constantes de formas que os distinguem e que os identificam com seus modos de ser e de se relacionarem com o mundo e consigo próprios.

O léxico revela bem mais do que simples formas de nomear as coisas, é por meio dele que o homem expressa seu pensamento, registra suas práticas cotidianas da caça, da agricultura, expõe suas manifestações religiosas, revela sua arte e tudo que o indivíduo conseguiu executar. Conforme Oliveira (2001, p. 109), "O léxico de uma língua [...] representa a heran-

ça sociocultural de uma comunidade. Em vista disso, torna-se testemunha da própria história dessa comunidade, assim como de todas as normas sociais que a regem”.

METODOLOGIA

A reprodução de textos antigos implica atenção especial, principalmente quando se destina a estudo de natureza linguístico-filológica. Nesse caso, é necessário um delicado tratamento de certos elementos desses textos. Somente uma transcrição imensamente fiel e cuidadosa pode deixar público todos os traços linguísticos possíveis de serem analisados nos manuscritos originais. Dessa forma, tanto o êxito do trabalho quanto a verdade dos resultados seguramente estão condicionados à estirpe da edição dos textos que estão alicerçados nesse estudo linguístico. Vale ressaltar que a categoria dos textos e, especialmente, a finalidade da edição, de certa forma, estabelecem os métodos e as normas de transcrição.

O *corpus* desta pesquisa, como dito anteriormente, é constituído por testamentos do Livro de Registros de Testamentos, número 01, de 02 de Janeiro de 1834 a 03 de Julho de 1836, pertencentes ao Fundo do Cartório de Quixeramobim-Ce, série registros, subsérie testamento, datados nos anos de 1836 a 1875, caixa 01. Esses documentos fizeram parte de um Projeto de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Ceará, do qual fiz parte, intitulado *Edição de Documentos Oficiais da Capitania do Ceará dos Séculos XVIII e XIX para Estudos de Língua e da História-Social*.

Os escritos compõem 118 fólhos de papel almaço (sem pauta), variando cada fólho de 30 a 32 linhas, numeradas no canto superior direito, em tinta preta, letra cursiva bastante desenhada, tendo as margens devidamente respeitadas. Algumas vezes foram utilizadas áreas fora das margens para algumas assinaturas e abreviaturas, caracterizando o hipertexto. São documentos simples, sem adornos, mas que apresentam uma riqueza histórica valiosa.

Os testamentos encontram-se sensíveis para manuseio, tendo inclusive em alguns textos rasuras e frestas, foi necessário fotografá-los já que não era possível o manuseio direto com o suporte em papel. As imagens foram arquivadas em um CD-Room, sendo assim possível a edição do *corpus*.

Para edição semidiplomática dos testamentos, seguimos as seguintes normas de transcrição, obedecendo ao modelo de edição conservadora, que pressupõe as decorrentes normas: a transcrição foi fiel ao documento; as abreviaturas foram desenvolvidas, marcando-se, em itálico e em negrito, as letras omissas na abreviatura; obedecemos aos seguintes parâmetros: respeitar sempre que permitido a grafia do manuscrito e, em casos de variação no próprio documento, o método mais correto é para a forma atual ou mais próxima da atual; não foram adotadas demarcações de palavras que por ventura estejam escritas juntas; a acentuação e a pontuação foram rigorosamente mantidas; o emprego de letras maiúsculas e minúsculas foi respeitado. O conjunto de normas seguido aqui estão dispostos no blog do grupo PRAETECE.

Para a elaboração e construção de um estudo histórico que tenha como fonte testamentos, é indispensável que o

investigador, além de comprometido, manifeste uma correta erudição paleográfica, dado que

Da reprodução fiel do documento, depende o êxito da pesquisa; e esta, quando baseada em documentos fidedignos, sistemática e cronologicamente bem ordenada, oferece ao historiador uma visão global de suas fontes de consulta, evitando conclusões apressadas e errôneas. É partindo da compreensão correta do texto escrito que o historiador poderá desenvolver raciocínios acerca do assunto nele contido. (ACIO-LI, 1994, p. 2).

Posteriormente à edição semidiplomática, foi feito um estudo lexicológico acerca dos bens deixados pelos testadores, tendo como apoio teórico os estudos filológicos e lexicológicos, levando em consideração o léxico aliado à semântica. Foi feita também uma descrição dos documentos em que verificamos a existência de sinais especiais, número de abreviaturas, tipo de escrita, existência de manchas e rasuras.

OS TESTAMENTOS COMO FONTES HISTÓRICAS

Toda sociedade deixa suas marcas para a posteridade, quer seja através de qualquer registro, de desenhos ou de outras figuras, em diferentes suportes, ou através de textos escritos que registram os fatos e nos permitem conhecer o modo de vida de cada época. Assim, podemos acompanhar a história de uma sociedade e de uma língua, ainda como o estágio de desenvolvimento da escrita desde sua fase embrionária à fonográfica ou ao sistema fonético.

Os documentos utilizados aqui compõem o gênero testamento, sendo uma importante fonte de informações para a reconstituição e compreensão do passado. Conseguimos ainda, por meio destes textos, o resgate de práticas da mais variada escala social.

É interessante destacar que a designação de testamento deve ser entendida dentro da sua época de elaboração. Desse modo, a fonte é imensamente importante para a reconstituição e entendimento do tempo pretérito.

Segundo Lima e Silva (2010, p. 202), a definição da palavra testamento e a prática de testar remontam à língua latina.

A palavra testamento possui a sua origem na língua latina, *testamentum*, a qual se desenvolve em *testamentografus*, significando “o que escreve um testamento”. Também a expressão *testamentarius* quer dizer testamentário, ou ordenado em testamento. Ainda, no plano jurídico romano, existia o *testamentarium jus*, o direito de testar. Dessa maneira, com relação ao reino e império português, a prática de testar era recorrente a todos que pertenciam a uma posição privilegiada, ou seja, os vassalos e o povo.

A tradição de registro dos testamentos é bastante formal. Consta sempre na abertura do texto uma invocação à Santíssima Trindade, referindo-se ao discurso convencionado na crença na fé católica, na obediência a Deus e aos anseios de alcançar a salvação eterna, pelo testador, assim como livrar-se do purgatório e do inferno. O aspecto religioso se faz presente no percurso de todo o texto como uma marca cultural da sociedade luso-brasileira.

Os testamentos relatam os últimos desejos de seus testadores e, a partir disso, percebemos alguns costumes das pessoas do período em que são lavrados, onde os textos descrevem situações de vida e visões de mundo dos sujeitos envolvidos. Por este motivo, constituem uma fonte privilegiada de estudos relacionados à história do cotidiano dos tempos pretéritos.

Como bem descrevem Lima e Silva (2010, p. 206) “Depois da morte da pessoa, após inquirição das testemunhas sobre as declarações constantes no documento, seu conteúdo deveria ser publicado por autoridade de Justiça, citando as partes a que ele se referia segundo forma de direito”.

Dado que o testamento não registrava somente a vontade referente aos bens materiais, uma vez que boa parte de seu conteúdo eram as disposições religiosas, feito por indivíduos de variada estirpe social. No caso específico do gênero testamento, é importante compreender as variadas perspectivas analíticas e os limiares dessas abordagens caracterizadas nos manuscritos.

O testamento não deixava de ser um momento de balanço das ações de toda a vida do testador e no qual tentava resolver todas as questões pendentes. Em alguns casos, eram reconhecidos e nomeados como herdeiros legítimos os filhos ilegítimos ou naturais tidos ‘por fragilidade humana’, [...] nos casos em que a pessoa não possuía herdeiros necessários. [...] tinha o objetivo de registrar a vontade do indivíduo para se executada após a morte [...]. (LIMA; SILVA, 2010, p. 237).

Em síntese, para o pesquisador, os testamentos podem ser explorados concomitantes com outras fontes textuais,

como cartas de alforria, registros de terras e sesmarias, maços de população etc. Esse entrecruzamento das fontes é também fundamental para o entendimento da história de vida e trajetória da população, bem como para o entendimento de um mesmo assunto inter-relacionado com temáticas semelhantes, tornando, desse modo, a reconstituição e a elucidação históricas bem mais consistentes. Para isso, os testamentos são essenciais e devem ser rotineiramente revistos, pois felizmente, na reconstituição histórica, não existe necessariamente uma interpretação singular.

ANÁLISE DOS DADOS

Durante a transcrição, leitura e edição dos testamentos, foram observadas riquezas históricas e lexicais presentes nos documentos analisados, sendo uma fonte imprescindível para diversos estudos dos campos do saber. Dessa forma, foi necessária uma leitura mais cuidadosa dos textos, que permitisse fazer uma análise contextual, social e cultural do período histórico que compreende a escrita dos testamentos analisados.

Alguns documentos apresentaram rasuras, mas felizmente este acaso não constitui perda do conteúdo dos textos. Independentemente de serem documentos antigos, apresentam uma grafia legível e se encontram em um estado razoável de preservação.

Era habitual ao período o uso de abreviaturas em diversas palavras, tais como *Montr^o* (Monteiro), *V^a* (Vila), *Tr^o* (Termo), *Prom^{or}* (Promotor), *Disp^o* (Despacho) etc. Todas as abreviaturas

foram devidamente desdobradas onde as intervenções do editor foram destacadas em negrito e em itálico, conforme já informado; há o uso da forma *aõ* para representar *am*. Foram mantidas as grafias originais, bem como o acento *til* na letra *o* como, por exemplo, em *naõ, atribuição, conclusaõ, escrivaõ, tabelliaõ, tençaõ, baixaraõ, approvaõ*, etc.

Nos testamentos, são deixados bens de variadas espécies, seja dinheiro, casas, fazendas, propriedades de terra, enfim, são muitos patrimônios assegurados aos herdeiros dos testadores. Logo abaixo, apresentamos alguns dos bens deixados, são destacados os bens e as ocorrências das lexias nos contextos de uso de acordo com os registros nos testamentos analisados, vale ressaltar que é um recorte simplório dos pertences deixados, uma vez que a quantidade de testamentos era considerável. Entre parênteses encontram-se o número do fólho (fl) de onde foi retirado o trecho do testamento e se este recorte compreende o verso (v) ou o rosto (r) do fólho. Após o contexto apresentamos uma análise explicativa dos termos empregados.

- Animais / Terra

"[...] Declaro que possuo sumas limitadas Cabeças de Cabeças de gado Vacum, e Cavallares [...] Declaro que possuo no meo Casal huma porçaõ de terras no Rio Quixeramobin Sitio denominado Povo grande, as quais houve por herança de meos Falecidos Pais [...]" (fl. 3v e fl. 4r).

Neste testamento, percebemos as lexias *Cabeças de gado Vacum, e Cavallares* que na verdade designa cada animal individualmente, isto é, cada "cabeça" representa um animal espe-

cífico. A palavra gado representa uma variedade de animais de grande porte, compreendendo, vacas, bois e semelhantes, por isso a necessidade de especificar *vacum* e *cavallar*, pois a espécie cavallar compreende equinos e muares, que, por sua vez, é gado também. Logo em seguida, o testador deixa uma porção de terras a um futuro herdeiro, o que era comum naquele período, sendo também comum esta propriedade de terras ser uma dos antepassados do testador.

- Ouro, prata/escravos

"[...] Declaro que pussuo varios bens como sejaõ oiro, prata, gados, vacuns, e Cavallar, Escravos, Terras, das quais minha mulher aprimeira testamenteira tem inteiro conhecimento [...]" (fl.17v).

Neste testamento, percebemos que o poder aquisitivo do testador é imponente, onde são deixados jóias em ouro e prata, terras, gados, *vacuns* e *cavallar*. Percebemos também que são incorporados aos bens do testador os escravos, que neste período eram tidos como qualquer objeto, ou seja, seguem a sequência dos animais, pois os escravos tinham o mesmo prestígio de um animal. Vemos um aspecto histórico relevante para se compreender a sociedade do princípio do século XIX, que, aos olhos modernos, torna-se inconcebível.

- Terras / Família

"[...] Deixo o meo sitio de terras de plantas que tenho na serra de Monte Mor o Novo [...]os Lagos ameos sobrinhos Francisco Ribeiro, Natonio Ribeiro, Jose Ribeiro, aminha sobrinha e a filhadas Maria Theresa, Joao Jose todos esses egual parte [...]" (fl.18v).

"[...] Declaro, que deixo as minhas duas a filhadas, digo, Sobrinhas filhas de meo Irmaõ Francisco Lobo dos Santos, morador em Jaguaribe a cada huma cincoenta mil reis. Declaro que deixo ameenina Francisca, filha de Manoel Beserra de Albuquerque por ser pobre e a filhada de minha mulher cincoenta mil reis [...]" (fl.45v).

Durante a leitura de todos os testamentos, ficou bem claro a preocupação dos testadores em assegurar um futuro confiável a seus parentes. Nestes testamentos o indivíduo especifica bem o seu patrimônio e divide-o em partes iguais entre os membros familiares que iram herdar, o que era peculiar em todos os testamentos essa descrição exata dos bens e a sua divisão. Mais uma vez, destacamos as terras como bens de grande valor, no caso um sítio com plantações, localizado na serra de Baturité, cidade situada próximo à Fortaleza, cujo nome antigo está dito no excerto acima.

- Fé

"[...] Declaro mais que os meos testamentos mandarão diser quatro Capellas de Missas com a esmola de seis centos e quarenta reis por minha alma. Declaro mais que dou ao Senhor do Bonfim cincoenta mil reis [...]" (fl.33v).

A devoção ao Nosso Senhor Jesus Cristo, à Santíssima Trindade, ao Santo Antonio, ao Senhor do Bonfim, entre outros, era bem presente na descrição dos testamentos. No que se refere a este testamento, são deixados quantias em dinheiro a capelas e para pagar as missas após a morte do testador. A fé também era um fator presente no *corpus* textual dos documentos, o temor a Deus e o desejo de alcançar a salvação. Em muitos dos casos os bens eram doados à igreja, podendo ser

entendida como promessa do testador e/ou dívida com seu santo (a) de devoção. Esses são aspectos históricos e culturais interessantes da sociedade do século XIX.

- Caridade

"[...] meo Testamenteiro distribuirá dusetos mil reis por todas as pessoas pobres, e indigentes, que por tais forem reconhecidas, e que morem nesta Freguesia Declaro que sou Irmão terceiro de São Francisco do Recife [...]" (fl.43).

Em casos esporádicos, os testadores deixavam seus bens a terceiros, pessoas que não eram membros familiares. Neste caso, são deixados bens em dinheiro aos desvalidos, possivelmente aos moradores de rua daquele período e aos enfermos.

Durante a narração dos pertences, os testamenteiros iam acrescentando em seus textos a localidade, o tipo de posse, a quem se destina determinada herança, por qual razão é dado determinado pertence ao indivíduo, dentre tantos outros pormenores. Na maioria das vezes, os testamentos eram redigidos devido ao testador está acometido por alguma enfermidade, ou seja, os patrimônios deixados só podiam ser entregues a seus herdeiros após a sua morte.

Enfim, nos testamentos analisados do século XIX, podemos tratar de vários assuntos, tais como: desejo de redimir os pecados e conseguir o amor divino; o local do enterro; missas; esmolas; relações familiares; vida material (descrição dos bens a serem deixados); pedidos de intercessão aos santos, a Jesus Cristo e ao Senhor Deus; instituições religiosas e caridades a desvalidos. Isso nos permite conhecer um rico material lingüís-

tico, sobretudo, em torno do léxico, mas também informações importantes no campo do social, cultural e histórico da comunidade em que os textos eram escritos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A edição de testamentos é uma das maneiras que possibilita a sua conservação e perpetuação histórica, já que evita o manuseio, favorece a leitura por pesquisadores ou leigos interessados no assunto, além de expor informações preciosas sobre a sociedade do período.

Consequentemente, são imensuráveis as dificuldades que acabam procedendo no desenrolar-se de uma pesquisa com testamentos. Uma adversidade rotineira está associada à colocação dos responsáveis pelos manuscritos, uma vez que “[...] alguns julgam-se seus proprietários, quando, de acordo com a legislação vigente, são apenas seus guardiães; outros, devido à falta de conhecimentos arquivísticos mais primários, partem para o abandono e a incineração” (ACIOLI, 1994, p.14).

Além do mais, pode haver o desinteresse daqueles que detêm esses testamentos e, acima de tudo, a inexistência de uma política competente que assegure a preservação e a manutenção desses documentos, dificultando assim sua conservação e organização, fazendo com que a história se perca assentada ao descuido desses manuscritos.

Cada testamento é um reflexo em que se manifesta a vida e a última vontade do testador. São documentos extraordinários para um estudo histórico mais detalhado, infelizmen-

te ainda não há uma política séria voltada para a preservação destes textos, já que a compreensão das histórias de vida e do nosso passado que está presente neles merecia um cuidado específico e exclusivo.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, V. L. C. **A escrita no Brasil Colônia**: um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: FUNDAJ / UFPE, 1994.

BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

DUBOIS, J.; GIACOMO, M.; GUESPIN, L.; MARCELLESI, C.; MARCELLESI, J. B.; MEVEL, J. P. **Dicionário de linguística**. Dir. e coord. de tradução de Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1993.

GAMA, A. R. Incursão na crítica textual. **A Cor das Letras**. n. 3, p. 11-16, UEFS, 1999.

LIMA, I.; SILVA, P. G. E. Tipologia Documental. In: SAMARA, E. M. (Org.). **Paleografia, documentação e metodologia histórica**. São Paulo: Humanitas, 2010.

MELO, G. C. **Iniciação à filologia e à linguística portuguesa**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

MIAZZI, M. L. F. **Introdução à Linguística Românica**. São Paulo: Cultrix, 1972.

OLIVEIRA, A. M. P. P. Regionalismos Brasileiros: a questão da distribuição geográfica. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

SILVA, J.P. O Método em Filologia. **SOLETRAS**. n. 23. p. 249-269, São Gonçalo, UERJ, 2012.

ESTUDO DAS DENOMINAÇÕES ÉTNICO-SOCIAIS NOS AUTOS DE QUERELA DO SÉCULO XIX¹

Ticiane Rodrigues Nunes
Nadja Maria Pinheiro
Exedito Eloísio Ximenes

Resumo: A presente pesquisa busca com as denominações étnico-sociais atribuídas a vítimas, querelantes, querelados e testemunhas dos autos de querela analisar a configuração étnico-social e compreender como esses grupos tinham acesso à justiça colonial no século XIX, mais precisamente na antiga capitania do Ceará. As narrativas expostas nos autos revelam ainda as relações sociais e culturais vivenciadas na época. O *corpus* selecionado para análise é composto por 67 autos de querela e denúncia compilados nos livros 39, 33, 64 e 1097, que fazem parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará e são documentos editados filologicamente por Ximenes (2006). Para as análises, percorremos os autos e selecionamos as denominações que designam as etnias e/ou indicações referentes aos envolvidos nos crimes relatados nos documentos. A partir daí, investigamos quais as denominações étnicas e sociais presentes nos relatos, quais atores sociais são representados por cada designação e qual o papel que esses atores assumiam

¹ Parte do presente texto integra o artigo *Branços, Cabras, Índios e Pretos: Estudo das denominações étnicas no século XIX*, publicado no periódico científico *Cadernos de Linguagem e Sociedade* (volume 18, número 2, 2017) da Universidade de Brasília.

diante da justiça colonial. Como base teórica para a realização deste estudo, utilizamos os escritos de Ximenes (2009, 2013), Bluteau (1712), Barbosa (2005), Fausto (2013), Prado Junior (2011) e Silva (1986). Diante das análises, podemos destacar que foram 21 denominadas étnico-sociais distribuídas entre 436 atores sociais, dentre as quais constatamos como a mais representada a denominação etnia branca seguida da parda. As demais denominações aparecem em menor número, o que nos atenta para observar que há uma grande disparidade no acesso à justiça no século XIX no estado do Ceará.

Palavras-chave: Denominações étnico-sociais. Etnia. Sociedade. Justiça colonial. Auto de querela.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A sociedade é composta por inúmeras etnias e grupos sociais que compõem uma coletividade e que são representadas por indivíduos que trazem consigo traços biológicos e culturais inerentes a cada uma delas. Tendo como ponto de partida esta concepção, observamos na sociedade contemporânea os diversos conflitos que envolvem estas denominações, pois hoje as etnias se definem não apenas por uma configuração social ou de origem, mas também por questões ligadas à identidade ou à ideologia. No entanto, no século XIX, contexto de produção dos documentos de nosso *corpus*, os atores envolvidos nos crimes (vítimas, querelantes, querelados e testemunhas) eram categorizados pelos escrivães de acordo com a percepção de cada um.

Portanto, partindo do contexto constituído pelos relatos dos autos de querela do século XIX, buscamos analisar a configuração étnico-social da época e compreender como esses grupos tinham acesso à justiça no período colonial, mais precisamente na antiga capitania do Ceará. Observamos nas narrativas quais as denominações atribuídas a cada indivíduo citado, quem são os indivíduos denominados perante a sociedade da época e quais os traços étnicos e sociais trazidos pelas designações citadas.

Seguimos como percurso teórico os escritos de Ximenes (2013), ponto de partida para a nossa análise por já ter realizado um estudo preliminar sobre as denominações étnicas; de Bluteau (1712), por nos fornecer um aparato léxico-semântico que esclarece muitas dúvidas acerca dos documentos do século XIX; e de Barbosa (2005), Fausto (2013), Prado Junior (2011) e Silva (1986), por nos aclarar as questões voltadas ao contexto histórico estudado e aos atores sociais da época.

Destarte, levantamos aqui uma discussão que nos ajudará a compreender sobremaneira a organização étnico-social da época a partir de um recorte documental autêntico e que deixa clara a relação dessa configuração com os conflitos étnico-sociais pós-modernos.

DENOMINAÇÕES ÉTNICAS

As denominações étnicas compreendem as palavras ou expressões relacionadas à cor da pele dos sujeitos descritos nos autos de querela. Percebemos uma rica categorização quando analisamos os documentos, mas, em contrapartida, não encontramos, muitas vezes, bibliografia que a referencie uma classificação, comprovando que muitas denominações são, na verdade, um legado dos escrivães/tabeliães da época. Tais palavras ou expressões podem ser uma das cinco categorias étnicas oficiais no Brasil hoje: branca, preta, parda, amarela, indígena como também podem denotar impressões pessoais de quem elaborou os textos, na tentativa de melhor descrever os envolvidos nas denúncias. Mas, não raro, algumas denominações provocam dúvida quanto à etnia dos participantes dos processos criminais, como será possível constatar adiante.

Partindo dos grupos étnicos – no caso, branco, índio e negro – que, através da miscigenação, formaram a composição característica do brasileiro, apresentaremos as denominações presentes nos documentos, reiterando que, muitas vezes, a identificação referente à cor da pele torna-se confusa no período do Brasil colônia, como bem destaca Ximenes (2013).

Iniciamos nos referindo à **etnia branca**, a qual em fins do século XVIII era constituída por europeus, segundo Barbosa (2005), em sua maioria portugueses. Corroborando este fato, Prado Jr. (2011) avança mais um pouco no tempo, os primeiros anos do século XIX, revelando ser praticamente nula a participação não lusitana no Brasil, demarcando o período com a abertura dos portos.

Na elaboração dos autos, ao caracterizar querelantes, querelados, testemunhas, inferimos ser de fácil reconhecimento os sujeitos brancos, o que pode ser confirmado com o número de brancos denominados nos autos. Porém, Barbosa (2005) alerta para uma situação curiosa, decorrente da miscigenação no país: “não é seguro afirmar que todos os mapeados como brancos nas contagens oficiais fossem europeus ou descendentes diretos de europeus. Pode-se dizer que os brancos são, na verdade, pessoas aceitas, socialmente, como caucasianas” (BARBOSA, 2005, p. 85). É o que o autor chama de branqueamento social, possível identificar, de certa forma, até hoje, no Brasil. Mais adiante, voltaremos a esse assunto.

Outra etnia que entrou na composição da população brasileira foi a **negra**. Conforme Prado Jr. (2011), a expressiva participação dos africanos pode ser compreendida através dos números elevados, um terço da população total nos primeiros anos do século XIX era constituída só de escravos. Fausto (2013) apresenta os indicadores de população da época, fim do período colonial, para comprovar a significativa presença dos africanos e afro-brasileiros. Senão vejamos: “Negros e mulatos representavam cerca de 75% da população de Minas Gerais, 68% de Pernambuco, 79% da Bahia e 64% do Rio de Janeiro. Apenas São Paulo tinha uma população majoritariamente branca (56%)” (FAUSTO, 2013, p. 59).

Porém, devemos considerar que a população negra no Brasil colonial não era composta só de escravos, uma vez que houve um grande número de africanos ou afrodescendentes livres ou libertos que, segundo dados referentes ao fim do período, constituíam 42% da população negra ou mulata.

Em relação à massa escrava, existiram inúmeras distinções como as relacionadas ao trabalho desempenhado, à nacionalidade, ao tempo de permanência no país ou à cor da pele, surgindo então várias denominações. Fausto (2013) explica, por exemplo, que “‘boçal’ era o cativo recém-chegado da África, ignorante da língua e dos costumes; ‘ladino’, o que já estava relativamente ‘adaptado’, falando e entendendo português; ‘crioulo’ era o nascido no Brasil” (FAUSTO, 2013, p. 62). Barbosa (2005) apresenta uma divisão social, a qual não dependia da condição de escravo, os negros crioulos e os negros africanos, sendo dada aos primeiros a possibilidade de juntar dinheiro e ascender socialmente.

A respeito da **etnia indígena**, Ximenes (2013), em seus estudos sobre os autos de querela, constatou pouca participação nos processos criminais. O fato é que, desde o início da colonização, houve índios cativos e os conhecidos como forros ou administrados, ou seja, encontravam-se sob a tutela dos colonizadores. E embora a escravidão se impusesse, a proteção das ordens religiosas nos aldeamentos indígenas minimizou a exploração pura e simples (FAUSTO, 2013).

Após analisar as três raças que contribuem para a formação étnica do Brasil, trataremos a seguir do caráter considerado mais salutar, a mestiçagem profunda dessas raças que torna a população brasileira um dos mais variados conjuntos étnicos da humanidade. Consequentemente, há muitas denominações para indicar a etnia/cor da pele: algumas conhecidas e encontradas em fontes bibliográficas, outras pertencentes ao vocabulário próprio dos escravões/tabeliães, conforme já expomos anteriormente.

Começamos pela nomenclatura de domínio público para as três combinações de sangue possível: branco-índio, negro-índio e a predominante branco-negro. Dessa forma, eram chamados **mamelucos**, os nascidos da união entre branco e índio. Segundo Fausto (2013), no intuito de aplicar uma política menos discriminatória em relação aos índios, a Coroa, por meio de um alvará datado de 1755, considerou aceitável o casamento com os brancos. O documento ainda dispunha sobre os descendentes, os quais tinham preferência em empregos e honrarias e não podiam ser chamados de caboclos ou outros nomes pejorativos.

Eram considerados **cafuzos** aqueles que descendiam de negros e índios. Para Prado Jr. (2011), tratava-se de uma combinação mais escassa por envolver as duas raças dominadas: “Não há na colônia, nem na distribuição geográfica, nem sobretudo na disposição social das três raças, um terreno comum em que as dominadas entrassem entre si em contato íntimo e duradouro” (PRADO JR., 2011, p. 110).

Há também relacionado à mistura do negro com o índio o termo **cabra**, mencionado por Barbosa (2005) e recorrente nos documentos analisados. Entretanto, não existe um consenso a respeito do seu significado. O dicionário Houaiss eletrônico, por exemplo, explica que se refere ao mestiço indefinido, de pele morena clara; já o Aulete (1986) considera o filho de mulato e de negra ou vice-versa. A denominação cabra pode designar ainda uma condição social, muito comum no período da colonização, especificando os indivíduos que faziam parte de grupos armados sob o comando de um chefe político, os conhecidos capangas (VIEIRA JR., 2004).

Da mesma forma que cabra podia se referir à mestiçagem, Barbosa (2005) afirma que, nas listas da população da época, constava a denominação **pardo** para abranger os casos em que não era possível determinar a miscigenação. Já Ximenes (2013) considera fácil entender a origem desse grupo, resultado de mãe negra e pai branco português; certamente, das três combinações de raças, a mais numerosa. Em alguns documentos, é possível encontrar a denominação **pardo** acrescida do qualificador **trigueiro** com a intenção de nomear os indivíduos de pele mais escura ou acastanhada. Ressaltamos ainda que, comumente, também é usado o termo **mulato** para indicar a etnia dos descendentes dessa mestiçagem.

Embora representando uma boa parcela mestiça da sociedade colonial, como mencionamos acima, a população parda sofreu o que se pode chamar de processo de branqueamento, “uma vez que muitos indivíduos conseguiam dispensa do defeito de cor e ocupavam cargos militares, civis e eclesiásticos que, por lei, só podiam ser desempenhados por brancos” (SILVA, 1986, p. 224 *apud* BARBOSA, 2005, p. 85). Por essa razão, o contingente realmente branco, puro, só podia ser relacionado aos recentes imigrantes portugueses.

Discutidas as denominações presentes nos autos de querela e que são de conhecimento geral, passemos agora àquelas que não constam nos dados oficiais do governo, ou seja, nos censos da população da época, e muito menos em fontes bibliográficas. Para tanto, apropriar-nos-emos dos estudos de Ximenes (2013), o qual explica, quando possível, as denominações empregadas pelos escrivães e tabeliães sem obedecer a normas ou critérios para identificar a etnia/cor da pele dos sujeitos participantes dos autos.

Vejam os como o autor busca esclarecer as denominações **com casta da terra** e **branco com casta da terra**:

Entendemos que uma pessoa *com casta da terra* seja o nativo não puro, ou seja, com traços de branco e de índio, muito embora esta seja a composição étnica do mameluco, mas não é ainda este, já que aparecem lado a lado as duas classificações. Ainda semelhante é a denominação de *branco com casta da terra*, o que parece ser de fato o branco com traços de índio nativo. (XIMENES, 2013, p. 87).

Aparece ainda a denominação **branco da terra** que Ximenes (2013) supõe ser o brasileiro branco, mas com características de mestiço. Deparamo-nos ainda com termos curiosos, principalmente se considerarmos o contexto em que aparecem – documentos jurídico-criminais, como um sujeito que **parece branco** e outro com a etnia bem definida, no caso **pardo**, mas com o qualificador **disfarçado**. Sobre a primeira expressão, o autor lança questionamentos: “como identificar uma pessoa que parece branca? Seria desconhecida aquela pessoa e da qual se ouviu falar por acaso, com informações vagas?” (XIMENES, 2013, p. 100). Já o caracterizador disfarçado, na concepção do autor, provavelmente aproxima a cor da pele para o tom mais claro, quase branco.

Como pudemos perceber, devido à miscigenação intensa que ocorreu no Brasil, muitas são as denominações para caracterizar seus habitantes, nem todas compreensíveis para os leitores e estudiosos dos documentos coloniais. Mas é certo que os escrivães e tabeliães ajudaram a mostrar a complexidade de nossa origem.

JUSTIÇA COLONIAL

A justiça que nos ampara no século XXI passa por grandes desafios para dar respostas a uma sociedade que avança numa rapidez cada vez maior. Ao reportarmo-nos ao século XIX, certamente os desafios também existiram, mas como se organizava a sociedade da época e quais eram os obstáculos a serem vencidos pela justiça nesse período?

Em relação à capitania do Ceará, foco da presente pesquisa, a justiça era considerada falha e inoperante o que consequentemente aumentava a impunidade e a desordem. Ximenes (2013) atribui tal fragilidade aos aspectos geográficos e climáticos da capitania, à distância da autoridade e das instituições e ao despreparo dos agentes administrativos. A esse respeito, Vieira Jr. (2004) acrescenta:

A fragilidade da presença do poder instituído e, em especial, a fraca imposição da justiça pública e seu comprometimento com interesses dos grandes fazendeiros do sertão contribuía na vulgarização da violência enquanto instrumento para resolução de conflitos cotidianos. (VIEIRA JR., 2004, p. 162).

Como podemos perceber, a violência encontrava-se disseminada nas mais variadas instâncias da vida em sociedade. Havia desde crimes de morte, envolvendo sentimentos de honra que culminavam em vinganças pessoais, até disputas por ferramentas de trabalho, brigas entre vizinhos, calúnias dentre outros. Era um cenário difícil em que a violência imperava como legítimo negociador de tensões. À justiça ficava reservada a desconfiança dos moradores das vilas, uma vez que

desempenhava um papel secundário por servir muito mais como instrumento de pressão política e econômica.

A presença constante de querelas preocupava os administradores portugueses, pois a justiça não alcançava boa parte da população, exercia-se, portanto, uma justiça pelas próprias mãos, através da lei da vingança, e que, conseqüentemente, contribuía para o aumento do número de crimes. Ferreira Neto (2003) reitera que o sertanejo encontrava-se à margem da lei, recorrendo, muitas vezes, às relações de compadrio com os seus senhores para solucionar as questões em que se envolvia.

Quanto aos representantes legais da justiça, não raro, para preservar a própria vida, rendiam-se aos interesses dos mais abastados, como já mencionamos acima, pois a prisão contra membros de famílias numerosas e tradicionais, por exemplo, poderia ser punida com o assassinato dessas autoridades. Havia ainda aqueles que eram denunciados por uso exagerado da força, causando ainda mais descontentamento à população.

Mesmo diante de precárias estruturas judiciais, como pudemos constatar, muitos desistiam do caminho recorrente da vingança aos atos violentos e buscavam a justiça para resolver suas queixas. Vieira Jr. (2004) afirma que as querelas criminais envolviam com maior frequência os grupos menos privilegiados socialmente e tratavam de defloramentos de moças pobres, furtos de roçados, assassinatos e agressões físicas, para citar apenas alguns exemplos. Ferreira Neto (2003) também se refere à justiça da época, confirmando que era acionada apenas pelos mais abandonados, em um cenário de total isolamento das populações no sertão.

Uma vez denunciados, os delitos cometidos eram registrados em uma documentação específica, o auto de que-rela, que pertence à esfera jurídico-criminal e que, na verdade, constitui a primeira peça de um processo composto de várias partes e de outras peças menores a ela atreladas, apresentando uma estrutura de certa forma fixa (XIMENES, 2013).

Segundo Ximenes (2013), comumente, o documento traz em seu início um resumo em que aparece a descrição dos envolvidos – querelantes e querelados – no que se refere à cor da pele, ao estado civil, ao local da residência, além de discriminar a condição social por meio do ofício dos sujeitos. Na sequência, encontra-se uma referência ao livro de sumários, no qual constam a síntese da querela e o depoimento das testemunhas.

As indicações a respeito do tempo/espaço dos fatos dão prosseguimento ao texto do documento e compõem a introdução, iniciada pela expressão *Anno do Nascimento de Nosso senhor Jezus Cristo* [...]. As informações versam sobre o dia, o mês, o ano e o local, no caso, descrito como “a vila da capitania em que se encontra o corregedor da comarca fazendo a visita de correição para administrar a lei” (XIMENES, 2013, p. 304).

A parte subsequente chama-se petição do auto, em que as queixas relatadas pelos querelantes ao corregedor (como dito acima) ou, em substituição a esse, ao juiz ordinário eram registradas pelo escrivão, o qual relacionava ao final os nomes das três testemunhas (muitas vezes, quatro) acompanhados das características.

Na continuidade do texto, o juiz faz o despacho e encaminha a distribuição para o escrivão. Passando ao desfecho, a figura do querelante deve confirmar a verdade dos fatos ali de-

nunciados e estar ciente de apresentar as testemunhas já relacionadas num prazo de 20 dias, tornando a denúncia inválida o não cumprimento. Assinam o documento o juiz e o querelante.

Concluída a descrição da estrutura de um auto de querela proposta por Ximenes (2013), ressaltamos alguns elementos às vezes presentes como a referência a um cirurgião licenciado ou mesmo um barbeiro para realizar o exame de corpo de delito, em casos de crime de morte ou de espancamento com lesões; se a denúncia era de estupro, duas parteiras profissionais realizavam a vistoria, na falta delas, mulheres consideradas experientes eram convocadas. Outro aspecto diz respeito às situações em que o querelante, sendo analfabeto, tinha sua assinatura substituída por uma cruz; quando não o próprio juiz ou escrivão assinava por ele. Por fim, destacamos que, em alguns livros, é possível encontrar toda a prestação de contas das despesas, como o valor das folhas de papel, o pagamento do escrivão, o preço do auto, entre outros itens.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Depois de esclarecidas as questões teóricas e documentais, iniciamos a discussão suscitada a partir da análise de nosso *corpus* de pesquisa, 67 autos de querela e denúncia do século XIX da antiga capitania do Ceará (XIMENES, 2006).

Nosso objeto de pesquisa, os termos que denominam étnico-socialmente os indivíduos dos autos (vítimas, querelantes, querelados e testemunhas), foram extraídos dos 67 autos de querela e denúncia editados semidiplomaticamente e pu-

blicados por Ximenes (2006). Esses autos estão reunidos em 4 livros (39, 33, 64 e 1097) que fazem parte do acervo documental do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) e contêm, respectivamente, 18, 19, 17 e 13 autos.

É válido ressaltar que os documentos aqui analisados já foram *corpus* de outras pesquisas que exploraram diferentes aspectos, porém, não podemos esquecer que Ximenes (2009, 2013) já citou a viabilidade de análise voltada para o aspecto aqui investigado.

Outro ponto a ser lembrado sobre as análises é a delimitação dos indivíduos analisados, pois há em alguns autos a denominação étnico-social dos trabalhadores/colaboradores da justiça, entre eles juízes, parteiras, cirurgiões, escrivães. Contudo, pela instabilidade da presença das denominações para esses profissionais, optamos por analisar somente os envolvidos direta e indiretamente nos crimes, ou seja, vítimas, querelados, querelantes e testemunhas.

Para iniciar as análises, realizamos uma leitura minuciosa a fim de elencar, de acordo com a delimitação exposta anteriormente, todos os indivíduos citados e as denominações atribuídas a cada um deles nos autos de querela analisados.

Após a leitura, foi possível elencar 436 indivíduos distribuídos em consonância com a função de cada um deles nos crimes documentos. A saber:

Tabela 1 – Sujeitos e sua função nos documentos

Querelante	78
Vítima	14
Querelante-vítima	10
Querelado	120
Testemunha	214
TOTAL	436

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para a contagem dos envolvidos, consideramos os indivíduos com suas características e não a ocorrência por documento. Para exemplificar esta decisão, tomamos como modelo *Manoel Martins Garrido*, querelado nos autos 16 e 17 do livro 39, e que tem na acusação, na denominação e nas demais características, evidências de que é a mesma pessoa referenciada em ambos os autos. Esta semelhança já havia sido apontada por Ximenes (2006) e também foi por nós constatada.

Depois de concluído o inventário dos indivíduos envolvidos nos crimes relatados, foi possível observar quais as lexias responsáveis pelas denominações étnico-sociais trazidas pelos autos para cada um dos sujeitos. Temos como as denominações citadas as seguintes: branco, branco com casta da terra, branco com casta, branco da terra, caboclo, cabra, com casta da terra, com casta de pardo, crioulo, índio, índio misturado, mameluco, misturado, mulato, negro, pardo, pardo bem trigueiro, pardo disfarçado, parece branco e preto.

Logo, é possível notar que foram encontradas 20 denominações, para as quais podemos destacar a seguinte quantidade de indivíduos:

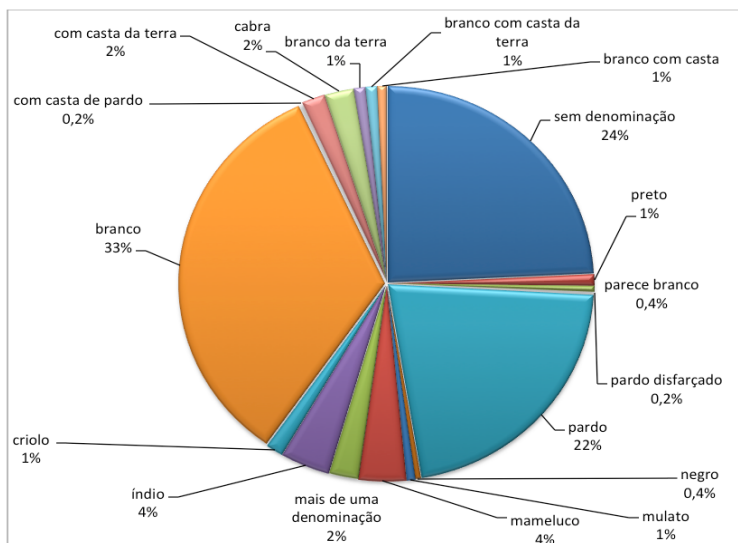
Tabela 2 – Denominações étnicas

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS
branco	146
sem denominação	105
pardo	94
índio	17
mameluco	16
cabra	10
com casta da terra	08
criolo	06
branco com casta da terra	04
branco da terra	04
preto	04
branco com casta	03
mulato	03
mameluco / com casta da terra	02
negro	02
parece branco	02
com casta de pardo	01
índio / mameluco / caboclo	01
mameluco / branco com casta	01
mameluco / índio misturado	01
mameluco / caboclo ou misturado	01
pardo / branco	01
pardo / cabra	01
pardo / preto	01
pardo / pardo bem trigueiro	01
pardo disfarçado	01
TOTAL	436

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observemos, ainda, como ficou a distribuição geral das denominações étnico-sociais dos sujeitos dos autos investigados. A saber:

Gráfico 1 – Sujeitos e sua função nos documentos



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao observarmos a tabela e o gráfico anteriores, podemos perceber que apesar da grande maioria dos indivíduos receber uma denominação (331 indivíduos), há 105 que não foram categorizados nos autos (24%), os quais são 32 testemunhas, 30 querelados, 26 querelantes, 11 vítimas e 6 querelantes-vítimas. Notamos que o não atribuir a etnia ou condição social pode ser considerado como estilo do escriba, uma vez que o escrivão Jozé de Barros Corrêa, único escrivão do livro 39, foi o que mais deixou de atribuir essas denominações, totalizando 32 sujeitos não categorizados por ele. Outra hipótese seria a ausência de parâmetros estabelecidos pela justiça da época para designação de etnias, o que provavelmente deixava os escrivães em dúvida em dados casos e, conseqüentemente, pela dúvida eles optavam pela não denominação.

Entre as denominações, a mais atribuída é a branca, o que representa 33% de todos os indivíduos citados nos 67 autos, estando ela distribuída entre 28 querelados, 34 querelantes e 84 testemunhas. Os números corroboram que a etnia branca é a mais numerosa entre as que têm acesso à justiça, visto que são em maior número não apenas no geral, mas também de denunciante (querelante) e de testemunhas, o que evidencia o *status* de credibilidade atribuído aos brancos perante a sociedade no contexto de produção dos documentos.

Não podemos deixar de mencionar que além dos 146 indivíduos denominados apenas como *brancos*, há 13 envolvidos que são categorizados como *branco com casta da terra* (4), *branco da terra* (4), *branco com casta* (3) e *parece branco* (2). Dentre essas denominações, podemos destacar como imprecisa a *parece branco*, pois há uma inconformidade em quais as características físicas que puderam levar o escriba a esta denominação, no entanto, de acordo com os estudos de Santos (2005), os traços físicos são muitas das vezes os responsáveis pela descaracterização de uma denominação, restando ao escrivão à sensibilidade de perceber os traços físicos e sociais que o levam a uma denominação.

Seguida da etnia branca, a parda é a segunda mais citada nos autos investigados com 22%, pois, em diálogo com Barbosa (2005), notamos que o grande número desta etnia deve-se a constatação de uma população composta por uma hibridização de outras etnias e que resultam em um indivíduo sobre o qual não podemos afirmar a origem. Portanto, podemos presumir que ao denominar um indivíduo como pardo, os escrivães da época assinalam, na história, a imprecisão das

denominações atribuídas e a presença da miscigenação desde os primórdios da colonização do Ceará.

Não podemos deixar de citar que entre os pardos há três específicos que aparecem apenas uma vez cada um em nosso *corpus* de pesquisa, *pardo bem trigueiro*, *com casta de pardo* e *pardo disfarçado*. O indivíduo que recebe a denominação de *pardo bem trigueiro* é José Alvares da Silva, testemunha do auto 11 do livro 1097, que ao ser citado como testemunha é denominado como tal e depois, ao ser categorizado em seu depoimento, recebe a denominação apenas de pardo. Já o indivíduo com *casta de pardo* é Luiz de Souza Palhano, testemunha do auto 1, livro 33, ele recebe apenas essa denominação, que nos leva a considerar, de acordo com Raminelli (2012), ter sido atribuída por razões físicas, pois poderia haver na testemunha características de etnias diferentes hibridizadas. E por fim, Alberto Ferreira do Lago (auto 12, livro 33) é o indivíduo que recebe a caracterização de *pardo disfarçado*, o que nos atenta para o que diz Santos (2005), pois é possível que o indivíduo tenha recebido essa denominação em virtude de suas qualidades físicas e sociais que nos levam a entender melhor a configuração social da época. Não há nos documentos outra referência a *pardo bem trigueiro*, *com casta de pardo* e *pardo disfarçado*, o que evidencia a designação *pardo* como genérica em caso de dúvida dos escrivães.

Os índios, nativos do território brasileiro, também aparecem nos autos, porém em número não tão expressivo. São identificados nos documentos 19 índios, dos quais 17 são designados apenas como índios e 2 recebem mais de uma denominação, as quereladas Suzana e Maria Manoela, auto 15, livro

39 e auto 1, livro 33, respectivamente. Suzana é denominada como índia, *mameluca* e *cabocla*, já Maria Manoela é denominada como *mameluca* e índia misturada. A partir dessas que-reladas, podemos perceber que há uma aproximação entre as denominações índio e *mameluco*, pois, como dito anteriormente, os *mamelucos* são de origem índia e branca. Contudo, Maria Manoela é nas duas denominações tida como apenas de origem índia, uma vez que é considerada pelo escriba como *mameluca* e índia misturada. Já Suzana, além de índia e *mameluca*, é denominada também como *cabocla*, o que confere a ela um lugar preterido perante a sociedade da época.

Aproveitando o ensejo, observamos que, além das *mamelucas* mencionadas, há ainda 20 *mamelucos* citados nos autos, totalizando 22 sujeitos, sendo 16 denominados somente *mamelucos* e 6 com mais de uma denominação, ou seja, segundo a justiça colonial, os sujeitos são *mamelucos* e também *com casta da terra*, *branco com casta*, índio, índio misturado, *misturado* e *caboclo*. A partir dessas dúvidas e imprecisões, confirmamos que a segunda denominação conferida é aproximada ao sentido já atribuído à denominação *mameluco*, mistura de índio e branco, e fica também evidente nas denominações *com casta da terra* e *branco com casta*, pois ambas se referem à aproximação dos sujeitos aos traços do nativo brasileiro, o índio.

Em números, depois dos *mamelucos*, temos os *cabras*, dos quais podemos contar 11 sujeitos, sendo 10 denominados apenas de *cabras* e 1 de *pardo* e *cabra*. É relevante destacarmos que a denominação *cabra* aparece como uma etnia, no entanto, em dados trechos dos autos podemos perceber que esta desig-

nação se refere a uma condição social ligada ao trabalho, pois é possível entender que o cabra é o trabalhador responsável pelo trabalho braçal, semelhante a um capanga (XIMENES, 2009).

Não podemos deixar de mencionar que há entre os indivíduos 15 sujeitos denominados como de tom de pele mais escuro, são eles: os criolos (6), os pretos (4), os mulatos (3) e os negros (2). Essas denominações são facilmente percebidas como étnicas, todavia, há outras características que acrescidas a elas denotam a condição social do sujeito. Dos 6 *criolos*, 2 são denominados *criolos forros*, ou seja, são pessoas de pele escura e livres, mas há também um crioulo escravo, Anastácio, que tem ainda o nome de seu dono, Ignácio Ferreira de Carvalho, referenciado no auto (auto 4, livro 33). É importante destacar que há ainda entre os criolos um por nome de Luiz de Castro, que é denominado no documento como de *nação crioulo*, isto é, presumimos que este sujeito veio da África. Já entre os 4 *pretos*, há 2 forros e 2 escravos, havendo também uma menção à *nação Angola* para a preta escrava Joaquina. Já entre os 3 mulatos, apenas um é escravo, a escrava Caetana, os outros dois são interpretados como livres, visto que *vivem de seu trabalho*. E para finalizar, temos os 2 negros, os quais percebemos como na condição de escravos, visto que uma é esposa do escravo Anastácio (auto 4, livro 33) e o outro é denominado apenas como *um negro cujo nome ignora o suplicante*, o que deixa claro a irrelevância social dos negros no contexto de produção desses documentos.

Ainda observando a tabela anterior, não podemos deixar de mencionar que, entre os 331 indivíduos categorizados, 10 receberam mais de uma denominação étnico-social, o que

demonstra a imprecisão da justiça em estabelecer uma ordem de classificação dos sujeitos e ressalta o caráter social em detrimento das características biológicas dos envolvidos. Esta imprecisão evidencia, também, o quão subjetiva era a categorização atribuída pelos escrivães da época, pois, o fato de um mesmo escriba conferir denominações diferentes a uma pessoa no mesmo documento, deixa claro o desconhecimento e a dúvida vivenciada por esses profissionais cotidianamente, tendo em vista que não há registros de que a justiça colonial tinha à época um padrão para as categorizações dos sujeitos étnico e socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando as análises, podemos constatar que foram encontradas 22 categorias descritas pelos escrivães nos documentos. São elas: branco, branco com casta, branco com casta da terra, branco da terra, caboclo, misturado, cabra, com casta da terra, com casta de pardo, crioulo, índio, índio misturado, mameleuco, com casta da terra, mulato, negro, pardo, pardo bem trigueiro, pardo disfarçado, parece branco, preto e sem denominação. Das 22 categorias, 21 são denominações e 1 representa a ausência delas.

Os sujeitos sem denominação representam um quarto de todos os indivíduos citados nos documentos, o que mais uma vez é prova da imprecisão das denominações atribuídas e conota a inexistência de um padrão estabelecido pela justiça para esse tipo de categorização.

Entre as etnias, podemos destacar a branca como a mais numerosa em sujeitos entre todas as funções ocupadas nos autos, o que evidencia a elitização do acesso à justiça colonial, pois eles aparecem em sua maioria expressiva, principalmente, entre os querelantes, querelados e testemunhas.

Outro fator que nos chamou a atenção foi o fato de o contexto ser determinante para a compreensão de cabra como uma denominação étnica ou social, pois, como dito anteriormente, encontramos cabra na literatura da área como o trabalhador peão da propriedade rural que executa todos os tipos de trabalho braçal, não obstante, podemos observar que essa função não se concretiza em todas as descrições dos sujeitos cabra.

Não podemos deixar de mencionar que o modo como os sujeitos de pele mais escura são categorizados estabelecem de maneira bem marcada a diferença que a sociedade da época fazia entre os livres e os cativos, pois o contexto dos documentos é ainda período escravocrata, e os cativos dependiam da permissão de seus donos, também mencionados nos documentos como tais, para ter acesso à justiça.

Em linhas gerais, podemos finalizar declarando que a justiça no século XIX era um setor da sociedade que pode ser considerado de acesso restrito às camadas sociais mais elevadas, pois há uma grande frequência de brancos, proprietários de terra e bens e pessoas de altos cargos que a buscavam na pretensão de resolver um crime.

REFERÊNCIAS

AULETE, F.J. C. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1986.

BARBOSA, A. Demografia histórica e história da língua portuguesa no Brasil-colônia: reflexões sobre o fim dos setecentos. **Linguística**, Santiago, v. 17, p. 75-94, 2005.

BLUTEAU, D. R. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Lisboa: [s. n.], 1789.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAMINELLI, R. Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. **Varia história**. [online]. 2012, v. 28, n. 48, p. 699-723. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n48/11.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

SANTOS, J. T. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações racionais no Brasil dos séculos XVIII. **Afro-Ásia**. n. 32, 2005. p. 115-137. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia32_pp115_137_Jocelio.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SILVA, M. B. N. **Nova História da Expansão Portuguesa**. O Império Luso-Brasileiro (1750-1822). Lisboa: Estampa, 1986.

VIEIRA JR., A. O. **Entre paredes e bacamartes**: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

XIMENES, E. E. **Autos de Querela e denúncia**: edição de documentos judiciais do século XIX no Ceará para estudos filológicos. Fortaleza: LCR, 2006.

_____. **Estudo filológico e linguístico das unidades fraseológicas jurídico-criminal da Capitania do Ceará nos séculos XVIII e XIX**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

_____. **Fraseologias Jurídicas**: estudo filológico e linguístico do período colonial. Curitiba: Appris, 2013.

INSTRUÇÕES MILITARES QUE CONTÉM OS PRINCÍPIOS GERAES DE TACTICA (FBN- I-14,01,039): EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E GLOSSÁRIO TERMINOLÓGICO

Sandro Marcio Drumond Alves Marengo

Resumo: Este texto tem por objetivo apresentar um fragmento do trabalho de uma edição semidiplomática e elaboração de um glossário terminológico específico de um manuscrito setecentista de temática militar (*Instruções militares que contém os princípios geraes de Tactica*) que compõe o acervo da Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN-RJ). Para seu desenvolvimento, adotaram-se princípios teóricos referentes ao trabalho da Crítica Textual (CAMBRAIA, 1999, 2005; MATTOS E SILVA, 2008; MAIA, 2012) e aos procedimentos de formulação de glossários terminológicos (FAULSTICH, 1993, 1995; BARROS, 2004). Após a realização da edição semidiplomática e glossário referente à terminologia de formações de agrupamento de militares da fonte documental, chegou-se à conclusão de que edições realizadas com critérios e rigor da Crítica Textual nos permitem um apanhado de dados mais confiável para trabalhos de cunho histórico, no caso em tela, de viés terminológico-diacrônico.

Palavras-chave: Crítica Textual. Edição de Textos. Glossário. Terminologia. Diacronia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estudo do ofício militar (ou como se dizia na Antiguidade, das Artes Militares ou da Guerra) é, sem dúvida, também o estudo da história social de uma civilização, pois “ao estudar-se a evolução da organização militar e do Exército, torna-se mais inteligível a evolução da própria sociedade” (MARQUES, 1989, p. 14). As guerras e batalhas (por mais esporádicas que sejam) são parte constituinte de toda história da humanidade. Assim, quando nos debruçamos sobre o estudo da história de um povo (BURKE; PORTER, 2001), certamente encontraremos algum aspecto que faça menção ao militarismo.

Este artigo é um pequeno recorte do trabalho realizado com um manuscrito de temática militar que compõe o acervo da Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN-RJ). O objetivo estabelecido é, além de mostrar os critérios e as normas para confecção de uma edição semidiplomática da fonte, apresentar o resultado de edição dos dois primeiros fólios do manuscrito, como uma breve amostra do trabalho feito na totalidade com o documento mencionado (MARENGO, 2016). Além disso, agregamos ao objetivo expor um recorte do glossário terminológico confeccionado. Optou-se, neste espaço, pela delimitação do campo referente às formações de agrupamento tático dos militares, que também foi produzido em sua totalidade em outro trabalho (MARENGO, 2016; MARENGO; CAMBRAIA, 2016).

SOBRE O CORPUS

A fonte documental delimitada intitula-se *Instruções militares que contém os princípios geraes de Tactica* e encontra-se sob a cota I-14,01,039 na Seção de Manuscritos da FBN-RJ, em forma de livro encadernado. A autoria do documento é atribuída a Antônio José Batista de Sá Pereira Carneiro e data de 1769. O manuscrito é de procedência portuguesa, sem maiores especificações de áreas ou cidades. Está constituído de 91 fólios de papel dispostos do seguinte modo:

- 01 fólio relativo à folha de guarda (frontispício), com inscrições do título somente em seu recto;
- 02 fólios que compõem uma parte do texto intitulada de *prospecto*, contendo o segundo fólio somente inscrições em seu recto;
- 01 fólio relativo ao *prólogo* escrito em recto e verso;
- 02 fólios de dedicatória, não sendo o segundo fólio escrito no verso;
- 09 fólios de mapas, figuras e desenhos que ilustram a execução e formação dos movimentos estratégicos estipulados ao longo do texto;
- 76 fólios escritos todos em recto e verso, correspondentes às instruções e princípios gerais de tática militar.

Não há numeração original de página em nenhum fólio dessa fonte documental. O texto está dividido em seis capítulos e cinco deles, por sua vez, subdivididos em artigos. O primeiro capítulo tem 03 artigos, o segundo se constitui de 06, o terceiro de 03, o quarto de 08, o quinto não possui artigos e,

por fim, o sexto de 06. Ambas as divisões encontram-se indicadas por algarismos romanos e seguidas de índice.

BREVE ANÁLISE CODICOLÓGICA DO CORPUS

A capa da encadernação é feita em cartão e mede 165 x 215 mm. O lombo, que tem aproximadamente 32 mm, é arredondado e possui o nome do autor escrito em letras douradas, abreviando os sobrenomes, com exceção do último. Já a dimensão dos fólhos que contém as instruções propriamente ditas é de 155 x 205 mm. O papel dos fólhos tem gramatura média e é pouco poroso.

Todas as margens (superior, inferior, esquerda e direita) são marcadas a lápis de cor avermelhada em todos os fólhos escritos, seja em *recto* seja em verso. A mancha de texto tem dimensão variável entre 145 e 140 mm x 195 e 190 mm, nas quais conseguem dispor, em média, um total de 19 a 25 linhas em coluna única.

Os fólhos relativos aos mapas, figuras ou desenhos têm dimensão maior que os demais, possuem de 305 a 320 mm x 205 mm e encontram-se dobrados e dispostos ao final do livro, seguindo os fólhos das instruções. Somente há marcas do carimbo da Real Biblioteca Nacional e essas aparecem tanto em *recto* quanto verso dos fólhos e de maneira descontínua e aleatória. O códice está em bom estado de conservação, apesar de possuir algumas poucas marcas de papirófagos.

SOBRE A ESCOLHA DA EDIÇÃO

A Crítica Textual tem como objetivo principal, segundo Cambraia (2005), a restituição da forma genuína dos textos. Um texto ao ser reproduzido, por muitas vezes, não condiz com o original. Isto quer dizer que a cópia, geralmente, contém traços que podem ter sido proporcionados de acordo com a visão de quem a confeccionou. Isso pode ocorrer, por exemplo, para tornar a mensagem mais clara ou para a correção de um suposto erro.

Ainda de acordo com Cambraia (2005, p. 91), os tipos de edição podem, também, ser baseados na forma de estabelecimento do texto e são distribuídas em edições monotestemunhais (baseadas em apenas um testemunho de um texto), e as politestemunhais (baseadas no confronto de dois ou mais testemunhos de um mesmo texto). Fixamos nossa atenção somente no primeiro tipo que, segundo a proposta de Cambraia¹ (2005, p. 91-103), pode ser dividido conforme o quadro abaixo.

Quadro 1 – Edições de documentos monotestemunhais

TIPOS DE EDIÇÃO	CARACTERÍSTICAS
FAC-SIMILAR	Reproduz-se a imagem de um testemunho somente através de meios mecânicos, como fotografia, xerografia, escanerização.
DIPLOMÁTICA	Faz-se a transcrição exatamente como está escrito no modelo, como, por exemplo, sinais abreviativos, sinais de pontuação, paragrafação, separação vocabular.
SEMIDIPLOMÁTICA	Não é tão fiel ao modelo como a diplomática, fazendo assim com que a leitura seja mais fácil para o leitor que não é especialista.
INTERPRETATIVA	É a mais acessível de todas porque o texto passa por um processo de uniformização gráfica e oferece ao público um texto mais apurado. Os elementos estranhos à sua forma genuína vêm claramente assinalados.

Fonte: Cambraia (2005).

¹ A proposta de Cambraia (2005) está assentada na proposição inicialmente apresentada por Spina (1994).

A intenção das edições realizadas sob os preceitos e rigor da Crítica Textual é a de tornar o texto acessível ao público leitor. Além disso, faz-se mister ressaltar que a acessibilidade deve levar em conta a especificidade do público a quem vai destinada a edição e dos propósitos de realização da mesma (MARENGO; FREITAG, 2016). Ainda que a facilitação da leitura seja uma das metas a serem alcançadas, não se pode desprezar a sistematicidade da metodologia para sua concretização. De acordo com Mattos e Silva (2008),

No que se refere à metodologia, deve-se ressaltar que não se pode nem se deve utilizar qualquer edição de texto do passado para a análise histórico-diacrônica: a edição tem de ser feita com rigor filológico e com o objetivo claro de servir a estudos lingüísticos; há edições úteis ao historiador ou ao estudioso da literatura ou ao chamado grande público, mas que, contudo, não devem ser usadas para estudos de história lingüística. (MATTOS E SILVA, 2008, p.15).

Assim sendo, o tipo de edição a ser utilizado para estudos lingüísticos/terminológicos deve atender, primeiramente, ao linguista/terminólogo e seus anseios. Ademais, já que a edição foi realizada vislumbrando o objetivo de construir um glossário dos termos militares, houve o cuidado para que não se perdessem dados e informações relevantes para concretização do intento. Esse cuidado é importante, pois,

A viabilização dos estudos diacrônicos depende, sem dúvida, da realização de edições rigorosas e fidedignas, que ofereçam o máximo possível

de informações sobre o texto, reproduzindo, na medida do possível, todas as características do original e efetuado apenas aquelas intervenções que se fizessem necessárias para a inteligibilidade do texto (como, por exemplo, o desdobramento de abreviaturas). (CAMBRAIA, 1999, p.14).

A partir das palavras do autor, percebe-se que as edições devem ser rigorosas e buscar a fidedignidade da reprodução do maior número de informações que possam ser extraídas no texto e do texto. Como os objetivos para a presente edição já estavam bem delimitados e estabeleceu-se que o seu principal público-alvo eram linguistas/terminólogos, optou-se, então, por um alinhamento com a opinião de Cambraia (1999), uma vez que ele estabelece a edição semidiplomática como a mais adequada para o público-alvo que foi escolhido neste trabalho. Isto se deve ao fato de este tipo de edição respeitar o máximo possível das características originais das fontes e intervindo o editor em pequena escala no intuito de desfazer a dificuldade de leitura do público. Ainda conforme o autor supracitado, além de as interferências consistirem em “um grau médio de mediação, pois, no processo de reprodução do modelo, realizam-se modificações para o tornar mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar características originais, tais como os sinais abreviativos” (CAMBRAIA, 2005, p. 95), todas aparecem devidamente assinaladas e estão embasadas em justificativas de cunho linguístico.

As escolhas feitas para a realização da edição de textos de tempos pretéritos têm, em sua maior parte, embasamentos linguísticos direcionados ao tipo de pesquisa que se quer realizar.

[...] o filólogo que pretenda estabelecer uma edição deve possuir boa formação linguística e sólidos conhecimentos da língua e da sua história, a fim de saber tratar as variantes linguísticas oferecidas pelo texto. Se a língua é variável em qualquer momento de sua trajectória no tempo, o editor não pode, na sua transcrição, desprezar a variação manifestada no texto, devendo, também na questão do desdobramento de abreviaturas, ter presente a variação que a língua da época podia apresentar em qualquer nível linguístico. Para que esse texto possa vir a servir de fonte para o estudo e conhecimento da história da língua, a edição deve reflectir fielmente a variação linguística presente no manuscrito, uma vez que actualmente no estudo histórico da língua não é possível deixar de considerar os seus efeitos. (MAIA, 2012, p. 540).

Como o objetivo traçado foi trabalhar com as unidades terminológicas (lexicais) da fonte remanescente, muitas opções surgiram no momento de realizar a edição do *corpus*. Então, todos os direcionamentos assumidos e configurados como normas para a edição do texto não desprezam ou minimizam, em hipótese alguma, as possíveis questões que envolvem o fenómeno da variação em sua amplitude (MARENGO; FREITAG, 2016). Inclusive, dentro da proposta de estudo da variação de carácter socioterminológico, Faulstich (1995) prevê que os registros de variantes dos termos são importantes para o entendimento dos contextos sociais, situacionais, espaciais e linguísticos. Corroborando os cuidados tomados a respeito do tratamento do *corpus* e alinhado com as proposições já apresentadas, Schaetzen (1996) afirma que “o *corpus* é também

o único lugar que evidencia as observações precisas sobre a evolução diacrónica dos vocábulos especializados, a análise do conteúdo socioterminológico e, ao mesmo tempo, funciona como um banco de dados para as indústrias da língua”² (SCHAETZEN, 1996, p. 57).

SOBRE AS NORMAS DE EDIÇÃO

O labor filológico de edição permite ao editor criar normas adequadas ao tipo de edição que pretende realizar. Certamente, a posição adotada nesse trabalho poderia ser a de criar normas particulares. No entanto, na tradição de edição de textos, há alguns parâmetros consensuais que dispensariam a criação de normas inéditas. Assim, optou-se nesse trabalho por empregar as normas sugeridas por Cambraia (2005). Segue uma síntese destas:

- a) Os **caracteres alfabéticos** serão transcritos como caracteres romanos redondos, reproduzindo-se as diferenças de módulo. No caso de diferenças de tamanho que não configurem diferenças de módulo, estas serão transcritas em caracteres redondos uniformizados com o restante do corpo do texto, marcados em negrito e informados em nota a sua particularidade.
- b) Os **sinais abreviativos** serão todos desenvolvidos com base nas formas por extenso, presentes no mo-

² Tradução nossa. No original, “*Les corpus sont aussi l’unique lieu probant d’observations précises sur l’évolution diachronique des vocables, les analyses de contenu socioterminologiques en même temps qu’un banc d’essai pour les industries de la langue [...]*”.

delo, transcrevendo em itálico os caracteres acrescentados em substituição ao sinal abreviativo.

- c) Os **diacríticos** serão transcritos uniformizando os sinais segundo sua forma atual (mas mantendo seu uso tal qual no modelo).
- d) A **separação vocabular (intra- e interlinear), os sinais de pontuação e a paragrafação** serão reproduzidos fielmente.
- e) A **mudança de fólio e face** será informada na margem cabeça, em itálico e entre colchetes simples []. Caso as fontes sejam originalmente numeradas, o algarismo correspondente à numeração da página virá imediatamente depois das indicações de mudança de fólio e face, fora dos colchetes simples.
- f) A **numeração de linha** será inserida na margem externa à esquerda, contando de 05 em 05, de forma contínua em todo o texto.
- g) Qualquer **outra particularidade** aparente nos textos será informada em nota.

EDIÇÃO DO FÓLIO INICIAL DO MANUSCRITO (fólio 7r e 7v)

Figura 1 – Edição fac-símile do documento (fólio 7r)

Instruções militares

3

Capítulo I.

Da Tactica em geral.



Os Gregos, os Romanos, e os grandes mestres da Antiguidade, deram as leis ao mundo, e subjugarão as Nações barbaças, e ainda as mais cultas; não por que as esboçaram no valor, mas sim pela sua boa constituição militar, e pelas excellentes instituições, que compozerão para as suas tropas: Elles foram os que estudaram methodicamente a sciencia da guerra, a qual dividiram em diversos ramos, a que hão differentes nomes; e aeste de formar as tropas em ordem para combater, chamaram Tactica.

m . m . m . m . m . m . m . m . m . m . m

Art. I.

Definição da Tactica e de outros termos militares.

A Tactica he pois a arte de formar as tropas, moveis,

Figura 2 – Edição facsímile do documento (fólio 7v)

e ordenadas de novo em todos os acontecimentos possíveis, na disposição conhecida por mais vantajosa = O Plano de Manoeuvras durante a guerra em breves palavras = A tática he a sciencia da ordem =

Appropriação, que muda a ordem das tropas ~~conforme as circumstancias~~, chamada = manobra = e a *evolução* = he aquelle movimento que hua tropa executa sem mudar a sua disposição, e *formatura* =

Alinhamento = he huma linha determinada por dois pontos dados; entre os quaes se devem tomar outros intermediarios, que indispensavelmente se precisão para evitar furo o vngano, e se não torcer a direccão =

Linha das espaldas = he huma recta supportada entre os pontos exteriores, e os mais distantes dos hombros do soldado =

Vanguarda = he o rectangulo supportado diante de huma tropa, de maneira que dois dos seus lados sejam parallelos á linha das espaldas, e os outros dois perpendiculares a ella =

Retaguarda = he o rectangulo supportado detrás de huma tropa, de maneira que dois dos seus lados sejam parallelos á linha das espaldas, e os outros dois perpendiculares a esta linha =

Flancos = são os lados do mesmo rectangulo, que são perpendiculares á linha das espaldas =

Tropa = he hum termo militar, que signi-

EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

[fól. 7r]

Instrucções militares³

⁴Capítulo I.

Da Tactica em geral.⁵

Os Gregos, eos Romanos, esses grandes mestres da Antiqui-
05 dade, déraõ as leys ao mundo, esubjugáraõ as Naçoens barba-
ras, e ainda as mais cultas; não porque as excedessem no valor,
mas sim pela sua boã constituição militar, e pelas excellentes
instituiçoens, que compozéraõ para as suas tropas: Elles foraõ
10 os que estudáraõ methodicamente a sciencia da guerra, a qual
dividifaõ em diversos ramos, a que déraõ differentes nomes; e
aeste de formar as tro-pas em ordem para combater, chamáraõ
Tactica.

~.~.~.~⁶

Artigo I.

Difinição da tactica e de outros termos mi-

15 ~ litares. ~

A Tactica hepois= a arte de formar tropas, moveelas,

3 O que está em negrito aparece escrito com letra maior que a do corpo do texto.

4 Entre o título "Instrucções militares" e "Capítulo 1" aparecem duas linhas retas horizontais e paralelas.

5 O que está em negrito aparece escrito com letra maior que a do corpo do texto.

6 Ao longo da fonte documental original, linhas onduladas seguidas de ponto aparecem traçadas no intuito de separar capítulos, parágrafos, subcapítulos, seções e/ou ideias contidas no texto. Para esta edição, optou-se por manter indicadas as suas representações gráficas e não as consideramos como linha a ser contada.

[fól. 7v]

e ordenalas de novo em todos os acontecimentos possíveis, na disposição conhecida por mais vantajosa. = O Barão du Mesnil Durand adefine em breves palabras=A Tactica he

20 a sciencia da ordem.=

A opperação, que muda a ordem das tropas conforme as circunstancias, chamase =manobra= ea =evolução= he aquelle movimento, que huã tropa execute sem mudar a sua disposição, eformatura=

25 Alinhamento:= he huma linha determinada

por dous pontos dados; entre os quaes se devem tomar o outros intermediarios, que indispensavelmente se precisaõ para evitar todo o engano, e se não torcer a direcção.=

30 Linha das espadoas= he huma recta supposta

tirada entre os pontos exteriores, e os mais distantes dos hombros do soldado.=

Vanguarda:= he o rectangulo supposto diante de huma tropa, de maneira que dous dos seus

35 lados sejaõ parallelos á linha das espadoas; e os outros dous perpendiculares aella.=

Rectaguarda= he o rectangulo supposto detrás de huma tropa, de maneira que dous dos seus lados sejaõ parallelos á linha das espadoas, eos outros

40 dous perpendiculares aésta linha.=

Flancos=saõ os lados do mesmo rectangulo, que saõ perpendiculares á linha das espadoas.=

Tropa = he hum termo militar, que signi-

A CONSTRUÇÃO DO GLOSSÁRIO TERMINOLÓGICO

De acordo com Faulstich (1995, p. 284), um glossário terminológico é um “repertório que define termos de uma área científica ou técnica”. O propósito estabelecido foi justamente trabalhar com os termos da área militar de infantaria, com ênfase, nesse espaço, às formações de agrupamento dos militares. Assim, a opção feita foi por um glossário parcial e seletivo⁷ tomando como base as entradas lexicais que são definidas como vocábulos de especialidade militar (MARENGO; CAMBRAIA, 2016).

Para a delimitação e extração dos termos, foram usados procedimentos e informações disponíveis no âmbito da Linguística de *Corpus*. Com vistas a obter a máxima precisão na coleta dos dados, optou-se pelo uso da ferramenta computacional *WordSmith Tools 6.0*⁸. Barros (2004, p. 263) afirma que “a utilização do computador dá aos estudos de *corpora* maior precisão e praticidade”. Dessa feita, para construir o glossário terminológico (STREHLER, 1995), foi usado um *software* livre chamado *Lexique pro*. A padronização elencada para a constituição das informações do glossário foi a seguinte:

- 1 - As entradas estão em ordem alfabética, caixa alta e apresentam-se no singular;
- 2 - Posteriormente, indicaram-se as linhas em que aparecem o verbete, de acordo com a numeração das edições e como está figurado na entrada (singular).

7 Entendemos a denominação de glossário parcial como aquele que seleciona as palavras que irão compor a nomenclatura e, para tanto, estamos baseados nos preceitos de Mira Mateus (1995). Já a concepção de glossário seletivo, extraímos de Mattos e Silva (2006, p.46). Segundo a autora, é aquele em que “os editores escolhem nos seus verbetes os itens que julgam de interesse para a história da língua”. No nosso caso, o julgamento, além do que preconiza a autora, centra-se na delimitação das unidades terminológicas substantivas simples da linguagem de especialidade que estamos enfocando. Por isso, optamos por classificar nosso glossário de parcial e seletivo.

8 O WST é um software desenvolvido por Mike Scott no ano de 1999.

Caso o termo aparecesse mais de uma vez na mesma linha, o número dela foi repetido. A etiqueta atribuída foi "**Ls.**";

- 3 - Na terceira linha, foi indicada a classe das palavras, mesmo que já tivesse sido estabelecido tratar somente com substantivos <s.>, e o gênero, sendo <m.> para masculino e <f.> para feminino. Como todas as entradas estão no singular, descartou-se a marcação de número do verbete. A etiqueta foi "**Cl.Pal.**";
- 4 - A quarta etiqueta corresponde a "**Lem.**", isto é, à lematização. Esse campo foi preenchido com as formas variáveis do termo: gênero, número e, como se trata de um trabalho de cunho histórico, ortográfico. Todas as formas variáveis foram catalogadas. Ao lado de cada variante, entre parênteses, as linhas correspondentes à edição estão indicadas. Caso tenha aparecido mais de uma vez na mesma linha, o número dela foi repetido;
- 5 - A próxima entrada informacional foi destinada ao número de ocorrência total do vocábulo, incluindo suas variantes. Foi etiquetado como "**Freq.**";
- 6 - Após esses procedimentos, foram apresentadas, em seguida, informações etimológicas dos verbetes. As bases de consulta foram os dicionários etimológicos de Cunha (2007), representado por CUN, e Nascen-tes (1932), representado por NAS. A escrita das definições foi uniformizada de acordo com as normas ortográficas vigentes no momento atual. A etiqueta atribuída foi "**Etim.**";

- 7 - Em seguida, apresentou-se a definição do termo. A acepção foi extraída diretamente da edição. No caso de a edição não ter contemplado explicitamente a definição, esta foi (re)construída com base nos indicativos textuais e pesquisas históricas seguido do indicativo **[rec]**. A escrita das definições, no caso de serem retiradas diretamente do texto, foi uniformizada de acordo com as normas ortográficas vigentes no momento atual. A etiqueta foi nomeada como **“Def.Ms.”**;
- 8 - A acepção apresentada na linha seguinte foi tomada da referência lexicográfica que está temporalmente mais próxima da data de escrita da fonte: o *Dicionário da Língua Portuguesa* de António de Moraes Silva, primeira edição (1789). A escrita das definições foi uniformizada de acordo com as normas ortográficas vigentes no momento atual. A etiqueta foi **“Ref. Lex.”**;
- 9 - Na sequência, foram transcritas as abonações, que registram um fragmento do texto editado. Nesse caso, foi mantida a grafia da edição. Esta etiqueta foi rotulada de **“Ex.”**.

RECORTE DO GLOSSÁRIO TERMINOLÓGICO: TERMOS *BATALHÃO* *E REGIMENTO*

BATALHÃO

Ls. 36-37, 54, 105, 117, 126, 135, 150, 157-158, 160, 168, 170, 173, 185, 186, 205, 217, 236, 250, 276, 303, 314, 318, 328, 332, 339, 345, 353, 358, 367, 371, 373, 376, 385, 391, 410, 433, 460, 481, 486, 494, 515, 518, 524, 527, 531, 560, 574, 583, 594, 601, 604, 605, 611, 618, 620, 634, 645, 655, 663, 668, 684, 686, 699, 705, 706-707, 712, 719, 725, 729, 734, 735, 737, 741, 745, 748, 750, 753, 756, 758, 765-766, 767, 776, 777, 779, 788, 800, 802, 804, 805, 809, 813, 821, 827, 828, 835, 839, 845, 854, 860, 868, 911, 941, 943, 945, 953, 962, 978, 981, 989, 1007, 1015, 1017, 1019, 1034, 1043, 1047, 1050, 1056-1057, 1060, 1067, 1069, 1197, 1104, 1120, 1126, 1155, 1170, 1181, 1184, 1196, 1206, 1225, 1352, 1365, 1375, 1404, 1408, 1435, 1437, 1440, 1442-1443, 1446-1447, 1449, 1451-1452, 1455, 1458, 1460, 1468, 1480, 1576, 1578, 1580, 1589, 1591, 1602-1603, 1607, 1620, 1624, 1627-1628, 1628-1629, 1629, 1653, 1814, 1832, 1842-1843, 1858, 1887, 1905, 1972, 1979, 1984, 1990, 2003, 2013, 2021, 2027, 2036, 2040.

Cl.Pal. s.m.

Lem. Batalhões (38-39, 1402, 1484, 1564, 1587, 1618, 1620, 1626, 1691, 1716, 1738, 1760, 1762, 1813, 1871, 1892, 1915, 1921, 1924, 1929, 1931, 1959, 2005).

Bathalhão (397-398).

Batalhoens (1118, 1251, 1342, 1348, 1416, 1423, 1426, 1430, 1431-1432, 1433, 1465, 1466, 1472, 1475, 1477, 1478, 1491, 1512, 1519-1520, 1534, 1550, 1551-1552, 1582, 1636, 1645, 1647, 1648, 1668, 1736-1737, 1739, 1811, 1828, 1893, 1904, 1907, 1911, 1912, 1927, 1949, 1968, 1978, 1987, 2001, 2016).

Freq. 146

Etim. Corpo de tropa. Do francês *bataillon*, derivado do italiano *battaglione*. (NAS, Tomo I, p. 65).

Df.Ms. Corpo de tropa militar que possui entre 600 e 800 soldados [rec].

Ref.Lex. Corpo de Infantaria que faz parte de um regimento e que se subdivide em companhias. (Tomo I, p. 314).

Ex. “[...] O Capitão de qualquer lado do Batalhaõ, adverte o Capitão do lado do Batalhaõ contiguo, quando o dito lado se adianta, ou se atraza [...]” (ls. 1628-1630).

REGIMENTO

Ls. 107.

Cl.Pal. s.m.

Lem. Regimentos (114)

Freq. 02

Etim. Do verbo *reger*, do latim *regere*. Do latim tardio *regimentum*. Governar, administrar, dirigir. (CUN, p. 671).

Df.Ms. Unidade superior de composição fixa, simultaneamente tática e administrativa. Possui dois ou mais Batalhões da mesma Arma. Comandadas por um Major, Tenente Coronel ou Coronel [rec].

Ref.Lex. Cada uma das maiores divisões de uma brigada ou de um exército. Corpo de tropas sob o comando de um coronel ou outro oficial superior, dividido em Batalhões, companhias ou baterias e com maior quadro que um batalhão. (Tomo II, p. 689).

Ex. “[...] As evoluções, que deve fazer hum Regimento posto em marcha [...]” (ls. 107-108).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho nos traz uma pequena contribuição de como é possível organizar sistematicamente, a partir da edição semidiplomática de uma fonte remanescente do século XVIII, um glossário terminológico de cunho diacrônico, respeitando, então, tanto os critérios da lexicografia quanto os da terminografia. Os termos constantes no recorte do glossário exibido passaram por uma seleção de itens lexicais que, com base nos critérios terminológicos, foram assumidos como termos militares que compõem um campo semântico relativo às formações de agrupamento tático de operações militares (MARENGO; CAMBRAIA, 2016). Assim, ressaltamos a importância da Crítica Textual, dentro de seu labor com as edições de textos dentro do rigor filológico, para qualquer que seja o trabalho que queiramos realizar tendo como suporte o texto escrito (MARENGO; FREITAG, 2016).

REFERÊNCIAS

- BARROS, L. A. **Curso Básico de Terminologia**. São Paulo: EdUSP, 2004.
- BURKE, P.; PORTER, R. **História social da linguagem**. São Paulo: edUNESP; Cambridge University Press, 2001.
- CAMBRAIA, C. N. *Subsídios para uma proposta de normas de edição de textos antigos para estudos lingüísticos* In: **I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa**. São Paulo: FFLCH-USP/ Humanitas, 1999. p. 13-23.
- _____. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CUNHA, A.G. **Dicionário Etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

FAULSTICH, E. Rede de remissivas em um glossário técnico. **Cadernos do Instituto de Letras/UFRGS**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 1993.

_____. *Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina*. **Revista Ciência da Informação**. v. 24, n. 3, p. 281-287, MCT/CNPq/IBICT, Brasília, set-dez, 1995.

MAIA, C. Linguística Histórica e Filologia In: LOBO, T.; *et al.* **ROSAE. Linguística histórica, História das línguas e outras histórias**. Salvador: EdUFBA, 2012. p. 533-542.

MARENGO, S. M. D. A. **Variações terminológicas e diacronia: estudo léxico-social de documentos militares manuscritos dos séculos XVIII e XIX**. 2016. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

MARENGO, S. M. D. A.; CAMBRAIA, C. N. Estudo socioterminológico da variação/mudança em manuscritos militares dos séculos XVIII E XIX. **Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura**, n. 24, p. 203-224, São Cristóvão, 2016.

MARENGO, S. M. D. A.; FREITAG, R. M. K. Para Uma História Do Português Brasileiro em Sergipe: Organizando as Fontes Manuscritas e suas Edições. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. v. 1, n. 46, p. 116-129, Aracaju, 2016.

MARQUES, F. P. **Exército e Sociedade em Portugal, no Declínio do Antigo Regime e Advento do Liberalismo**. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

MATTOS E SILVA, R. V. **O português arcaico**. Fonologia. Morfologia e Sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Caminhos da Linguística Histórica** (Ouvir o inaudível). São Paulo: Parábola, 2008.

MIRA MATEUS, M. H. Elaboração de glossários: problemas, métodos e técnicas. In: PEREIRA, C. C. **Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in memoriam Celso Cunha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 289-298.

NASCENTES, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932.

SCHAETZEN, C. Corpus et Terminologie: constitution de corpus spécialisés pour la confection de dictionnaires. **Revue Française de Linguistique appliquée**. Dossier Corpus: de leur constitution à leur exploitation. v. 1-2, p. 57-76, Déc., 1996.

SILVA, A.M. **Dicionário da lingua portugueza**. 1.ed. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2 tomos.

SPINA, S. **Introdução à edótica: crítica textual**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: ArsPoetica; Edusp, 1994.

STREHLER, R. G. A socioterminologia como base para a elaboração de glossários. **Revista Ciência da Informação**. v. 24, n. 3, p. 1-4, Brasília, MCT/CNPq/IBICT set-dez 1995.

“QUAL É O SEU NOME?”: ESTUDO DOS ANTROPÔNIMOS CONSTANTES EM DOCUMENTOS DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto
Daianna Quelle da Silva Santos da Silva

Resumo: Todos os seres de que se tem conhecimento possuem nomes. A nomeação é um processo natural em que a língua demonstra a sua dinamicidade e, por isto, representa as manifestações culturais e sociais de um determinado povo. Partindo-se desse pressuposto, ao se falar em nomes próprios de pessoas, somos levados à Antroponímia, ciência que os estuda. Sendo assim, neste artigo, apresentamos o levantamento e a análise dos antropônimos constantes em dois documentos do início do século XX, a saber: um processo crime de estupro de 1907 e uma ação ordinária de desquite lavrada entre 1919 a 1922. Nestes, objetiva-se estudar vinte e dois prenomes, partindo de sua etimologia aos respectivos contextos, à medida em que estes aparecem nos documentos. Logo, para a realização dessa análise, tomamos como base o *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa* (2003), de José Pedro Machado, e as definições e os pressupostos teórico-metodológicos definidos por Vasconcelos (1928), Câmara Jr. ([1968] 1984) e Ferraz (2006).

Palavras-chave: Léxico. Antropônimos. Documentos do início do século XX.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É inegável o fato de que, através da língua, são mais nítidas as manifestações culturais, sociais, políticas e ideológicas de um determinado povo. Isso quer dizer que são os mecanismos linguísticos utilizados por cada pessoa, ao nomear, que nos dizem informações precisas sobre as sociedades atuais e as mais antigas.

Desse modo, sabemos que a nomeação é uma atividade humana muito antiga, o que reforça a assertiva de que todas as coisas no mundo possuem nomes, criados a partir da necessidade que temos de atribuir nome e respectivo significado a tudo o que nos cerca. Pensando nisso, somos levados a compartilhar da mesma ideia que Saussure (1970), quando este afirma que a língua é composta por signos linguísticos, e estes, por sua vez, por uma composição que vai do significante (representação imagética da coisa ou do ser nomeado) ao significado (conceito).

O léxico, compreendido como um conjunto infinito de signos linguísticos, incluindo-se todas as palavras existentes em determinado idioma, carrega consigo “marcas” das mudanças que ocorrem ao longo do tempo nas línguas, já que àquele estão associados os processos de criação de palavras, o desuso de outras, os empréstimos linguísticos, os termos específicos de cada área do saber e a criação de nomes de pessoas, de lugares e de objetos.

Partindo-se desse pressuposto, adentramos na ciência intitulada Onomástica, que se consolidou como tal em fins do século XIX e início do XX, através do estruturalismo linguístico e, tendo base científica na semiótica, ciência dos signos lingüís-

ticos. Assim, apropriamo-nos da Onomástica, mais precisamente da Antroponímia – estudos dos nomes próprios de pessoas – para estabelecermos dois objetivos principais: primeiro, o levantamento e, segundo, a análise dos prenomes que aparecem em dois documentos do início do século XX: um processo-crime de estupro de 1907 e uma ação ordinária de desquite do período entre 1919 a 1922, ambos já editados semidiplomaticamente (tipo de edição filológica em que são mantidas todas as características do texto, excetuando-se o desdobramento das abreviaturas, apresentadas em itálico, e a união de palavras separadas e a separação das palavras unidas, a fim de facilitar a leitura dos textos por parte do público que deseje ler tais documentos) por Daianna Quelle da Silva Santos da Silva e Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto, respectivamente.

Vale ressaltar que os documentos originais encontram-se armazenados no acervo do Centro de Documentação e Pesquisa, doravante CEDOC, localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana – BA, o qual possui uma documentação ampla tanto da esfera cível quanto da crime, doada pelo Fórum Desembargador Filinto Bastos, que desde 1999 é a única instituição jurídica desse porte e função que atende, desde o início do século XX, à cidade de Feira de Santana e municípios circunvizinhos como, por exemplo, Humildes, Bomfim de Feira, Coração de Maria, o antigo Distrito de Almas, Tanquinho, Distritos de Maria Quitéria e São José, Conceição do Jacuípe, Riachão do Jacuípe etc.

INTERFACES ENTRE O LABOR FILOLÓGICO E O ANTROPONÍMICO: DO *CORPUS* AOS NOMES PRÓPRIOS DE PESSOAS EM DOCUMENTOS DO SÉCULO XX

É sabido que os documentos editados sob critérios filológicos podem ser utilizados por áreas científicas e com focos linguísticos diferentes. Sendo assim, o *corpus* utilizado, para este trabalho, trata-se de dois documentos manuscritos, lavrados em Feira de Santana no início do século XX, escritos por mais de um punho, em letra humanística e alguns fólios datilografados. Os documentos possuem, no total, 147 fólios escritos no recto e no verso, dos quais 50 são de um processo crime de estupro de 1907, e 97 de uma ação ordinária de desquite escrita entre 1919 a 1922.

Cada um dos manuscritos foi editado semidiplomaticamente, como já mencionado anteriormente, o que quer dizer que os critérios de edição têm como base o aporte teórico-metodológico da Filologia Textual, mais especificamente dos critérios adotados pelo Núcleo de Estudos do Manuscrito, doravante NEMa, localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e coordenado pela Profa. Dra. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz. O referido núcleo possui uma metodologia bem delimitada, a qual foi utilizada e, em alguns casos adaptada, para a realização das edições dos documentos aqui mencionados. Portanto, eis os critérios adotados:

Para a descrição, observamos: número de colunas, número de linhas da mancha escrita, existência de ornamentos, maiúsculas mais interessantes, existências de sinais especiais, número de abreviaturas, tipo de escrita, tipo de papel. Já para

a transcrição, optamos por: respeitar fielmente o texto: grafia, linhas, fólhos, cor da tinta utilizada¹³ etc.; fazer remissão ao número do fólho no ângulo superior direito; numerar o texto linha por linha, constando a numeração de cinco em cinco; separar as palavras unidas e unir as separadas; desdobrar as abreviaturas usando itálico; nos casos dos textos manuscrito com impresso, adotamos como critério utilizar letras maiúsculas em negrito para representar os trechos impressos; utilizar colchetes para as interpolações: []; indicar as rasuras, acréscimos e supressões através dos seguintes operadores: ((†)) rasura ilegível; [†] escrito não identificado; (...) leitura impossível por dano do suporte; / / leitura conjecturada; < > supressão; () rasura ou mancha; [] acréscimo; * * intervenção de terceiros.

CONTEXTUALIZANDO O CORPUS

Como dito anteriormente, após a realização das edições dos documentos, levantamos informações pertinentes aos processos, as quais estão dispostas a seguir.

O processo crime de estupro de 1907 possui 50 fólhos, conforme já foi citado, e consta na sua ficha catalográfica que ocorreu o estupro de Maria Possidonia de Jesus, e o acusado do crime é denominado João Barbosa, conhecido como João do Poço escuro. Porém, ao se fazer a leitura do documento, percebe-se que ocorreram dois crimes sexuais. Na história transcrita no documento, Maria Possidonia, menor de idade – 11 anos e

¹ Na edição semidiplomática, reproduzimos a cor da tinta da caneta, utilizada pelo escrivão, constante no documento.

órfã de mãe, fora a uma reza² acompanhada de sua irmã Rozenda. Terminada a reza, decidiram voltar para casa, mas não contavam com o fato de serem seguidas por João Barboza (acusado de estuprar Maria Possidonia) e Rozendo (descrito como deflorador³ de Rozenda). Antes que as irmãs dormissem, Maria Possidonia suspeitou que alguém havia invadido a casa porque a trâmela⁴ de uma das portas estava destravada, isto ocorreu porque Rozendo distraiu Rozenda através de sua conversa. Assim, Maria Possidonia fora tirada do seu quarto, arrastada “para os matos” (expressão utilizada pela comunidade e constante no documento) e, em seguida, foi estuprada por João Barboza.

O pai de Maria Possidonia de Jesus, Manoel Maximo Dias, pede justiça em nome da filha através da denúncia do crime e, como a família da vítima era pobre, fica registrada a dispensa de imposto cobrado ao suplicante – Manoel Maximo Dias. Durante a leitura do documento, constatam-se o exame de corpo de delito feito na vítima, um auto de perguntas feito a cinco testemunhas, as quais atestaram a pureza (quanto à virgindade da vítima) e o comportamento ilibado da vítima dentro dos padrões sociais daquela época. Como conclusão do processo, João Barboza chegou a ser preso, porque foi comprovado o estupro de Maria Possidonia de Jesus, porém a Justiça – por entender que Maria Possidonia ficaria desamparada, ou seja, malvista pela sociedade, sem perspectiva de vida ou

2 Prática religiosa da comunidade em dia de sexta-feira.

3 O termo “deflorar” refere-se à prática sexual consentida, por meio de sedução, promessas de casamento, entre outros. Na época era considerado crime e a sua denúncia se dava por meio de Autos de Deflorações, a fim de se investigar o caso e “reparar o mal” através, principalmente, do casamento. No documento é dito que Rozenda foi deflorada porque foi atraída “por meio de conversas” de Rozendo, mas o caso não precisou ser denunciado porque Rozendo decidiu casar.

4 S.f. peça que gira presa a um prego, usada para fechar a porta, porteira, etc. (HOUAISS, 2004, p. 727).

casamento – decidiu que o casamento com o estuprador seria a melhor alternativa.

Já na ação de desquite solicitada por dona Albertina da Motta Barretto contra o seu marido, o senhor Antonio Alves Barretto, há a narração da história de vida das partes envolvidas no processo. No documento, consta que a autora casou-se em 1895 e conviveu ao lado do seu marido por 18 anos, visto que o seu cônjuge a abandonara em 28 de dezembro de 1913 e não mais voltara ao lar conjugal. Contudo, mesmo sendo abandonada em 1913, dona Albertina da Motta Barretto só entrou na justiça com o processo de separação judicial após 6 anos decorridos desde que o senhor Antonio Alves Barretto saíra de casa, porque em 1918 a mãe⁵ da autora havia falecido e a partilha dos bens dela estava ocorrendo, o que seria de interesse para o senhor Antonio Alves Barretto, visto que ele, na condição de esposo, seria o representante legal dos bens herdados por sua esposa. Assim, com a finalidade de retirar quaisquer direitos pleiteados pelo marido sobre os seus bens, a autora decidiu desquitar-se judicialmente.

O réu, por sua vez, alegou nos autos do processo os principais motivos que o levaram a sair do lar conjugal e a não mais voltar. Um dos motivos alegados foi o não cumprimento das obrigações matrimoniais, por parte de sua esposa, enquanto ainda moravam sob o mesmo teto, que, segundo o réu, nega-

5 Dona Maximiana de Almeida Motta faleceu em 12 de maio de 1918 após 43 anos de casamento com o Coronel Agostinho Frós da Motta. Anos antes, em 10 de março de 1915 a matriarca chamou, em sua casa, o Tabelião João Carneiro Vital para redigir o seu testamento, no qual o filho Eduardo Fróes da Motta, o primo e compadre Coronel Tertuliano José de Almeida e o amigo Epiphânio José de Souza foram nomeados seus testamentários. O seu cônjuge, o Coronel Agostinho Fróes da Motta, não foi citado no testamento, pois a sua esposa tinha conhecimento do relacionamento extraconjugal e público que ele mantinha com Guilhermina de Almeida desde 1894 a 1916, com quem teve o filho Alberto. Assim, no seu testamento Dona Maximiana negou quaisquer bens que viessem a caber ao seu cônjuge (Cf. REIS, 2012).

va-se a dividir o leito conjugal com ele há mais de quatro anos, dormindo cada um em quartos diferentes. Apesar da insistência dele em tentar dividir os “lençóis matrimoniais” com a sua esposa, não houve consenso entre ambas as partes.

Entretanto, esse não foi, segundo o senhor Antonio Alves Barretto, o único motivo que o levou a sair de casa. O motivo mais grave e decisivo, que foi o estopim para o fim de seu casamento, refere-se a uma noite em que a sua esposa lançou sobre ele alguns objetos domésticos, tais como: moringues⁶ e garrafas em uma tentativa de machucá-lo fisicamente. Com esse acontecimento, o réu decidiu abandoná-la definitivamente a fim de evitar mais problemas, alegando que, se continuasse dividindo a mesma casa com a sua esposa, poderia ocorrer uma situação mais embaraçosa, visto que Dona Albertina da Motta Barretto já havia tentado contra a sua vida.

A fim de comprovar ou refutar tanto a versão dada pela autora como pelo réu, foram convocadas cinco testemunhas para relatarem o que sabiam sobre a convivência do casal. Dentre as testemunhas convocadas – todos homens, com estado civil casado ou viúvo, residentes na mesma cidade que os protagonistas da ação, com idades entre 25 e 65 anos e comerciantes – apenas três, Valentim José de Souza, José Pereira de Aguiar e Joaquim Anacleto de Oliveira compareceram ao Fórum Justiniano Filinto Bastos no ano, mês, dia e horário estipulados pelo juiz.

Entretanto, o que os envolvidos nesse processo não esperavam é que houvesse tantas reviravoltas nessa história. Exa-

⁶ Lexia constante no documento em análise, a qual é uma forma variante de moringa, que é um vaso de barro bojudo e de gargalo estreito usado para acondicionar e conservar fresca a água (Cf. HOUAISS, 2009).

tamente no ano de 1920 foi dada uma sentença a favor do réu, visto que a ação foi contestada, porque não foi anexada nos autos do processo a certidão de casamento dos cônjuges, fato que invalidou todos os trâmites decorridos até aquele momento, porque, segundo o juiz, sem a certidão de casamento anexada aos autos do processo não havia casamento para ser dissolvido. Dona Albertina da Motta Barretto, contudo, recorreu do resultado da sentença proferida, anexando o documento que faltava e deu entrada no pedido de um novo julgamento.

Dado prosseguimento à ação interposta, foi julgado procedente o processo de desquite em agosto de 1921, pois a autora conseguiu provar, através dos depoimentos das testemunhas, das provas documentais e da confissão do réu que o abandono do lar foi voluntário, mas não provou o período de duração da ausência do marido. Contudo, a separação judicial foi efetivada, como desejava Dona Albertina da Motta Barretto, e o seu marido continuou morando com o seu pai, o senhor Estanislau Barretto. Entretanto, o cônjuge também recorreu da decisão judicial em uma tentativa de anular o desquite até que a partilha dos bens da sogra fosse efetivada e ele adquirisse plenos direitos sobre a herança de Dona Albertina da Motta Barretto, o que, de fato, ocorreu, pois o cônjuge adquiriu na Justiça 50% dos bens herdados por sua esposa.

Relatadas as histórias contidas nos documentos, identificamos, a partir de suas respectivas leituras, muitos nomes de pessoas que vão aparecendo ao longo dos processos judiciais, o que os torna uma fonte ampla de investigação linguístico-filológica, principalmente porque há vários antropônimos a serem estudados, como veremos nas próximas seções.

DOS DOCUMENTOS À ANTROPONÍMIA: ESTUDO DOS NOMES PRÓPRIOS DE PESSOAS

A partir do *corpus* editado filologicamente, identificamos a existência de vários nomes de pessoas constantes naqueles. Devido a isso, recorreremos à Onomástica, concebida como uma subárea da Lexicologia que estuda a origem e formação dos nomes próprios, sejam de pessoas ou de lugares e, a partir dela, verticalizamos para uma de suas subáreas: a Antroponímia, que se debruça sobre o estudo dos nomes de pessoas. Entretanto, ao recorrer à Antroponímia, eis uma curiosidade que surge: como nascem os nomes próprios? Para responder isto, tomamos a seguinte afirmação de Vasconcellos (1928, p. 23):

Nascem [os nomes de pessoas], em regra, de expressões da língua comum, isto é, ou de palavra simples, de derivados e de compostos, ou de frases; e referem-se em seus primórdios, conforme as línguas, a cousas e fenômenos da Natureza, ao tempo (como duração), à geografia, a qualidades físicas e morais dos indivíduos, a circunstâncias, necessidades e ocupações da vida ordinária, à religião, ou à magia, à guerra, a domínio (em todo o sentido) a estados sociais etc.

Sendo assim, o nome é criado a partir da língua usada no dia a dia, através das relações entre a língua e o espaço físico-social em que as pessoas vivem. Em outras palavras, o nome é concebido como o primeiro “bem” que uma criança recebe ao nascer, o que se constitui como um legado que o indivíduo levará por toda a vida. Para corroborar isso, Câmara Jr. ([1968] 1984, p. 53-53) afirma que:

Geralmente o indivíduo se identifica por dois ou mais vocábulos antroponímicos que formam uma locução. Aí, se destaca o prenome, que é o nome próprio individual, e o sobrenome, que situa melhor o indivíduo em função da sua procedência geográfica, da sua profissão, da sua filiação, de uma qualidade física ou moral de uma circunstância de nascimento.

Com isso, observamos claramente que todo indivíduo é identificado a partir de seu primeiro nome e do sobrenome de sua família. Isso revela uma predisposição à relação direta entre o indivíduo e sua família, a sociedade e o léxico. Assim, notamos que:

As relações entre léxico e cultura, léxico e sociedade, são indubitavelmente, muito fortes, considerando-se que o léxico, com seu estatuto semiótico, é o elemento da língua de maior efeito extralinguístico por se reportar, em grande parte de seu conjunto, a um mundo referencial, físico, cultural, social e psicológico, em que se situa o homem. (FERRAZ, 2006, p. 219).

Neste sentido, os antropônimos presentes nos documentos, utilizados como *corpus*, apresentam essa relação entre léxico, cultura e sociedade, já que as escolhas dos nomes são feitas a partir de motivações religiosas, históricas, políticas, de homenagem aos familiares ou a celebridades do mundo artístico, de criação antroponímica a partir da junção de nomes etc. Dito isto, apresentamos, a seguir, os referidos antropônimos dispostos na documentação.

A ANTROPONÍMIA EM UM PROCESSO CRIME DE ESTUPRO (1907) E EM UMA AÇÃO ORDINÁRIA DE DESQUITE (1919-1922)

Foram selecionados, para análise, 24 prenomes, dos quais 6 constam no processo crime de estupro (1907): Daniel⁷, Maria Possidonia⁸, João⁹, Manoel Maximo¹⁰, Rozenda Possidonia¹¹ e Rosendo¹²; e 18 na ação ordinária de desquite (1919-1922): Antonio¹³, Albertina¹⁴, Manuel Francisco¹⁵, Agostinho¹⁶, José Maria¹⁷, Estanislau¹⁸, Agnello¹⁹, João²⁰, David²¹, Godofredo²², Augusto²³, Cesar²⁴, Valentim José²⁵, Elpidio Raymundo²⁶, Esequiel²⁷, Ignacio²⁸, Francisco Alexandre²⁹ e Manoel³⁰, todos organizados na ordem em que aparecem nos referidos documentos. Entretanto, foi necessário o estabelecimento de alguns critérios para a análise antroponímica, os quais são: a entrada lexical de todos os antropônimos vem destacada em negrito e em maiúsculas, seguida da explicação etimológica, definida a partir do *Dicionário Onomástico etimológico da língua portuguesa* (2003), e do contexto em que se encontram nos documentos, no qual o prenome vem destacado em negrito.

7 Escrivão do Processo Crime de Estupro.

8 Maria Possidonia de Jesus – Vítima do Estupro.

9 João Barboza – Acusado de estuprar Maria Possidonia de Jesus.

10 Pai da vítima.

11 Rozenda Possidonia de Jesus – irmã da vítima.

12 deflorador de Rozenda Possidonia e testemunha de acusação do crime de estupro.

13 Antonio Alves Barretto – Réu do processo.

14 Albertina da Motta Barretto – Autora.

15 Manuel de Francisco Almeida Ramalho – escrivão.

16 Agostinho Fróes da Motta – pai de Dona Albertina da Motta Barretto.

17 José Maria Neves – Advogado do senhor Antonio Alves Barretto.

18 Estanislau Barretto – pai do senhor Antonio Alves Barretto.

19 Agnello Ribeiro de Macêdo – Advogado de dona Albertina da Motta Barretto.

20 João Carneiro Vital – Tabelaio de Notas de Feira de Santana constante na ação ordinária de desquite; João Barbosa, conhecido também como João do Poço Escuro – Réu do processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus.

21 David de Mello Lima – testemunha.

22 Godofredo Rebello de Figueiredo – testemunha.

23 Augusto de Lima Soares – Oficial de Justiça.

24 Cesar Ribeiro de Cerqueira – Oficial de justiça.

25 Valentim José de Souza – testemunha.

26 Elpidio Raymundo da Nova – Promotor Público.

27 Esequiel Pondé – Desembargador Relator.

28 Ignacio Paschoal Bastos – escrivão.

29 Francisco Alexandre de Sousa – Procurador Geral.

30 Manoel Gomes dos Santos – Oficial de Justiça.

DANIEL – Etimologia: Do francês *Daniel*. Trata-se de vocativo com origem hebraica. Foi nome de um profeta. Passou pelo grego *Daniel* e depois pelo latim *Daniel*, significando Juiz de Deus ou Deus julgou. **Contexto:** “[...] Eu, **Daniel** Borges de Meirelles, escrivão, subescrevi.” (PROCESSO CRIME DE ESTUPRO, 1907, f. 1r, linhas 21-23).

MARIA POSSIDONIA

MARIA – Etimologia: Do latim *Maria*, este do grego *María* que, por sua vez, deve-se ao hebraico *Miriam* (de uma língua semítica), com muitas interpretações.

POSSIDONIA – Etimologia: Do grego *Poseidonios*, pelo latim *Possidoni*. **Contexto:** “[...] deflorado a menor de / nome **Maria Possidonia** de Jesus, tiran- / do-a da casa de seu pae, onde penetrara sem / o consentimento para os mattos [...]” (PROCESSO CRIME DE ESTUPRO, 1907, f. 2r, linhas 14-17).

JOÃO – Etimologia: Do hebraico *Iohanán*, *Yehokhanan*, pelo grego *Ioánnes* e/ou depois pelo latim *J(h)anne*, significando aquele que é favorecido ou agraciado por Deus; cheio de graça divina.

Contexto 1: “[...] Certifico eu, **João** Carneiro Vital, Tabellião / de Notas deste Termo da Feira de Sant’Anna, abai- / xo assignado [...]” (AÇÃO ORDINÁRIA DE DESQUITE, 1919-1922, f. 5r, l. 6-8). **Contexto 2:** “[...] inquerito policial que a esta acompanha, vem denunciar do indivíduo de nome **João** Barbosa, conhecido por João poço escuro.” (PROCESSO CRIME DE ESTUPRO, 1907, f. 2r, linhas 9-11).

MANOEL MAXIMO

MANOEL – Etimologia: Do hebraico *Emanuel*, significando Deus conosco. Variações: Manuel, Manoel.

MAXIMO – Etimologia: Do latim *Maximu*, de *Maximus*, superlativo de *magnus*, significando o maior, o mais velho. **Contexto:** “Diz **Manoel Maximo** Dias, natural / e residente no logar denominado Muncun- / zá descripto do Bom Despacho [...]” (PROCESSO CRIME DE ESTUPRO, 1907, f. 5r, linhas 11-13).

ROZENDA POSSIDONIA

ROZENDA – Etimologia: De origem germânica, cuja primeira parte é duvidosa (*ran*, “cunho”?) e a segunda é, como parece, *sinths* “caminho”, “expedição”. A forma latinizada era *Rudesindus*.

POSSIDONIA – Etimologia: ver *Maria Possidonia*. **Contexto:** “**Rozenda Possidonia** de Jesus / as condusiram para os mattos, / e ahi.” (PROCESSO CRIME DE ESTUPRO, 1907, f. 25r, linhas 20-22).

ROSENDO – Etimologia: Ver *Rosenda Possidonia*. **Contexto:** “**Rosendo** Gonsalves Soares, cum / vinte e cinco anos, casado, lavrador [...]” (PROCESSO CRIME DE ESTUPRO, 1907, f. 35r, linha 33/ f;35v, linha 1).

ANTONIO – Etimologia: imposto pela autoridade de Santo António. A forma italiana *António* provém do latim *Antonius*. **Contexto:** “[...] *Dona Albertina da Motta Barretto / -Autora- / Antonio Alves Barretto / -Rèo- / Escrivão / Ramalho [...]*.” (AÇÃO ORDINÁRIA DE DESQUITE, 1919-1922, f. 1r, l. 12-19).

ALBERTINA – Etimologia: Do italiano *Albertino* ou do francês *Albertin*. **Contexto:** “[...] Diz *Dona Albertina* da Motta Barretto, bra- / sileira, proprietaria, residente nesta cidade / á rua Nossa Senhora dos Remedios [...]” (AÇÃO ORDINÁRIA DE DESQUITE, 1919-1922, f. 2r, l. 7-9).

MANUEL FRANCISCO

MANUEL – Etimologia: ver *Manoel Maximo*.

FRANCISCO – Etimologia: Do italiano *Francesco*. O nome difundiu-se por causa de São Francisco de Assis. Outra hipótese é a de que tenha vindo do nome *Franciscus*, latinizado de *Franco* ou *Franko*, nome étnico com o sufixo germânico – *isk-*, isto é, *Frankisch*. **Contexto:** “[...] Anno de mil / novecentos e dizenove, aos dizoito / dias do mez de Dizembro do dito / anno autuo a petição que se se- / gue; do que faço este termo. / Eu **Manuel Francisco** de / Almeida Ramalho es / crivão, escrevi.” (AÇÃO ORDINÁRIA DE DESQUITE, 1919-1922, f. 1r, l. 23-30).

AGOSTINHO – Etimologia: Do latim *Augustinus*, inicialmente adjetivo (não diminutivo) de *Augustus*. **Contexto:** “[...] com a pensão / que o seu pae - Coronel **Agostinho** Froes da Motta, / lhe vem dando, de bôa vontade, desde que o dicto / seu marido abandonara o lar conjugal. [...]” (AÇÃO ORDINÁRIA DE DESQUITE, 1919-1922, f. 2r, l. 30, f. 2v, l. 7-9).

JOSÉ MARIA

JOSÉ – Etimologia: Do hebraico *Yosef* (Deus acrescenta bens), pelo grego *Ioseph*, deste pelo latim *Ioseph*, *Joseph*, significando aquele que Deus acrescenta.

MARIA – Etimologia: ver *Maria Possidonia*. **Contexto:** “[...] o seu dicto marido, / sem nenhuma necessidade, se deu pressa / em constituir o Doutor **José Maria** Neves – seu / advogado - com um contracto de honorários / de dez per cento (10%) sobre o total da legitima / da Supplicante a ser recebida e da qual, hoje, já, / definitivamente, tomara posse. [...]” (AÇÃO ORDINÁRIA DE DESQUITE, 1919-1922, f. 2v, l. 14-20).

ESTANISLAU – Etimologia: Do polaco *Stanislaw*, nome de santo, significando famoso por constância. **Contexto:** “[...] para que se digne de / mandar citar o dicto senhor Antonio Alves Barretto / residente nesta cidade á rua Conselheiro / Franco - em casa do seu pae senhor **Estanis-** / **lau** Alves Barretto - para na primeira audiência que se seguir á dicta sua citação [...]” (AÇÃO ORDINÁRIA DE DESQUITE, 1919-1922, f. 3r, l. 29-30; f. 3v, l. 7-10).

AGNELLO – Etimologia: Do latim *Agnellus*, diminutivo de *agnus* “cordeiro”, também usado como termo de afeto. Passou a nome de pessoa, como desejo de que esta tivesse a mansidão daquele animal. **Contexto:** “[...] Feira, 17 de Dezembro de 1919 / **Agnello** Ribeiro de Macêdo. / Advogado.” (AÇÃO ORDINÁRIA DE DESQUITE, 1919-1922, f. 4v, l. 29-31).

DAVID – Etimologia: Do latim *David*, este do grego *Dauid*, de origem hebraica *Dawid*, significando querido, amado. **Contexto:** “[...] Abaixo estavam / assignados: Albertina da Motta Barretto, como tes- / temunhas: **David** de Mello Lima, Godofredo Rebel- / lo de Figueiredo. Era o que se continha em a dita folha / do referido livro [...]” (AÇÃO ORDINÁRIA DE DESQUITE, 1919-1922, f. 6v, l. 12-16).

GODOFREDO – Etimologia: Do francês *Godefrey*, *Godfrey*, *Gottfried*, *Godfrid*, de origem germânica *Godafrid*, composto de *Gud*, deus e *frid*, paz, significando a paz de Deus. **Contexto:** “[...] Abaixo estavam / assignados: Albertina da Motta Barretto, como tes- / temunhas: David de Mello Lima, **Godofredo** Rebel- / lo de Figueiredo. Era o que se continha em a dita folha/ do referido livro [...]” (AÇÃO ORDINÁRIA DE DESQUITE, 1919-1922, f. 6v, l. 12-16).

AUGUSTO – Etimologia: Do latim *Augustus*, significando santo, consagrado, majestoso, venerável. **Contexto:** “[...] O referido é ver- / dade e dou fé. Feira, 19 de Dezembro 1919 / **Augusto** de Lima Soares [...]” (AÇÃO ORDINÁRIA DE DESQUITE, 1919-1922, f. 13r, l. 9-11).

CESAR – Etimologia: Do latim *Caesar*, título usado pelos imperadores romanos. **Contexto:** “[...] de conformi- / dade com o pedido na petição / retro e seu despacho entre- / gando ao official de justiça, / **Cesar** Ribeiro de Cerqueira [...]” (AÇÃO ORDINÁRIA DE DESQUITE, 1919-1922, f. 20r, l. 6-10).

VALENTIM JOSÉ

VALENTIM – Etimologia: Do latim *Valentinu*, diminutivo de Valente. Variações: Valente, Valentino, Valentina, significando aquele que é valente, forte, vigoroso; cheio de saúde.

JOSÉ – Etimologia: ver *José Maria*. **Significado:** Aquele que acrescenta; Acrescido do senhor, Deus aumente com outro filho.

Contexto: “[...] 1ª Testemunha / **Valentim José** de Souza, / com cinquenta e quatro annos/ de idade casado negociante/ natural da cidade de Ca- / choeira [...]” (AÇÃO ORDINÁRIA DE DESQUITE, 1919-1922, f. 24r, l. 28-30; f. 24v, l. 1-3).

ELPIDIO RAYMUNDO

ELPIDIO – Etimologia: Do latim tardio *Elpidius*, relacionado com o grego *Elpís*, significando esperança.

RAYMUNDO – Etimologia: Do francês *Raimond*, *Raymond*; do germânico *Raginmund*, formado pela união dos elementos *ragin*, que significa conselho, e *mund* que quer dizer proteção, significando, portanto, aquele que é sábio protetor; aquele que protege com seus conselhos. **Contexto:** “[...] in- / timei em meu cartorio o Senhor / Doutor José Maria Neves advogado/ de Antonio Alves Barretto e Doutor / **Elpidio Raymundo** da Nova Pro- / motor Publico da Comarca [...]” (AÇÃO ORDINÁRIA DE DESQUITE, 1919-1922, f. 55r, l. 11-16).

ESEQUIEL – Etimologia: Do latim *Ezechiel*, este do hebraico *lehe-zheel*, significando quem Deus corrobora. **Contexto:** “[...] Vistas ao Desembargador Relator **Esequiel** Pondé / Bahia 21 de Maio de 1921 [...]” (AÇÃO ORDINÁRIA DE DESQUITE, 1919-1922, f. 89r, l. 7-10).

IGNACIO – Etimologia: Do latim *Ignatiu*. **Contexto:** “[...] do que lavro / o presente termo; eu, **Ignacio** Paschoal / Bastos, Escrivão, o escrevi. [...]” (AÇÃO ORDINÁRIA DE DESQUITE, 1919-1922, f. 91v, l. 10-12).

FRANCISCO ALEXANDRE

FRANCISCO – Etimologia: ver *Manuel Francisco*.

ALEXANDRE – Etimologia: Do grego *Aléxandros*, propriamente significando “o que defende ou protege o homem ou os homens”. O latim, como intermediário, originou regularmente *Alexandro*; o francês é que nos impôs a forma *Alexandre*. **Contexto:** “[...] Exce-

lentissimo Senhor Doutor Francisco Alexandre de Sousa, / Dignissimo Promotor Geral do Estado. / Sciente. Bahia 10 de Dezembro de 1921 / O Procurador Geral **Francisco Alexandre** de / Sousa [...]" (AÇÃO ORDINÁRIA DE DESQUITE, 1919-1922, f. 92r, l. 4-7).

MANOEL – Etimologia: ver *Manoel Maximo*. Variações: Manuel, Manoel. **Contexto:** "[...] O refirido é verdade / e dou fé Feira de Santa Anna / 24 de Abril de 1922. / **Manoel** Gomes dos Santos." (AÇÃO ORDINÁRIA DE DESQUITE, 1919-1922, f. 96r, l. 16-19).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O léxico é, indubitavelmente, "a janela"³¹ pela qual são mais perceptíveis as manifestações sociais, culturais, religiosas e políticas. Desse modo, através do sistema léxico, podemos identificar, elencar e analisar os antropônimos, presentes em documentos do início do século XX, como é o caso deste trabalho.

A partir da exposição depreendida aqui, foi possível chegar a algumas considerações plausíveis. Primeira, os documentos editados sob o olhar filológico são passíveis de inúmeras investigações, as quais nos permitem conhecer, por exemplo, um determinado sistema linguístico a partir de perspectivas sincrônicas e/ou diacrônicas.

Segunda, ao focalizarmos o nosso olhar sobre os antropônimos, podemos ter acesso às histórias de uma comunidade, principalmente porque os nomes de batismo geralmente são escolhidos a partir de motivações, sejam estas culturais, políticas, religiosas, de homenagens, ou simplesmente "para

31 Termo empregado por Biderman e Isquierdo (1998).

combinar” com o nome dos irmãos, como é o caso, por exemplo, de Maria Possidonia e Rozenda Possidonia, irmãs mais nova e mais velha, respectivamente.

Terceira, o nome auxilia na identificação de uma família, já que o sobrenome é tido como símbolo de respeito e honra nas sociedades, como é o caso dos nomes Agostinho Fróes da Motta e Albertina Fróes da Motta (nome de solteira), pai e filha, respectivamente, nos quais se vê, a partir da leitura da ação de desquite analisada e de outros documentos da época, como jornais e demais processos judiciais acerca dessa família, que ambos eram considerados, na cidade de Feira de Santana do início do século XX, pessoas renomadas, justamente por conta do sobrenome “Fróes”, cujo significado era “ilustre e nobre” e símbolo de respeito, riqueza, *status* social e um ícone da trajetória de vida do Coronel Agostinho Fróes da Motta.

Quarta e última, os 24 prenomes analisados possuem origens francesa, grega, germânica, polaca, italiana, hebraica e latina, o que ratifica a ideia de que os antropônimos muito bem representam a relação entre léxico, cultura e sociedade.

REFERÊNCIAS

- CÂMARA JÚNIOR, J. M. [1968]. Morfologia pronominal. In: _____. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1984.
- FERRAZ, A. P. A inovação lexical e a dimensão social da língua. In: MACHADO, J. P. **Dicionário Onomástico etimológico da língua portuguesa**. 3. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- OLIVEIRA, A. M. P.; ISQUERDO, A. N. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande, MS: UFMS / UFMS, 1998.

REIS, W.A. **Agostinho Fróes da Motta**: trajetórias e conquistas de um “homem de cor” em Feira de Santana (1856-1922). 2012. 219f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1970 [1916].

SEABRA, M.C.T.C. (Org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

VASCONCELOS, J. L. **Antroponímia portuguesa**: tratado comparativo da origem, significação, e vida do conjunto dos nomes próprios, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

OS TOPÔNIMOS NA OBRA *O QUINZE* DE RACHEL DE QUEIROZ

Angélica Cecília Freire Sampaio de Almeida

Resumo: O presente estudo tem como base teórica a toponímia e como objetivo designar a origem dos nomes de lugares inseridos na obra *O Quinze* de Rachel de Queiroz. O referencial teórico é composto pelos principais estudiosos da área, entre eles, Dick (1990), Dubois (1993), Salazar-Quijada (1985) e Seabra (2006). Para a realização das análises, seguiu-se a metodologia proposta por Dick (1980), com a elaboração de uma ficha toponímica, na qual se estabelece uma organização de informações acerca desses topônimos e que é dividida em identificação do topônimo; natureza; classificação/significado; página/localização do vocábulo na obra; definição do topônimo; contexto (frase/oração/período do qual este topônimo foi extraído para análise), assim como a sua classificação taxionômica (DICK, 1980, 1990), sendo estes divididos em taxas de naturezas física e antropocultural. Essa análise resultou num achado de 29 topônimos que foram identificados por meio da leitura minuciosa da obra. Portanto, constatou-se que o nome de um lugar pode indicar, além da sua identificação, um conjunto de informações acerca deste por meio de um aglomerado de conhecimentos que vão além do léxico e, assim, se cons-

trói um conjunto de saberes sociais, históricos e culturais sobre o lugar, que pode vir a ser, na obra em questão, o nome de uma fazenda, uma cidade, uma rua, uma localidade, entre outros.

Palavras-chave: Lexicologia. Topônimos. Taxionomia. Rachel de Queiroz. O Quinze.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os topônimos são objetos de estudo da toponímia, área de estudos responsável por nomear, distinguir e identificar os acidentes de determinados espaços geográficos, ou espaços sócio-histórico-culturais, constituindo-se como verdadeiros “fósseis linguísticos” (DICK, 1990).

Mas, o que vem a ser toponímia? Toponímia, do grego *topo* (lugar) e *onyma* (nome), significa estudo dos nomes de lugares. Segundo Dubois (1993, p. 590), toponímia “[...] é o ramo da Linguística que se ocupa da origem de nomes de lugares, de suas relações com a língua do país, com as línguas de outros países ou com as línguas desaparecidas”.

Para a composição deste artigo, escolheu-se como *corpus* de estudo a obra literária *O Quinze* de Rachel de Queiroz, a fim de realizar uma análise toponímica. Para isso, fez-se necessário analisar cada topônimo encontrado no decorrer da narrativa e, assim, vir a estudá-los sob a ótica de suas respectivas taxionomias, tendo-se com isso, um estudo voltado à área da Linguística, com uma base teórica fincada nas ciências do léxico, principalmente na Onomástica (estudo dos nomes próprios, das suas origens e dos processos de denominação).

A Onomástica é uma parte dos estudos Linguísticos que surgiu no século XIX, estando interligada à Toponímia (estudo dos nomes de lugares) e à Antroponímia (estudo dos nomes de pessoas).

Por isso, instaura-se a indagação preponderante: Por que e para quê estudar os topônimos na obra *O Quinze*? Com o propósito de responder essa indagação, pensou-se na relevância desse tipo de estudo para as pesquisas linguísticas e literárias. Portanto, o objetivo deste artigo é estabelecer um novo olhar sobre o enredo do livro, mas não apenas para a observação dos seus elementos literários, tais como personagens, temática, foco narrativo, dentre outros aspectos que compõem essa obra e que instigam o leitor, mas, a partir do estudo toponímico, instituir uma denúncia social que apregoa assuntos pertinentes e relacionados à primeira metade do século XX, como a seca e suas severas consequências para o povo sofrido e estigmatizado do sertão nordestino, particularmente do Ceará, assim como as rotas de migração, entre outras análises possíveis e pertinentes.

Diante do exposto, o artigo ora apresentado está voltado para os estudos dos nomes de lugares inseridos na narrativa e, para se chegar a uma identificação desses topônimos, a problemática, portanto, fica voltada primeiramente para a localização desses nomes, em seguida, para a categorização dos topônimos de acordo com a natureza toponímica, por exemplo, se este é uma fazenda, cidade, açude; e para a sua devida localização geográfica, o percurso onomástico, a *taxe*, a identificação da página e a transcrição do contexto da obra onde se localiza o topônimo, visando uma compreensão adequada sobre os estudos toponímicos.

ANÁLISE TOPONÍMICA DA OBRA O QUINZE

Muitos dos nomes de lugares são modificados durante a sua história, essas alterações podem ser observadas por meio dos estudos do léxico, assim como a sua origem, podendo ser de natureza física (nomeação de astros, formas do relevo, formas geométricas, fauna, flora, cores, posições geográficas) ou de natureza antropocultural (nomeação de habitações, elementos da etnia, povos, tribos, cultura espiritual, nomes de cidades, estados, vias de comunicação urbana ou rural, entre outros). Por intermédio da linguagem, o ser humano, portanto, identifica o seu *locus* através da capacidade e da atividade de nomeá-lo. É próprio do ser humano designar e estabelecer vínculo com o lugar, com o ato de dar-lhe uma identidade, como uma espécie de batismo da terra, do solo com a qual mantém vínculos, sejam estes de moradia ou não e, assim, se instauram outros, tais como, sociais, culturais, históricos, e até mesmo de crenças.

Partindo desse pressuposto, pode-se indicar a qual região o nome desse lugar pertence geograficamente, os registros históricos e linguísticos para a composição desses espaços. Por isso, sob o intermédio desses estudos, pode-se compreender melhor como eram também os costumes e as tradições do passado de um determinado povo estabelecido em um lugar, as influências de natureza local para a criação deles, a cultura, os aspectos geográficos determinantes para a formação toponímica, assim como, se há a valorização da memória cultural, não se permitindo que as tradições se esvaíam com o decorrer do tempo, a história de determinado local, formando-se, assim, um patrimônio linguístico, um verdadeiro e relevante

“fóssil linguístico” incapaz de ser passível de esquecimento ou de degradação, até porque os percursos onomásticos servem como registros dos nomes que outrora aquele local veio a ter, até se chegar ao atual, e os motivos pelos quais as alterações foram realizadas.

Segundo Salazar-Quijada (1995, p. 30):

Assim como a Arqueologia, os topônimos tornam-se, muitas vezes, a única evidência, em determinada área geográfica, da permanência de grupos que são reconhecidos como uma fonte de identificação e de diferenciação das coisas e dos fenômenos.

Por isso, concomitante à leitura detalhada da obra, fez-se a seleção dos topônimos para uma posterior análise. Desta maneira, uma ficha baseada na metodologia proposta por Dick (1992) foi então adaptada para a concretização da pesquisa. Os primeiros achados foram os 29 topônimos extraídos do livro. Depois esses topônimos foram categorizados, entretanto, nem todas as taxionomias de natureza física e antropocultural foram encontradas, o que mais adiante será esclarecido por meio dos resultados obtidos. Com a finalidade de compreender sobre o que se trata a classificação dos topônimos em naturezas, é mister salientar que Dick (1992) os categorizou como sendo de natureza física ou de natureza antropocultural. E, assim, se expõem as taxionomias abaixo relacionadas, classificadas por Dick (1992):

- De natureza física:
 - a) Astrotopônimos: topônimos relativos aos corpos celestes em geral (Ex: Serra da Estrela);
 - b) Cardinotopônimos: topônimos relativos às posições geográficas em geral (Ex: Entre-Rios);
 - c) Cromotopônimos: topônimos relativos à escala cromática (Ex: Serra Azul, Rio Negro);
 - d) Dimensiotopônimos: topônimos relativos às dimensões dos acidentes geográficos (Ex: Serra Grande);
 - e) Fitotopônimos: topônimos relativos aos vegetais (Ex: Coqueiral);
 - f) Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas (Ex: Chapada, Serrote, Canions);
 - g) Hidrotopônimos: topônimos relativos a acidentes hidrográficos em geral (Ex: Chapada das Águas);
 - h) Litotopônimos: topônimos relativos aos minerais ou à constituição do solo (Ex: Massapê);
 - i) Meteorotopônimos: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos (Ex: Serra do Trovão);
 - j) Morfotopônimos: topônimos relativos às formas geométricas (Ex: Curva Grande);
 - k) E zootopônimo: topônimos referentes aos animais (Ex: Serra das Araras).

- E de natureza antropocultural:
 - a) Animotopônimos (ou Nootopônimos): topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual (Ex: Vitória-ES);
 - b) Antropotopônimos: topônimos relativos aos nomes próprios individuais (Ex: Barbosa (SP));
 - c) Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e às dignidades que acompanham nomes próprios individuais (Ex: Senador Pompeu-CE);
 - d) Corotopônimos: topônimos relativos a nomes de cidades, países, Estados, regiões e continentes (Ex: Rua: Tocantis);
 - e) Cronotopônimos: topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a) (Ex: Morada Nova-CE);
 - f) Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações em geral (Ex: Palhoça);
 - g) Ergotopônimos: topônimos relativos aos elementos da cultura material (Ex: Acarajé);
 - h) Etnotopônimos: topônimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não, como povos, tribos, castas (Ex: Jenipapo-Kanindé);
 - i) Dirrematopônimos: topônimos constituídos de frases ou enunciados linguísticos (Ex: Passa e Fica-RN);
 - j) Hierotopônimos: topônimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto (Ex: Capela-AL).

Esta categoria subdivide-se em:

Hagiotopônimos: nomes de santos ou santas do hagiológico católico romano;

Mitotopônimos: entidades mitológicas.

k) Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, aos seus membros e às datas comemorativas;

l) Hodotopônimos: topônimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural (Ex: Ponte Alta-SC);

m) Numerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numerais (Ex: Quatro cajados);

n) Poliotopônimos: topônimos relativos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. (Ex: Vila Nova do Marmoré-RO);

o) Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos (EX: Pracinha);

p) E somatopônimos: topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal (Ex: Braço do Trombudo-SC).

Dentre as categorias de topônimos encontradas na obra *O Quinze* estão algumas de natureza física (zootopônimos, fitotopônimo, hidrotopônimo, geomorfotopônimo, meteorotopônimo) e outras de natureza antropocultural (hodotopônimos, etnopônimos, sociotopônimos, hagiotopônimos, ergotopônimos, cronotopônimos, historiotopônimos, aninotopônimos/nootopônimos, antropotopônimos), conforme se pode visualizar no quadro a seguir:

Quadro 1 – Topônimos e suas classificações

	Topônimo	Natureza	Taxionomia
1	Logradouro	Fazenda	Hodotopônimo
2	Quixadá	Cidade	Etnotopônimo
3	Ceará	Cidade	Zootopônimo
4	Cariri	Região	Etnotopônimo
5	Fortaleza	Cidade	Sociotopônimo
6	Santa Ana	Cidade	Hagiotopônimo
7	Rio	Cidade	Hidrotopônimo
8	Aroeiras	Fazenda	Fitotopônimo
9	Amazonas	Estado	Hidrotopônimo
10	Serra de Baturité	Serra	Geomorfotopônimos
11	São Paulo	Cidade	Hagiotopônimo
12	Estrada do Castro	Estrada	Hodotopônimo
13	Campo de Concentração	Ponto de encontro	Sociotopônimo
14	Rua de São Bernardo	Rua	Hagiotopônimo
15	Canoa	Povoado	Ergotopônimo
16	Morada Nova	Cidade	Cronotopônimo
17	Rua Formosa	Rua	Hodotopônimo
18	Acarape	Povoado	Zootopônimo
19	Iguatu	Cidade	Etnotopônimo
20	Redenção	Cidade	Historiotopônimo
21	Estação do Matadouro	Estação de trem	Sociotopônimo
22	Rua de São Bernardo	Rua	Hagiotopônimo
23	Tauape	Povoado	Etnotopônimo
24	Açude do Tauape	Açude	Sociotopônimo
25	Maranhão	Estado	Etnotopônimo
26	Aracati	Cidade	Meteorotopônimo
27	Guaramiranga	Cidade	Zootopônimo
28	Asilo de Alienados	Asilo	Animotopônimo ou Nootopônimo
29	Castro	Povoado	Antrotopônimo

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação ao topônimo de número 3, a nomeação de *Ceará*, no contexto da obra, não se refere ao Estado do Ceará, mas ao modo como os habitantes do Sertão Central chamavam a capital quando alguém se dirigiria a Fortaleza. Era comum se dizer que ia ao *Ceará* quando na verdade se ia a Fortaleza.

A seguir se tem as fichas toponímicas, conforme a metodologia de Dick (1980, 1990), de 3 dos 29 topônimos da obra *O Quinze*. Para isso se mencionou o respectivo topônimo, a sua natureza, a localização geográfica, o percurso onomástico, ou seja, a sequência das nomeações designadas ao local, a respectiva taxionomia, de acordo com a divisão de taxes estipulada por Dick (1980, 1990), o contexto no qual a palavra foi encontrada na obra, a nota linguística que se observa a origem do topônimo conforme as alterações sofridas e suas respectivas influências.

Quadro 2 – Ficha toponímica 1

Topônimo	Quixadá
Natureza	Cidade
Localização	Mesorregião 4. Sertões cearenses. Microrregião 19: Sertão de Quixeramobim.
Percurso onomástico	Queixadá>Quixedá>Quixada>Quixadá
Taxionomia	Etnotopônimo
Contexto na obra	...no Logradouro, a velha fazenda da família, perto do Quixadá . (Queiroz, 2015, p.13)
Nota linguística	Em alguns documentos antigos possui a grafia de <i>Queixadá</i> , <i>Quixedá</i> , <i>Quixada</i> e <i>Quixadá</i> . Para Paulino Nogueira, em seu livro <i>Vocabulário Indígena em Uso na Província do Ceará</i> (1887), presume que o nome vem da tribo tapuia dos <i>Quixaras</i> , também conhecida como <i>Quixadás</i> , que, segundo alguns estudiosos, diz-se ser “curral de pedras” e outros “pedra de ponta curvada”. A última interpretação relaciona-se ao serrote conhecido por Pedra da Galinha Choca. Segundo Carl von Martius, é derivada de <i>Quixeurá</i> , que significa “Oh! Eu sou o Senhor”. Qui = oh, Xé = eu e Uará = senhor, tendo-se corrompido em Quixadá.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 3 – Ficha toponímica 2

Topônimo	Iguatu
Natureza	Cidade
Localização	Mesoregião 6. Centro-Sul cearense. Microrregião 26: Iguatu.
Percurso onomástico	Venda>Sítio Telha>Capela da Telha>Matriz da Telha>Povoação da Telha>Missão da Telha>Telha>Iguatu (desde 1883).
Taxionomia	Enotopônimo
Contexto na obra	- <i>Eu sou filho natural de Iguatu...</i> (Queiroz, 2015, p.88)
Nota linguística	O topônimo Iguatu tem origem indígena, sendo ig ou i (água) e catu (bom, boa) significado " rio bom " ou " água boa ". É uma alusão a grande lagoa, a maior do estado do Ceará, situada na parte leste da cidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

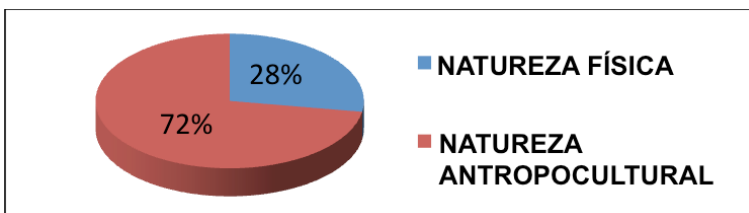
Quadro 4 – Ficha toponímica 3

Topônimo	Guaramiranga
Natureza	Cidade
Localização	Mesoregião 2. Norte cearense. Microrregião 13: Baturité.
Percurso onomástico	Conceição>Guaramiranga
Taxionomia	Zootopônimo
Contexto na obra	... <i>na festa de Guaramiranga</i> (Queiroz, 2015, p.128)
Nota linguística	O topônimo Guaramiranga vem do tupi: <i>guará</i> (vermelho) e <i>miranga</i> ou <i>piranga</i> (garça), significando <i>Pássaro Vermelho</i> . Sua denominação original era Conceição, porém, desde 1890, possui o nome Guaramiranga.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à classificação toponímica, dos 29 topônimos analisados na obra, 21 são de natureza antropocultural (72%) e 8 de natureza física (28%). Entretanto, para um melhor entendimento do que fora mencionado, convém observar os gráficos abaixo:

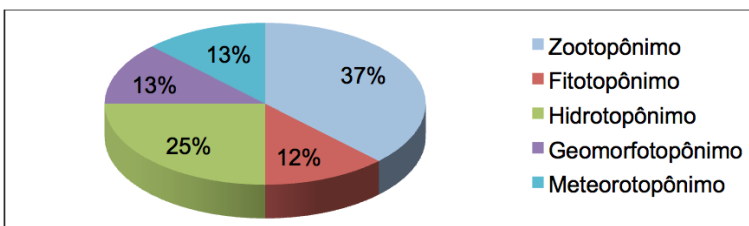
Gráfico 1 – Divisão dos topônimos nas categorias de natureza física e antropocultural



Fonte: elaborado pela autora.

A partir da percentagem do gráfico 1, pode-se perceber o quanto os aspectos ligados à natureza, à materialidade são responsáveis pela organização do espaço ocupado pelo homem, pois a grande maioria dos topônimos foi categorizada como de natureza física. Isso demonstra também como as motivações físicas marcam a memória do lugar, o que reafirma a ligação do homem com o meio para a fixação de metáforas.

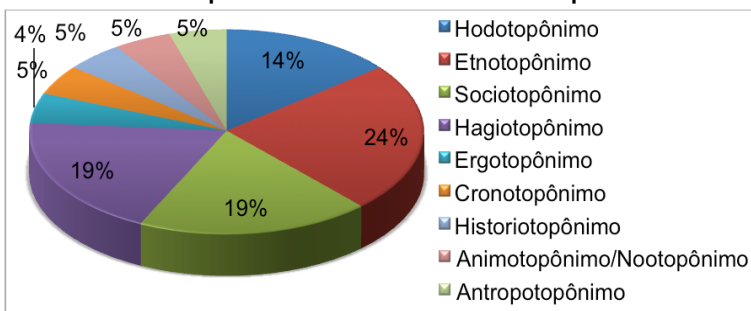
Gráfico 2 – Divisão dos topônimos em taxionomias de natureza física:



Fonte: elaborado pela autora.

Já com o gráfico 2, pode-se observar o predomínio dos elementos nativos para a nomeação dos espaços, pois há uma relação direta entre eles e as características climáticas e geográficas que regem o lugar e que não deixaram de ser sentidas pelo homem.

Gráfico 3 – Divisão dos topônimos em taxionomias de natureza antropocultural



Fonte: elaborado pela autora.

No gráfico 3, também podemos ressaltar a importância dada aos elementos nativos, visto que os etnotopônimos foram os mais encontrados dentre os topônimos de origem antropocultural, seguidos dos sociotopônimos e dos hagiotopônimos que ressaltam o trabalho e a religiosidade, respectivamente.

A fim de concluir o presente artigo de modo profícuo, propõe-se no próximo tópico algumas colocações acerca das análises aqui expostas e da teoria aplicada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou apresentar e categorizar de acordo com a metodologia de Dick (1980, 1990), os topônimos presentes na obra *O Quinze* de Rachel de Queiroz. Isso se consolidou através da análise toponímica e da classificação dos topônimos de naturezas física e antropocultural, assim como as taxionomias léxico-semânticas que apareceram no enredo da obra, entretanto, visando um estudo linguístico onomástico proposto principalmente por Dick (1980).

Os resultados encontrados revelam a toponímia inserida na obra em estudo e os aspectos naturais, geográficos, sociais e culturais de um momento histórico no qual o Nordeste brasileiro estava inserido: o flagelo da seca e as rotas de migração, os quais foram vivenciados na primeira metade do século XX e tão bem utilizados na narrativa da obra em estudo. Rachel de Queiroz, em sua linguagem objetiva, retrata de modo singular, por meio do enredo de *O Quinze*, os dilemas vivenciados pelo povo nordestino, especialmente, o homem do sertão do Ceará. Um romance de denúncia social, peculiar como registro histórico de um momento de mazela e sofrimento por causa das intempéries do clima, mas, principalmente, pelo teor da má administração pública, na qual os mais necessitados não recebiam devidamente o apoio que lhes fora destinado.

No artigo ora apresentado, esperou-se obter outro olhar sobre a obra, o olhar sob a ótica da análise toponímica, em que cada nome de lugar foi analisado conforme o contexto semântico e lexical, numa abordagem em que a Onomástica foi o alvo primordial. Explorou-se outro lado de *O Quinze*, o seu potencial de indicar nomes de lugares, onde os personagens viviam ou vivenciaram suas vidas, dilemas e conflitos conforme a narrativa seguiu seu curso natural. Com isso, obteve-se uma avaliação se esses locais eram cidade, rua, açude, fazenda, estado, entre outros.

No entanto, o resultado apresentado configura-se por meio da tabela dos 29 topônimos encontrados, das 3 fichas com um detalhamento acerca de alguns das designações nomeativas e os gráficos nos quais se vislumbram os achados toponímicos estabelecidos na obra em questão.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, P. O. **A Toponímia Cearense no século XIX**. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- CÂMARA Jr., J. M. **Dicionário de linguística e gramática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- CARDOSO, A. L. **Toponímia brasílica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.
- CARVALHINHOS, P.J. A onomástica e o resgate semântico: as Antas. **Revista Estudos Linguísticos XXXIII**. In: SEMINÁRIO DE GEL, 51., Comunicação oral. Taubaté, SP: UNITAU, 2003.
- DICK, M. V. P. A. **A motivação toponímica**: Princípios teóricos e modelos taxionômicos. 1980. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, 1980.
- _____. **A Motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- _____. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. 3.ed. São Paulo: FFLCH-USP, 1992.
- DUBOIS, J.; GIACOMO, M.; GUESPIN, L.; MARCELLES, C.; MARCELLES, J.B.; MEVEL, J. P. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1993.
- ISQUERDO, A. N. **O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural**. 1996. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 1996.
- NOGUEIRA, P. Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**. Fortaleza, 1887.
- QUEIROZ, R. **O Quinze**. São Paulo: José Olympio. 2015.
- SALAZAR-QUIJADA, A. **La toponímia em Venezuela**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1985.
- SEABRA, M.C.T.C. **O Léxico em Estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras / UFMG, 2006.

DE FATO E FICÇÃO: A RELAÇÃO DO MARANHÃO COMO OBJETO DA HISTÓRIA E DA LITERATURA

Francisco Carlos Carvalho da Silva
Geórgia Gardênia Brito Cavalcante Carvalho
Exedito Eloísio Ximenes

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discorrer acerca do documento histórico *Relação do Maranhão* (1608), de autoria do Pe. Jesuíta Luiz Figueira, bem como do romance histórico *Bravos da Missão* (1979), de R. Batista Aragão; observando como as duas obras dialogam, constituindo farto material de pesquisa para vários campos do conhecimento. Embora ambos os trabalhos possam ser explorados a partir da perspectiva das mais diferentes áreas, no presente artigo, limitamo-nos a mostrar sua relevância aos olhos da História e da Literatura. A proximidade entre essas duas áreas de pesquisa remonta a um passado não tão distante, quando estas se complementavam, constituindo um único discurso. Os referidos campos de estudo continuam complementares, embora raramente estudados em paralelo, como se distintos e alheios fossem. Dessa forma, demonstramos, através da aproximação das obras em questão, a importância de se conceber estudos comparativos. Nesse caso, entre a História e a Literatura.

Palavras-chave: Relação do Maranhão. Bravos da Missão. História. Literatura.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não faz tanto tempo, muitos pesquisadores acreditavam que as pesquisas ocorriam isoladas e completamente distintas entre si, ou seja, que pesquisas desenvolvidas em uma determinada área não estavam em consonância com outros campos do conhecimento. Com o passar do tempo e com o advento de conceitos como interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, entre outros, percebeu-se que insistir em “gaiolas epistemológicas” mais atrapalhava do que ajudava no desenvolvimento das pesquisas acerca do conhecimento humano. Assim sendo, começou-se então a pensar os estudos não como uma parte isolada do todo, mas como uma parte em conexão com esse todo. Desde então, tem-se observado saltos quantitativos e qualitativos no que diz respeito às pesquisas desenvolvidas tanto nas ciências exatas quanto nas humanas.

É nessa perspectiva de abordagem que desenvolvemos o presente trabalho, aproximando História e Literatura a partir do estudo do documento histórico *Relação do Maranhão*, escrito no ano de 1608, pelo padre jesuíta Luiz Figueira (1574-1643) e o romance *Bravos da Missão* (1979), de R. Batista Aragão (1921-2003). Para tanto, discorreremos acerca da importância do referido documento, observando sua relevância no que concerne ao registro acerca da relação entre os missionários jesuítas e os nativos, presentes no nascedouro do que hoje reconhecemos como o Estado do Ceará, aproximando realidade e ficção, a partir das duas obras em análise.

RELAÇÃO DO MARANHÃO: O DOCUMENTO HISTÓRICO

No ano de 1500, a frota comandada por Pedro Álvares Cabral aporta no Brasil. Como principal documento, contendo as informações históricas sobre esse acontecimento, tem-se a Carta de Pero Vaz de Caminha, na qual o escrivão da frota de Cabral relata ao rei português a descoberta (alguns historiadores preferem os termos “achamento” ou “conquista”) do Brasil. No referido documento, impresso pela primeira vez em 1817, na *Corografia Brasílica*, na Impressão Régia do Rio de Janeiro, seu autor descreve como se deram os primeiros contatos entre o colonizador português e os nativos, abordando ainda os aspectos relacionados à fauna, à flora, aos comportamentos e aos hábitos dos nativos, bem como às riquezas da terra encontrada. Esse caráter descritivo, presente na Carta de Caminha, era comum na época dos descobrimentos, consistindo em uma espécie de modelo de relato ou diário de viagem a ser seguido por outros viajantes que passaram por essas terras. Entre os principais, podemos citar Pero de Magalhães Gândavo e seus livros *Tratado da Terra do Brasil* (1570) e *história da Província Santa Cruz, – A que vulgarmente Chamamos Brasil* (1576); o padre jesuíta Manuel da Nóbrega e o seu *Diálogo sobre a conversão do gentio* (1557), Fernão Cardim, autor de *Do Clima e Terra do Brasil* e *Do princípio e Origem dos índios do Brasil*. Esses dois trabalhos do referido jesuíta foram publicados primeiramente em inglês, no ano de 1625. Somam-se a esses, *Duas Viagens ao Brasil* (1557), de Hans Staden; *Viagem à Terra do Brasil* (1578), de Jean de Léry; *Tratado Descritivo do Brasil* (1587), de Gabriel Soares de Sousa; e *Diário das Grandezas do Brasil* (1618), de Ambrósio Fernandes Brandão.

Embora, como bem lembram Vogt e Lemos (1982), as atividades intelectuais no Brasil colônia fossem exclusivas dos missionários da Companhia de Jesus, uma vez que tinham sido os primeiros a chegar, em 1549, com o governador-geral Tomé de Sousa, observamos que muitos estrangeiros também estiveram em terras brasileiras, registrando o quanto podiam para dar ciência aos seus governantes. Aos jesuítas já instalados, cabia a missão de converter os nativos à fé cristã, bem como criar e manter o ensino público. Dessa forma, ao chegar ao Brasil no ano de 1583, o padre Fernão Cardim vai se deparar com uma grande rede de colégios estabelecida por todo o território costeiro do Brasil.

Havia assim, certo domínio do litoral, fazendo-se necessário a partir daí, avançar rumo ao sertão. Assim sendo, era o ano de 1607, quando os padres da Companhia de Jesus, Francisco Pinto e Luiz Figueira, por ordem do seu superior provincial, Fernão Cardim, são destacados para a Missão do Maranhão. O objetivo da referida missão era pregar o Evangelho aos indígenas e tentar aproximação com os nativos que haviam se tornado próximos aos franceses, tendo agora por inimigos os portugueses. Essa relação entre nativos e franceses (alguns cronistas denominavam os franceses de “luteranos”) não interessava à Coroa, muito menos à igreja católica. Assim sendo, a presença da Companhia de Jesus, abaixo da linha do Equador, não ocorria por acaso, mas consistia em uma ação orquestrada pela Coroa portuguesa, que via nas atividades da Companhia criada por Ignácio de Loyola (1491-1556), uma oportunidade de unir o útil ao agradável.

Sobre sua escolha para conduzir a Missão, em auxílio ao experiente padre Pinto, Luiz Figueira narra a partida para o cumprimento que lhes havia sido designada pelo seu superior hierárquico:

PAX CHRISTI. No mez de jan.ro de 607 p. ordem de Fernão Cardim pr.al esta pr.a nos partimos pera a missão do Maranhão o p. e fr.co Pinto e eu cõ obra de sessenta Indios, cõ intenção de pregar o evangelho aaqueladesemperada gentilidade, e fazermos cõ q' se lançassem da parte dos portugueses, deitando de si os frãcezescorsairos q' lá residem pera q' indo os portugueses como determinão os não avexassem nem captivassem, e pera q' esta nossa ida fosse sem sospeita de engano pareceo bem ao p. e pr. al q' não levássemos conosco portugueses e assi nos partimos sós coaquelles sessenta Indios. (FIGUEIRA, 1903, p. 97).

Com o objetivo de chegar até o Maranhão e cumprir a missão a qual estavam destinados, o grupo passa pelo Ceará, enfrentando as mais difíceis situações, culminando no violento assassinato do padre Francisco Pinto. Dessa forma, a *Relação do Maranhão* consiste no registro narrativo-descritivo da viagem empreendida pelos religiosos, seguindo estilo semelhante ao observado nos principais documentos elaborados pelos cronistas e viajantes que por aqui passaram. O referido documento foi escrito pelo padre Luiz Figueira e enviado ao padre Cláudio Aquaviva, superior da sua Ordem.

Sobre algumas das dificuldades enfrentadas ao longo da empreitada, convém observar o que afirma o padre Luiz Figueira:

Nesta triste serra dos corvos parece q' se juntarão todas as pragas do brasil, innumeráveis cobras e aranhas a q' chamão caranguejeiras, peçonhentíssimas de cuja mordedura se diz q' morrem os homens, carrapatos sem conta, mosquitos e moscas q' magoão estranham.t e e ferem como lancetas fazendo logo saltar o sangue fora e assypareção os índios leprosos das mordeduras, nem eu fizera caso de escrever essas cousas senão foramextraordinarias [...]. (FIGUEIRA, 1903, p. 103).

No que concerne à estrutura do documento em questão, convém fazermos duas observações as quais acreditamos necessárias para uma melhor compreensão do texto do padre Luiz Figueira, no que diz respeito à sua forma e ao seu conteúdo. A primeira diz respeito à palavra “missão”, a qual deve ser compreendida, em termos bem elementares, como uma tarefa dada por um superior aos seus subordinados; os quais só têm como opção o cumprimento da referida tarefa. Assim, “missão cumprida” é a resposta que tanto militares quanto religiosos esperam ouvir de seus subordinados, quando lhes é dada uma “missão” a cumprir. No caso dos religiosos da Companhia de Jesus, cumprir missões no mundo inteiro tornou-se o *leitmotiv* das suas vidas em um período histórico em que avançavam as ideias propostas por Martinho Lutero (1483-1546). Era necessário, então, que os chamados “soldados de Cristo” ganhassem o mundo, buscando novos seguidores para a obra do Senhor. Dessa forma, os jesuítas estiveram no mundo todo, catequizando (para alguns, impondo sua fé), construindo cidades, escrevendo gramáticas, dicionários; e tornando-se referência na educação mundial. Todas as atividades desenvolvidas pelos je-

suítas, independentemente, de onde estavam, eram relatadas aos seus superiores hierárquicos através de cartas, denominadas de Relações. A segunda observação diz respeito ao termo “relação”, o qual deve ser compreendido como uma espécie de diário de viagem, no qual tudo tinha que ser detalhadamente registrado. O uso das “Relações” como forma de registro e consequente comunicação entre superiores e subordinados não constitui, no entanto, um recurso exclusivo da Companhia de Jesus. Os Capuchinhos, por exemplo, também lançavam mão do mesmo instrumento de registro.

Como comprovação do que afirmamos, citamos a *Relação de uma Missão no Rio São Francisco*¹, do padre Martinho de Nantes, publicada pela Companhia Editora Nacional, em 1979, com tradução de Barbosa Lima Sobrinho. Logo abaixo do título da obra, lê-se: “Relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris”. Embora o título diga tratar-se “de uma missão”, o que teria como resultado uma Relação, o livro traz, na verdade, duas Relações, denominadas apenas de “Primeira Relação” e “Segunda Relação”.

Embora não possamos afirmar com certeza, acreditamos que existam apenas quatro edições da *Relação de uma Missão no Rio São Francisco*. Sobre isso, Barbosa Lima Sobrinho, na introdução ao livro do padre Martinho de Nantes, edição de 1979, afirma:

A primeira edição do livro, reunindo as duas *Relações* é de 1706. Só muito tempo mais tarde, já em 1888, apareceria uma segunda edição,

¹ *Relação de uma Missão no Rio São Francisco*, do padre Martinho de Nantes está disponível para leitura em: <<http://goo.gl/SAIb7v>>.

por iniciativa dos ArchivesGénérales de l'Ordre des Capucins, em Roma, sob os cuidados do Rev. Pe. Apolinário de Valença, religioso da mesma ordem de frei Martinho. [...] Apareceu na Bahia uma terceira edição, fac-similar, prefaciada e anotada pelo historiador Frederico G. Edelweiss, e impressa na Tipografia Beneditina no ano de 1952. (SOBRINHO, 1979, p. XIV).

A falta de exatidão quanto à quantidade de edições existentes de obras desse tipo, constitui entrave para pesquisas mais amplas no que diz respeito a elaborações de edições críticas, por exemplo. No caso da *Relação do Maranhão*, costuma-se tomar como referência a cópia disponibilizada em 1903, pelo pesquisador Barão de Studart (1856-1938). Conforme o próprio Studart, o documento original estaria nos Arquivos da Ordem Jesuíta, na Holanda². Sobre o assunto, em artigo publicado nos Cadernos do CNLF, intitulado “Relação do Maranhão ou certidão de nascimento do Ceará: necessidade de uma edição crítica”, Ximenes (2009) diz conhecer cinco cópias, todas elas reproduzidas a partir da cópia do Barão de Studart. O referido pesquisador afirma:

A partir dessa cópia surgiram outras reproduções que chegaram ao nosso conhecimento. Em 1904, o Barão publicou novamente o texto em sua coletânea intitulada *Documentos para a História do Brasil e Especialmente do Ceará*. Em 1911, o Pe. Jesuíta Rafael Maria Galanti, publicou o texto no livro *História do Brasil* e, em 1940, o Pe. Serafim Leite fez outra publicação em Por-

² Cento e doze anos após a edição do Barão de Studart, os pesquisadores Francisco Carlos Carvalho da Silva e Geórgia Gardênia Brito Cavalcante Carvalho localizaram o manuscrito da *Relação do Maranhão* no arquivo geral da Companhia de Jesus

tugal no livro *Luiz Figueira: A sua vida heroica e a sua obra literária*. A última edição que temos conhecimento é de 1967, de Tomás Pompeu Sobrinho, enfeitada em um livro que reúne fontes históricas do Ceará intitulado *Três documentos do Ceará Colonial*. (XIMENES, 2009, p. 100).

Embora ainda escassas e tímidas, já começam a surgir pesquisas acerca do documento *Relação do Maranhão*, o que vemos como positivo, uma vez tratar-se de um documento de profundo interesse não apenas para a História do Brasil, especificamente para a História do Ceará, mas para vários outros campos do conhecimento. É curioso, no entanto, notar que apesar de toda a tecnologia da qual dispomos, bem como da observável carência de compreendermos tudo a partir do que é “pós”, na atual conjuntura cultural, parece-nos cada vez mais urgente voltarmos ao passado para tecermos estudos e pesquisas no presente. Sobre isso, em artigo publicado na Revista USP (1998-1999), intitulado “José Saramago e a tradição do romance histórico em Portugal”, Horácio Costa afirma:

[...] O panorama cultural de hoje está caracterizado por uma grande incidência, talvez a maior da qual se tenha tido notícia, de informações provenientes do passado, numa quase total abertura de referências. No momento atual, no que com nula ou sobeja razão – não importa – deu-se por chamar pós-moderno, o passado é, um tanto paradoxalmente, uma presença constante: parte integrante do sistema da moda, elemento de legitimação ou de foco de autoridade sobre quaisquer aspectos da vida social, política e cultural de povos e indivíduos [...]. (COSTA, 1998-1999, p. 97-98).

Assim sendo, acreditamos ser imprescindível andar para frente, carregando a tradição. E, sob tal ótica, apontamos a atualidade da *Relação do Maranhão* e sua conseqüente leitura como instrumentos necessários de apropriação da identidade cultural do povo brasileiro, especialmente do cearense, no que tem a ver com a cultura, a cor local, as primeiras manifestações da língua, bem como a constituição de uma sociedade e de um povo.

RELAÇÃO DO MARANHÃO: O ROMANCE HISTÓRICO

Nascido em Viçosa do Ceará, o escritor Raimundo Batista de Aragão (1921-2003) é considerado um dos principais historiadores cearenses. Em sua coleção *História do Ceará*, em cinco volumes, dedica o primeiro à colonização do Ceará, cobrindo um período que vai de 1531 a 1621. É no capítulo II, denominado "A igreja no processo de colonização do Ceará (Missões)", que estão abrigados os textos sobre as principais atividades jesuíticas no Ceará, entre as quais, a *Relação do Maranhão*, do já referido padre Luiz Figueira e *Relação da Missão da Serra da Ibiapaba*, do padre Antônio Vieira. Além de historiador, R. Batista Aragão também trafegou com mestria pela literatura de ficção, produzindo crônicas, contos e romances. Dos seus romances publicados, tomamos como objeto de análise *Bravos da Missão*, de 1979, tendo em vista a motivação histórica que fez com que o autor aproximasse sua narrativa de ficção dos fatos registrados no documento escrito pelo padre Luiz Figueira.

Como dito, o romance *Bravos da Missão* (1979) consiste na versão ficcional dos fatos históricos registrados no documento *Relação do Maranhão*. No que diz respeito à estrutura formal da

obra, esta se apresenta organizada em quatro capítulos, os quais não recebem nenhuma denominação específica. Cada capítulo, no entanto, é composto por partes que ocupam não mais que cinco páginas. Dessa forma, o capítulo I é composto de sete partes. A primeira é denominada de “O dia das candeias” e a última “A missa”. O segundo capítulo é constituído de vinte e três partes. A primeira denominada de “Viagem e devaneio” e a última “A grande festa”. O terceiro capítulo, por sua vez, tem sua primeira parte denominada de “O nicho de palha” e a última “As três cruzes”. Esse capítulo é composto de vinte e duas partes. Composto de sete partes, o quarto e último capítulo tem sua primeira parte nomeada de “Esperanças e desenganos”, enquanto a última recebe a denominação de “A última noite”. O livro possui trezentas e dezenove páginas, sendo a última dedicada às notas remissivas, notas bibliográficas, hábitos, costumes e generalidades. Na introdução do livro, assinada pelo próprio autor, lê-se:

BRAVOS DA MISSÃO é um romance histórico inspirado em acontecimentos já encobertos pela poeira do tempo. Fontes diversas, de pesquisa, foram os instrumentos de que se valeu o autor para estruturá-lo. Crônicas da época, obras de caráter sociológico, de renomados autores e vestígios ainda não apagados, da tradição oral. (ARAGÃO, 1979, p. 5, grifos do autor).

Conhecedor dos meandros que tecem ambos os campos do conhecimento, História e Literatura, R. Batista Aragão sabe muito bem dos imbróglis existentes entre representantes desses dois campos de estudo. Se para uns nada há na literatura que possa contribuir para os estudos historiográficos,

para outros os dois campos são tão próximos quanto complementares. Se, por um lado, a História tem recorrido à Literatura como fonte de pesquisa, a recíproca é mais do que verdadeira. Ao exercer as atividades, de historiador e ficcionista, perceberemos o autor passar ao largo de tais questionamentos, apenas se doando ao exercício de ambos. Contudo, sobre a vã discussão acerca da disputa inócua produzida por alguns representantes das duas áreas de conhecimento, convém ressaltarmos o que afirma Massaud Moisés (2000) acerca de Heródoto e a relação entre fato e ficção:

Heródoto, considerado o pai da História, misturava pormenores curiosos, propiciados por suas andanças, aos relatos míticos, e amparava-se tanto nas fontes escritas como na transmissão oral, não raro assumindo perante os acontecimentos, graças à liberdade inventiva (que mal permite saber onde para a verdade e onde principia a mentira), a perspectiva de um autêntico ficcionista. (MOISÉS, 2000, p. 166).

A união entre História e ficção nada tem de recente, haja vista as narrativas épicas que objetivavam registrar os feitos heróicos de um determinado povo. Nesse caminho, têm-se entre os mais representativos poemas da literatura universal a *Odisseia* e a *Ilíada* (ambos do séc. VIII a.C), de Homero; *Os Lusíadas* (1572), de Camões, e *Orlando Furioso* (1516), de Ariosto; por exemplo.

Já no século XX, um dos pensadores que mais fez por aproximar a História da Literatura, observando seus desvelos e idiossincrasias, foi Gyorgy Lukács (1885-1971). Sobre essa questão, o filósofo húngaro publicou no ano de 1947 a obra *O Romance Histórico*. Tomando como eixo de análise a obra *Ivanhoé*

(1819), de Walter Scott (1771-1832), Lukács não almeja esgotar as abordagens concernentes à História ou à Literatura, mas apontar a relação entre a realidade e a ficção; observando como a forma, o conteúdo, as personagens e as temáticas se interrelacionam, e com que tipo de questionamentos dialogam, levando-se em consideração o meio social no qual estão inseridos e os conflitos que possam se dar no tempo em que ocorrem.

Mas, por qual razão teria Aragão optado por produzir seu texto ficcional a partir de um documento histórico? Sobre isso, as palavras de Lukács acerca da relevância do romance histórico nos parecem suficientes para a complementação de uma resposta para a questão proposta. Afirma o autor:

No romance histórico [...] trata-se de figurar de modo vivo as motivações sociais e humanas a partir das quais os homens pensaram, sentiram e agiram de maneira precisa, retratando como isso ocorreu na realidade histórica. E é uma lei da figuração ficcional [...] que, para evidenciar as motivações sociais e humanas da ação, os acontecimentos mais corriqueiros e superficiais, as mais miúdas relações [...] são mais apropriadas que os grandes dramas monumentais da história mundial. (LUKÁCS, 2011, p. 60).

Assim sendo, é possível compreender que a proposta do autor de *Teoria do Romance* (2009) é centralizar a discussão na relação existente entre o fato e a ficção ou, em outras palavras, investigar o mais detalhadamente possível as relações existentes entre a História e a Literatura. Sabendo-se que *O Romance Histórico* de Lukács foi publicado pela primeira vez no ano de 1947 (traduzido para o português em 2011), é possível que o autor de *Bravos da Missão* tenha tido acesso ao texto, uma vez

que seu romance em questão nada deixa a dever aos postulados teóricos propostos pelo autor húngaro.

BRAVOS DA MISSÃO: A GÊNESE DA OBRA

A elaboração de um texto, seja ele literário ou não, depende da construção de uma estrutura (forma), que virá a ser preenchida (conteúdo) pelo seu autor. Cada escritor tem a sua própria técnica de criação. E embora existam atualmente determinadas subversões na produção literária contemporânea, alguns componentes comuns nas narrativas tradicionais ainda se mantêm, ou seja, muitas das narrativas ainda são estruturadas levando-se em consideração o enredo, o foco narrativo, os personagens, o espaço e o tempo. Destarte, tendo em vista o ano em que foi produzido, o romance de R. Batista Aragão apresenta uma estrutura tradicional de narrar, não demonstrando intenção de subverter nada que diga respeito à forma de se contar uma história. Portanto, sobre a feitura do romance *Bravos da Missão*, observemos o que nos diz seu autor:

De posse desses fragmentos, aplicou-se o autor na análise dos fatos, comparando dados, aferindo versões e situando cada peça do quebra-cabeças histórico, no seu devido lugar. Em seguida e com os recursos da imaginação, foi idealizado o plano da obra, seguindo uma rota paralela à ficção, mas nunca sem deixar de separar o real do fantasmagórico. (ARAGÃO, 1979, p. 5).

Quanto aos personagens principais do seu romance histórico, Aragão assim os apresenta:

“[...] os padres Francisco Pinto e Luiz Figueira, dois infatigáveis missionários a serviço da catequese, dois paladinos da fraternidade, que deram suas vidas em holocausto à meritória obra de civilização cristã” (ARAGÃO, 1979, p. 5).

Ainda na introdução da obra, na citação a seguir, a fala do romancista se confunde com a do historiador ao se descor-tinar um breve relato sobre a empreitada dos dois missioná-rios. Afirma o historiador romancista:

Os lances dramáticos, vividos por esses dois apóstolos de dever, constituem uma verdadeira epopéia onde, aqui e ali, deixam transparecer um misto arraigado de fanatismo, a par de elevado espírito de filantropia. Após singrarem os mares nordestinos, em percurso compreendido entre Pernambuco e Ceará, navegando ao dissa-bor de mares enfurecidos, hostis, prosseguiram a pé, às vezes conduzidos em redes por índios bondosos, até alcançar os píncaros da lendária Ibiapaba, burgo primitivo onde hoje se situa Viçosa do Ceará. (ARAGÃO, 1979, p. 5).

No que diz respeito aos elementos da narrativa, perce-bemos tratar-se de uma narrativa feita na terceira pessoa do singular, ou seja, o enredo é apresentado por um narrador-ob-servador, enquanto a ação se dá no espaço geográfico da serra da Ibiapaba, onde hoje se situa a cidade de Viçosa do Ceará. O tempo do romance de Aragão é o mesmo tempo cronológico do documento histórico, ou seja, iniciando-se no dia dois de fe-vereiro, dia de Nossa Senhora das Candeias, e terminando com a saída do padre Figueira através do Rio Ceará, aos dezenove de agosto de 1608, contando 564 dias.

Ao discorrer sobre a opção por unir fato e ficção na mesma obra, R. Batista Aragão (1979, p. 6) explica que a ficção, aliada aos fatos históricos, como material de ilustração fantasiosa, objetiva expor a cultura indígena através de uma narrativa menos áspera e um pouco mais deleitante. E sobre o objetivo maior da sua narrativa, o autor expõe suas intenções no que diz respeito à recepção da obra ao afirmar que:

No contexto geral pressupõe-se **BRAVOS DA MISSÃO** como sendo uma obra destinada a oferecer ao leitor uma ideia clara de obscuros fragmentos histórico-culturais, perdidos no limiar da colonização nordestina. Contexto rude, hostil quase sempre e cimentado em monumentos antagônicos de duas civilizações: uma que se ia, no ocaso do primitivo ordenamento da natureza e, outra, a engatinhar sob os auspícios do progresso em seu nascedouro. (ARAGÃO, 1979, p. 6, grifos do autor).

E continua o autor:

Fazia-se mister levar a jornada ao Maranhão, ponto culminante do heroico empreendimento e lugar onde pretendia a missão assentar suas bases. Todavia, acontecimentos sinistros obstaram a que se concretizasse a empresa. Os padres Francisco Pinto e Luiz Figueira, os **Bravos da Missão**, viveram lances dramáticos: a história precisa dar-lhes seu real valor. (ARAGÃO, 1979, p. 6, grifos do autor).

Destarte, o objetivo do romance de R. Batista Aragão é fazer com que leitores, em tempos futuros, conheçam os fatos ocorridos na Ibiapaba, devidamente registrados na *Relação do*

Maranhão. Assim sendo, tendo sido publicada no século XX, a obra de R. Batista Aragão respeita o necessário distanciamento que deve separar o tempo do acontecido, do tempo de quem o escreve. E assim sendo, excetuando-se um ou outro aspecto, uma vez que a teoria de Lukács toma por base a obra e o contexto histórico de Walter Scott, o romance histórico de R. Batista Aragão apresenta-se em consonância com as características do Romance Histórico elencadas por Gyorgy Lukács. Assim, se, por um lado, o romance de Scott enfatiza as lutas entre saxões e normandos, o romance de Aragão, por sua vez, foca nas relações de contraste entre missionários e nativos, partes contrastantes, mas indispensáveis na constituição do povo cearense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Relação do Maranhão* é um documento histórico proporcionador de inúmeras possibilidades de pesquisas. No entanto, a conhecida falta de apreço que o povo brasileiro demonstra em relação à sua cultura, aliada à necessidade que alguns membros da Academia têm em delimitar espaços específicos para os estudos, acaba por relegar ao esquecimento proficuas fontes de pesquisa. No caso do documento *Relação do Maranhão*, toda e qualquer forma de estudo e divulgação tende a contribuir para que um número cada vez maior de pesquisadores e interessados tenham acesso às informações que o documento contém.

Dessa forma, consideramos menores as discussões que se tentam impor acerca dos limites entre o histórico e o fictício,

por considerarmos ambos os campos do conhecimento semelhantes e complementares tal qual o foram desde os tempos de Homero, e bem antes, quando os dois discursos se fundiam. Em tempos outros, a literatura abriu suas portas para a história produzindo obras permeadas da mais relevante qualidade historiográfica, como pode ser observado nas obras de Walter Scott, José de Alencar, Euclides da Cunha e Ana Miranda; por exemplo. Especificamente no caso brasileiro, determinadas obras literárias são diretamente responsáveis por contribuir para a constituição e compreensão da identidade nacional.

Dessa forma, a aproximação que tentamos fazer do documento histórico *Relação do Maranhão*, do padre Luiz Figueira, com o romance *Bravos da Missão*, de R. Batista Aragão, objetiva trazer à lume tanto o documento histórico quanto o romance produzido a partir dele, em uma tentativa de expor e analisar o referido documento à luz da História e da Literatura.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, R. B. **Bravos da Missão**. Fortaleza: GRECEL, 1979.
- _____. **História do Ceará**. v. 1. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, [19--?].
- COSTA, H. Saramago e a Tradição do romance histórico em Portugal. **Revista USP**. São Paulo: 1998-99. n. 40, p. 96-104. Disponível em: <<http://goo.gl/ZJUIP9>>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- LUKÁCS, G. **O Romance Histórico**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOISÉS, M. **A Criação Literária** – Prosa II. São Paulo: Cultrix, 2000.

NANTES, M. **Relação de uma Missão no Rio São Francisco**. Tradução e comentários de Barbosa Lima Sobrinho. São Paulo: Nacional, 1979.

SILVA, Francisco Carlos Carvalho da. **Um estudo do documento histórico Relação do Maranhão à luz da lexicologia**: tomando lingoa do estado das cousas [recurso eletrônico] / Francisco Carlos Carvalho da Silva. – 2017.

SOBRINHO, B. L. Introdução. In: NANTES, M. **Relação de uma Missão no Rio São Francisco**. Tradução e comentários de Barbosa Lima Sobrinho. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p. XI-XX.

STUDART, G. A Relação do Maranhão, 1608, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Cláudio Aquaviva. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo I, p. 97-138, 1887. Disponível em: <<http://goo.gl/MhFtp5>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

VOGT, C.; LEMOS, J. A. G. **Cronistas e Viajantes**. São Paulo: Abril Educação, 1982. (Literatura Comentada)

XIMENES, E. E. Relação do Maranhão ou Certidão de Nascimento do Ceará: Necessidade de uma Edição Crítica. **Cadernos do CNLF**, v.XII, n. 8, p. 99-108, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/Hv23ry>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

A ORTOGRAFIA FONÉTICA EM ESCRITURAS DO SÉCULO XVIII

Francisca Lisiani da Costa Rodrigues

Resumo: No presente artigo, abordamos aspectos ortográficos em escrituras de compra e venda de escravos, documentos oficiais do século XVIII, com foco na ortografia fonética. Analisamos no gênero a presença de variações gráficas de uma mesma palavra, as diferentes realizações das vogais e consoantes e outros traços do sistema ortográfico presente nos documentos, que revelam elementos da língua portuguesa da época. Dessa forma, mostramos a evolução de vocábulos, confirmando a natureza dinâmica da língua, que está, a todo momento, redefinindo-se, e analisamos como os fatores externos à língua, como as relações sociais e as questões culturais, podem influenciar nas modificações linguísticas.

Palavras-chave: Ortografia fonética. Reformas ortográficas. Escrituras.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No presente trabalho, analisamos escrituras de compra e venda de escravos e descrevemos aspectos da ortografia vigente no século XVIII, investigando elementos da ortografia fonética e da ortografia pseudoetimológica que, dentro do percurso histórico de evoluções da ortografia portuguesa, são períodos de mudanças significativas na nossa língua.

A partir dos documentos que integram o *corpus* do Projeto de Pesquisa *Edição de textos oficiais da capitania do Ceará dos séculos XVIII e XIX para estudos da língua e da história-social*, foram selecionadas escrituras de compra e venda de escravos, datadas do século XVIII, pertencentes ao Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Estudar esses documentos é uma tarefa que nos conduz ao conhecimento dos gêneros textuais, da história da língua, principalmente, do sistema ortográfico vigente no contexto de produção desses manuscritos. O gênero escritura de compra e venda de escravos analisado neste trabalho é um documento lavrado em cartório e usado na compra e venda de bens. Os escravos eram considerados produtos que podiam ser comercializados e, portanto, a compra e venda de cativos era feita em cartório, gerando um documento com a assinatura do comprador, do vendedor e das testemunhas, todos bem caracterizados. É estabelecido o preço a ser pago pelo valor do cativo e, no final do texto, é colocado um selo, revestindo o documento de valor legal.

Após fazermos a edição semidiplomática dos manuscritos, escolhemos algumas escrituras, tendo em vista que editamos 180 documentos, para descrevermos o uso da ortografia da época, usando como fundamentação teórica básica as gramáticas históricas da língua portuguesa, que tratam da evolução da nossa língua, dos sistemas de escrita e dos acordos ortográficos.

As escrituras são documentos oficiais e o texto possui uma estrutura formal, com termos e elementos jurídicos. No entanto, é possível identificar na ortografia usada na época tra-

ços da escrita fonética, que revelam o sistema ortográfico vigente, sem um acordo formal que estabelecesse um padrão de escrita. É importante observarmos também aspectos formais necessários em comunicações, como os pronomes de tratamento que, naquele contexto histórico-linguístico, segundo Teyssier (1997), o sistema pronominal era diversificado.

Aparecem várias outras maneiras de tratar um interlocutor: vossa excelência (forma abreviada: vocência); o senhor seguido do título (ex.: o senhor doutor), o senhor apenas, o título seguido do nome, o nome só, etc., sem contar o emprego puro e simples da terceira pessoa sem sujeito expesso. Na língua dos séculos XVII e XVIII essas fórmulas correspondem a um código social rígido. (TEYSSIER, 1997, p.60).

Os documentos analisados neste trabalho datam do final do século XVIII, período escravista em todo Brasil. No estado do Ceará não era diferente, pois o comércio de negras e de negros era comum e legítimo. As escrituras de compra e venda de escravos são documentos lavrados em cartório, ou seja, essa comercialização possuía aval jurídico e social. O período escravista no Brasil foi intenso e o estado do Ceará, apesar de ser reconhecido como o primeiro a abolir a escravidão, também vivenciou esse tipo de comércio reconhecido no momento. O gênero textual aqui estudado, *escrituras de compra e venda de escravos*, são ricas fontes de informações sobre a época, pois são documentos jurídicos e autênticos, que abordam questões sociais e culturais desse período no Ceará, além de serem textos que revelam muito sobre a língua portuguesa e suas peculiaridades.

REFERENCIAL TEÓRICO

Pretendemos, nesta seção, embasar as análises feitas das ocorrências encontradas nos documentos. As escrituras analisadas datam do século XVIII, portanto, faz-se necessário investigar a ortografia vigente naquele período e fazer o exercício de comparação, buscando aspectos do sistema ortográfico usado em voga, segundo as gramáticas históricas e a história da língua portuguesa.

Teyssier (1997, p. 6) diz que “Os primeiros textos escritos em português surgem no século XIII”, isso significa que, por muito tempo, a ortografia da língua portuguesa não possuía um sistema padrão de escrita, já que os primeiros acordos ortográficos vieram ocorrer no século XX.

Desde os primórdios aos dias atuais, divide-se a história da ortografia portuguesa em três períodos: o fonético, o pseudo-etimológico e o simplificado.

No primeiro período, que inicia com os primeiros documentos redigidos em português, as palavras eram escritas como eram pronunciadas. Esse período coincide com a fase arcaica do idioma, portanto, não havia um padrão uniforme na transcrição das palavras, a escrita apresentava variação dentro do mesmo texto, não havia uma sistematização reconhecida. O grafema *h*, por exemplo, podia indicar tonicidade da vogal: *he* (é); a existência de hiato: *sahida* (sa-í-da), *sabha* (sabia); e, às vezes, era usado sem função indefinida: *hua* (uma). Segundo Coutinho (1976), no período fonético, se escrevia pelo ouvido, ou seja, as palavras eram registradas de acordo com o som que se ouvia.

Não havia um padrão uniforme na transcrição das palavras. Às vezes, num documento, aparecem os mesmos vocábulos grafados de modo diferente. Para isso, concorriam as diferenças regionais que deram em resultado o sincretismo das formas, a influência embora pequena do latim, a negligência dos autores e copistas, e, em alguns casos, a grafia castelhana. O que porém, não se pode negar-se a tendência manifestamente fonética do sistema então em uso. Escrevia-se não para a vista, mas para o ouvido. (COUTINHO, 1976, p. 72).

O período pseudoetimológico tem início delimitado no século XVI e vai até o ano de 1904, quando a Ortografia Nacional de Gonçalves Viana foi publicada. Essa grafia tem como principal característica o emprego de consoantes geminadas (dobradas) e insonoras. A grafia etimológica ou pseudo-etimológica consistia em conservar as letras das palavras latinas ou gregas, mesmo que não possuíssem valor fonético. Além das consoantes geminadas, há o emprego de grupos consonantais impróprios como gn, ct, pt, dentre outros, numa forma de recuperar ou aproximar do étimo da palavra, mesmo que em muitos casos fossem apenas criações infundadas, pois quem escrevia queria mostrar erudição e aproximação com a cultura clássica greco-romana.

Segundo Ximenes (2009, p. 14), “esse período vem a lume com o Renascimento e a volta da cultura clássica greco-latina que influenciou os espíritos a adotarem a grafia supostamente etimológica de cuja origem seria o étimo daquelas línguas”.

O terceiro período começa com as tentativas de Gonçalves Viana de apresentar um sistema fixo de grafia, com base na história da língua. Dessa forma, algumas regras ortográficas fo-

ram estabelecidas, como a redução das consoantes dobradas e a regularização da acentuação gráfica. Felisbino (2013) diz que

Assim, a sistematização da ortografia nesse momento vislumbrou um caráter não apenas de simplificar e fixar a ortografia, apresentava um eixo nacionalista, sobretudo, com referência às marcas entre a pronúncia brasileira em relação à pronúncia europeia, ampliando e intensificando, dessa forma, a procura da identidade nacional por meio da criação de um sistema gráfico brasileiro. (FELISBINO, 2013, p. 10).

Podemos inferir que a ortografia dos documentos aqui estudados cronologicamente tem sua vigência na época clássica, mas ainda guarda traços do período fonético, que era usado até o fim do século XVI, ou seja, muitos grafemas são escritos tal qual eram pronunciados, o que não implica uma uniformidade na escrita, pois cada indivíduo tem sua maneira de falar. Por outro lado, percebemos traços da ortografia pseudoetimológica na qual “as palavras eram escritas de acordo com a grafia de origem, reproduzindo todas as letras do étimo, embora não fossem pronunciadas” (SILVA, 2010, p. 98).

Nas escrituras públicas de compra e venda de escravos, percebemos a presença de duas ortografias: a fonética e a pseudoetimológica. Isso implica em dados diferentes, que podem revelar a liberdade de escrita do tabelião, responsável por redigir as escrituras. Isso também revela que, mesmo havendo uma separação de períodos, eles não se anulam, ou seja, o início de um período ortográfico não elimina todos os aspectos do antigo período vigente, os usuários da língua não

vão aderir completamente ao novo sistema e isso pode explicar porque encontramos traços de períodos anteriores à época que estudamos.

Os acordos ortográficos são feitos com o objetivo de uniformizar uma língua, aderindo às formas novas de uso e/ou eliminando àquelas que caíram em desuso. Isso ajuda a unir as pessoas que se relacionam através de um idioma, mesmo com a presença de variações dialetais. Dessa forma, uma língua está sempre em evolução, pois seus usuários e a sociedade também se modificam.

METODOLOGIA

O *corpus* analisado pertence ao Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) e são documentos manuscritos que passaram por um processo de edição filológica.

O modelo de edição usado foi o semidiplomático, que mantém a pontuação, a translineação e a ortografia originais, as fronteiras de palavras são mantidas durante a edição, as partes ilegíveis são marcadas por reticências entre parênteses, e as abreviaturas são desenvolvidas, acrescentando-se as letras ocultadas e destacando-se em itálico e em negrito. Optou-se pela edição semidiplomática por essa edição aproximar o texto do leitor e facilitar a leitura, já que as abreviaturas são desenvolvidas, no entanto, o texto mantém-se fiel ou pelo menos, muito próximo do original. Segundo Spina (1994, p. 79), “a edição semidiplomática pode também ser denominada de

diplomático-interpretativa por entender que a eliminação das dificuldades paleográficas, desenvolvimento de abreviaturas e inserção de palavras ou letras já constitui um tipo de interpretação”.

Dessa maneira, o *corpus* é uma fonte confiável para a investigação de usos da língua e assim contribui para ajudar a construir a história de nosso idioma. Uma pequena contribuição que podemos destacar é o objeto deste estudo, o sistema ortográfico usado, de maneira eficiente.

Foram feitas diversas leituras das 180 escrituras analisadas, com o objetivo de verificar ocorrências de ortografia fonética. Em seguida, foi feita a análise dos dados, separando-os em grupos, dividindo-os em tabelas, para diferenciar as ocorrências de consoantes, vogais e outros aspectos ortográficos.

As escrituras possuem a mesma estrutura formal, mas as leituras revelam diferentes ocorrências da ortografia fonética e algumas da ortografia pseudoetimológica.

ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, apresentamos os dados encontrados nas escrituras e as análises feitas a partir desses resultados. De maneira sistematizada, as ocorrências foram dispostas em tabelas para melhor visualização e compreensão. Após cada tabela, analisamos os dados e verificamos o objeto de estudo: a grafia das palavras.

Quadro 1 – Vogais orais

Letras	Ocorrências	Forma atual
o>a	Afficio	Ofício
i>u	Dous	Dois
i>y	Foy, meynos	Foi, meios

Fonte: Elaborado pela autora.

Como percebemos, a vogal **i** apresenta variações para **y** no meio e fim de palavras; a vogal **o** é substituída pela vogal **a**; a vogal **i** é substituída pela vogal **u**. Essas ocorrências apresentam pouca frequência no *corpus*.

A seguir, uma amostragem das vogais nasais.

Quadro 2 – Vogais nasais

Letras	Ocorrências	Forma atual
a>ã	tomãdo, assignãdo, valerã	tomando, assinando, valeram
um	algua	alguma

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro de vogais nasais apresenta poucas ocorrências, apenas com a presença do til (~) sobre a vogal *a* representando a nasalidade. Na verdade, esse é um exemplo típico da grafia fonética, pois a ocorrência *am/an* é um caso de dígrafo nasal, quando o grafema não constitui som.

O quadro seguinte das consoantes geminadas apresenta mais ocorrências, pois várias consoantes eram grafadas repetidas como uma característica da escrita fonética e pseudo-etimológica.

Quadro 3 – Consoantes geminadas

Letras	Ocorrências	Forma atual
ll>l	sello, sellada, elles, daquela, aquella, illimitados, collectado, delle	selo, selada, eles, daquela, ilimitados, coletado, dele
mm>m	commercio, comerciante	comércio, comerciante
tt>t	permittido	permitido
ff>f	effetuando, effectivamente, official, officio, soffra	efetuando, efetivamente, oficial, ofício, soffra
pp>p	supplicante, appareceu, oppor	suplicante, apareceu, opor
cc>c	acceitei	aceitei
nn>n	anno	ano

Fonte: Elaborado pela autora.

Como percebemos, no quadro das consoantes, identificamos muitas ocorrências de uso de consoantes dobradas ou geminadas, aspecto comum ao período fonético e pseudoetimológico.

Quadro 4 – Consoantes simples

Letras	Ocorrências	Forma atual
h	hontem, ahi, Christo, Thezouraria	ontem, aí, Cristo, Tesouraria
s>z	mezes, presente, auzente, freguezia	meses, presente, ausente, freguesia
z>s	praso, desoito, juiso, autorisação, Fortalesa	prazo, dezoito, juízo, autorização, Fortalesa

Fonte: Elaborado pela autora.

No quadro de consoantes simples, chamamos a atenção para o uso do **h** em situações em que seu emprego não faz

diferença no vocábulo, como no início e meio das palavras. Outro fator puramente fonético é a ocorrência da troca do grafema **s** pelo **z** e vice-versa, fato que ainda hoje ocorre na escrita de pessoas pouco escolarizadas, pois a motivação é somente a representação do som nos casos de **z** por **s**, já na permuta de **s** por **z** parece arbitrário uma vez que o som é **z**.

O quadro seguinte registra as variações de uma mesma palavra, mais uma vez a comprovação de que os escrivães e tabeliães não seguiam a normas, pois não existiam.

Quadro 5 – Variações gráficas da mesma palavra

Ocorrências
selo~sello
presente~prezente
ausente~auzente
Fortaleza~Fortalesa
dois~dous
juis~juiz
Jesus~Jezus
fé~fe
aceitei~acceitei

Fonte: Elaborado pela autora.

O fato de não haver um acordo ortográfico para impor uma norma padrão pode ser a causa dessa liberdade linguística, em que o escritor não seguia um sistema ortográfico fixo.

A seguir uma amostragem dos grupos consonantais impróprio de origem latina ou grega que marca a grafia pseudetimológica.

Quadro 6 – Ocorrências da escrita pseudoetimológica

Letras	Ocorrências	Forma atual
ct	effectivamente, doctor	efetivamente, doutor
gn	assignou, assignado, signal	assinou, assinado, sinal
pt	transcripta	transcrita

Fonte: Elaborado pela autora.

As ocorrências de ortografia pseudoetimológica foram poucas, o que revela a predominância da ortografia fonética, mesmo assim não deixou de ocorrer um sistema gráfico misto como é comum no processo da escrita de todo o período colonial brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos textos por meio de sua edição conservadora nos proporcionou um conhecimento amplo sobre a realidade histórico-social e linguística. Analisamos no *corpus* apenas um aspecto da língua que foi a grafia das palavras no século XVIII, destacando nosso olhar para as características da escrita fonética. Porém, não deixamos de ver as ocorrências de outro período bem delimitado da historiografia da língua, que é o pseudoetimológico.

Podemos perceber uma grande liberdade da escrita no que diz respeito às formas de grafar, contudo, quanto ao aspecto formal do documento, este apresenta uma forma fixa dentro de um enquadramento diplomático estabelecido. As construções sintagmáticas mantêm o grau de formalidade do gênero textual, pois a escritura é um documento oficial e jurí-

dico, possui termos muito específicos e formais e segue quase o mesmo texto em todos os 180 documentos.

Verificamos frequentes ocorrências de vogais nasais; as ocorrências mais abundantes encontradas foram as consoantes dobradas, como mm, ff, ll, nn, pp; uso do grafema h sem justificativa, a não ser pelo livre arbítrio. Também podemos observar registros de um mesmo vocábulo com escritas variadas, o que revela a não uniformidade do sistema ortográfico usado na escrita desses documentos.

A história da língua portuguesa mostra que muitas mudanças ocorreram na nossa língua, antigos sistemas ortográficos sofreram alterações, novas regras surgiram, e o estudo desses períodos é uma maneira de resgatar a nossa história linguística e compreender que a língua é um sistema sempre aberto e em transformação.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, I. L. **Pontos de gramática histórica**, 7.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

FELISBINO, A. M. O percurso histórico da ortografia da língua portuguesa. **Revista Inovação Tecnológica**, São Paulo, v. 3, n. 1, 2013.

SILVA, J. P. **Gramática histórica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: O Autor, 2010.

SPINA, S. **Introdução à edótica: crítica textual**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1994.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

XIMENES, E. E. Aspectos da ortografia fonética em um texto seiscenista do Ceará. **Revista Philologus**, a. 15, n. 45, Rio de Janeiro, 2009.

O PROFESSOR FILÓLOGO, A FILOLOGIA E A LINGUÍSTICA APLICADA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

Katharine Silva de Oliveira Soares
Luiz Eleildo Pereira Alves

Resumo: A interdisciplinaridade é cada vez mais evidente nos estudos desenvolvidos em vários programas de pós-graduação no Brasil, não se resumindo apenas aos programas de Linguística Aplicada. Nosso objetivo neste trabalho é tratar do papel desempenhado pelo professor-pesquisador na implementação desses estudos, delinear os diálogos possíveis entre Filologia e Linguística Aplicada e discorrer sobre a importância do professor-filólogo ou professor-filologista na divulgação dessa prática. Para tanto, recorremos a teóricos de grande relevância tanto para Filologia quanto para Linguística Aplicada. Da Filologia destacam-se: Melo (1957), Coutinho (1976), Spina (1977), Silva (2003) e Cambraia (2005). Da Linguística Aplicada destacam-se: Widdowson (1979), Cavalcanti (1986), Celani (1992), Cook (2003), Moita Lopes (2006), Menezes, Silva e Gomes (2009). O que buscamos como resultado deste trabalho é estabelecer uma interseção entre essas duas áreas da linguagem, apresentando caminhos possíveis para a consolidação dos estudos, além dos caminhos já percorridos por alguns trabalhos que estabelecem diálogos entre a Filologia e a Linguística Aplicada, propiciando exemplos para que futuros pesquisadores tenham interesse em também desenvolver estudos nesse sentido.

Palavras-chave: Filologia. Linguística Aplicada. Interdisciplinaridade.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O conceito de interdisciplinaridade, surgido em meados do século passado, foi uma resposta à necessidade encontrada no campo das ciências para superar a fragmentação e a especialização do conhecimento. Atentando para essa necessidade, muitos estudos se desenvolveram desde então. Klein (1990) afirma que a interdisciplinaridade tem se desenvolvido por vários canais na sociedade moderna, alguns mais tradicionais e outros mais inovadores.

Hoje, sabemos que a interdisciplinaridade é regra e que é cada vez mais urgente o diálogo entre as mais diversas áreas do conhecimento. Sabemos, ainda, que a prática interdisciplinar vai na contramão de toda e qualquer tentativa de limitação conceitual ou homogênea. Diante dessa realidade e, mais ainda, enquanto professores-pesquisadores que atuam dentro de um programa de pós-graduação em Linguística Aplicada vinculados a um projeto de Filologia, inquietamo-nos acerca dos seguintes questionamentos: como tornar possível um diálogo entre Filologia e Linguística Aplicada¹? Como o filólogo ou filologista pode, a partir dos percursos teóricos-analíticos de suas pesquisas, vir a contribuir para um maior engajamento entre essas duas áreas de estudo da língua(gem)?

Tal inquietação surgiu quando percebemos que nas pesquisas mais recentes dos programas de pós-graduação espa-

¹ A partir de agora, utilizaremos a sigla LA por Linguística Aplicada.

lhados pelo país, há cada vez mais estudos voltados para os diversos campos científicos e sociais e, conforme Celani (1998), a LA por ser uma ciência transdisciplinar, está cada vez mais voltada para esses estudos. Dentro desse avanço e dos possíveis caminhos apontados por Menezes, Silva e Gomes (2009), sentimos a necessidade de discutir pontos tocantes aos estudos filológicos dentro desse amplo campo de pesquisas linguísticas.

Assim, neste trabalho, tentamos responder a esses questionamentos, além de tentarmos traçar os caminhos percorridos pela Filologia e pela LA, buscando estabelecer pontos de interseção entre as duas áreas e indicar caminhos possíveis aos pesquisadores que se desafiam a desenvolver pesquisas nessas áreas. Para tanto, apresentamos o que vem sendo feito dentro dos grupos de pesquisas e dentro do Programa de Pós-graduação em LA da Universidade Estadual do Ceará, a fim de evidenciar a importância desses estudos e, ao mesmo tempo, mostrar suas profícuas contribuições enquanto área de pesquisa.

Ora, se atualmente os estudos em LA são marcados por esse viés múltiplo e proporcionam novas considerações sobre atuais e antigos campos da linguagem, isso também acontece com as pesquisas filológicas, que fornecem diversas fontes para pesquisas linguísticas, pois por meio do resgate da materialidade textual, das inúmeras leituras e ampliações próprias da leitura e releitura desses textos, a Filologia tem se mostrado uma grande colaboradora para os estudos em LA.

Dessa forma, apresentamos em um primeiro momento, uma conceituação do termo Filologia e um apanhado histórico dos estudos filológicos, em seguida, percorremos a história da LA no Brasil, discutindo conceitos e apresentando, ao final,

uma relação entre esses campos de pesquisas e o trabalho do pesquisador-professor-filólogo ou filologista.

O CONCEITO DE FILOGIA

A palavra Filologia origina-se do vocábulo grego φιλολογία (philologia), sendo formada por dois elementos: a raiz do verbo “amar” e o substantivo “logia”, designando semanticamente “amor à palavra”. Cambraia (2005) fala da polissemia do termo Filologia, que teria sido cunhado na Grécia antiga e ressalta que naquela época, o mesmo já apresentava sentidos diversos. Coutinho (1976) diz que qualquer estudo feito no sentido de reconstruir textos antigos de uma língua, corrigi-los quando errados, restituí-los à sua genuinidade quando interpolados, constitui o trabalho de Filologia. Houaiss (2001) registra quatro significados para a palavra Filologia:

1. estudo das sociedades e civilizações antigas através de documentos e textos legados por elas, privilegiando a língua escrita e literária como fonte de estudos.
2. estudo rigoroso dos documentos escritos antigos e de sua transmissão, para estabelecer, interpretar e editar esses textos.
3. estudo científico do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas, em especial a pesquisa de sua história morfológica e fonológica baseada em documentos escritos e na crítica dos textos redigidos nessas línguas (p. ex., filologia latina, filologia germânica etc.); gramática histórica.
4. estudo científico de textos (não obrigatoriamente antigos) e estabelecimento de sua autenticidade através da comparação de manuscritos e edições, utilizando-se de técni-

cas auxiliares (paleografia, estatística para datação, história literária, econômica etc.) esp. para edição de textos.

Apesar da polissemia do termo retratada por Cambraia (2005) e observada na definição de Houaiss, sabemos que é o texto o objeto de estudo da Filologia, mas nem sempre foi fácil determinar as funções da atividade filológica. Spina (1977) já o preconizava:

Não tem sido fácil determinar com precisão o âmbito da Filologia, cujos objetivos têm variado conforme as épocas em que se praticou a atividade filológica, conforme os autores que a exerceram e até os lugares em que ela floresceu. Se fizermos abstração desses fatores, podemos dizer que, embora complexíssimo, o labor filológico tem seu campo específico e tanto quanto possível bem determinado. Visto que a Filologia não subsiste se não existe o texto (pois é o texto a sua razão de ser), partamos dele para, de uma forma abrangente, configurar o seu campo. A Filologia concentra-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado. (SPINA, 1977, p. 75).

Sendo o texto o objeto da Filologia e sabendo que a escrita foi e tem sido, durante milênios, a principal forma de representação da história e da memória da humanidade, ao estudar os textos escritos, a Filologia resgata a importância desses textos, não só atestando sua autenticidade, mas também salvando-os dos estragos acometidos pelo tempo. Não podemos deixar de mencionar que tal atividade cumpre um papel importante, pois resgata também grande parte da memória da humanidade.

Para alguns teóricos, o termo Filologia pode assumir um caráter amplo, como relata Swiggers (1998):

Uma posição bastante 'liberal' consiste em tomar o termo 'filologia' num sentido bastante amplo, como acumulação extensiva de três domínios (ou níveis) de estudo: linguística, literatura e edição de textos (ou 'filologia no sentido estrito'). Incluída em si mesma, a filologia desliza, portanto, do estudo de línguas (e de textos) à ciência (ou a arte, cf. Bédier: 'a arte de editar textos') de estabelecer uma edição crítica dos textos. (SWIGGERS, 1998, p. 5-6).

A Filologia relaciona-se com diversas ciências, mas talvez a relação mais estreita delas seja com a Linguística em si, já que alguns teóricos como Elia (1970) e o próprio Saussure, em seu *Curso de Linguística Geral*, afirmam que a Filologia precedeu a Linguística, mas hoje ela faria apenas parte dos estudos linguísticos. O que mais nos interessa nesse momento é atestar a importância da Filologia não apenas para os estudos linguísticos, mas também para outras ciências ou disciplinas que dela se beneficiam direta ou indiretamente, como a história. O labor filológico propicia o acesso aos textos por profissionais de diversas áreas e o filólogo é a ponte entre os textos antigos e todos os pesquisadores que se beneficiam do trabalho desse profissional, já que a leitura dos textos manuscritos é uma tarefa árdua e, para alguns, impossível de ser desenvolvida por olhos não treinados e sem habilidade para fazê-lo. Ao editar os textos antigos, o filólogo lhes dá voz, trazendo-os à luz para que possam ser estudados e contemplados por todos aqueles que se interessarem por seu conteúdo, seja apenas para o estudo das formas ou das práticas sociais narradas nos textos.

Segundo Carvalho (2003), a Filologia praticada hoje estaria dividida em dois campos:

1. da Linguística que faz o estudo científico das línguas do ponto de vista sincrônico (em uma dada época, em seu estado atual), Linguística Descritiva, e/ou diacrônico (através dos tempos), Linguística Histórica. Mais especificamente, o que melhor delimita este campo é o estudo comparativo e histórico das línguas;
2. da Filologia Textual/Crítica Textual que se ocupa do processo de transmissão dos textos, com a finalidade de restituir e fixar sua forma genuína. Embora historicamente a Crítica Textual tenha privilegiado o estudo dos textos literários, atualmente considera tanto os textos literários como os não literários.

Martins (2006), no prefácio da obra *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*, fala da expectativa de pesquisas filológicas cada vez mais ancoradas em estudos modernos e afirma que “a Filologia pressupõe diálogo, aproximação entre disciplinas” (MARTINS, 2006, p. 11). Tal aproximação buscamos realizar nesta discussão que, ancorada na linguística aplicada, busca revestir a ciência dos alexandrinos de uma roupagem modernizada, viva e dinâmica, como é a própria linguagem.

O CONCEITO DE LINGUÍSTICA APLICADA

A LA nasceu como uma disciplina em 1946, na Universidade de Michigan, e tinha como objetivo os estudos sobre o ensino de línguas estrangeiras, mas, ao contrário do que muitos pensam, a LA não foi uma aplicação da Linguística e sim uma pesquisa relacionada ao uso da linguagem em seu contexto real. Sobre isso, Cavalcanti (1986) diz que durante muito tempo a LA foi vista como tentativa de aplicação da Linguística teórica à prática de ensino de línguas, voltando sua atenção para os métodos e/ou técnicas de ensino. Dentre os próprios linguistas aplicados, há um consenso no que tange ao fato de a LA ter surgido à sombra da Linguística teórica, o que se justifica, segundo Rajagopalan (2003), pelo fato de nossa cultura positivista valorizar o conhecimento teórico. A própria Linguística, quando surgiu e se estabeleceu enquanto ciência, buscava a afirmação através da teoria, como se apenas a aplicação prática não fosse o suficiente para sua solidificação.

Esse também foi o caminho tomado pelos primeiros linguistas aplicados, que se apoiaram na Linguística teórica, já prestigiosa como ciência e amplamente reconhecida. Mas apesar da propulsão inicial da LA através da Linguística tradicional, a necessidade em adquirir autonomia, com o passar do tempo, tornou-se irremediável a tal ponto, que a criatura só se libertaria ao negar seu criador, ou como ousadamente previu Widdowson (1979) ao dizer que a LA só poderia se tornar uma área autônoma de investigação à medida que se livrasse da hegemonia da Linguística e começasse a negar as conotações de seu próprio nome.

Talvez por isso a grande maioria dos pesquisadores em LA critica o pensamento restrito de que as teorias linguísticas fornecem soluções prontas para as problemáticas encontradas pelos professores de línguas e/ou de língua materna durante suas práticas em sala de aula. Os domínios da LA são amplos e, como afirmado por Moita Lopes (2006), ela avança cada vez mais como uma (in)disciplina: não tem limites rígidos, é híbrida e heterogênea. Nesse sentido, Strevens (1991) também ressaltou que uma das características da LA é tratar das tarefas práticas, ressaltando o seu caráter multidisciplinar.

Sobre tal fato, Celani apresenta uma argumentação convincente quando diz:

Em uma representação gráfica da relação da LA com as outras disciplinas com as quais ela se relaciona, a LA não apareceria na ponta de uma seta partindo da Linguística. Estaria provavelmente no centro gráfico, com setas bidirecionais dela partindo para um número aberto de disciplinas relacionadas com a linguagem, dentre as quais estaria a Linguística, em pé de igualdade, conforme a situação, com a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia, a Pedagogia ou a Tradução. As imagens da encruzilhada e da ponte com duas mãos de direção, sugeridas por Pap, estão bem claras na mente dos linguistas aplicados. (CELANI, 1992, p. 21).

A autora também afirma que, no Brasil, as pesquisas em LA estão para além da sala de aula. Essas pesquisas se espalharam por diferentes contextos nos estudos das ciências da linguagem e asseguraram para esse campo de atuação a ca-

racterística de uma área de pesquisa transdisciplinar. Celani menciona ainda que é evidente para os pesquisadores em LA que hoje, no Brasil, embora a linguagem esteja no centro desse campo de pesquisas, esta não é mais dominada pela Linguística teórica ou tradicional, mesmo que, para os órgãos de financiamento à pesquisa, ela ainda seja considerada uma subárea da Linguística. E de acordo com a autora:

O que conta, acima de tudo, no entanto, é o senso de identidade concedido pelo reconhecimento dos pares [...]. E, no Brasil, é motivo de satisfação verificar que, neste momento, há um grupo de linguistas aplicados capazes de ser reconhecidos como tal por outros linguistas aplicados. É sinal de maturidade, é indicação de desenvolvimento da área. Outro sinal de desenvolvimento, também, é o crescimento do número de programas de pós-graduação em Linguística Aplicada. (CELANI,1992, p.16).

Essa guinada nas pesquisas em LA aconteceu a partir da década de 90, quando seu campo de atuação mostrou sinais de diversificação em suas pesquisas e consolidou-se no Brasil. Cook (2003 *apud* Menezes *et al.*, 2009) trata o escopo da LA de forma distinta. O autor afirma que há um número aberto de atividades em que ela seria relevante e propõe três áreas gerais, sendo que cada uma delas acomodaria uma série de estudos:

1. Linguagem e educação – que incluiria aquisição de língua materna e estrangeira, estudos clínicos e avaliação;
2. Linguagem, trabalho e leis – que abrangeria a comunicação no trabalho, planejamento linguístico e Linguística Forense;
3. Linguagem, informação e efeitos – que compreenderia Estilística literária, Análise Crítica do Discurso, Tradução e Interpretação, questões de edição e Lexicografia.

Mas como propõem Menezes, Silva e Gomes (2009), qualquer taxionomia que se apresente para abranger as possibilidades de estudos em LA seria incompleta, já que essa área de estudos é um sistema complexo, aberto para interações com problemas de linguagem no mundo real, bem como com outros saberes, e dessa proposta podem nascer inúmeras possibilidades de estudo.

AS PESQUISAS EM LA E OS ESTUDOS FILOLÓGICOS NO CEARÁ

No estado do Ceará, o Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – PosLA, criado em 1998, desenvolve vários estudos relevantes para a sociedade na área de Linguística Aplicada. As pesquisas desenvolvidas são sobre multiletramentos, sobre desenvolvimento e ensino de línguas, tradução audiovisual e estudos críticos da linguagem, edição e estudos

de textos, estudos do léxico e de lexicografia, dentre outros, que constituem um marco importante nos estudos aplicados da linguagem no Nordeste brasileiro em nível de mestrado e de doutorado. Atualmente, o programa conta com três linhas de pesquisa que interagem quanto a seus referenciais teóricos e quanto aos objetos de estudo (Linha 01 – Linguagem, Tecnologia e Ensino; Linha 02 – Multilinguagem, Cognição e Interação; Linha 03 – Estudos Críticos da Linguagem).

Vinculado ao PosLA, está o grupo de estudos Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará – PRAETECE, que foi fundado em 2010. O PRAETECE tem como objetivo primordial congregar pesquisadores e alunos dos cursos de Letras e História das universidades cearenses e demais interessados no estudo de documentos escritos no estado do Ceará, além de localizar fontes documentais nos municípios cearenses; organizar acervos para a preservação dos documentos; editar os textos para estudos da língua portuguesa e da história social e cultura do estado do Ceará preservando, assim, nossa história e memória. Foi a partir de nossa participação no PRAETECE e entrada no PosLA que surgiram os questionamentos sobre a possibilidade de desenvolvimento de um estudo que viabilizasse a interação entre a LA e a Filologia. Ao longo dessa jornada, percebemos o quão profícua, instigante e promissora essa interação pode ser, pois no PosLa já são muitas as pesquisas que são frutos dessa interação, sejam as já concluídas sejam aquelas que se encontram em curso. São pesquisas de mestrado e doutorado que possuem base filológica, pois trabalham com edição de documentos e, ao mesmo tempo, inserem-se na base da LA.

O PROFESSOR-FILÓLOGO OU PROFESSOR-FILOLOGISTA

Em relação aos estudos filológicos no Brasil, a presença do filologista é cada vez mais comum, sejam eles acadêmicos, pesquisadores e/ou docentes. Talvez pelo fato de que, ao longo dos anos, o número de filólogos formados pelas universidades brasileiras praticamente deixou de existir. Melo (1957) faz a distinção entre o que seria o trabalho do filólogo e do filologista:

O primeiro seria o que conhece com segurança a Filologia, possui o método da ciência, está em dia com ela e, além disso, trabalha, com suas pesquisas próprias, com suas investigações originais, para o progresso da especialidade. "Filologista" seria o que se contentasse com a primeira parte, isto é, o que conhecesse solidamente a Filologia e fosse senhor dos seus métodos, nada trazendo, porém, de contribuição pessoal. (MELO, 1957, p. 3).

Melo (*op. cit.*) também ressaltou que ninguém deveria se fazer professor de Português, nem muito menos meter-se a gramático, sem conhecer Filologia, sem ser, pelo menos, filologista. Silva (2003) relata que essa é a situação atual da Filologia brasileira, uma área repleta de profissionais que desenvolvem a atividade filológica de forma muito natural, mas que não são filólogos por formação. São professores do ensino superior, pesquisadores e acadêmicos que atuam na crítica textual, editam documentos importantes ou reeditam criteriosamente obras que são de grande interesse e valia para a nossa sociedade e cultura, acrescentando comentários linguísticos, filológicos e/ou literários, ou seja, a pesquisa acadêmica no Brasil é repleta de filologistas.

Enquanto pesquisadores e acadêmicos, estamos situados nessa categoria, apesar de, como dito por Silva (2003), o termo filologista parece conduzir uma carga negativa, como se o fato de não apresentar formação específica diminuísse a importância de seu trabalho. Apesar de muitos dos filologistas não terem formação como filólogos, a grande maioria desses profissionais são da área de Linguística, Letras ou História, que detém amplo conhecimento filológico, especialmente em transcrição de documentos.

Mas as expectativas são de que, no Brasil, o número de filologistas só aumente, principalmente de profissionais das áreas de Linguística, Letras ou História que, constantemente, desenvolvem atividades filológicas. O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos – CiFEFiL – e a Academia Brasileira de Filologia têm desencadeado um movimento positivo para a Filologia, abrindo espaço para que os vários filologistas que já desempenham atividades filológicas se tornem oficialmente filólogos e deixem de ser considerados apenas conhecedores e/ou praticantes das atividades filológicas.

AS RELAÇÕES ENTRE A FILOLOGIA E A LINGUÍSTICA APLICADA

Ao estabelecer relações entre a Filologia e a LA, é importante dizer que ambas são ciências aplicadas. A Filologia é ciência aplicada devido a sua finalidade de resgatar, fixar, interpretar e comentar os textos, atestando sua autenticidade. A LA, como o nome já diz, investiga a linguagem enquanto prática social, buscando oferecer soluções para os problemas reais de uso da linguagem.

O principal ponto de interseção entre a LA e a Filologia é o caráter interdisciplinar, já que ambas dialogam com várias áreas do conhecimento. A LA dialoga com as várias ciências da linguagem, como a Psicologia ou a Sociologia. Moita Lopes (2006) propôs uma Linguística Aplicada mestiça que não esteja preocupada com fronteiras ou com a pureza dos conceitos. A Filologia dialoga com a História, com a Literatura, com a Linguística e com a própria LA, disponibilizando material de pesquisa através da edição e publicação de textos.

Outra área importante que aproxima a LA e a Filologia é a Linguística teórica ou tradicional. Enquanto a Filologia teria precedido a Linguística, como bem relatou Saussure em seu *Curso de Linguística Geral*, a LA teria surgido inicialmente à sombra da Linguística, como dizem alguns teóricos, para só depois se tornar protagonista como área do conhecimento. O que salta a nossos olhos é a tentativa de reconhecimento da Filologia como fator desencadeante para o surgimento da linguística enquanto ciência, e a luta da LA pela sua afirmação como ciência independente da linguística.

Vislumbramos muitos estudos possíveis entre a LA e a Filologia, e vários já vêm sendo desenvolvidos no PosLA. O que falta para que eles sejam cada vez mais impulsionados em outros programas de pós-graduação talvez sejam profissionais que estejam em consonância com essas duas áreas e dispostos a trabalhar pelo seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que aqui foi delineado, é possível perceber que há uma convergência entre a Linguística Aplicada e a Filologia, principalmente no que diz respeito à interdisciplinaridade e à amplitude de suas áreas.

Sabemos que especialmente no estado do Ceará, no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – PosLA/UECE, muitas são as pesquisas desenvolvidas a partir dessa relação, mas temos ciência de que esse estreitamento entre essas duas grandes áreas do conhecimento ainda carece de muita pesquisa, pois muitos estudos ainda podem ser descritos tendo como ponto de partida a interseção entre Filologia e LA. Afinal, fazer pesquisa também é enveredar por áreas ainda não exploradas, encarando novos desafios e repensando o fazer científico, não deixando de relacioná-lo com o social.

Despertar o interesse de novos profissionais por estudos que primam pela interdisciplinaridade, propiciando-lhes a oportunidade de desenvolver estudos que servirão de base para outras pesquisas também se faz necessário para que o diálogo entre as mais diversas áreas do conhecimento seja uma realidade possível e ao alcance de todos.

REFERÊNCIAS

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARVALHO, R. B. S. A Filologia e seu objeto: diferentes perspectivas de estudo. **Revista Philologus**, CiFEFiL, a.9, p. 44-50, Rio de Janeiro, maio/ago. 2003.

CAVALCANTI, M. C. A propósito da linguística aplicada. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. n. 7, p. 5-12, 1986.

CELANI, M. A. A. Afinal o que é Linguística Aplicada? In: PASCHOAL, M. S. Z.; CELANI, M. A. A. (Orgs.) **Linguística Aplicada: da Aplicação da Linguística à Linguística Transdisciplinar**. São Paulo: EDUC, 1992. p. 15-23.

COUTINHO, I. L. de. **Pontos de gramática histórica**. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Livro técnico, 1976.

ELIA, S. Os estudos filológicos no Brasil. **Ensaio de Filologia e Linguística**. Rio de Janeiro: Grifo, 1975.

HOUAISS, *et al.* **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MARTINS, C. F. Q. Prefácio. In: TEIXEIRA, M. C. R.; QUEIROZ, R. C. R.; SANTOS, R. B. **Diferentes perspectivas dos estudos filológicos**. Salvador: Quarteto, 2006.

MELO, G. C. de. **Iniciação à filologia portuguesa**. 2.ed. Refundida e aumentada com três mapas coloridos. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

MENEZES, V.; SILVA, M. M.; GOMES, I. F. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos. In: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. **Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 25-50.

MOITA LOPES, L. P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica. In: _____ (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. 2.ed. São Paulo: Parábola, 2008. p. 13-42.

RAJAGOPALAN, K. A linguística aplicada e a necessidade de uma nova abordagem. In: _____. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola. 2003. p. 77-80.

SILVA, J. P. O filólogo e o professor de filologia na classificação brasileira de ocupações de 2002 do Ministério do Trabalho e Emprego. **Revista da Academia Brasileira de Filologia**, n. 2, Rio de Janeiro, 2003.

_____. O filólogo e o filologista. **Revista Philologus**. Rio de Janeiro: CIFEFiL, 2003. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/artigo/9%2827%2906.htm>>. Acesso em: 20 maio 2015.

SPINA, S. **Introdução à edótica**: crítica textual. São Paulo: Cultrix / Universidade de São Paulo, 1977.

SWIGGERS, P. Filologia e Linguística: enlace, divórcio e reconciliação. **Filologia e Linguística Portuguesa**, Universidade de São Paulo, n. 2. p. 5-18, São Paulo, 1998.

WIDDOWSON, H. G. The Partiality and Relevance of Linguistic Description. In: _____. **Explorations in applied linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 1979.

LABOR FILOLÓGICO: A EDIÇÃO DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS BAIANOS DOS SÉCULOS XIX E XX

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz

Resumo: A Filologia é uma ciência antiga, cujas primeiras atividades aconteceram na monumental Biblioteca de Alexandria, no século III a. C., quando Zenódoto, Aristarco e Aristófanos de Bizâncio se reuniram para estabelecer criticamente as obras de Homero. Desde então, as atividades dessa ciência se estendem à salvaguarda, restituição, fixação dos textos representativos de uma dada sociedade. Destarte, o labor filológico está atrelado ao estudo da língua, da literatura e da cultura de um povo ou de um grupo de povos. Neste trabalho, apresenta-se a edição semidiplomática de dois autos de defloramento, documentos jurídicos lavrados na primeira década do século XX, no interior do estado da Bahia. Para cumprir tal tarefa, foram estabelecidos critérios, cuja finalidade é trazer o texto editado o mais fiel possível ao original, na tentativa de amenizar o seu desgaste quando ocorre o seu manuseio.

Palavras-Chave: Filologia. Edição semidiplomática. Autos de defloramento.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

GUARDAR

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.

Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por
admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.

Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por
ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela,
isto é, estar por ela ou ser por ela.

[...]

Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica,

[...]

(ANTONIO CÍCERO)¹

Desde tempos imemoriais que o ser humano, ao se deparar com a arte da escrita, vem registrando todos os seus feitos, seja na pedra, nas tábuas de argila, nos ossos de animais, nas moedas, no papiro, no pergaminho, no papel e, na contemporaneidade, nos meios virtuais. O fato é que o homem tem a necessidade de marcar sua presença no território que ocupa, por isso os registros se fazem importantes, pois representam o seu legado para a posteridade.

¹ Disponível em: <<http://poemaposivel.blogspot.com.br/2008/06/guardar-de-antnio-ccero.html>>. Acesso em: 21 maio 2016.

Deste modo, ao longo dos séculos em que a escrita faz parte da história do ser humano, o acúmulo de produções tem se tornado um grande problema, pois não há locais adequados para armazenar, conservar e preservar toda a documentação existente. Desde o momento em que a escrita se formalizou, após a implantação e difusão do alfabeto, que não se parou mais de produzir documentos. E isso em várias línguas, sejam estas antigas, que já não são mais faladas, ou modernas e em constante fluxo.

Mesmo com perdas irreparáveis de documentos importantes para a história, tais como os que eram abrigados na Biblioteca de Alexandria, na Antiguidade, ou aqueles que estavam na antiga Torre do Tombo, em Lisboa, sucumbida pelo terremoto de 1755, muita coisa restou. E o que ficou necessita de tratamento, seja em seu armazenamento, seja em sua disponibilização para pesquisas de naturezas várias, tais como as realizadas em Filologia, em História, ou pela Arquivologia. E esta tem feito excelentes trabalhos, objetivando a guarda, a conservação e a preservação da massa documental existente no mundo. No entanto, nem todos os países têm políticas para esse fim, o que se torna lamentável, pois a perda de um documento representa a perda da memória de um povo.

Como disse o poeta Antonio Cícero, nos versos: “Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.”, mas sim “Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por / admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado”. Sendo isso a que se propõem os filólogos desde a Antiguidade, quando se reuniram na Biblioteca de Alexandria e não deixaram que os textos de Homero se perdessem para sempre, ou que fossem transmitidos com

lacunas, substituições, lapsos de escrita, dentre outros problemas. Desde então, a tarefa mais nobre da Filologia é a edição de textos, sejam estes literários ou não literários.

Na contemporaneidade, em diversas partes do planeta, há profissionais que se dedicam à decifração de escritas antigas; à edição de textos, sendo esta realizada sob diversos aportes, a depender do tipo de documento que se tenha em mãos, podendo ser uma edição fac-similar ou paleográfica (a que reproduz fielmente o texto, geralmente por meio mecânico: fotografia, xerografia, escanerização etc.), a diplomática (quando se transcreve fielmente o texto, com todos os caracteres que o integram, sem nenhuma intervenção do editor, mantendo-se as abreviaturas, separações vocabulares, translineações etc.), a edição semidiplomática (quando o editor intervém medianamente no texto, desdobrando as abreviaturas, separando palavras unidas ou unindo as palavras separadas, mas respeitando linhas, letras, fólios que se façam presentes no documento), edição interpretativa (quando o editor já age mais sobre o documento, atualizando a grafia, fazendo algum tipo de intervenção que aproxime o texto da sua genuinidade). Todos esses tipos de edição são aplicados a textos monotestemunhais, isto é, aqueles documentos com testemunho único, ou de uso único, os quais não passaram por reproduções que lhes causem nenhum tipo de mudança, como certidões de toda ordem, por exemplo.

Quanto aos documentos politestemunhais, ou seja, aqueles com mais de um testemunho ou de uso repetido, como os textos literários, nos quais os autores podem interferir, lançando edições com acréscimos, substituições ou retirada de partes; ou que terceiros, como copistas, editores, pessoas

da família tenham interferido no texto do autor sem seu consentimento, são aplicadas as seguintes edições: edição crítica (em que se confrontam testemunhos com o objetivo de reconstituir a última forma dada pelo autor), edição genética (na qual se estabelece a gênese da obra ou do texto, com objetivo de apresentar as redações preliminares existentes antes da forma final dada pelo autor). Na edição genética, são utilizados operadores que demonstrem como se dá a mobilidade de escrita do autor, ou seja, quando risca um trecho e o substitui na entrelinha ou na margem, quando há acréscimo, quando há supressão, dentre outras operações.

Há também a edição sinóptica, na qual são dispostos todos os testemunhos, sem um confronto ou estabelecimento de um texto único. Neste caso, o leitor toma conhecimento de todo o processo de escritura de um autor, através dos próprios textos que o integram.

Para este trabalho, optamos e apresentamos a edição semidiplomática de documentos manuscritos baianos dos séculos XIX e XX, pois os mesmos são monotestemunhais, cabendo esse tipo de tratamento filológico.

A EDIÇÃO DOS DOCUMENTOS MANUSCRITOS BAIANOS DOS SÉCULOS XIX E XX

A Bahia, berço do Brasil, conta com diversas instituições-memória que se ocupam da salvaguarda da massa documental produzida em seu território desde a chegada dos portugueses. No entanto, o estado físico precário de muitas instituições e a

falta de pessoal qualificado para trabalhar nessa tarefa, bem como o descaso de muitos governantes, provocou a perda de muitos documentos importantes para a história da Bahia e do Brasil. Inclui-se no rol das perdas boa parte da documentação dos séculos XVI e XVII; jornais de destaque, tanto no interior do estado quanto na capital, do século XIX, sem condições de manuseio, o que pode ser visto a partir da figura que segue:

Figura 1 – Jornal *O Guarany*, que circulou no dia 16 de setembro de 1894 na cidade de Cachoeira



Fonte: Arquivo Público Municipal de Cachoeira – Bahia

A partir da imagem, podemos ver como o jornal foi acondicionado, ou seja, dobrado em várias partes, o que fez romper definitivamente com a estrutura do frágil papel no qual ele foi impresso. Quando se manuseia o mesmo, partes vão caindo, quando já não estão soltas e ninguém sabe de qual exemplar faz parte.

No entanto, há arquivos no estado que zelam, muito bem, pelo seu acervo, é o caso do que está localizado na cidade de Rio de Contas, cujas instalações respeitam as normas de segurança, acondicionando adequadamente a documentação.

Além dos arquivos públicos, municipais e estadual, há centros de pesquisa que se ocupam também da salvaguarda dos documentos. Neste caso se inclui o Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOC, órgão da Universidade Estadual de Feira de Santana que, desde 1999, vem mantendo a guarda da documentação do Fórum Filinto Bastos. Neste acervo se encontram textos do Judiciário feirense, das varas cível e crime, dos séculos XIX e XX.

Figura 2 – Acervo do CEDOC sendo organizado pelos estagiários



Fonte: CEDOC (Disponível em: <<http://www5.uefs.br/cedoc/historico.html>>. Acesso em: 21 maio 2016).

Figura 3 – Acervo do CEDOC: documentos acondicionados nas estantes de aço e em caixas de papelão



Fonte: CEDOC (Disponível em: <<http://www5.uefs.br/cedoc/historico.html>>. Acesso em: 21 maio 2016).

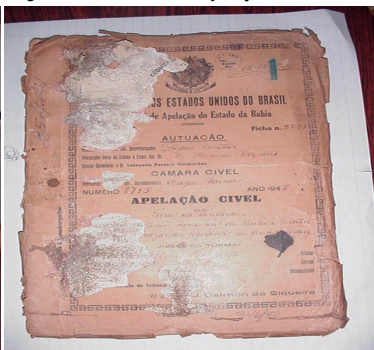
A equipe do CEDOC também busca, sem recursos específicos, manter os documentos em bom estado, conservando-os e preservando-os aplicando as medidas mais simples possíveis, como a limpeza diária. O que pode ser conferido nas figuras a seguir.

Figura 4 – Cuidados com a documentação



Fonte: CEDOC (Disponível em: <<http://www5.uefs.br/cedoc/historico.html>>. Acesso em: 21 maio 2016).

Figura 5 – Documento de apelação cível de 1945



Fonte: CEDOC (Disponível em: <<http://www5.uefs.br/cedoc/historico.html>>. Acesso em: 21 maio 2016).

Como professora de Filologia Românica da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) desde 1996, engajei-me na pesquisa e desenvolvi, primeiramente, o projeto intitulado “Documentação de Feira de Santana: um trabalho linguístico-filológico”, o qual contou com duas etapas: de 1996 a 1997, de 2002 a 2011. Deste projeto foram gerados vários produtos, dentre os quais o livro *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão: edição semidiplomática*, publicado em 2007, uma monografia de especialização, duas monografias de conclusão de curso de graduação e doze orientações de iniciação científica. Em 2004, antes de encerrar esse projeto e com vistas a abarcar documentos de outros acervos, foi criado o projeto de pesquisa “Estudo histórico, filológico e artístico de documentos manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX”, contando com documentos dos seguintes acervos: Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Arquivo Público Municipal de Feira de Santana, Arquivo Público Municipal de Santo Amaro e Arquivo do Arcebispado de Feira de Santana. Com a disponibili-

zação dos documentos do CEDOC, foram selecionados textos desse acervo para trabalhos diversos. Os produtos gerados do desenvolvimento deste projeto foram os seguintes: um livro intitulado *Manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX – Volume I – Livro de notas de escrituras*, publicado em 2007; duas dissertações de mestrado; uma monografia de especialização; duas monografias de conclusão de curso de graduação; e vinte e seis orientações de iniciação científica. Estes trabalhos giraram em torno dos seguintes documentos: cartas de alforria; certidões de compra e venda de terra; carta de sesmaria; certidões de nascimento; cartas pessoais; cartas imperiais; declarações; queixas-crime de porte ilegal de armas, defloramento, estupro, roubo, agressão; inventários; autos de partilha; ação de desquite. Encontra-se no prelo o segundo volume do livro *Manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX: autos de defloramento*.

Grupos de pesquisa também surgiram desses projetos: Grupo de Edição de Textos – GET e Núcleo de Estudos do Manuscrito – NEMa, integrando pesquisadores (doutores, mestres e mestrandos) e bolsistas de iniciação científica.

O LABOR FILOLÓGICO

Para empreender a edição dos documentos já referidos, foram adotados critérios para a sua descrição e transcrição, a saber:

- Para a descrição:
 - a) Número de colunas
 - b) Número de linhas da mancha escrita
 - c) Existência de ornamentos

- d) Maiúsculas mais interessantes
 - e) Existência de sinais especiais
 - f) Número de abreviaturas
 - g) Tipo de escrita
 - h) Tipo de papel
 - i) Data do manuscrito
-
- Para a transcrição:
 - a) Respeitar fielmente o texto: grafia (letras e algarismos), linha, fólho etc.;
 - b) Indicar o número do fólho, à margem direita;
 - c) Numerar o texto linha por linha, indicando a numeração de cinco em cinco, desde a primeira linha do fólho;
 - d) Separar as palavras unidas e unir as separadas;
 - e) Desdobrar as abreviaturas, apresentando-as em itálico e negrito;
 - f) Utilizar colchetes para as interpolações;
 - g) Indicar as rasuras ilegíveis com o auxílio de colchetes e reticências.

Estes critérios norteiam todos os trabalhos dos grupos de pesquisa mencionados anteriormente.

A EDIÇÃO DE AUTOS DE DEFLORAMENTO


O Auto de Maria José

Trata-se de um documento jurídico lavrado entre os anos de 1902 a 1903, sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOC, órgão da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia – Brasil, assim descrito: processo-crime – subsérie: sumário. Escrito em papel almaço – com as seguintes dimensões: 222 mm X 324 mm, com tinta preta, em 19 fólhos, sendo todos no recto e no verso apenas nos seguintes: 2, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17. Contém numeração a partir do fólho 4, sendo registrada a partir do número 1. Bom estado de conservação.

A vítima de defloração é a menor Maria José de Oliveira, filha de Maria Gertrudes. O delito ocorreu próximo a sua casa, em 23 de outubro de 1902. O acusado do crime é identificado como Laudelino de Tal, que fora noivo da vítima.

Figura 6 – Fólio 1r do Auto de Maria José

1903
Juiz de Direito
Feira de Sant'anna
Denuncia



Apostica publica por seu Promotor
Laurelino de Tal. P.

Senhor Pereira Borges.

Anno de
mil novecentos e treze
daremos de fevereiro de mil
novecentos e treze, nesta cidade
da Feira de Sant'anna
em seu catão, fazemos
esta denuncia, que se
segue, do seu processo
de chumbo por...

Fonte: Acervo do CEDOC.

Alto do Sr. Juy de Divilo

Realdo de 10 de Junho 1805.

Devido a denuncia feita em esse denunciante
na da que ora se trata e ceciva, interveio
as testemunhas, com denuncia da denuncia
de Sr. Joao da Silva, Sr. Joao da Silva, Sr. Joao da Silva.

O Promotor Publico da Comarca,
no cumprimento de suas attribucões,
fize denuncia de Sordelino de Val,
por haver, no dia 23 de Outubro
do proximo pasado anno, nesta
cidade, deplorado a morte de
Joao de Oliveira, como denunciante
o expante de J. L., empregando para
isto meus attribucões.

Essa denuncia se a presente de-
nuncia que he lida e fulgada
prova da culpa e denunciante
no maximo dos termos do art. 267
do cod. penal vigente.

D. e A. proceda-se ao mt. termo p.
formação da culpa, inquirição
e testemunhas otobrados, com inter-
venção dos interessados e sacramento
deste promotor.

Requisito o notario, que se solicite
do Sr. Vigario da Freguesia, onde
nosas a offeirtida, sua respes-
tiva estado de baptismo.

Pelo dos Testamentos
Ja. Luiz e Silva

Illustrissimo Senhor Doutor Juiz de Direito

(Recebido hoje = 16 Fevereiro 1903)

- Aceito a denuncia; procêda-se ao summario
 5 no dia que marcou o escrivão, intimadas
 as testemunhas, com sciencia do denunciado e
 do **Doutor** promotor publico. Feira, 17 **Fevereiro** 1903
 Sousa Dias
 O Promotor Publico da Comarca
 no desempenho de suas attribuições
 10 vem denunciar de Laudelino de Tal,
 por haver, no dia 23 de Outubro
 do proximo passado anno, nesta
 cidade, deflorado a menor Maria
 José de Oliveira, como demonstra
 15 o exame de **folhas**, empregando para
 isso meios astuciosos.
 Assim offerece-se a presente de-
 nuncia que recebida e julgada
 provada seja o denunciado punido
 20 no maximo das penas do **artigo** 267
 do **Codigo** penal vigente.
 D. e A. proceda-se aos **mesmos** termos **para**
 formação da culpa, inquirindo-se
 as testemunhas arroladas, com inti-
 25 mação dos interessados e sciencia
 desta promotoria.
 Requeiro, outrosim, que se solicite
 do **Reverendissimo** Vigario da Freguesia, onde
 nasceo a offendida, sua respec-
 30 tiva certidão de baptismo.

Rol das testemunhas

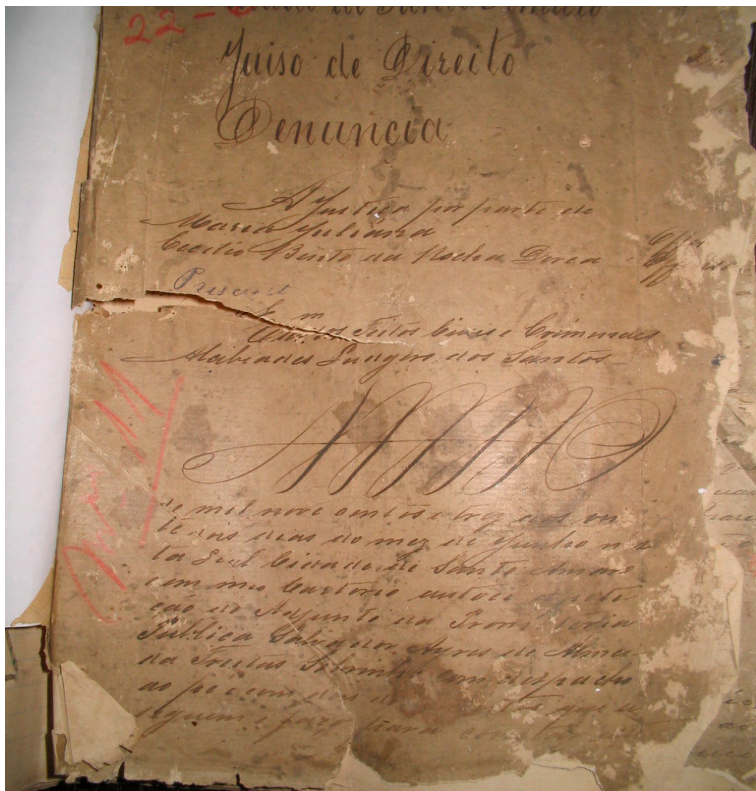
Maria Luiza Alves

O Auto de Maria Juliana

Trata-se de um documento jurídico, lavrado entre os anos de 1903 a 1915, pertencente ao Arquivo Público Municipal de Santo Amaro – Bahia – Brasil, assim descrito: série: Defloramento, seção: Judiciária, escrito em papel almaço – com as seguintes dimensões: 222 mm X 324 mm, com tinta preta e azul, em sessenta fólios. O texto do documento apresenta grafias distintas, comprovando que foi escrito por escrivães diferentes.

A vítima de defloramento é uma menor de catorze anos, de nome Maria Juliana, filha de Maria Maximiana. O delito ocorreu entre 7 e 8 horas da noite, quando a vítima retornava da igreja para sua casa. O acusado de ter cometido o defloramento é identificado como Bento da Rocha Doria, pessoa conhecida da vítima e que já vinha fazendo todo tipo de promessa a fim de seduzir Maria Juliana.

Figura 7 – Fólio 1r do Auto de Defloração de Maria Juliana



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Santo Amaro.

Auto de perguntas e Offenda
da

Aos doze dias do mez de Junho de mil
novecentos e treze nesta Cidade de Santo
Amaral, casa da residencia do Com-
missario de Policia a praça da Parifi-
cissima ali presente o Commissario de
policia e Coronel Augusto Vicente Vi-
anna, com umq' escriptas e testimo de
seu cargo, pelo seu nome Commissario
foram feitas a offendida as seguintes
perguntas:

Perguntada qual o seu nome, ida-
de, filiação, naturalidade e profissão?
Respondeo chamar-se Maria Julianna
de treze annos, solteira, filha de Maria
Marianianna, natural de Chicangas,
e sem profissão?

Perguntada como se deu o facto cons-
tante da petição de folhas duas?

Respondeo que assete para as oito horas da
noite do dia vinte e duas de Maio proxi-
mo passado vindo ella da Torreja, a 300
encontrara-se em um lugar deserto na
estrada dos Carros, com Bento da Roga
Doria, que levava a para o mato e em
pregando forza a deflorara; prometten-
do-lhe deitar casa e sustentala?

Perguntada por que rasas não fu-
diu socorro contra a agressão de Bento
Respondeo

Marianianna

Auto de perguntas a Offendi-
da

5 Aos dous dias do mez de Junho de mil
novicentos e trez nesta Cidade de Santo
Amaro e casa da residencia do Com-
missario de Policia a praça da Purifi-
cação onde foi vinda a offendida Maria
10 Juliannaahi presente o Commissario de
policia o coronel Augusto Vicente Vi-
anna, commigo escrivão enterino de
seo cargo, pelo mesmo Commissario
forão feitas a offendida as seguintes
perguntas:

15 Perguntada qual o seo nome, ida-
de, feliação, naturalidade e proffissão?
Respondeo chamar-se Maria Julianna,
detreseannos, solteira, filha de Maria
Maximianna, natural de Ouriçangas;
20 e sem proffissão?

Perguntada como se dêo o facto cons-
tante da petição de folhas duas?
Respondeo que as sete para as oito horas da
noite do dia vinte dous de Maio proxi-
mo passado vindo ella da Igreja, a sos,
25 encontrara-se em um lugar deserto na
estrada dos Carros, com Bento da Roxa
Doria, que levara-a para o mato e em-
pregando força a deflorara; prometten-
do-lhe deitar casa e sustentala.
30 Perguntada por que rasão não pe-
dio socorro contra a agressão de Bento
da Roxa Dorea? Respondeo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi apresentada aqui uma pequena amostra do labor filológico realizado com os documentos manuscritos baianos dos séculos XIX e XX. Há, todavia, uma vasta documentação à espera de edições, a fim de que assim seja, de alguma forma, preservada da ação do tempo e dos homens. Com as edições semidiplomáticas, nas quais a intervenção do editor é mediana e, no caso das que são realizadas pelo GET e NEMA, consiste apenas no desdobramento das abreviaturas e na separação das palavras unidas e na união das palavras separadas, na tentativa de ser um retrato fiel do texto, mas facilitando a sua leitura, o que muitas vezes é dificultado pela falta de entendimento da escrita.

Deste modo, sendo a Filologia a ciência do texto, traz em seu labor as tarefas de fixar, reconstruir, criticar etc. os textos transmitidos através dos tempos. De acordo com Perini (2004, p.138): “[...] um texto só pode ser plenamente compreendido em termos da cultura que o produziu. O homem não é somente um animal social – é um animal cultural, e cada ser humano é, de certo modo, um prisioneiro de sua cultura”. Assim, toda civilização é construída através de alguma forma de acúmulo, sendo este feito a partir da aquisição de conhecimentos e pelas conquistas realizadas. Neste sentido, é preciso que as civilizações se conscientizem de que é necessário conservar e preservar seu patrimônio documental, o qual é fonte reveladora do seu passado, presente e futuro.

O labor filológico traz à tona as informações contidas nesse patrimônio a partir da realização de edições semidiplomáticas, ou de outras que se façam necessárias, as quais per-

mitem a leitura dos textos sem a necessidade de manuseá-los. Com isso, a Filologia presta seu valioso serviço na tarefa de conservação e preservação da massa documental, seja esta notarial ou literária.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, V. L. C. **A Escrita no Brasil Colônia**: um guia para leitura de documentos manuscritos. 2.ed. Recife: UFPE / Fundação Joaquim Nabuco / Massangana, 2003.

BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. **Noções de paleografia e diplomática**. Santa Maria: UFSM, 1991.

CAMARGO, C. R. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Z. L. (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: UNESP, 1999. p. 49-63.

CAMBRAIA, C.N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CEDOC. Disponível em: <<http://www5.uefs.br/cedoc/>>. Acesso em: 21 maio 2016.

FLEXOR, M. H. O. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 2.ed.aum., São Paulo: Unesp / Arquivo do Estado, 1991.

PERINI, M. As três almas do poeta (As línguas e o recorte da realidade). In: _____. **A Língua do Brasil amanhã e outros mistérios**. São Paulo: Parábola, 2004.

QUEIROZ, R. C. R. (Org.). **Documentos do acervo de Monsenhor Galvão**: edição semidiplomática. Feira de Santana: UEFS, 2007.

_____. **Manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX**: Livro de notas de escrituras. vol.1. Colaboração de Liliane Lemos Santana e Daiane Dantas Martins. Salvador: Quarteto, 2007.

A IMPORTÂNCIA DOS REGISTROS ESCRITOS NA CAPITANIA DO CEARÁ NO PERÍODO COLONIAL

Fernanda Kécia de Almeida¹
Monique Cordeiro Martins de Sousa²

Resumo: Os textos antigos são fontes fundamentais para a investigação sobre a escrita, a história, a memória e a cultura de um povo. Neste artigo, tem-se o objetivo de discorrer sobre aspectos socioculturais dos documentos e sobre a importância desses escritos na antiga capitania do Ceará, no período colonial, mais especificamente nos séculos XVIII e XIX. Os documentos selecionados para esse estudo são certidões de batismo, casamento e óbitos, do Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte – ADLN, e cartas administrativas, do Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Para a discussão, tomou-se como base teórica Chaves *et al.* (2010) e Acioli (1994), que reconhecem a importância dos registros paroquiais e da administração pública; Bellotto (2008), que define as cartas administrativas como documentos informativos cujo conteúdo vai fundamentar uma resolução: pareceres, informações, relatórios, votos; Prado Jr. (1999); e Jucá Neto (2012), dentre outros, que dão suporte para as discussões sobre o contexto sócio-histórico. A metodologia

1 Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará. Endereço eletrônico: fernandakeal@hotmail.com

2 Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará. Endereço eletrônico: niquemaria@hotmail.com

consistiu-se em análise minuciosa dos documentos através da leitura e do registro de aspectos históricos, culturais e sociais encontrados nos documentos. Dessa forma, pudemos resgatar uma parte de nossa história e contribuir com elementos para a construção da memória do nosso povo.

Palavras-chave: Certidões de batismo. Casamento e óbito. Cartas administrativas. Análise filológica.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde os primórdios da humanidade, o ser humano possui a necessidade de se expressar para os outros membros de sua comunidade, de uma mesma geração ou não. A escrita é, pois, um dos meios pelo qual o homem transmite suas experiências e registra a sua existência.

Conforme Olson (1997), tem-se suposto que a escrita é um recurso gráfico destinado à transcrição da fala. Com o evoluir dos estudos, passamos a perceber que escrever é muito mais do que desenhar símbolos. Escrever é uma forma de controle:

Uma tecnologia inventada para servir a necessidades muito específicas que surgiram num determinado momento da história. Que tenha sido no Oriente Médio, na China ou no vale Indo, a escrita foi o produto das primeiras sociedades agrícolas de grande escala. (STILLE, 2005, p. 392).

Nesta época da história da humanidade, por volta de 4.000 anos a.C., era praticamente impossível o controle da

produção agrícola em grande escala apenas com o recurso do registro mental. Assim, a escrita surge como uma ferramenta necessária para se realizar o controle e a organização das atividades agrícolas, passando a ser, posteriormente, instrumento de controle social. Ainda segundo Stille (2005), a escrita servia, primitivamente, para a escravidão, depois para o controle da humanidade. E diz mais:

Depois que os normandos conquistaram a Inglaterra, em 1066, uma das primeiras coisas que fizeram para consolidar seu poder foi comissionar um extenso censo de cada homem, mulher e cabeça de rebanho, por ordem de Guilherme, o conquistador. (STILLE, 2005, p. 392).

Essa mesma ferramenta de controle, no entanto, deixou registros indelévels da história da humanidade, sobre as quais, diversas ciências, inclusive as da linguagem, se debruçam no intuito de buscar respostas desse processo histórico de formação dos povos.

Uma dessas ciências é a Filologia, que junto a outras ciências auxiliares, promove uma investigação global tanto da escrita quanto do documento que a comporta. Sendo assim, Codicologia e Paleografia caminham juntas à Filologia na intenção de descrever a matéria *scriptoria* e a escrita utilizadas em manuscritos de tempos pretéritos.

A Codicologia investiga o códice, objeto que se fixou como suporte de escrita e é a versão primitiva do livro impresso, cuja nomenclatura deriva do latim *codex* e significa tronco de árvore. O registro da escrita antiga passou por diferentes materiais até que o papel chegasse e se estabelecesse. Foram

utilizadas tabuinhas enceradas, papiro e pergaminho. Segundo Spina (1977), o códex mantém semelhanças com o livro atual; no entanto, suas dimensões já foram grandes, pois era formado por folhas de pergaminho, que não podiam ser dobradas. “Os códices são livros grandes, in-fólio, isto é, ‘em folhas’, no tamanho da folha” (SPINA, 1977, p. 30). Toda essa matéria *scriptoria* necessitava de um instrumento diferente para o registro. No caso, das tabuinhas, utilizava-se o estilete; para o papiro, utilizava-se o cálamo; para o pergaminho, utilizava-se a pena de ave, para o papel, a pena, inicialmente e, em seguida, a caneta.

Já a Paleografia, segundo Acioli (1994), busca estudar a escrita antiga levando em conta seus aspectos gráficos, observando a origem, a autenticidade e outros aspectos da escrita que estejam registrados no texto. Para Spina (1977, p. 18), a Paleografia é “o estudo das antigas escritas e da evolução dos tipos caligráficos em documentos”; portanto a investigação sobre o tipo de letra utilizada pertence a uma perspectiva paleográfica. Seu objeto de estudo constitui-se de documentos mais frágeis e perecíveis, que se transportam facilmente de um lugar a outro como o papel, o pergaminho e as tabuinhas enceradas, como observa Mendes (1953).

A compreensão sobre a escrita e sobre o suporte utilizados auxiliam no trabalho filológico de resgate a diversos documentos. Neste artigo, discorreremos sobre o conteúdo de algumas certidões de batismo, casamento, óbito, contidas nos Livros nº01 e nº 05 da ADLN, e sobre o conteúdo das cartas administrativas, contidas nos livros de nº 85 e 86 do APEC, e destacamos a importância do resgate desses documentos tanto para as pesquisas linguísticas e filológicas quanto para as pesquisas históricas.

A HERANÇA DA CULTURA ESCRITA E OS MANUSCRITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ECLESIAÍSTICA CEARENSE

Boa parte de nossa cultura, especialmente, no que diz respeito à língua, à religião e à estrutura administrativa, foi herdada de nossos colonizadores portugueses, que aqui consolidaram seus costumes e tradições. Fato que pode ser melhor verificado nos registros documentais, perpetuados por meio da escrita. Essa escrita, que também herdamos, possui origem latina, conforme Acioli (1994) e foi introduzida no Brasil pelos portugueses no século XVI, numa época em que a produção do livro manuscrito decaía consideravelmente, em face da difusão da imprensa.

Mesmo assim, permaneceu forte a produção de documentos manuscritos no período colonial brasileiro. Esta produção pode ser encontrada em museus e arquivos públicos, mas também pode ser encontrada em outras repartições públicas ou privadas esquecida em um canto qualquer, sendo deteriorada pelos efeitos do tempo, aguardando, impassível, ser resgatada por algum ávido pesquisador.

Para Acioli (1994), os documentos manuscritos mais relevantes são os que tratam de registros da administração pública. É através dos diversos documentos que resgatamos o cenário administrativo colonial e podemos refletir sobre as práticas da época. Além disso, é importante destacar a relevância dos registros das igrejas, quase sempre escritos em livros, recolhidos nos arquivos das cúrias diocesanas, em sua maior parte voltados para batizados, casamentos e óbito. Ambos os registros, tanto da administração pública quanto da administração eclesiástica, são de suma importância para nossa his-

tória sócio-cultural, conferindo valor ao ser humano. Chaves *et al.* (2010), assim como Acioli (1994), também defende como um fato humano os documentos escritos, os quais nos fazem entender que cada ser humano é único, tem nome e origem.

Podemos observar que, do ponto de vista cultural, linguístico e histórico defendido por Acioli (2004) e por Chaves *et al.* (2010), as certidões e as cartas administrativas revelam aspectos ímpares de nossa sociedade nesse período específico de nossa história. É uma necessidade nossa (que se manifesta na escrita) de marcar verbalmente os acontecimentos, de registrar e de regulamentar as práticas sociais existentes em cada época.

Para se descrever essas tradições culturais, evidentemente, existe um conjunto de vocábulos dentro de um complexo maior, importantíssimo, chamado escrita, que, por sua vez, se constitui conforme sua história, seus costumes e suas tradições. Além disso, a organização particular desse léxico em um complexo artefato cultural dá origem e caracteriza os gêneros textuais que orientam as ações dos sujeitos na esfera administrativa e na esfera religiosa. Com base na importância das certidões e das cartas administrativas, destacamos alguns aspectos relevantes desses documentos.

ANÁLISE DOS MANUSCRITOS

Através dos registros manuscritos, obtém-se um panorama geral acerca da religiosidade, da cultura, do gentílico e da administração pública cearense dos séculos XVIII, no caso das cartas administrativas, e XVIII e XIX, no caso das certidões.

Em relação às certidões, Chaves *et al.* (2010) afirma que por ocasião do Concílio de Trento, no século XVI (1545-1563), a Igreja Católica tornou obrigatórios os registros de batismo, casamento e óbito. Além de instituir formas de controle da população, a igreja também definiu normas para padronizar os registros mencionados, os quais se constituem nos seus três principais sacramentos.

As certidões manuscritas mais antigas do livro nº 01, da Paróquia de Aracati, datam de 1735, com abundante referência à freguesia das Russas, importante paróquia do Vale do Jaguaribe. Ao longo das décadas em que eram escritas as certidões, observamos referências à quase todas as vilas do Vale do Jaguaribe, tais como Aracati, Tabuleiro do Norte, Morada Nova, Jaguaribe, São João do Jaguaribe, dentre outras. Também há visível diversidade de livros e tipos de letras nos assentos registrados. Uma vez que a quantidade de vigários na região era bem elevada. Mesmo com o grande número de vigários e vilas, observa-se a obediência a um padrão estrutural para se compor os assentos, possivelmente indicado pela Igreja.

Cordeiro *et al.* (2010) comenta a importância dos registros:

entendemos como tecnologia de visibilidade que permite a identificação, caracterização e descrição dos indivíduos. É por meio dos registros documentais que o indivíduo é objetivado em termos de traços e características que são individuais, mas que também são coletivas. (CORDEIRO; SANTOS; NASCIMENTO, 2010, p. 1).

São esses registros que permitem o conhecimento populacional das comunidades. Os registros de batismo, que eram válidos como os registros de nascimento, oferecem-nos

um legado de informações bastante pertinentes à proposição de problemáticas acerca da condição social das crianças que eram apresentadas à celebração deste modelo de sacramento católico, como podemos observar no texto abaixo do Livro de Registros de Batismos nº 01, da Freguesia de Limoeiro, iniciado em 18-01-1862 e encerrado em 12-05-1872:

1 Luis pardo filho natural de Francisca escravos de Antonio Brás

Souza e Felicia Francisca de Jesus desta freguesia
nasceo aos vinte e cinco de Agosto demil oito centos e secenta
e dois foi baptisado com os santos óleos de licença do Reverendo

5 vigário nesta capella de Nossa Senhora das Brotas por mim

abaixo aos onze de Septembro do dito anno: Forão padrinhos

José Videl de Negreiros e Quitéria Conceição de Lima.
E para constar foi feito este assento em que me assigno.
Capelão Manuel Vicente Colares

Geralmente, nos assentos de batismo lemos as seguintes informações: o nome da criança batizada, a cor da pele ou condição social, o nome da mãe e do pai, caso o filho fosse legítimo, ou seja, filho de pais que tivessem recebido o sacramento do matrimônio de um sacerdote católico; se filho natural apenas o nome da mãe aparece no registro, o local de residência, o local onde foi batizada a criança, o nome dos padrinhos e, por fim, a assinatura do vigário.

Por sua vez, os registros paroquiais de casamento nos fornecem informações sobre data, local e horário da cerimônia, bem como as idades, estado civil, naturalidade e moradia dos noivos, além dos nomes de duas testemunhas. Vejamos o documento abaixo do Livro de Registros de Casamento nº 01, da Paróquia de Limoeiro, iniciado em 09-02-1864 e encerrado em 12-05-1872:

1 Aos vinte e seis de Fevereiro demil oito centos e setenta e um,
na capella da Barra do Sitiá, o Padre Antonio Elias Saraiva Leão,
de licença minha, administrou o sacramento do matrimonio aos
contralventes Luiz de França Altino e Jessia Maria de Jesus,
5 e lhes lançou as bênçãos nupciais depois de confessados e examinados
em Doutrina Cristã, presentes as testemunhas: Martinho Correia
de Vieira e [Estanistão?] Alves Correia; ex. Rit Rum.
E para constar mandei fazer este assemppto em que me assigno.

O vigário Francisco Ribeiro Bessa

Assim como as certidões de casamento e batismo, as certidões de óbitos são de igual valor, porém com mais peculiaridades, específicas dos rituais fúnebres, apresentados no gênero. Vejamos a riqueza de detalhes da certidão de óbito abaixo extraída do Livro de Registros de Óbitos, da Paróquia de Limoeiro, nº 05 iniciado em 1890 e encerrado em 1893:

1 Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de mil oitocentos e noventa e um, as cinco horas da tarde no sítio Roçado, d'esta freguesia do Limoeiro, Bispado do Ceará, faleceu de

igorgtimento intestinal, com vinte anos de idade, Raymundo Cassiano da

5 Silva, solteiro, filho legítimo de Francisco Antonio Guilherme e Maria

dos Reis de Jesus, naturais d'esta freguesia. Seu cadáver

amortalhado de branco foi sepultado no cemitério público d'esta Villa.

E para constar mandei lavrar este assento que assigno.

Vigário Custódio Saraiva Leão

A leitura das certidões de óbito nos possibilita saber as condições em que morreu e foi sepultado o indivíduo identificado no registro: data, hora e local em que ocorreu o falecimento, a causa da morte, a idade, o sexo e a naturalidade da pessoa falecida, o nome do pai, o nome da mãe, o local onde morava a pessoa falecida e onde seu corpo foi enterrado, bem como a cor da mortalha, vestimenta fúnebre, usada pelo morto. A maioria das mortalhas era de cor branca, mas também era comum o uso de mortalha³ de cor preta e azul.

³ Entende-se por mortalha uma veste de tecido ruim com que se vestia a pessoa após a morte para seu sepultamento.

Um amplo cenário social é desvelado através da pesquisa das diversas certidões. Também é possível a investigação por meio de outros gêneros textuais produzidos pela administração pública e religiosa, como em alvarás, portarias, editais, autos, dentre outros. Destacamos neste artigo, além das certidões, a importância das cartas administrativas para as pesquisas.

As cartas administrativas circulavam na colônia servindo para informar sobre os acontecimentos de Portugal e das colônias, além de anunciar diversas medidas administrativas a serem tomadas. Através desses documentos, verificamos claramente a relação da capitania do Ceará com a Coroa portuguesa e com a capitania de Pernambuco, capitania superior a quem o Ceará devia satisfações jurídicas, administrativas e comerciais no período de 1656 a 1799. Somente a partir de 1799, a capitania do Ceará passou a ter um governo com jurisdição independente, segundo Araripe (2002). Provavelmente, essa relação de dependência tenha se dado pelo fato de a capitania cearense não ter sido colonizada logo que passou para as mãos do seu primeiro donatário em 1535. Com isso, a capitania do Ceará “ficou à margem das ações que envolveram investimentos tecnológicos com vistas à adequação das capitanias e de suas vilas às ações lusitanas [...]”, especialmente na ocupação do sertão (JUCÁ NETO, 2012). Somente em 1603, houve a primeira tentativa de explorar suas terras, mas foi na terceira tentativa, que Martim Soares Moreno logrou êxito, a partir de 1612, e tornou-se o primeiro capitão-mor do Ceará, dando início ao processo de povoamento e de colonização a capitania. Somente após cem anos, os portugueses notaram a importância do Ceará em relação a sua posição geográfica, pois “apre-

sentava ponto de defesa, escala e suprimento para as forças em demanda a serviço da conquista” (GIRÃO, 1994, p. 26).

Por causa da relação de dependência entre o Ceará e Pernambuco, a administração cearense recebia diversas orientações a partir de Pernambuco. Um dos recursos utilizados para a divulgação e a orientação dessas informações eram as cartas administrativas, que circulavam nesse espaço físico e temporal. Portanto, através de pesquisa no Arquivo Público do Ceará (APEC), encontramos diversas cartas com diversos destinos, como algumas que partem do Recife para a vila da Fortaleza, fundada em 1726, ou para a vila do Icó. Outras cartas partem de Fortaleza para as demais vilas do Ceará, como Crato, Aquiraz, Soure (atual Caucaia). Essas vilas são as primeiras do Ceará que, por serem localizadas perto de rios, do mar ou perto de encostas de serras, favoreceram a entrada e a permanência dos colonizadores.

Tais vilas eram mais ou menos organizadas em uma esfera administrativa e outra jurídica. Prado Jr. (1999, p. 321) enfatiza constantemente o fato de a administração colonial ser orientada por princípios diversos, sem uma diretriz clara. Para esse autor, existe uma “falta de organização, eficiência e preseteza do seu funcionamento”. Em acordo com a observação de Prado Jr, Jucá Neto (2012, p. 217) discorre sobre a fragilidade da administração pública do Ceará. Além da falta de diretrizes claras, havia um “poder paralelo” nas mãos de representantes de famílias-núcleos do interior da capitania e havia também uma “pobreza das finanças camarárias e reais e a própria organização administrativa portuguesa no Ceará, com reduzido número de funcionários e sendo a maioria sem capacitação”.

Os cargos envolvidos na administração pública da Capitania são sempre mencionados nas cartas administrativas. Através do levantamento desses cargos e de suas funções, podemos entender sobre as relações sociais existentes, sobre a posição social dos participantes, sobre os gêneros utilizados para concretizar as demandas administrativas. Como já mencionamos, a organização administrativa não era bem organizada e havia um acúmulo de funções, dada à época, ao contingente de pessoal e à formação restrita.

As cartas administrativas do século XVIII são documentos públicos que circulavam na administração colonial brasileira. Bellotto (2008, p. 23), estudiosa das tipologias documentais, aponta que as cartas são “documentos informativos, que são opinativos/enunciativos, que esclarecem questões contidas em outros documentos e cujo conteúdo vai fundamentar uma resolução: pareceres, informações, relatórios, votos, despachos interlocutórios”. Essa autora indica dezessete tipos de cartas que circulavam no período colonial, diferenciados pelo seu propósito comunicativo e pelo seu conteúdo. Os tipos são: carta aberta, carta de alforria, carta de chamada, carta de lei, carta de recomendação, carta de sesmaria, carta de validade, carta declaratória, carta internacional, carta memorando diplomático, carta partida ou fretamento, carta patente, carta de autorização, carta precatória, carta régia, carta reversal, carta testemunhável. Além desses, havia a carta, aqui chamada de carta administrativa, que

na administração colonial: correspondência enviada por autoridade subalterna/delegada ou súdito ao rei [...]. Questões de caráter oficial ou

particular que se desejasse expor ao rei, quaisquer que fossem os assuntos, desde que não de caráter preditório, eram-lhe dirigidas por meio de carta. Correspondência do alto escalão da administração pública em comunicações sociais decorrentes de cargo e de função públicos. Nas entidades privadas da área comercial, industrial, bancária, social e etc. a carta é forma de correspondência largamente utilizada para transmitir informações, solicitar favores, fazer convites etc. (BELLOTTO, 2008, p. 40).

Nas câmaras das vilas, chegavam e partiam documentos que serviam para manter a relação entre a Coroa Portuguesa, Pernambuco e Ceará. Sabemos que, na esfera administrativa, independentemente da época, há muitos gêneros textuais envolvidos nas relações sociais. No caso do período colonial, sobretudo, no século XVIII, há gêneros como editais, portarias, nomeações, ofícios, bandos etc. Esses gêneros muitas vezes são enviados junto às cartas para que sejam divulgados nas localidades mais distantes. Notamos que a carta tem a função de levar uma informação administrativa adiante, anunciar as medidas que serão formalizadas através dos gêneros mais específicos, provavelmente é o único meio de intercomunicação e de retorno sobre as demandas administrativas. É um meio pelo qual se adianta um assunto e orienta quanto às ações a serem executadas para colocar em prática os desejos da metrópole ou de um capitão-mor governador. Levando em consideração o período de escritura das cartas, século XVIII, e a distância entre os correspondentes, os mecanismos de intercomunicação se dão através das próprias cartas e de documentos em anexo.

Destacamos um relato em que os oficiais da câmara de Icó saúdam o novo governador de Pernambuco e expressam servidão. Abaixo transcrevemos o trecho:

Indezível prazer quenos Sobre veyo com a chegade de Vossa exelencia dessa praça dePernambuco por nosso Governador eCapitão General, nos moveo a fazelo manifesta a vossaExcelencia para que delle se detique e da encompavel obediencia que juntamente vamos apresentar, aos Estimaveis mandamos de VossaExcelencia, ea quanto nos for, emcarregado do Real Servisso como umilde suditos, e feis vassalos da Rainha Nossa Senhora (APEC, 1788, Livro 85, fl. 200v a 201r)

Para tornar a leitura acessível, transcrevemos em edição modernizada logo abaixo:

O indizível prazer que nos sobreveio com a chegada de Vossa Excelência dessa praça de Pernambuco por nosso governador e capitão general, nos moveu a fazer manifestar a Vossa Excelência a incomparável obediência que vamos apresentar aos estimáveis mandados de Vossa Excelência e a quanto nos for encarregado do Real serviço como humilde súditos e feís vassalos da Rainha Nossa Senhora.

Embora encontremos esse sentimento de subserviência direta a Pernambuco, nem sempre a relação entre as vilas cearenses e a capitania principal era direta, pois no Ceará, havia uma figura que administrava tudo o que estivesse na jurisdição

local e era com ele, com o governador local, que o governador de Pernambuco se relacionava mais diretamente. Desse modo, podemos estabelecer uma hierarquia de poderes nas relações existentes especificamente no contexto de algumas cartas administrativas, em que o maior poder era do Rei / da Rainha, em Lisboa; em seguida, do Governador General, em Pernambuco; logo após o do Governador Capitão-mor do Ceará, em Fortaleza e, por último dos juízes ordinários, nas vilas do Ceará colonial.

Com a descrição das certidões e das cartas administrativas, reforçamos a importância da escrita e dos documentos antigos, uma vez que são esses instrumentos que nos permitem conhecer muitos aspectos socioculturais, históricos e linguísticos de tempos pretéritos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos apresentar alguns documentos importantes para o resgate de nossa história; as certidões de nascimentos, de casamentos e de óbitos, assim como as cartas administrativas. No entanto, há tantos outros gêneros documentais que são registros valiosos de uma época, demonstrando o poder da escrita, que nos dá a conhecer o contexto histórico e as práticas socioculturais do período de nossa história brasileira conhecido como período colonial.

Em relação às certidões apresentadas neste trabalho, observamos que elas descrevem e caracterizam os indivíduos; além disso, resgatam os costumes da comunidade jaguaribana no século XIX. Somente através dos registros podemos colher, com tamanha precisão, todas essas informações, que, por sua

vez, podem servir aos estudos históricos, linguísticos, filológicos, dentre outros das ciências humanas.

Já as cartas administrativas ampliam o conhecimento sobre outras comunidades cearenses, pois, como elas eram as únicas formas de interação à distância, podemos ter informação sobre diversas localidades da capitania. Notamos um cenário administrativo desorganizado, que precisa a todo custo se efetivar para consolidar a presença da Coroa portuguesa na colônia. Verificamos, para isso, a composição dos cargos da administração pública e a relação estabelecida entre os colonos e os representantes dos colonizadores, que na época retratada era a capitania superior de Pernambuco.

Assim, destacamos as certidões e as cartas administrativas como “fatos humanos” (CHAVES; SILVA; ANDRADE, 2010), pois apresentam registros importantes dos sujeitos de uma comunidade. Esses documentos escritos têm grande relevância para o resgate da história e da cultura não só cearense, mas também brasileira.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, V. L. C. **A escrita no Brasil Colônia**: um guia para a leitura de documentos manuscritos. Recife: UFPE / Fundação Joaquim Nabuco / Massangana, 1994.

ARARIPE. T. **História da província do Ceará**: dos tempos primitivos até 1850. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ. **Livro de registro de alvarás, cartas régias, ordens régias, portarias, editais, provisões e bandos, patentes da Capitania do Ceará**. Caixa 27, livro antigo 14, livro atual 85, 1760-1796.

- BELLOTTO, H. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- CHAVES, O. S.; SILVA, G. C. A.; ANDRADE, M. L. **Catálogo de Fontes Históricas**: registros paroquiais de batismo, casamento e óbito: documentos para a história do Vale do Jaguaribe. Organização de Oliveira S. Chaves. Fortaleza: EdUECE, 2010.
- CORDEIRO, R. L. M., SANTOS, L. S., NASCIMENTO, R. R. S. Registro Civil e Gênero em Contextos Rurais. **Fazendo Gênero 9**: Diáspora, Diversidade, Deslocamento. 2010.
- GIRÃO, V. Da conquista e implantação dos primeiros núcleos urbanos na Capitania do "Siará Grande". In: SOUZA, S. (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.
- JUCÁ NETO, C. **Primórdios da urbanização do Ceará**. Fortaleza: UFC; Banco do Nordeste do Brasil, 2012.
- ARQUIVO DA DIOCESE DE LIMOEIRO DO NORTE. **Livro de Registros de Batismos nº 01**. Iniciado em 18-01-1862 e encerrado em 12-05-1872. Limoeiro do Norte: [s.n.], 1872a.
- _____. **Livro de Registros de Casamento nº 01**. Iniciado em 09-02-1864 e encerrado em 12-05-1872. Limoeiro do Norte: [s.n.], 1872b.
- _____. **Livro de Registros de Óbitos nº 05**. Iniciado em 1890 e encerrado em 1893. Limoeiro do Norte: [s.n.], 1893.
- MENDES, U.D. **Noções de paleografia**. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1953.
- OLSON, D.R. **O mundo no papel**. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Ática 1997.
- PRADO-JUNIOR. C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SPINA, S. **Introdução à edótica**: crítica textual. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1977.
- STILLE, A. **A destruição do passado**. Tradução de Tuca Magalhães. São Paulo: Arx, 2005.

EDIÇÃO DAS CARTAS DE ANÍSIO MELHOR PUBLICADAS EM *O CONSERVADOR*

Ediane Brito Andrade Schettini
Maria da Conceição Reis Teixeira

Resumo: O trabalho de resgate e edição de textos favorece a recuperação de registros históricos de um dado povo, trazendo a lume sua visão de mundo, seus costumes e tradições. Partindo de tais considerações, objetivamos, no presente texto, apresentar o trabalho filológico de resgate e edição interpretativa das cartas de Anísio Melhor publicadas no periódico baiano *O Conservador*. Para tanto, inicialmente, localizamos os acervos que acomodavam seus textos e fizemos a digitalização para, em seguida, procedermos com a transcrição e edição dos mesmos. Quando da escrita, pautamo-nos, sobretudo, em Spina (1977), Duarte (1997), Queiroz (2006) e Teixeira (2014). Podemos afirmar que, ao resgatar os textos de Anísio Melhor (1885-1955), aproximamo-nos do momento histórico e social no qual o escritor se insere, uma vez que seus escritos são reveladores desse universo.

Palavras-chave: Resgate. Edição interpretativa. Anísio Melhor.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Enveredar-se pelos caminhos da Filologia é ter a possibilidade de descobrir histórias ainda não contadas, de conhecer personalidades que deixaram registrado seu legado às ge-

rações futuras, de aproximar-se da realidade e da cultura de sociedades pretéritas por meio de seu patrimônio escritural. Dessa forma, através dos escritos de um dado autor, é possível empreender estudos em diversas áreas. Afinal, como afirma Queiroz (2006, p. 3),

[...] os documentos históricos, traduzidos em patrimônio cultural ou bem cultural, são objetos de interesse de pesquisadores em diversas áreas do conhecimento humano. [...] Sendo assim, é de suma importância a sua preservação e conservação.

Apresenta-se, pois, como fundamental o labor filológico, cuja contribuição não está circunscrita ao âmbito literário e histórico, apenas, mas se espraia por áreas outras, favorecendo a especialistas e não especialistas o acesso a textos fidedignos, proporcionando à sociedade a manutenção e a preservação do arcabouço imaterial de um povo.

Partindo de tais considerações, destacamos que o anseio por trabalhar com os textos de Anísio Melhor¹ (1885-1955), publicados no periódico baiano *O Conservador*² (1912-1945), surgiu justamente da percepção do quão é essencial preservar os textos guardados nos acervos (públicos ou privados), impedindo, assim, que se percam. Recuperá-los significa salvaguardá-los, tornando-os acessíveis e impedindo que sejam olvidadas as informações, bem como os registros dos costumes e das tradições de um povo neles presentes. Acreditamos que, por meio da escrita, podemos chegar a conhecer os costumes, as crenças, o modo de vida de uma dada sociedade.

1 Natural de Nazaré-BA, foi escritor, poeta, folclorista, educador e redator de jornais locais.

2 Periódico semanal, circulou em Nazaré-BA.

Começamos, pois, o trabalho de resgate dos textos do referido autor em 2011, através do projeto de pesquisa intitulado *Edição e estudo dos textos literários e não literários publicados em O Conservador entre 1912 e 1916*³.

É pertinente destacar o quão árdua é essa tarefa de resgate e disponibilização dos textos por meio do trabalho filológico, na tentativa de clarear fatos, conhecer histórias e realidades outras registradas nas escritas dos textos. Empreendemos, a princípio, visitas aos acervos a fim de verificar a existência e recorrência do material, fazendo um levantamento das obras e, em seguida, os registros⁴ por meio da edição fac-similar. Posteriormente, todos os textos foram transcritos e catalogados em um índice. Todos esses passos dados no sentido de adentrar na história por meio dos registros literários. Afinal,

Os documentos dos arquivos permitem avivar os fatos, acontecimentos, todavia para que isto aconteça é necessário adentrar nos 'sótãos dos fatos', revirar papéis velhos amórficos, raspar a camada espessa de poeira, colar fragmentos, organizar retalhos, colocar em desordem para depois ordená-los, fazendo emergir o texto e contribuindo para 'o mover das histórias' que se encontram aprisionadas, adormecidas, silenciadas nos cartórios, nas igrejas, nos conventos, nas Câmaras Municipais, nas bibliotecas, nos arquivos públicos e eclesiásticos. (TEIXEIRA, 2010, p. 817).

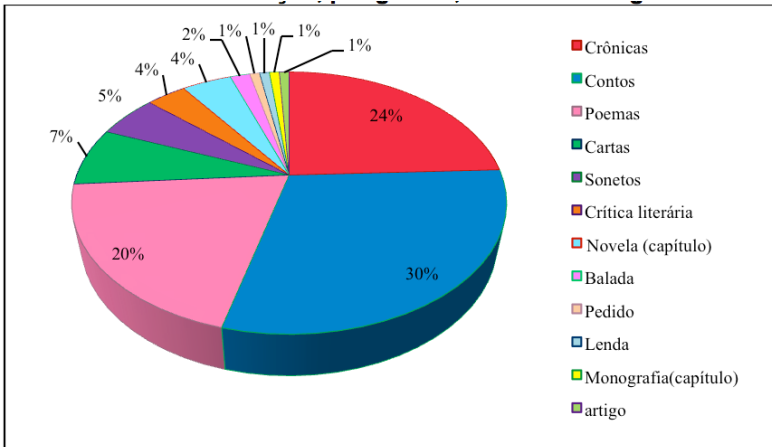
Da incursão empreendida no periódico, foram resgatados 111 textos de Anísio Melhor, de gêneros diversos, a saber:

3 Este estava inserido num projeto maior – Edição e estudo de textos publicados em periódicos baianos – coordenado pela Professora Doutora Maria da Conceição Reis Teixeira.

4 Fizemos os registros com uma câmera fotográfica digital Sony cyber-shot, Dsc-w510, 12.1 megapixels.

crônicas, cartas, contos, poemas (em verso e em prosa), sonetos, críticas literárias, novelas⁵, baladas, pedidos, lendas. Foi também resgatado um capítulo de sua monografia, com o título *Aldeia de Santo Antônio dos caboclos, a 6 km de Nazareth*. A distribuição dos textos por gênero pode ser observada no gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição, por gênero, dos textos resgatados



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Diante da quantidade de textos resgatados, optamos por editar, no momento, as cartas. A edição dessas cartas é relevante por se tratar, pelo que sabemos até o momento, de versão publicada apenas em *O Conservador*, correndo, pois, o risco de se perderem. Com isso, silenciar-se-ia o arcabouço cultural registrado pelo autor nesses escritos. Para o momento, em função do espaço disponível, selecionamos uma carta para exemplificar o trabalho desenvolvido.

⁵ As novelas eram publicadas em pequenos trechos no rodapé das páginas. Resgatamos, pois, não a novela inteira, mas capítulos das mesmas.

ENVEREDANDO PELOS CAMINHOS DA FILOLOGIA: EDIÇÃO DAS CARTAS DE ANÍSIO MELHOR PUBLICADAS EM *O CONSERVADOR*

O surgimento da Filologia está intrinsecamente ligado à percepção da necessidade de preservar a memória por meio dos registros escritos. Conforme pondera Spina (1977, p. 60), no momento em que a criação cede lugar ao cansaço, volta-se o olhar ao passado. No entanto, acreditamos que, para além da exaustão criativa, os homens necessitam conhecer e preservar as manifestações passadas numa tentativa de compreender os fenômenos do seu tempo. Daí, a busca pela manutenção daquilo que as gerações pretéritas deixaram registrado por meio da escrita.

Sendo assim, falar em Filologia leva-nos obrigatoriamente a pensar nas incontáveis contribuições que a mesma tem oferecido aos diversos campos da ciência. Quantos foram os documentos resgatados, quantas as histórias, as lembranças, as manifestações humanas mais distintas que com os mesmos vieram a lume? Não se trata apenas de lidar com papéis amarelados, corroídos pelo tempo, abandonados. Trata-se, sim, de lidar com o arcabouço espiritual das sociedades pretéritas. De conhecer aquilo que ainda está segredo nos arquivos públicos, particulares ou jogado em algum “canto”. Trata-se, por fim, de manter viva a memória dos povos, fazendo-a presente.

Partindo de tais considerações, cabe-nos destacar que o trabalho filológico é de importância ímpar, uma vez que retira do ostracismo textos de naturezas diversas e, por meio do resgate desses textos – relegados ao olvido – traz à tona aspectos sociais, culturais, econômicos de um dado povo. Podemos

dizer que, ao resgatar textos escritos em épocas pretéritas, resgatamos, outrossim, os sentimentos e a maneira como tal sociedade percebia e vivenciava o mundo. Nesta perspectiva, Teixeira (2014, p. 33) pondera que

[...] o trabalho do filólogo pode ser comparado ao do arqueólogo, pois, enquanto este procura conhecer as civilizações da Antiguidade através dos vestígios materiais, aquele estuda os testemunhos escritos a fim de desvencilhar a história das civilizações engendradas nos materiais escritos deixados por aquelas.

Sendo assim, é mister afirmar que o trabalho empreendido no sentido de resgatar os textos de Anísio Melhor é profícuo, por possibilitar ao leitor especialista e ao leitor não especialista acesso à versão fidedigna das cartas do referido autor publicadas no periódico *O Conservador*, nos anos de 1912, 1917-1921, tendo, portanto, acesso aos costumes e tradições vazados em sua escrita. Além disso, por meio da edição desses textos, favorece-se a preservação da memória do povo neles representado, dado o fato de que o suporte dos mesmos se encontra em avançado estado de deterioração.

Queiroz (2008, p. 93), ao tratar da importância do resgate de textos de autores baianos, destaca a relevância desse trabalho, uma vez que o resultado apresenta uma dupla face: se, por um lado, é profícuo por contribuir com a historiografia literária, por outro, os textos literários constituem-se em verdadeiros mananciais da cultura na qual se inserem.

O levantamento, a seleção e a edição crítica de textos de autores baianos representam um ato de preservação do patrimônio literário, escritural e linguístico da Bahia e do Brasil. As etapas que constituem o trabalho da Crítica Textual são obrigações dos pesquisadores, face às gerações vindouras, no sentido de perpetuar a memória literária baiana. A importância desse tipo de trabalho está centrada na recuperação do texto como documento de uma ideologia, enquanto produto social e cultural. (QUEIROZ, 2008, p. 83).

Tal afirmação reitera o nosso propósito com o presente trabalho: resgatar e editar as cartas de Anísio Melhor, contribuindo para a preservação da memória do Recôncavo baiano.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O GÊNERO DISCURSIVO CARTA

Para compreendermos as peculiaridades de um dado gênero discursivo, faz-se necessário considerarmos o fato de que – como afirma Bakhtin ([1979] 1997) – toda e qualquer atividade humana só pode ser realizada por intermédio de uma língua. Sendo assim, as relações sociais, situadas historicamente, são determinantes na elaboração dos diversos gêneros textuais – os quais são tão variados quanto às possibilidades de atividades do ser humano (BAKHTIN, [1979] 1997).

Podemos, portanto, afirmar que a definição dos gêneros não está apenas relacionada à sua estrutura linguística, mas está intimamente relacionada às condições sociais em que tais gêneros são produzidos, ao objetivo de quem os produz, à relação que mantém com aquele(s) a quem pretende atingir

com os enunciados concretizados num dado gênero. Nessa direção, Marcuschi (2008), elucidativamente, diz que

Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sócio-comunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. (MARCUSCHI, 2008, p. 155).

No que se refere ao gênero carta, devemos destacar que a sua existência remonta à Grécia antiga, onde tinha por objetivo não apenas relatar acontecimentos, mas, sobretudo, tratar de assuntos políticos e militares, podendo, inclusive, apresentar leis, ordens e códigos do Estado. No período medieval, as cartas eram utilizadas para estabelecer a comunicação entre um reino e outro, entre a igreja e o povo, grupos e/ou pessoas que moravam distantes. Normalmente era enviada por um mensageiro e lida em voz alta (BAZERMAN, 2005). Serviu, portanto, como meio de comunicação entre instituições e pessoas.

Uma das características centrais do gênero carta pessoal é o direcionamento a um interlocutor (real ou fictício), a quem se dirige confissões, relatos ou conselhos. Através da escrita de uma carta, o escritor externa sentimentos e desnuda seu eu àquele a quem escreve. É nesse sentido que Foucault (1983) afirma

Escrever é, portanto, 'se mostrar', se expor, fazer aparecer o seu próprio rosto perto do outro. E isso significa que a carta é ao mesmo tempo um olhar que se lança sobre o destinatário [...] e uma maneira de se oferecer ao seu olhar através do que lhe é dito sobre si mesmo. (FOUCAULT, [1983] 2014, p. 152).

É nessa perspectiva que as cartas de Anísio Melhor são escritas para Lúcia⁶. No entanto, ao se mostrar para ela por meio da narrativa, ele solicita que sua interlocutora se permita ser vista e sentida através de uma resposta: “Lucia, manda-me um pouco da tua alma para que eu sinta melhor essa doçura de quadros emotivos, essa alegria do sol das praias e as carícias desse grande vagabundo – o vento do mar” (MELHOR, 1918, p. 2).

Depreendemos, portanto, que, numa carta, estão presentes não apenas informações ou relatos vividos, mas também sentimentos e, talvez, a própria essência de quem a escreve. Nessa direção, Foucault ([1983], 2014) afirma que se conhece melhor um escritor lendo suas correspondências do que lendo textos que, declaradamente, afirmem ser autobiográficos. Assim,

[...] a narrativa de si é a narrativa da relação consigo mesmo e nela é possível destacar claramente dois elementos, dois pontos estratégicos que vão se tornar mais tarde objetos privilegiados do que se poderia chamar a escrita da relação consigo: as interferências da alma e do corpo (as impressões mais do que as ações) e as atividades do lazer (mais do que os acontecimentos exteriores); o corpo e os dias. (FOUCAULT, [1983] 2014, p. 153-154).

Além da característica de escrita de si presente em uma carta, devemos ressaltar que a mesma faz parte dos gêneros primários de que nos fala Bakhtin ([1979] 1997). Logo, a linguagem utilizada procura se aproximar do mais natural ou ade-

⁶ Lúcia é uma interlocutora imaginária, a qual figura em várias cartas, contos e romances de Anísio Melhor.

quar-se àquela que sabe (ou imagina) ser a linguagem mais utilizada pelo interlocutor. Como gênero primário, a carta assume, na literatura, um papel significativo, uma vez que não apenas relata situações reais, como também pode ser ficcional. Em um caso ou em outro, encontramos muitas pistas sobre quem a escreve e sobre os acontecimentos e sentimentos nela retratados. Por conta disso, o estudo das cartas de Anísio Melhor resgatadas de *O Conservador* mostra-se como relevante, uma vez que, por meio delas, podemos ter acesso às descrições do ambiente do Recôncavo, às práticas praieiras por ele relatadas, aos costumes sociais da época em que foram escritas e, inclusive, aos seus sentimentos.

EDIÇÃO INTERPRETATIVA DAS CARTAS DE ANÍSIO MELHOR

O trabalho de edição de textos exige que se tenha um conhecimento sobre os tipos de edição, bem como que se faça uma análise do *corpus* a fim de escolher a que seja mais adequada. Para tanto, deve-se levar em consideração os objetivos pretendidos e o público-alvo almejado. Segundo Cambraia (2005, p. 91),

[...] a importância de se pensar no público-alvo está no fato de que dificilmente uma mesma edição é adequada para todo tipo de público, pois diferentes são os seus interesses. Assim, uma edição que reproduza particularidades gráficas de um texto quinhentista pode interessar a um linguista, mas não seria adequada a um público juvenil interessado especialmente no conteúdo do texto [...].

Dessa forma, não é possível determinar esta ou aquela edição como a melhor dentre todas: elege-se a que melhor atenda às exigências do texto a ser editado e às pretensões do editor.

O modelo de edição escolhido para o estabelecimento dos textos de Anísio Melhor foi a interpretativa conforme a concebe Duarte (1997). Segundo o mesmo, este tipo de edição é recomendado quando se tratar “de um testemunho único” ou “de um testemunho isolado de uma tradição, destinado a um público não diferenciado” (DUARTE, 1997 *apud* TEIXEIRA, 2014, p. 43).

Por se tratar de textos literários publicados apenas em periódicos do início do século XX, objetiva-se que tanto o público especialista quanto o público de modo geral tenham acesso aos textos. Assim sendo, são feitas atualizações ortográficas, correções de erros tipográficos óbvios, atualizações de pontuação.

NORMAS EDITORIAIS

As cartas de Anísio Melhor resgatadas de *O Conservador* foram lidas interpretativamente, assim como define Duarte (1997).

Na organização das cartas, dispôs-se cronologicamente, conforme data de sua veiculação no referido periódico.

O título de cada carta é apresentado centralizado e em negrito, uniformizando a sua distribuição espacial no *layout* da folha.

As linhas são numeradas, de cinco em cinco, reiniciando-se a contagem a cada texto.

O seccionamento dos textos e a estruturação em parágrafos são mantidos conforme o original.

As opções tipográficas e o uso de caracteres especiais – como, por exemplo, *itálicos*, reclames – são conservados conforme o original, respeitando-se as peculiaridades do estilo do autor e do gênero textual carta.

A grafia⁷ das palavras foi atualizada em conformidade com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009. As atualizações consistiram em:

- a) emendar a acentuação de acordo com a norma ortográfica vigente, já referida. Nos casos em que palavras hoje não mais acentuadas são apresentadas com acento, retiramos os mesmos – amôr > amor; dôr > dor; primavéra > primavera; corôa > coroa;
- b) simplificar todos os casos de consoantes duplas em nomes comuns – aquelle > aquele; ella > ela; approximava > aproximava; officio > ofício; chammas > chamás.

Entretanto, conservou-se a grafia conforme o original nas seguintes situações:

⁷ A ortografia do século XIX até meados do século XX apresenta uma grande variedade quanto aos usos de consoantes. Surgem, portanto, muitas complicações de ordem gráfica (Cf. QUEIROZ, 2006). Por conta disso, encontramos nos textos de Anísio Melhor muitas ocorrências de consoantes duplas, assim como o uso de **h** no início de algumas palavras (**hontem**, por exemplo), como também consoantes do grupo **ph, ct, ch, çç** (**phantasia, fructo, orchestra, Christo, predilecção, acção** etc). Outro caso comum é a variação de natureza grafo-fonética, em que o /o/ é utilizado em lugar do /u/, /e/ em lugar do /i/, como em **páo** (pau), **ferio** (feriu), **sociaes** (sociais), **creanças** (crianças). Além disso, verificamos ocorrências de outras variações referentes ao uso do /s/ e do /z/ (**civilisação**), à substituição do /i/ por /y/ (**olympo**). Em todos esses casos atualizamos a grafia. No entanto, as atualizações não estão indicadas no texto, uma vez que optamos por apresentar uma edição sem o acréscimo do que lhe é muito particular, o aparato crítico.

- a) as letras maiúsculas em início de palavras, a fim de destacá-las ou personificá-las – como, por exemplo: Destino; Amor; Natureza; Ódio etc.;
- b) os antropônimos.

Conservar o uso do apóstrofo nas palavras: minh'alma, d'água, d'Ele.

Grafar os estrangeirismos em itálico ainda que assim não se apresentem no original.

Desdobrar as abreviaturas, colocando-as em negrito e itálico.

Manter a pontuação conforme o original, exceto em casos que prejudiquem a leitura. Nesses casos, os acréscimos são indicados por colchetes [].

As rasuras, falhas, rasgões e acréscimos são indicados através dos seguintes operadores:

[] acréscimo

[...] omissão por rasura, falhas ou qualquer outro dano no suporte.

LEITURA INTERPRETATIVA DAS CARTAS⁸

CARTAS À LÚCIA	
05	<p>Lúcia – aqui estou a ver praias e águas verdes. Paragens douradas de sol, coisas simples de praias e ribeiras, vestidas desse encanto natural e ingênuo de outras eras.</p>
10	<p>Mau grado a invasão dos veranistas – rapazes de túnicas leves, vestidos brancos de miss e chapéus de palha de trigo, a verem como crianças e a viverem vida francesa, eu vejo a “ilha intrépida” naquela santa rusticidade de antes de 23, com seu forte de amuradas negras, a sua capelinha de São Lourenço olhando o mar nervoso, enriçando as ondas e arremessando-se perto.</p>
15	<p>É bem a terra do «Sargento Pedro», cheia de homens do mar, valentes e fortes, encarando o oceano como um amigo, um irmão mais velho que divide as suas riquezas com os outros, e que se zanga a cada passo.</p>
20	<p>Mercês, a interessante e graciosa apaixonada do ‘Sargento’ é ainda o tipo sincero e verdadeiro da ilhoa, de saias franzinas tocando no artelho, chinelinhas de couro e cabelo atado com simplicidade, enfeitando-se de rosas, frescas.</p>
25	<p>Tudo simples, Lúcia, simples, sem a tortura da moda, despótica e exigente. Sobretudo a paisagem. Não há no longe dos edifícios alterosos, zimbórios e agulhas ferindo a cinta azul do espaço. Tudo é gracioso e pequeno. – Chalés e choupanas, casitas brancas cobertas de telhas, mostrando-se ao longe, manchas esbranquiçada[s] do verde policromo dos arvoredos.</p>
30	<p>E de vez em quando uma vela, outra, mais outra a passar sacudida pelo vento, ora rumo à Bahia, ora direção a outros portos, dando a graça de umas asas brancas à largura sem fim do mar.</p>
35	<p>Um poeta aqui, Lúcia, um poeta de alma em luz, o olhar em saudades, um Mistral cheio de sonhos e de evocação o que não faria?! Traçaria páginas doces, emotivas, como as de Theresinha, naquele livro de ouro dos ‘Destinos’.</p>
	<p>Todas as tardes venho para o Porto contar os barquinhos e ler-lhes os nomes, todos de um seráfico misticismo, e de uma interessante rudeza de ortografia. É o ‘Vai com Deus’, o ‘Estrela do mar’, o ‘Senhor do Bomfim’; às vezes[,] o mar fica pintado deles como se fosse o mar de estrelas.</p>
	<p>Lúcia, manda-me um pouco da tua alma para que eu sinta melhor essa doçura de quadros emotivos, essa alegria do sol das praias e as carícias desse grande vagabundo – o vento do mar.</p>
	<p>Praia de Itaparica.</p>

⁸ Apresentamos apenas uma carta no presente trabalho. As demais podem ser conferidas na dissertação de mestrado, de nossa autoria, intitulada *Crônicas e cartas de Anísio Melhor em O Conservador: edição e estudo do vocabulário*, disponível em: <http://www.ppgel.uneb.br/wp/wp-content/uploads/2016/05/schettini_ediane.pdf>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com os textos de Anísio Melhor intensificou o sentimento do quão é importante a prática de resgate e edição de textos – sejam estes literários ou não. Ao empreender o trabalho filológico de digitalização, transcrição e posterior edição dos textos, contribui-se não apenas para que os mesmos possam ser lidos, como também para que possam ser estudados, sob diferentes perspectivas de análise, desnudando os dados históricos e culturais naqueles registrados.

Nesta perspectiva, a edição das cartas de Anísio Melhor possibilitou-nos conhecer um pouco mais sobre os costumes, as tradições e o modo de organização geográfica e econômica do Recôncavo. De maneira especial, tem-se em suas cartas o registro dos ambientes e costumes praianos. Seus relatos não estão circunscritos apenas à descrição da simplicidade e do encanto das ilhas e do mar, mas fornece pistas sobre as travessias, o trabalho dos homens que se lançam ao mar para buscar sustento – para citar apenas alguns.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução a partir do francês de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. Revisão da tradução Marina Appenzellerl. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAZERMAN, C. **Gêneros Textuais, Tipificação e Interação**. Organização de Ângela Paiva Dionísio, Judith Chambliss Hoffnagel. Revisão técnica de Ana Regina Vieira *et al.* São Paulo: Cortez, 2005.

CAMBRAIA, C.N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUARTE, L. F. **Crítica textual**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1997. (Relatório apresentado a provas para a obtenção do título de Agregado em Estudos Portugueses, disciplina Crítica Textual. Consulte-se, principalmente, o Glossário (p.66-90)).

FOUCAULT, M. A escrita de si. In: _____. **Ditos e escritos**: ética, sexualidade e política. Organização, seleção de textos e revisão técnica de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 141-157.

MELHOR, A. Cartas à Lúcia. **O Conservador**, Nazaré-BA, p. 2, 20 jan. 1918.

QUEIROZ, R. C. R. Da necessidade de edição crítica de autores baianos. **Cadernos de Letras da UFF**: Dossiê Patrimônio Cultural e Latinidade, Rio de Janeiro, n. 35, p. 83-95, 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/35/artigo5.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

_____. Preservar a memória baiana: a edição de documentos manuscritos dos séculos XVIII ao XX. **Scripta Philologica**, Feira de Santana, UEFS, Departamento de Letras e Artes, n. 2, p. 1-15, 2006.

SPINA, S. **Introdução à edótica**: crítica textual. São Paulo: Cultrix, 1977.

TEIXEIRA, M.C.R. Aspectos da memória cultural baiana documentada em periódicos do século XIX e XX. In: SOBRAL, G.N.T.; TEIXEIRA, M.C.R. (Org.). **Diálogos com as Letras**, Salvador: Quarteto, 2014. p. 33-54.

_____. Conservação e preservação dos acervos documentais baianos e o trabalho filológico. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v.XIV, n. 4, p. 815-826, 2010. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_1/815-826.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PEÇAS INTRODUTÓRIAS DE PROCESSOS CRIMINAIS: UM ESTUDO LINGUÍSTICO-HISTÓRICO¹

Aurea Zavam
Adson Rodrigo Silva Pinheiro

Resumo: A finalidade maior desta investigação é contribuir com uma área de estudos pouco explorada (sobretudo no Brasil), a linguística histórica dos gêneros, que se volta para análises de variados gêneros textuais produzidos em sincronias passadas, a fim de resgatar suas manifestações mais remotas. O propósito é, pois, melhor compreender as implicações sociais, históricas, linguísticas e discursivas da constituição e circulação dos gêneros. A concepção que norteia esta pesquisa é a de tradição discursiva, gestada no seio da Filologia Românica alemã e utilizada na descrição histórica das línguas. O conceito foi proposto por Koch (1997) e adotado por Kabatek (2004, 2005a, 2008), entre outros romanistas alemães. Nesse âmbito, este trabalho desenvolve um estudo sobre um gênero do domínio jurídico, valendo-se do modelo das Tradições Discursivas e das contribuições da História Social. À luz da proposta teórico-metodológica de Zavam (2009), esta investigação visa, então, a análise tanto de aspectos contextuais quanto de textuais, uma vez que busca compreender como a sociedade do século XX interagia por meio de textos que circulavam na esfera jurídica. Para tanto desenvolve um estudo descritivo-analítico acerca

¹ Agradecemos a Ticiane Rodrigues (UFC) pela coleta e transcrição dos textos no desenvolvimento de projeto PIBIC e mais ainda por ter dado continuidade ao estudo em sua pesquisa de mestrado.

das tradições discursivas de peças introdutórias de processos-crimes, datados do século XX e registrados no Estado do Ceará, os quais se encontram abrigados no Arquivo Público do Ceará (APEC). Os resultados obtidos permitem mostrar as transformações que se deram no interior de aspectos composicionais que constituem o gênero sob análise, além de evidenciar que certas características marcantes de um gênero são resultado de sua construção histórica e social.

Palavras-chave: História Social e história dos gêneros. Tradições discursivas. Gêneros jurídicos. Análise de gêneros textuais.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pensar em contextualizar documentos é refletir sobre aspectos da relação entre história e linguagem. Na natureza arquivista, o passado e as relações e experiências humanas e as práticas fazem parte daquilo que se quer interpretar como acontecimento histórico concretizado como texto. Relacionar experiências distintas no tempo e no espaço é perceber o documento como resultante das diversas práticas culturais construídas pelos mais variados sujeitos e que resultam na produção discursiva de diversas peças históricas, entre elas as produzidas pela esfera jurídica. É, portanto, o que pretendemos com este estudo.

Para proceder ao relato da pesquisa, dividimos este trabalho em outras quatro partes. Na primeira, fazemos uma discussão sobre o conceito de tradição discursiva, relativamente novo e ainda pouco explorado em pesquisas brasileiras; na

segunda, dialogamos com a História Social e assim tecemos considerações sobre a importância do contexto histórico e social em que os textos sob análise foram engendrados, a fim de compreender a estrutura do processo-crime a partir da dinâmica processual; na terceira, com base em alguns exemplares do *corpus*, analisamos a peça inaugural dos processos criminais que compõem o *corpus* da pesquisa. Por fim, retomamos alguns pontos-chave ao apresentarmos nossas considerações finais.

O MODELO DAS TRADIÇÕES DISCURSIVAS

A concepção que norteia a proposta deste estudo é a de tradição discursiva (TD), utilizada na descrição histórica das línguas. Para os romanistas alemães, os gêneros textuais são tradições discursivas². Segundo Kabatek (2003, p. 3), tradições discursivas são “tradições textuais contidas no acervo da memória cultural de sua comunidade, modos tradicionais de dizer ou de escrever”³. Trata-se, pois, de “textos que estabelecem uma relação de tradição com outros textos”, repetindo formas textuais numa escala contínua que vai desde uma “determinada denominação textual ou uma determinada fórmula em um texto ainda não fixado [...] a uma completa fixidez do texto” (KABATEK, 2004, on-line). Assim, segundo o autor, tanto o conto de fadas (determinado gênero discursivo) quanto *Era uma vez* (determinada fórmula de introdução) são tradições discursivas.

2 O termo tradição discursiva (*Diskurstradition*) foi proposto por Peter Koch, em 1997, “para dar uma expressão conceitual à fundamentação teórica dos gêneros textuais”. Posteriormente esse conceito foi adotado por Wulf Oesterreicher e Johannes Kabatek, entre outros romanistas alemães (cf. ASCHENBERG, 2002).

3 No original: “tradiciones textuales contenidas en el acervo de la memoria cultural de su comunidad, maneras tradicionales de decir o de escribir”.

Para os romanistas alemães, tradições discursivas dizem respeito, então, ao fato de um usuário de uma língua, diante de uma finalidade comunicativa, produzir seu discurso em conformidade com o já dito na sociedade, isto é, modelando-se por “tradições textuais contidas no acervo da memória cultural de sua comunidade, nas maneiras tradicionais de dizer ou de escrever” (KABATEK, 2003, p. 3), ou como o autor mesmo diz mais adiante, reproduzindo-se suas próprias palavras, “falar não é somente dizer algo a alguém sobre as coisas de acordo com as regras de uma língua (seu sistema e norma), mas costuma ser, além disso, a realização de uma determinada tradição textual” (p. 4).

É importante frisar que a noção de tradição discursiva vai além dos limites do gênero. Segundo Kabatek (2005b), estamos diante de uma tradição discursiva quando, por exemplo, dizemos *Bom dia!* ao cumprimentar uma pessoa pela manhã. Essa saudação corresponde a uma forma discursiva já historicamente construída em nossa comunidade linguística, presente no acervo dos textos construídos e, portanto, é uma tradição discursiva. O mesmo ocorre com a forma já cristalizada *Era uma vez*, um modo de dizer que se repete, dentro do gênero conto de fadas. Dessa forma, o conceito de tradição discursiva possibilita analisar porções textuais menores que são comportadas pelos gêneros e que os caracterizam. Assim, sabemos tratar-se de um conto de fadas porque, entre outros fatores, encontramos justamente a repetição dessa fórmula típica que marca o início da narrativa. A noção de gênero textual não é suficiente para cobrir a análise de porções textuais menores.

Por outro lado, tradição discursiva, em seu sentido amplo, também pode ser entendido como gênero, pois o conto de fadas é um enunciado complexo que faz parte do acervo da memória cultural de uma comunidade.

O que Kabatek pretende deixar claro é que uma tradição discursiva pode ser tanto um modo de dizer já convencionalizado (e, portanto, tradicional, no sentido daquilo que se transmite), como os dois exemplos acima, quanto uma forma textual em sua totalidade. Recorrendo agora às palavras do romanista alemão: “não se trata de um sinônimo de ‘tipo textual’, ‘gênero’ etc., mas de um conceito mais amplo que inclui todo tipo de tradições do falar identificáveis, também subgêneros ou tradições dentro do mesmo gênero” (2005c, p. 32). Nesse sentido podemos dizer que “Bom dia” e “Era uma vez” são tradições discursivas, mas não são gêneros do discurso. Ou, mais uma vez, nas palavras de Kabatek (2005b, p. 156): “os gêneros são tradições de falar, tradições discursivas, mas nem todas as tradições de falar são gêneros”⁴.

Dentro dessa concepção, os estudos sempre consideram o contexto social e histórico ao descrever os propósitos e as características formais e linguísticas dos textos, entendidos como práticas discursivas que se repetem continuamente até se fixarem plenamente, a ponto de serem identificados como tais na comunidade em que circulam, isto é, como tradições discursivas. Por esse motivo, as contribuições da História Social são extremamente relevantes para compreender melhor o contexto em que os gêneros são engendrados.

4 No original: “los géneros son tradiciones de hablar, tradiciones discursivas, pero no todas las tradiciones de hablar son géneros”.

Para ilustrar, essa imbricação entre mudanças na sociedade e mudanças nas TD, Kabatek (2003, 2005b) cita as tradições jurídicas adotadas em um contexto de transformações políticas na história do espanhol; paralelamente podemos citar o fato de a Família Real portuguesa ter-se mudado para o Brasil, o que possibilitou o desenvolvimento da imprensa brasileira e conseqüentemente a adoção de tradições discursivas já estabelecidas no periodismo europeu.

Ainda que “fortemente fixadas, sobretudo em âmbitos religiosos ou em instituições sociais com alto grau de conservação”, como afirma Kabatek (2006, p.161), as tradições discursivas não deixam de manifestar traços de inovação e mudança, resultantes das transformações pelas quais passa a sociedade. Tais transformações, entendidas por Zavam (2009) como manifestações da reelaboração, isto é, o processo auto e hetero constitutivo dos gêneros, explicariam não só as mudanças com o próprio surgimento dos gêneros.

A razão pela qual optamos pelo termo tradições discursivas diz respeito a uma necessidade de focalizar como as sociedades se constituíram por meio dos textos que circulavam nos diversos entornos sociais, ou como as esferas de comunicação, neste caso a judiciária, interagem através de textos.

É reconhecida, portanto, a contribuição que o conceito de TD empresta a esta nossa investigação e mais ainda aos estudos diacrônicos dos gêneros, ao resgatar o valor da Linguística Histórica, associando-a aos estudos das TD. Pretendemos, com esse posicionamento, reconhecer o fato de o termo tradição discursiva chamar a atenção para a historicidade dos gêneros, aspecto que queremos ressaltar em nosso estudo.

PROCESSOS-CRIMES, HISTÓRIA SOCIAL E OS CONTEXTOS DOCUMENTAIS

Pensar na historicidade de um texto é percebê-lo sob a premissa de sua construção social. É observar que ele faz parte de um contexto socio-histórico e é um produto fabricado por seres humanos que pensavam de uma forma, definiam valores culturais e exprimiam por palavras seus pensamentos, opiniões e sobre si e acerca do outro. Homens e mulheres inseridos em um lugar social de escritura, determinado por quem escreve, para que(m) escreve, o porquê escreve e como escreve, acabam por revelar um importante campo de ver o texto não apenas como um amontoado de palavras, mas como documento/testemunho social.

A partir dessa concepção de texto como testemunho, podemos refletir sobre a tradição discursiva presente em cada componente textual como uma possibilidade de se aproximar também das estruturas sociais existentes, com ênfase no vivido e na experiência, que classicamente definiam o campo da história social.

Tal posicionamento resulta, portanto, da aproximação entre a história social e a compreensão dos textos, da percepção do conflito e da dinâmica histórica presente nos diversos gêneros do discurso, das referidas formas de relações de poder entre as pessoas, produzidas em nível do simbólico e refletidas em cada componente textual, o qual, por sua vez, é constituído a partir da intervenção de atores sociais como sujeitos históricos. Esses sujeitos devem ser vistos aqui, conforme Castro (1997), como produções/criações de práticas discursivas (ou

simbólicas) concorrentes e não apenas como produtos sociais efetivos da experiência histórica.

Ao tentarmos compreender a construção dos textos e contextualizar culturalmente os acontecimentos sociais que lhes são inerentes, não perdemos de vista a necessidade de não olharmos para o passado com as lentes sociais do tempo em que vivemos, mas de buscar compreender as construções textuais considerando os valores e as crenças da época em que tais textos circularam.

Nesse sentido, é importante, ao analisarmos o gênero peça inaugural do processo-crime, estarmos conscientes de que temos que dar conta do que é efetivamente considerado crime para a época e quem são os envolvidos na construção desses discursos. Em diferentes sociedades, contextos e temporalidades, o andamento de uma investigação criminal pode se dar de forma distinta no âmbito do poder judiciário, com estruturas textuais que mudam no decorrer do tempo.

A compreensão de que, entre o final do século XIX e início do século XX, o Brasil passava por inúmeras transformações, movidas pela abolição da escravatura, pela proclamação da República e pela implantação do trabalho livre e assalariado e a de que essas transformações contribuíam para mudanças nas estruturas sociais, culturais e políticas nos fizeram olhar para nosso material de análise considerando a estreita relação entre história da língua e história dos textos. A modernidade decorrente de tais transformações levava os centros urbanos a se espelhar nos modelos europeus. Como reflexo dessas tentativas de alinhamento, vimos surgir um processo de disciplinarização que visava um reajustamento social e moral, e, con-

sequentemente, os discursos em torno da moral e dos bons costumes se tornaram bastante frequentes no dia a dia das cidades (GOMES, 2013). Dentro desse cenário, fica mais fácil entender o porquê da recorrência de ações acusatórias contra indivíduos que praticavam o jogo do bicho, motivo das queixas e denúncias analisadas. Esta e outras práticas corriqueiras e difundidas nas cidades passaram a ser tratadas como transgressoras por não se coadunarem com a pretendida civilização e o desejado progresso, traços da modernidade. Fazia-se, pois, necessário disciplinar a sociedade.

Sob esse ângulo, não é por acaso que um número significativo de processos criminais datados dessa época tenha como objetivo o combate a condutas transgressoras, entre elas, os jogos de azar. A evocação e a repetição da ação social (repressão a condutas transgressoras em nome da civilidade a ser alcançada) justificam os modelos textuais, isto é, os modos prototípicos ou formulaicos de dizer (tradições discursivas), encontrados nas peças inaugurais analisadas.

O direito penal de uma época define crimes e padrões de comportamento. Para eles são conferidos as penas ou os castigos. O mesmo direito que confere as regras sobre o modo como um delito é investigado, é o que estabelece “as formas de comprovação de verdade (provas, testemunhos etc.) e os critérios de tomada de decisões judiciais” (GRINBERG, 2009). É, nesse sentido, portanto, que apresentamos as regras de andamento dos processos criminais, para que possamos compreender os diversos atores presentes no texto e entender sua própria construção.

Partindo, então, das contribuições de Grinberg (2009), interpretamos, de maneira geral, como se constitui um pro-

cesso-crime, com o objetivo de termos a dimensão de como é estruturado esse gênero. O que motiva a criação desse texto é a queixa ou denúncia de um crime. Nesse momento, é estabelecido o início do sumário de culpa.

Ainda segundo Grinberg (2009), antes do sumário de culpa, institui-se um inquérito policial, para provar a existência do crime. Após ser investigado o delito, a denúncia é realizada pelos agentes do processo, inspetores de quartelão, promotores, delegados ou subdelegados de polícia, ou pela própria vítima, segundo o que estipula a legislação da época.

Com base no ocorrido, procede-se à feitura do *auto de corpo de delito*, atribuindo qualidades aos acusado e as partes envolvidas, bem como recebendo, por meio dos interrogatórios, as informações das testemunhas arroladas no processo. O sumário é tido como conclusivo quando cumpre essas fases iniciais e a autoridade responsável (juiz de paz, delegado ou subdelegado de polícia) conclui que as denúncias procedem e bastam para que a opinião sobre o desvio do acusado seja emitida. Caso não exista, ou caso o juiz não esteja satisfeito com as acusações, o processo é finalizado (GRINBERG, 2009).

No caso em que a acusação seja recebida, inicia-se a segunda parte do processo, o julgamento. Nela, o criminado é pronunciado com base no crime previsto na legislação e seu nome passa a compor o rol de culpados. Com fundamento, o processo segue seu trâmite normal: o crime acusatório é redigido pelo promotor público, há a contrariedade do libelo, crime acusatório feito pelo advogado defensor do réu, e, por fim, a emissão de um novo parecer do juiz de direito. Achando os argumentos válidos no processo por ambas as partes, o juiz

encaminha os autos para a reunião seguinte do júri, composto por pessoas do lugar. Caso contrário, é pedido o aprofundamento de provas, ou ainda o advogado ou promotor podem inserir recursos fazendo novas petições. O processo é concluído com a emissão da sentença (GRINBERG, 2009).

A PEÇA INAUGURAL DE PROCESSOS CRIMINAIS DO SÉCULO XX

Selecionamos, no Arquivo Público do Ceará (APEC), 6 (seis) processos-crimes, todos da 1ª metade do século XX (fase 1, seguindo a divisão geracional de 30 anos), assim distribuídos: 1, do ano de 1917; 1 do ano de 1928; 1, de 1930; 3, de 1931. A quantidade por ano se deu em função do número de processos disponíveis no APEC.

Por se tratar de textos muito longos, com no mínimo 50 laudas, decidimos, para esta pesquisa, não analisar o processo-crime em seu todo, mas, sim, focalizar a sua peça inaugural, isto é, a parte introdutória em que uma denúncia ou queixa é apresentada a um Juiz de Direito, a qual conta, no mínimo, com 02 laudas.

Os processos selecionados partem tanto de uma queixa-crime, isto é, aquela que é apresentada por qualquer cidadão, ou por seu representante legal, e se caracteriza por seu caráter privado, quanto de uma denúncia, cuja iniciativa cabe tão somente a um promotor de justiça e por esse motivo assume caráter público.

Os documentos foram primeiramente fotografados em câmera digital e posteriormente transcritos, preservando-lhes a grafia original, bem como o sistema de pontuação e as no-

tações encontradas no texto original. A transcrição é semidiplomática, aquela que se caracteriza pelo baixo grau de intervenção do editor, sendo, por isso, destinada a um público mais restrito e especializado, entre os quais linguistas, historiadores, antropólogos (CAMBRAIA, 2005, p. 95).

Com base na proposta teórico-metodológica de Zavam (2009), procedemos à análise em duas instâncias: contexto e texto. Ainda que reconheçamos que contexto e texto sejam elementos constitutivos e, portanto, inexoráveis e indissociáveis de todo projeto de dizer, fazemos essa separação apenas por motivos didáticos, operacionais para a análise. No entanto, dependendo do foco que estivermos dando à análise, esses elementos poderão figurar simultaneamente.

Quanto à primeira instância – contexto, no que diz respeito ao propósito comunicativo, primeira categoria da análise, podemos dizer que a peça inaugural do processo criminal cumpre a função precípua de apresentar o delito e seu suposto agente causador a fim de que seja dado início à ação penal. Este propósito é identificado logo no início do texto, parte em que o autor faz uma introdução ao fato que em seguida será narrado (ato delituoso) e reafirmado ao longo do texto, como podemos constatar com o exemplo a seguir.

Exemplo 1:

Pelo facto delictuoso que em seguida se expõe, o 2º Promotor de Justiça nesta Comarca vem perante *Vossa. Senhoria*. denunciar a JOSÉ BRAGA DA SILVA, cearense, maior, casado, cambista de bicho, alfabetizado, residente em Porangaba, preso em flagrante, mas afixado. (Processo de 1931. I).

Pelo trecho destacado, também podemos identificar os interlocutores, seu lugar e papel social – segunda categoria da análise. Nesse tipo de processo-crime, a denúncia é apresentada por um representante da lei (2º Promotor de Justiça) e dirigida a uma autoridade do poder judiciário (Juiz de Direito), referenciado no texto por Vossa Senhoria. Trata-se, como já sabemos, de um gênero que circula na esfera jurídica.

Chama-nos atenção o fato de o pronome de tratamento empregado ser V.Sa., e não V.Exa. (Vossa Excelência), como vemos empregado em textos dessa natureza mais atuais. O pronome de tratamento V.Sa., empregado para autoridades de um modo geral, nesses textos também é empregado para uma autoridade em particular: Juiz de Direito. Esse dado, também atestado nos outros exemplares do *corpus*, sinaliza para uma variação no uso do pronome V.Exa., ou uma possível mudança que tenha se operado na forma de dirigir-se aos magistrados.

Voltando-nos para a segunda instância – texto, ao considerarmos a estrutura composicional (organização retórica), terceira categoria da análise, pelo que pudemos comprovar, uma peça inaugural apresenta os seguintes movimentos:

i) qualificar o acusado (e a vítima, em caso de queixa-crime), isto é, fazer referência a qualidades pelas quais o denunciado (ou querelado) possa ser identificado, como nome, sobrenome, idade, filiação etc. ou diante da impossibilidade da indicação desses dados, o fornecimento de traços físicos:

Exemplo 2:

[...] cearense, maior, comerciante, casado, alfabetizado, residente nesta Capital. (Processo de 1931.II).

ii) relatar os fatos que, em tese, configuram o ato ilícito:

Exemplo 3:

[...] No dia 28 de novembro ultimo, cerca das 14 horas, na casa de bilhares, á Rua das Flores, o indiciado Enéas da Silva Medeiros foi encontrado vendendo o jogo do bicho a Manuel Felipe. (Processo de 1931.III).

iii) indicar as provas em que se fundamenta a pretensão punitiva:

Exemplo 4:

[...] Presos ambos em flagrante, apprehenderam-se em poder do primeiro duas cadernetas do mencionado jogo, alem da quantia de 42\$200, conforme se vê do auto de *folhas*. 7. Ambos commeteram assim a contravenção de jogo prohibido, o primeiro – por explorar loteria não autorizada em Lei, e o segundo – por intervir nella; e incidiram na sancção do *artigo*. 31, § 4: o primeiro no nº I, letra a, e o segundo – no nº II, letra a, da Lei 2.321, de 30 de dezembro de 1910. (Processo de 1931.III).

iv) apontar os motivos pelos quais se espera que a lei penal seja aplicada ao presumido autor do delicto:

Exemplo 5:

[...] E contra os réus, que deste modo incorreram no *artigo*. 31, § 4, da Lei referida, ora se promove a necessaria acção punitiva, para que se confirme em juizo a existência dos delictos e a culpa dos indiciados, e para que – de accordo com a Lei 2707, de 16 de setembro de 1929, *artigo*. 6, nº III, e *artigo*. 7, nº

II – sejam eles condenados pelo juiz de direito dessa Vara ao grau de pena em que foram achados segundo circunstancias que se apurarem na formação da [I.1 verso] culpa, preparado o processo por esse juizo municipal. (Processo de 1931.III).

v) exigir a aplicação da lei com base nos citados nos dispositivos legais:

Exemplo 6:

[...] Pede-se, portanto, que – citados os réus – contra os mesmos de (sic) instaure o devido processo sumario e publico, de accordo com a Lei 2771, de 20 de novembro de 1929, artigo. 1, letraa, artigos. 2 e 3, §§ 1 a 14, e artigos. 7 e 19, § único. (Processo de 1931.III).

vi) indicar testemunhas:

Exemplo 7:

[...] e que se ouçam a respeito do facto as testemunhas seguintes, cujas residencias constam do inquerito junto.

TESTEMUNHAS:

- 1) Amazonino Rocha;
- 2) Francisco Vieira;
- 3) Francisco das Chagas Moreira. (Processo 1931.II).

Além desses movimentos, é feito ainda, na abertura do texto, um breve resumo, com margem recuada, em que se adianta o teor da denúncia:

Exemplo 8:

Pelo facto delictuoso que em seguida se expõe, o 2º Promotor de Justiça nesta Comarca vem perante *Vossa.Senhoria*. denunciar a ENÉAS DA SILVA MEDEIROS, alagoano, auxiliar do commercio e a MANUEL FELIPPE, cearense, garçon, ambos maiores, solteiros, alfabetizados, residentes nesta Capital, presos em flagrante, mas afaçado o primeiro e solto sem fiança o segundo. (Processo 1931. III).

Em relação à quarta categoria de análise – conteúdo, constatamos que o tópico discursivo desse gênero gira em torno de fatos que transgridem a lei, a ordem e a moral da sociedade, como vemos nos exemplos seguintes.

Exemplo 9:

[...] No dia 3 de dezembro ultimo, cerca das 14 horas, á Rua Barão do Rio Branco 157, os indiciados Mario Pereira Magalhães e Edson Carvalho foram surpreendidos quando encerravam naquelle dia o seu jogo do bicho. Presos ambos em flagrante, em poder de Edson foram apprehendidas três poules do mencionado jogo, conforme se vê do auto de *folhas*. 8.

Commetteram elles assim a contravenção de jogo prohibido, por agenciar a exploração de loteria não autorizada em lei, e incidiram ambos no *artigo*. 31. §4, nº I, letras a, da Lei 2.321, de 30 de dezembro de 1910. (Processo 1930).

Exemplo 10:

[...] O malogrado tenente foi atingido por uma bala na cavidade cran[ia]na, tendo morte quasi instantânea. (Processo 1928).

No que diz respeito à quinta categoria da análise – norma, analisamos algumas expressões formulaicas, tão recorrentes no discurso jurídico. Essas expressões, interpretadas à luz do paradigma das tradições discursivas, revelam-se como formas textuais que fazem parte do acervo da memória cultural de uma comunidade, isto é, modos tradicionais de dizer ou escrever. São justamente essas expressões, essas tradições discursivas, que nos permitem reconhecer um gênero, um subgênero ou mesmo uma unidade retórica de um texto/gênero. Em relação à abertura da peça acusatória inicial do processo-crime, identificamos a seguinte estrutura formulaica, presente em todos os 06 textos analisados:

Exemplo 11:

Pelo facto delictuoso que em seguida se expõe, o [cargo de representante do judiciário que faz a denúncia] vem perante *Vossa.Senhoria*. denunciar a [nome do denunciado/querelado]. (Processo 1917).

Essa estrutura linguístico-discursiva prototípica compõe a abertura das 06 peças acusatórias que analisamos. É justamente por ser evocada e repetida a cada ação que requeira a constituição de uma peça acusatória que a tomamos como tradição discursiva.

Já na unidade retórica de encerramento da peça, o modo tradicional de enunciar é o que se vê a seguir.

Exemplo12:

[...] e que se ouçam a respeito do facto as testemunhas seguintes, cujas residencias constam do inquerito junto. (Processo 1917).

Da mesma forma que a estrutura de abertura, esta também está presente em todas as peças iniciais que analisamos e, pelos mesmos motivos, também a tomamos como tradição discursiva.

Ainda em relação à norma, devemos mencionar o emprego da norma culta da língua escrita, já esperada para esse tipo de prática discursiva. A esfera a que pertence e o papel que desempenha o autor da denúncia, no caso um promotor de justiça, condicionam a variedade linguística empregada. Essa obediência à norma pode ser constatada, por exemplo, no emprego da concordância verbal e nominal.

Exemplo13:

[...] E contra os réus, que deste modo incorreram no artigo. 31, §4, da referida Lei, ora se promove a necessaria acção punitiva, para que se confirme em juizo a existencia dos delictos e a culpa dos indiciados, e para que – de accordo com a Lei 2707, de 16 de setembro de 1929, artigo. 6, nº III, e artigo. 7, nº II – sejam elles condemnados pelo juiz de direito dessa Vara ao grau de pena em que forem achados segundo as circums-

tancias que se apurarem na formação da culpa, preparado o processo por esse juízo Municipal. (Processo 1930).

Por se tratar de um gênero que recorre ao relato de um fato ocorrido, é esperada maior ocorrência de tempos verbais que atendam a esse propósito, notadamente os tempos do pretérito.

Voltando, então, nosso olhar investigativo para a distribuição dos tempos verbais nos textos analisados, constatamos um padrão:

i) na segunda unidade retórica – relatar os fatos – é empregada, de modo mais recorrente, a voz passiva analítica (por exemplo, *foi encontrado vendendo o jogo do bicho*) e o pretérito imperfeito (*vendia o jogo do bicho*, por exemplo); já na terceira unidade retórica – indicar as provas – é empregada a voz passiva sintética (por exemplo, *apreenderam-se*). Assim, um recurso da língua (voz passiva analítica vs. voz passiva sintética) estaria relacionado a determinado movimento retórico, sinalizando para uma tradição discursiva.

ii) nas quarta e quinta unidades retóricas – respectivamente, apontar os motivos para aplicação da lei e exigir a aplicação da lei – constatamos o emprego da forma perfectiva (*commetteu/incidiu; incorreu*), que destacam as informações principais e apontam para o primeiro plano – figura – enquanto as formas imperfectivas indicam as informações secundárias e revelam o segundo plano – fundo. Essa alternância nos tempos verbais contribui, como já sabemos, para a progressão do texto.

Essas constatações nos remetem a Koch (1997), que defende que os enunciados, além das regras da língua histórica, também seguem regras de modelos textuais (tradições discursivas).

Em relação à sexta categoria da análise – forma, voltamos nossa atenção para o suporte material do gênero, para a sua *configuração grafo-espacial*, pois, como lembra Debray (1995, p.101), “a escolha de um caractere, o formato, a paginação, o espaçamento entre as palavras, a qualidade do papel utilizado tem também efeitos de sentido, visual e tátil, e essas formas gráficas antecipam o estatuto social do que é apresentado para ser lido”. Esses “arranjos formais” são, pois, “*constitutivos da própria mensagem*” (grifos do autor). Focalizamos, então, os recursos gráficos que entram na constituição do gênero peça inaugural e como estes se apresentam sobre o suporte.

O primeiro aspecto grafo-espacial que se destaca é a disposição do vocativo. O destinatário do texto (*Illmo. Sr. Dr. Juiz Municipal da 2a Vara*, por exemplo) é apresentado, invariavelmente, centralizado e na parte superior da folha (como se fosse um título). Abaixo do vocativo, vem disposto o que chamamos de síntese da ação acusatória (uma espécie de lide de uma notícia). Esse texto-síntese apresenta-se com recuo de margem. Esse recuo parece-nos cumprir a função de orientar a atenção do leitor para o teor da acusação a ser apresentada.

Há ainda outra parte do texto que se apresenta com recuo: a quarta unidade retórica – apontar os motivos pelos quais se espera que a lei penal seja aplicada ao presumido autor do delito. Este recuo, diferentemente do primeiro, funciona como um direcionamento argumentativo. O recurso gráfico sinaliza para o destinatário os dispositivos legais que foram

transgredidos. O recuo anterior somado a este dá a tônica da peça acusatória e exerce função discursiva, uma vez que serve para balizar o comportamento que é esperado daquele que julgará a ação delituosa.

Como constatamos nesse gênero, a seleção de recursos de diagramação, ou melhor, o conjunto de elementos paratextuais, no dizer de Maingueneau (2001), acionados na materialização do gênero no suporte, funciona também, como vimos, como estratégia para a construção de sentidos, agindo como fio condutor da argumentação pretendida e servindo à configuração das tradições discursivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como os pesquisadores das tradições discursivas, também revisitamos o contexto sócio-histórico, que deixa marcas na materialidade textual, para compreender melhor os dados que levantamos. Embora tivéssemos a extrema preocupação de tentar resgatar o momento histórico dos textos para alcançar uma análise menos tendenciosa, reconhecemos, com Castro (1995), que nenhum filólogo trabalha liberto das condições de seu tempo. Essa advertência de Castro nos leva a afirmar, por outro lado, que nenhum sujeito produz um texto sem nele deixar as marcas do seu tempo. E foram justamente essas marcas, aliadas ao reconhecimento do momento histórico e social e da situação de comunicação que engendrou o processo-crime, em partilhar sua peça inicial, que nos possibilitaram saber um pouco mais sobre o surgimento e desenvolvimento desse gênero discursivo.

Como pano de fundo a constituir os processos-crimes, o contexto sócio-histórico esteve na base de toda a análise que fizemos, por isso inicialmente recorreremos a ele para melhor compreender a forma como os elementos linguísticos e discursivos analisados se atualizavam nos textos focalizados.

Além dos aspectos sócio-históricos e discursivos, outros, como os ligados à grafia e à gramática se mostraram relevantes e nos cobram uma explicação. As acentuadas diferenças gráficas (ortografia, por exemplo), assim como as de natureza gramatical (colocação pronominal, por exemplo), que são percebidas em gêneros quando tomados de uma sincronia passada, não foram contempladas, em nossa investigação, como categorias de análise, pois nosso intento maior foi estudar a tradição discursiva em si, e não propriamente a língua, ainda que o estudo desta não prescindia a consideração por aquela.

Ainda que não tenhamos pretendido focalizar um aspecto gramatical em particular, não pudemos deixar de olhar para o pronome de tratamento empregado para dirigir-se aos juízes. Sabemos ser secular a tradição que recomenda o uso do pronome Vossa Excelência (V.Exa.) para reportar-se aos magistrados, no entanto, o que constatamos foi o emprego de Vossa Senhoria (V.Sa.). Essa constatação sugere que outros estudos sejam encaminhados a fim de que se tenham mais dados para uma possível formulação acerca do uso dessas formas pronominais de tratamento e seu aspecto variacional.

Queremos mais uma vez ressaltar que a separação entre contexto e texto atendeu a objetivos meramente didáticos, pois sabemos que um está inextricavelmente associado ao outro, e esse imbricamento não deixou de ser levado em consideração durante a análise.

REFERÊNCIAS

ASCHENBERG, H. Historische Textsortenlinguistik. Beobachtungen und Gedanken. In: DRESCHER, M. **Textsorten in romanischen Sprachvergleich**. Tübingen: Stauffenburg Verlag.S., 2002. p. 153-170.

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, I. O retorno à filologia. In: PEREIRA, P.R.D.; PEREIRA, C.C. (Org.). **Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CASTRO, H. História Social. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

DEBRAY, R. **Manifestos midiológicos**. São Paulo: Vozes, 1995.

GRINBERG, K. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, C.B.; LUCA, T. R. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

GOMES, M. A.L. Promotores dos “bons costumes”: os jornais fortalezenses e seus discursos comportamentais no início do século XX (1910-1930). In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. **Anais...** Natal, jul. 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364758560_ARQUIVO_Artigoanpuh2013.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2016.

KABATEK, J. **Tradiciones discursivas y cambio lingüístico**. (Texto inédito apresentado no Seminário Nuevos enfoques en la lingüística histórica) Soria, Espanha, 7-11 jul. 2003. Disponível em: <www.kabatek.de/discurso>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. **Algunas reflexiones sobre las tradiciones discursivas**. jul. 2004. Disponível em: <www.kabatek.de/discurso>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. Sobre a historicidade dos textos. **Linha d'água**, n. 17, p. 159-170, abr. 2005a.

_____. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. **Lexis – Revista de Lingüística y Literatura**, v. 29, n. 2, p. 151-177, 2005b.

_____. Las tradiciones discursivas del español medieval: historia de textos e historia de la lengua. **Iberomania**, n. 62, p. 28-43, 2005c.

_____. Tradições discursivas e mudança linguística, in: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (Org.). **Para a História do Português Brasileiro**, v.VI, Novos dados, novas análises, Tomo II, p.505-527, Salvador, BA, EDUFBA, 2006.

_____. Introducción. In: _____ (Ed.). **Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico**: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas. Madrid: Iberoamericana / Frankfurt: Vervuert, 2008. p. 7-16.

KOCH, P. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, B., HAYE, T., TOPHINKE, D. (Hrsg.). **Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit**. Tübingen: Narr, 1997. p. 43-79. (Tradições discursivas: de seu *status* linguístico teórico e de sua dinâmica. Tradução de Alessandra Castilho da Costa).

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de C. de Souza e D. Rochas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ZAVAM, A. S. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva**: um estudo com editoriais de jornais. 2009. 420f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

LIVRO DE REGISTRO: O SUPORTE VISTO POR MEIO DA CODICOLOGIA

Adriana Marly Sampaio Josino
Wagner Rodrigues Loiola

Resumo: A análise de gêneros pretéritos tem sido comum com o avanço das pesquisas numa perspectiva diacrônica e dos estudos filológicos. Preocupa-nos, porém, a construção de um campo de estudos sem a amplitude da análise contextual dos gêneros, pois o suporte é um elemento importante de produção, de circulação e de consumo dos gêneros. Neste trabalho, temos o intento de investigar o suporte e a sua relevância para o gênero, uma vez que os suportes não são elementos de composição neutros. Com o estudo do suporte livro de registro, procuramos contribuir com novas perspectivas de análise para a Linguística Textual com a inserção da análise codicológica e gerar uma interdisciplinaridade para a melhor compreensão do lócus em que os gêneros oficiais foram materializados e registram a ação do tempo. O estudo corrobora Marcuschi (2008), pois verificamos que o suporte não é neutro nem indiferente ao gênero e damos continuidade aos estudos filológicos no Ceará a partir das concepções de Spina (1994), Cambraia (2005), Ximenes (2009).

Palavras-chave: Livro de registro. Suporte. Codicologia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O desenvolvimento das sociedades está atrelado às mudanças nos processos de comunicação e de interação, sejam eles orais e/ou escritos. Durante essa evolução, ocorrem, assim como nas sociedades, inovações tecnológicas que impacta(ram) diretamente nas relações e nas práticas sociais. Em outras palavras, o desenvolvimento da escrita, dos materiais e dos suportes confunde-se com os avanços sociais que tentam, a partir dessas transformações, perpetuar a si, a sua cultura e as suas tradições.

O estudo do gênero textual como prática social que constrói e é construída nos mais diversos modos de interação não é algo recente. Tal fato decorre da grande diversidade dos gêneros e de serem formas de ação social que, apesar de certa estabilidade, variam a partir das demandas sociais, permitindo, inclusive, o processo de transmutação do gênero ou até sua derrocada. Essa profusão de gêneros ocorre com a difusão do desenvolvimento de novos suportes e das mudanças estruturais das sociedades, entretanto essa materialidade fora, por muito tempo, colocada à margem ou quando trabalhados eram, apenas, para a diferenciação com o gênero suportado.

Em seu percurso histórico-cultural, a humanidade foi deixando indícios de sua existência em práticas e relações sociais concretas. Dessa forma, os registros presentes em diferentes suportes – parede das cavernas, tábua de madeira, de terracota, casca de árvore, papiro, pergaminho, papel¹ e eletrônico – são um rico

¹ O papiro, o pergaminho e o papel destacaram-se como lócus de materialização dos textos, sendo importantes fatores para a mudança das relações e procedimentos de escrita, de leitura e, ainda, do modo como circulavam os textos.

patrimônio cultural e linguístico. Tais documentos escritos são as marcas das tradições, desvelando as sociedades que os produziram e deixando transpassar marcas sócio-históricas e linguísticas.

A introdução e a utilização de um novo lócus de materialidade textual fazem com que ocorra o desenvolvimento de novas técnicas de escrita, de materiais instrumentais de impressão “modernos” que interferem no traçado dos grafemas e de um material aparente adaptado ao suporte – tinta – para a escrita dos textos no suporte. Higounet (2003) nos coloca o exemplo da escrita suméria realizada em tabuletas que, alterado o seu tamanho, obrigou uma reordenação da escrita de traçado vertical, disposta em colunas, a traçado horizontal disposta em linhas da esquerda para a direita.

Auerbach (1972) observa/pondera que as sociedades, ao examinarem atentamente os atos escritos, e, ao considerá-los /OU/ considerá-los como memória cultural de um povo, despertam para si e isso faz com que ocorra a necessidade de conservar textos genuínos desse patrimônio cultural. Esse resgate das obras manuscritas tem como objetivo “salvá-las não somente do olvido como também das alterações, mutilações e adições que o uso popular ou desleixo dos copistas nelas introduzem necessariamente” (AUERBACH, 1972, p. 11).

Neste capítulo, propomo-nos a realizar a análise do suporte livro de registro, estabelecendo um diálogo entre o arcabouço teórico da Codicologia, uma das ciências auxiliares da Filologia, e da Linguística Textual.

UM NOVO COMEÇO?

As relações assimétricas de análise do binômio gênero-suporte já haviam sido apresentadas por Marcuschi (2008) e Bezerra (2011) com o intuito de tornar clara a importância do suporte nos processos de escrita, de circulação e de consumo dos gêneros, pois os suportes não são elementos neutros de composição dos textos. Nesse processo de produção, os *loci* foram considerados, dentro da linguística, os elementos de fixidez dos gêneros, ignorando qualquer tipo de interferência ou mesmo influência do suporte ao suportado.

Marcuschi (2008) associa a ideia do suporte ao “portador do texto”, definindo-o como “um lócus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto” (2008, p. 174-175). Tal conceito é aplicado, de forma apropriada, aos gêneros escritos e auxiliou na distinção entre o objeto (suporte) e as formas de ação socio-históricas (gêneros).

Ao entendermos os gêneros como práticas de ação social recorrentes que possuem relação direta com os fatores socio-histórico-culturais, vemos que necessitam de um meio para a sua realização, o suporte. Assim como os gêneros, os suportes não possuem um formato regular e específico, sendo diretamente ligados às sociedades que os produziram. Marcuschi (2008) faz a distinção entre dois tipos de suportes com relação à sua função social primeira: os convencionais – desenvolvidos com a finalidade de receber os processos de escrita – e os incidentais – materiais que podem receber/trazer textos, mas que não possuem a função primeira da escrita.

Dentre os suportes convencionais, temos o papiro, o pergaminho e o papel que Spina (1994) classifica como materiais brandos, nos termos da Codicologia. Tais tecnologias de “materialidade” dos gêneros impactaram em mudanças nos processos diretamente relacionados à produção e circulação dos gêneros, o que mostra que os suportes não são elementos passivos no binômio gênero/suporte. Mendes (1953) apresenta as características que tornam o papel o principal suporte do ocidente:

- 1.^a — O papel é mais leve que o pergaminho;
- 2.^a — É menos espesso que o pergaminho, de modo que os livros são menos volumosos e melhor manuseáveis;
- 3.^a — Pode ser fabricado em todas as espessuras, tamanhos e cores que se desejarem;
- 4.^a — A matéria-prima para a fabricação do papel é de muito mais simples obtenção;
- 5.^a — É mais facilmente costurável que o pergaminho; e a cola (quer a vegetal, quer a animal) adere melhor ao papel. (MENDES, 1953, p. 42-43).

A utilização do papel para a formação dos livros é uma configuração semelhante às da *Tabullae Ceratae* – códices formados por tábuas de madeira, recobertas com cera, fixadas em uma das extremidades – que facilita(va) a compilação e o manuseio dos textos em um único suporte.

Marcuschi (2008, p. 178) define o livro como sendo um “suporte maleável, mas com formatos definidos pela própria condição em que se apresenta (capa, páginas, encadernação

etc.)". Tais elementos da materialidade textual dos gêneros são analisados pela Codicologia que é o "estudo do material empregado para a produção dos manuscritos que vai desde a confecção e utilização desse material até o estado de conservação dos manuscritos" (LOIOLA, 2014, p. 38), para que possamos compreender, também, os mo(vi)mentos de circulação e consumo dos gêneros.

No tocante aos estudos filológicos, a Codicologia tem papel primordial na descrição e no entendimento do estado do suporte, bem como das escolhas realizadas pelos produtores dos textos, pois analisa três matérias básicas: Subjetiva – o suporte em si; Aparente – tipo de tinta; e Instrumental – peça/objeto de impressão para a escrita.

O OBJETO DE ESTUDO: LIVRO DE REGISTRO

Nas instituições administrativas, os livros de registro foram e são importantes depositários de textos do domínio jurídico-administrativo que servem de comprovação da produção dos gêneros. Analisaremos, aqui, dois livros de registro pertencentes ao acervo de documentos manuscritos do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC):

- *Arrematações de Auzentes da Villa de Sobral* (1817-1823), arquivado no fundo das Capitâneas, Caixa 02, Livro 106;
- *Arquivo da Camara do Aquiraz* (1700-1760), guardado no fundo Câmaras Municipais, caixa 03, Livro 05.

O primeiro livro contém manuscritos que exaram a formalização da compra, por meio de arrematação, de bens pertencentes a *auzentes*. Nesse contexto discursivo, o termo *auzentes* se refere a pessoas falecidas, sem herdeiros, e cuja propriedade dos bens seria, devido ao óbito, transferida à Coroa Portuguesa. Em outros casos, bens de *auzentes* são bens cujo proprietário se desconhece e, por essa razão, pertencem também à Coroa. Os objetos expostos a lance variavam de pessoas escravizadas a objetos usados na lida diária: foices, espingardas, caixas, cangalhas e mamíferos quadrúpedes de grande porte – vacas com ou sem crias, cavalos etc., usados como força de tração e transporte nas atividades agrícolas.

Esses textos refletem fielmente o contexto sócio-histórico-cultural em que foram escritos, a começar pelo seu léxico. Em suas 102 páginas, o *códice* possui 39 autos, distribuídos da seguinte maneira: 9 autos datam de 1817; 3 autos, de 1818; 6 autos, de 1819; 5 autos, de 1820; 3 autos, de 1821; 6 autos, de 1822; e 7 autos, de 1823.

Vários fatores asseguram a veracidade dos documentos. Os termos de abertura e de encerramento, as páginas numeradas e rubricadas, as marcas codicológicas² e as assinaturas dos envolvidos em cada um dos processos – juiz, tesoureiro, arrematante e fiador –, bem como a “cruz” do porteiro do auditório, sinal de que usava por não saber escrever.

Os *autos de arrematação* foram escritos a partir da necessidade de registro escrito de um trâmite jurídico-administrativo corrente na época do Brasil colônia: o leilão em praça públi-

2 Marcas inseridas no *códice* para reforçar uma informação dada no texto. Neste caso, são as representações imagéticas dos donos dos animais, chamadas por Cristóvão (2009) de “temas iconográficos”.

ca. São, portanto, textos fidedignos oriundos de uma situação real de comunicação.

Já no segundo livro, temos uma série de gêneros jurídico-administrativos da Câmara de Aquiraz trasladados para o livro de registro que serviam e servem de comprovação do recebimento, da emissão e da circulação dos atos da administração pública. Os documentos eram inseridos, nesse suporte, por data cronológica, tendo gêneros das mais diversas práticas sociais com suas especificidades e propósitos comunicativos – bandos, patentes, cartas régias, autos, editais – que regulamentavam as ordenanças públicas. Desta forma, os livros de registro são os principais suportes que permitem a materialização dos textos até a contemporaneidade.

Marcuschi (2008), ao caracterizar o livro como suporte, faz a distinção entre o livro e o gênero,

pois “um livro é sempre um suporte, sendo que em alguns casos contém um só gênero [...], em outros casos contém muitos gêneros diversos [...] ou então um único gênero” (p. 178-179) e assevera que não existe distinção entre os suportes livro e livro didático – no caso desse artigo, o livro de registro –, mas que ocorrem particularidades de funcionalidade. Tal diferenciação, para nós, é a marcação do domínio discursivo que está “moderando” ou selecionando os gêneros que serão inseridos nos mais diversos livros. Dessa forma, o suporte não é indiferente ao(s) gênero(s) por operar com seletividade a partir dos domínios discursivos e agregar/aglutinar determinados gêneros que circula(va)m em contextos específicos. Ou seja, o suporte, de certa forma, age sobre os gêneros.

No primeiro livro de registro, os autos ocupam toda a plenitude do suporte, sendo a materialização de um conjunto de autos de arrematação – um só gênero; no segundo livro, encontramos uma compilação dos gêneros que atendiam as demandas das práticas sociais do domínio jurídico-administrativo das câmaras das vilas cearenses do século XVIII – gêneros diversos. Ao caracterizarmos o livro de registro como suporte, já o fazemos inserindo esse *mídium* em seu domínio discursivo.

ANÁLISE CODICOLÓGICA

Na análise codicológica, temos a descrição e a identificação do suporte para melhor compreendermos e contextualizarmos os processos envolvidos, pois “quando se tem consciência de como eram produzidos os documentos [...] como se estruturavam internamente, sobretudo porque apresentavam constantes formais em termos estruturais quanto linguísticos” (CAMBRAIA, 2005, p. 25), podemos entender melhor a complexidade do todo que gera a interação gênero/suporte.

Cambraia (2005) propõe um guia básico de descrição codicológica. Para proceder a análise do códice em estudo, elegemos alguns dos itens sugeridos pelo pesquisador, considerando as características do nosso *corpus*.

Quadro 1 – Guia básico de descrição codicológica (adaptado)

1. **Cota:** cidade em que se encontra o códice; nome da instituição; coleção de que faz parte; e número ou sigla de identificação.
2. **Datação e lugar de origem:** explícitos ou inferidos.
3. **Termo de abertura e de encerramento:** transcrição.
4. **Suporte material:** papiro (papiroáceo), pergaminho (membranáceo) ou papel (cartáceo).
5. **Combinação:** número de fólios e dimensão dos fólios (altura x largura, em milímetros).
6. **Organização da página:** dimensão da mancha; margens; número de colunas; números de linhas; pautado; numeração (foliação [número só no recto do fólio] ou paginação [número no recto e no verso]); assinaturas.
7. **Particulares:** marcas codicológicas.
8. **Encadernação:** tipo (original ou não original); natureza e cor da cobertura.

Fonte: Adaptado de Cambraia (2005, p. 28).

No primeiro livro, a encadernação do códice é original. Os fólios são costurados e cobertos por capa dura feita de papel com cerca de 2 mm de espessura, cuja tonalidade se aproxima à cor de vinho, medindo 350 mm por 230 mm, onde se inscreve *Arrematações de Auzentes da Villa de Sobral e, logo abaixo, 25-Fevereiro-1817*. Como dissemos anteriormente, pertence ao acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará e fica arquivado no fundo das Capitánias, Caixa 2, sendo o Livro 106. A seguir, é possível visualizar a imagem da capa do livro.

Figura 1 – Códice *Arrematações de Auzentes da Villa de Sobral* (25-Fevereiro-1817)



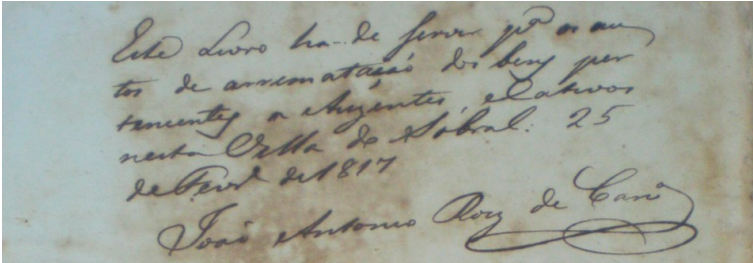
Fonte: APEC (Fundo das Capitânicas, Caixa 2, Livro 106).

O livro contém manuscritos que foram produzidos na antiga vila de Sobral, situada na capitania do *Ceará Grande*, entre os anos de 1817 e 1823. Seus 102 fólhos foram escritos em ambas as faces (recto e verso), à exceção do primeiro e do

último fólio, pois contêm os termos de abertura e de encerramento, respectivamente. Traz 39 *autos de arrematação*, gênero que circulava à época, relatando e validando a venda em forma de leilão de objetos, em praça pública.

Os fólios são escritos em língua portuguesa e possuem algo em torno de 340 mm por 220 mm. A mancha tem dimensão entre 110 e 120 mm, em quase todos os fólios. No último documento, no entanto, a mancha ocupa quase todo o fólio, medindo 200 mm. A quantidade de linhas por fólio varia discretamente: possuem entre 34 e 36 linhas. À exceção do primeiro e do último fólio, respectivamente o termo de abertura, com 6 linhas, e o termo de encerramento, com 4 linhas.

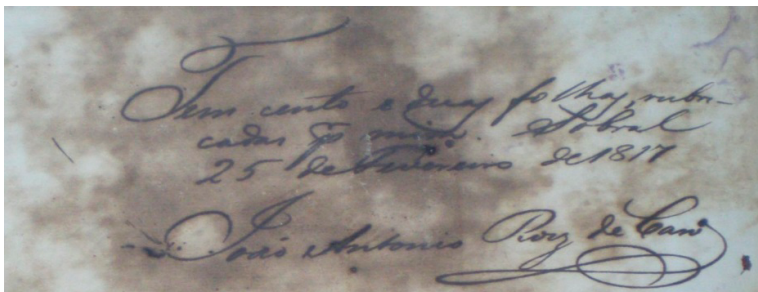
Figura 2 – Termo de abertura



Fonte: APEC (Fundo das Capitãcias, Caixa 2, Livro 106).

Este Livro ha-de Servir para os au-
tos de arrematação dos bens per-
tencentes a Auzentes, e Cativos
nesta Villa de Sobral. 25
de Fevereiro de 1817
João Antonio Rodriguez de Carvalho

Figura 3 – Termo de encerramento


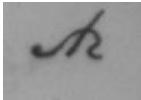
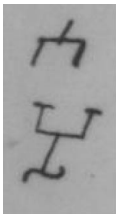
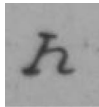
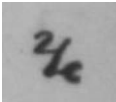




Fonte: APEC (Fundo das Capitânicas, Caixa 2, Livro 106).

Tem cento e duas folhas rubricadas por mim. Sobral
25 de Fevereiro de 1817
João Antonio Rodriguez de Carvalho

Há ocorrências de algumas marcas bastante particulares no códice. São marcas que identificavam os antigos proprietários dos animais de grande porte (cavalos e éguas, bois e vacas, por exemplo) levados a leilão. Como falamos anteriormente, são as marcas codicológicas e eram inseridas a fim de que não pairassem dúvidas quanto à transparência de todo o processo e quanto à publicidade das informações. No quadro que segue, é possível observá-las.

Quadro 2 – Demonstrativo das marcas codicológicas

Auto de arrematação	Fólio / Página	Bem(ns) leiloado(s)	Marca Codicológica (antigo proprietário)
23	59r / 243	Besta ruça, com uma cria	
24	61r / 251	Cavalo alazão capado	
25	62v / 257	Boi	
26	64r / 263	Cavalo castanho	
27	66r / 271	Cavalo ruço novo em grão	
28	67v / 277	Cavalo castanho velho capado	
32	77v / 317	Cavalo ruço novo em grão	
34	82v / 337	Besta ruça nova	

Fonte: Josino (2015).

No códice, alguns fólhos se encontram bastante deteriorados, têm manchas que se devem à ação de elementos oxidantes presentes na tinta utilizada. Na tentativa de minimizar o efeito dessa oxidação, foi inserida uma folha de papel tamanho ofício entre os fólhos mais desgastados. A fragilidade é notória: as folhas ressecadas se quebram, a oxidação provoca furos de dimensão considerável.

O segundo livro de registro a ser analisado está sob a égide do Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC – no fundo Câmaras Municipais, caixa 03. Tal caixa contém três livros de registros – 05, 08 e 09 –, porém só utilizaremos o livro 05 para a estrutura analítica desse artigo.

O códice 05 é composto por 136 fólhos do tipo cartáceo que, pela ação do tempo, encontram-se amareladas e, também, pela reação com e do material aparente, pois constatamos o processo de oxidação nos fólhos que, em muitos casos, é proveniente de um material aparente do tipo mineral. Os fólhos foram numerados na extremidade superior direita, recto, apresentando ainda uma rubrica de validação do fólho.

Figura 4 – Oxidação na rubrica/numeração do fólho, códice 05



Fonte: Loiola (2014).

Dois fólhos foram acrescentados ao livro de registro 05 e não estão numerados, sendo do tipo cartáceo e com espessura e textura diferentes dos fólhos que compõem o códice do século XVIII. A capa está deteriorada pela ação do tempo e, após sua produção, foi afixada uma identificação do livro que não era da capa original, provavelmente com a (re)encadernação, como podemos observar a seguir.

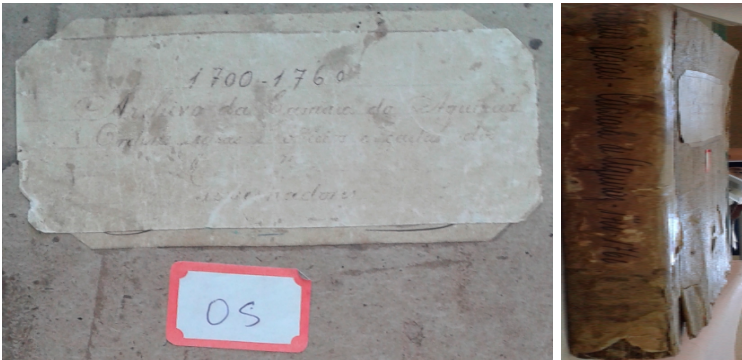
Figura 5 – Capa e contracapa do códice 05



Fonte: Loiola (2014).

Apesar da inserção da identificação na capa do códice 05 ter sido feita em época posterior à confecção do livro, esse fragmento textual apresenta as mesmas características dos fólios internos, tanto do material aparente quanto da matéria subjetiva.

Figura 6 – Identificação da capa e lombada



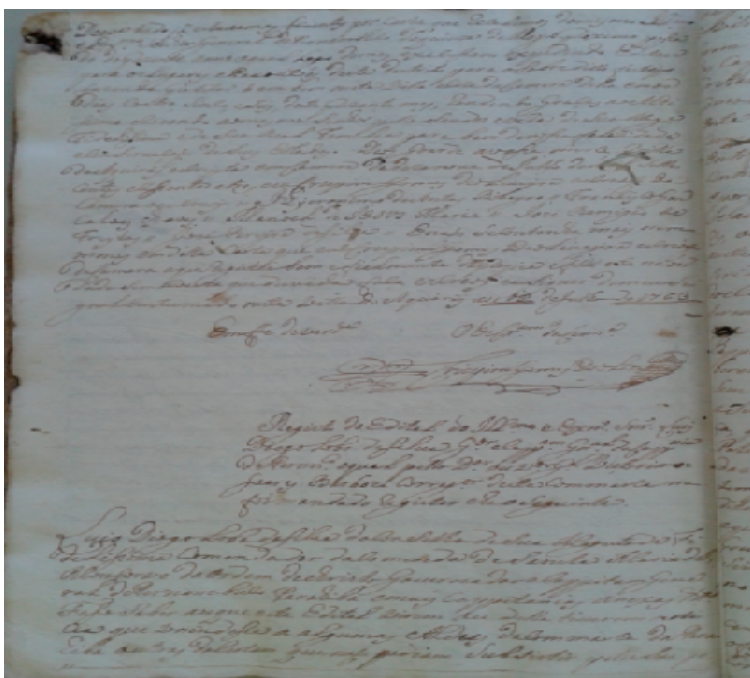
Fonte: Loiola (2014).

A inserção do gênero no suporte é definida pela composição espacial e pela materialidade do tipo de matéria subjetiva e direcionamento da escrita. O códice 05 apresenta uma marcação das margens superior – inferior e esquerda – direita, com aproximadamente, 0,5 cm – 0,6 cm e 1,8 cm – 1,8 cm, respectivamente, o que sugere uma instrução para a escrita.

Os fólios, desse códice, possuem uma medição de 300 mm por 210 mm, com uma área total de 63000 mm² de fólio. Desse total, temos uma mancha escrita de 280 mm por 175 mm, quando utilizado para um único gênero, variando entre 75 a 79% do total do fólio com a escrita.

A escrita dos dois livros apresentados é opistográfica, pois apresentam mancha textual dos dois lados dos fólhos, recto e verso. Isso ocorre porque os códices eram introduzidos nos livros pela sequencialidade de produção nas vilas. Outro fator, decorrente do suporte, que interfere na produção dos gêneros é a inserção da fórmula introdutória que possui uma materialização diferenciada a do gênero que o segue, subsidiando sequências textuais que para um leitor experiente indicam o início de um novo texto trasladado.

Figura 7 – Fórmula introdutória



Fonte: Loiola (2014).

Portanto, a fórmula introdutória tem duas funções: a primeira é a indicação do início de um novo gênero trasladado pelo caráter imagético/visual e a segunda por seu caráter textual de indicar elementos presentes nos textos, funcionando com um resumo.

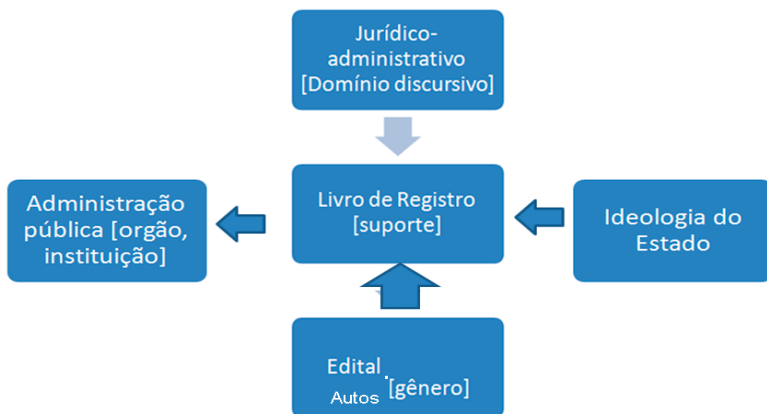
A fórmula introdutória traz informações a respeito do gênero, do autor, do conteúdo do texto trasladado com a preocupação e o propósito de guiar o leitor na compreensão do gênero, tendo a função de prospectiva semelhante ao dos resumos de introduzir informações relevantes do texto principal. (LOIOLA, 2014, p. 158).

Os dados obtidos até então são mostras dos vários aspectos estudados pela Codicologia e são muito importantes para que se compreenda o processo de transmissão dos textos, a partir da análise das condições físicas em que eles se encontram.

GÊNEROS: EDITAIS E AUTOS

Os gêneros estão atrelados diretamente às sociedades que os produziram e aos propósitos comunicativos demandados, pois os gêneros do discurso são práticas sociais pautadas na tríade bakhtiniana – conteúdo temático, estilo e construção composicional – atrelada aos contextos de circulação, distribuição e consumo dos gêneros ao agir no mundo.

Figura 8 – Interdependência das instâncias de comunicação



Fonte: Adaptado de Marcuschi (2008).

Os livros de registro, dessa forma, abrigam gêneros do domínio discursivo jurídico-administrativo impostos pela estrutura social dominante, Portugal, que tentava regulamentar a vida das colônias. Os textos presentes nesse suporte, por partilharem da fé pública de quem os exara, possuem uma maior fixidez da estrutura formal do gênero, porque “o documento deve conter a mesma construção semântica de discurso para a mesma problemática jurídica” (BELLOTTO, 2002, p.18).

Assim, a construção formal dos textos trasladados deve respeitar os elementos formulaicos que garantem a legalidade jurídica-administrativa dos documentos, sendo constituída em três partes: protocolo inicial, texto e o protocolo final.

protocolo: a *invocação divina*, a *intitulação*, o *endereço*, a *saudação*. O texto, que contém substancialmente o teor diplomático, compreende o *preâmbulo*, a *notificação*, a *narrativa* ou *exposição*, o *dispositivo* e as *cláusulas cominatórias*

(penais, espirituais), de *garantia*, de *renúncia*, de *corroboração*. Finalmente o elemento que remata o documento: o escatocolo, que compreende a *data* (elemento topográfico e elemento cronológico) e a *validação* (subscrição, assinaturas, selos, sinais). (SPINA, 1994, p. 58, grifos do autor).

A produção dos diplomas, documentos exarados por autoridades revestidas de fé pública, deve seguir a constituição formal dos textos diplomáticos, porém as partes descritas acima, nos três seguimentos, constituem um diploma ideal, o que na prática depende de fatores que vão além da composição formal dos documentos, podendo ter partes “suprimidas, ocultas e/ou implícitas, que não descaracteriza o gênero discursivo” (LOIOLA, 2014, p. 53) e ainda corrobora a relativa estabilidade do gênero proposta por Bakhtin (2009).

O gênero abordado do livro 05, Camara de Aquiraz, foi o edital por ser um enunciado que legisla práticas futuras, estabelecendo normas administrativas. Dessa feita, o edital é um gênero da administração pública que tem por base a compilação de regras de processos/atos futuros para que cheguem ao domínio público em que a administração tem interesse.

O gênero *edital* é composto: *protocolo inicial* – intitulação e endereço; *texto* – preâmbulo, notificação, exposição, dispositivo e cláusulas cominatórias penais e/ou corroboração; e *protocolo final* – data, elemento topográfico e cronológico, e validação, assinaturas/subscrição e sinais. Além da fórmula introdutória que garante o início de um novo documento, bem como introduzi-lo.

O gênero *auto* se caracteriza por uma estrutura formal bastante estável e é repleto de expressões fossilizadas que se repetem no mesmo contexto discursivo: as fraseologias. Estas revelam a religiosidade e quão burocráticos eram os processos administrativos e jurídicos à época. Destaca-se, também, o fato de que não existiam normas ortográficas e de que os que liam e escreviam eram pouquíssimos e, portanto, considerados uma espécie de elite intelectual.

O gênero *auto de arrematação* se organiza em cinco partes, a saber: a abertura, a introdução do *auto*, o registro do evento (ou desenvolvimento do *auto*), o fechamento e as custas. Vejamos o que cada uma delas apresenta.

A abertura tem o objetivo de apresentar ao leitor informações preliminares: o cargo e o nome da autoridade que mandou fazer o *auto*, o bem a ser leiloado, o nome do arrematante e a quantia paga. Essa estrutura se repete em todos os documentos, caracterizando uma das especificidades do gênero.

Em seguida, vem a introdução do *auto*, parte em que se situam os fatos no tempo e no espaço. Nesta seção genérica, citam-se dia, mês, ano e local, ou seja, a vila da capitania em que se encontra o juiz ordinário para formalizar o leilão em praça pública, assim como se registra a presença do escrivão e do porteiro do auditório. Este era o encarregado pela parte operacional; aquele fazia o registro escrito do *auto de arrematação*.

Após a introdução, tem-se o corpo do texto, correspondendo ao registro do evento. Nesse momento, desenrolam-se as ações propriamente ditas. O juiz determina o início do pro-

cesso, o porteiro *arma a mesa do estilo*, expondo um ou mais bens que serão leiloados, e começa a apregoar os objetos do leilão, em busca do melhor lance. Ao obtê-lo, *entrega o ramo verde ao lançador*, em sinal de sua arrematação, e lhe deseja *bom proveito*.

O *auto* se encaminha para o fechamento. Para efetuar o pagamento ao tesoureiro, o lançador vai até a *mesa do estilo*. São retomadas algumas informações – o preço do bem adquirido, o arrematante, o juiz ordinário, o porteiro do auditório –, e o juiz dá a arrematação por concluída. Inserem-se, então, as assinaturas. O porteiro do auditório, por não saber escrever, *asina de Cruz*³.

Chega o momento da prestação de contas: a seção das custas. Registram-se as despesas com a arrematação, a receita e a diferença entre elas, quantia que deveria ir para os cofres da Coroa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordarmos a dicotomia gênero/suporte a partir de sua condição material que age em sociedade, vimos que os textos trasladados sofrem influências das limitações sistemáticas do suporte, que desempenham papel fundamental na produção, na circulação e no consumo dos gêneros. Donde se conclui que o suporte está longe de ser um elemento neutro.

³ Para facilitar a compreensão pelo leitor, fizemos a atualização ortográfica da expressão que, no texto original, aparece da seguinte maneira: *asina de Crus*.

A progressiva inserção dos estudos dos suportes tem diversificado o entendimento de como funciona a complexa relação entre o suportado e o suporte por verificarmos que os suportes, também, estabelecem uma dinâmica com o domínio discursivo. Desta feita, os diferentes *loci* de materialidade textual, que foram desenvolvidos para esse fim, têm por função direcionar a escrita e a leitura dos textos, bem como exige diversas técnicas para a inserção textual no suporte. Os livros de registro, por exemplo, são os depositários de textos do domínio jurídico-administrativo, não sendo indiferentes aos gêneros que contêm.

Outro aspecto que precisa ser destacado é a fixidez observada na estrutura formal dos gêneros contidos no suporte livro de registro. Por partilharem da fé pública, os gêneros auto e edital, praticamente, tinham uma estrutura fossilizada e respeitavam seus elementos formulaicos, o que garantia a sua legalidade jurídico-administrativa.

Ao trabalharmos o suporte à luz da Codicologia, procuramos demonstrar a contribuição de uma ciência auxiliar da Filologia para os estudos em Linguística Textual. Ao adentrarmos nos questionamentos de Marcuschi (2008), acabamos por corroborar sua afirmação de que suportes não são apenas meios materiais de realização dos gêneros, pois, assim como os gêneros, os suportes agem em sociedade.

REFERÊNCIAS

- AUERBACH, E. **Introdução aos estudos literários**. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BELLOTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- BEZERRA, B. G. Suportes de gêneros textuais antes da invenção da imprensa: uma análise do livro. **Revista Diálogos**, Garanhuns, 2011.
- CAMBRAIA, C.N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CRISTÓFANO, S. C. "Ofício de la Virgen" através da Codicologia: uma perspectiva arqueológica. **Revista Nuntius Antiquus**, Belo Horizonte, 2009.
- HIGOUNET, C. **História concisa da escrita**. São Paulo: Parábola, 2003.
- JOSINO, A. M. S. **Edição filológica e estudo fraseológico dos autos de arrematação da vila de Sobral (1817-1823)**. 2015. 151f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.
- LOIOLA, W.R. **Estudo dos aspectos formais e linguísticos em editais do século XVIII**. 2014. 178f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.
- MENDES, U. D. **Noções de paleografia**. São Paulo: Arquivo do estado de São Paulo, 1953.
- SPINA, S. **Introdução à edótica: crítica textual**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- XIMENES, E. E. **Estudo filológico e linguístico das unidades fraseológicas jurídico-criminal da Capitania do Ceará nos séculos XVIII e XIX**. 2009. 414f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SOBRE OS AUTORES

Adriana Marly Sampaio Josino

Doutora em Linguística Aplicada, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA-UECE). Fortaleza-CE. Bolsista CAPES. Endereço eletrônico: adrianajosino.josino@gmail.com

Adson Rodrigo Silva Pinheiro

Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE. Endereço eletrônico: adson.rodrigo@gmail.com

Angélica Cecília Freire Sampaio de Almeida

Graduada em Letras Português/Literatura (2002), especialista em O Ensino da Literatura Brasileira (2006). Professora de Língua Portuguesa. Escritora e membro efetivo da Academia Metropolitana de Letras de Fortaleza (AMLEF) ocupando a cadeira nº 06 que tem como patronesse a escritora Rachel de Queiroz. Autora de livros literários nos gêneros (poesia, romance, conto), entre eles: *Êxtase – poesia* (1998-1999); *Iraguacy, a morena índia do sertão – romance* (2001); *Os olhos não veem, o coração sente – romance* (2011-2014); *Amigos de verdade – conto infantil* (2012-2016); *Olhos para Mariella – romance* (2014). Participação em antologias: *Ceia Maior* (1999); *Um dedo de prosa, outro de poesia* (2015); *Coletânea Literária Integração Cultural Interestadual Fortaleza-CE/Mossoró-RN* (2016); *O Protagonismo Feminino em Verso e Prosa* (2016). Autora da Coleção *Vamos Aprender Português* (livros didáticos do 2º ao 5º anos do Ensino Fundamental I). É membro do grupo de pesquisa

PRAETECE (Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará. Pertence à REBRA (Rede de Escritoras Brasileiras). Endereço eletrônico: angelicasampaio13@gmail.com

Aurea Zavam

Doutora em Linguística, professora do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE. Endereço eletrônico: aurea.ufc@gmail.com

Daianna Quelle da Silva Santos da Silva (IAENE)

Mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Professora de Comunicação e Expressão na Faculdade Adventista da Bahia. Atualmente é membro do Núcleo de Estudos do Manuscrito (NEMa – UEFS) e do Grupo de Edição de Textos (GET), ambos coordenados pela Profa. Dra. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz. Muritiba-BA. Endereço eletrônico: daiannaquelle@gmail.com

Ediane Brito Andrade Schettini

Mestra em Estudo de Linguagens pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia. Especialista em Libras pela faculdade Dom Pedro II. Endereço eletrônico: edianyandrade@yahoo.com.br

Exedito Eloísio Ximenes

Doutor em Linguística, professor da Universidade Estadual do Ceará (FECLESC–PosLA / UECE), Fortaleza-Ceará. Líder do grupo PRAETECE. Endereço eletrônico: expedito.ximenes@uece.br

Fernanda Kécia de Almeida

Mestra em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará. Endereço eletrônico: fernandakeal@hotmail.com

Francisca Lisiani da Costa Rodrigues

Mestra do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras, graduada em Letras na Universidade Estadual do Ceará, foi bolsista de iniciação científica da Funcap (Fundação Cearense de amparo à pesquisa). Endereço eletrônico: rodrigueslise@hotmail.com

Francisco Carlos Carvalho da Silva

Professor Assistente D da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, da Universidade Estadual do Ceará (FECLESC / UECE). Doutorando do programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (POSLA) da Universidade Estadual do Ceará. Endereço eletrônico: carlos.oak@hotmail.com.br

Geórgia Gardênia Brito Cavalcante Carvalho

Mestra em Estudos da Tradução na Pós-graduação em Estudos da Tradução – POET / UFC. Especialista em Ensino de Língua Inglesa pela Faculdade Stella Maris. Endereço eletrônico: gcavalcante@hotmail.com

Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto (USP/ UEFS)

Doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Professora de Língua Latina na Universidade Estadual de Feira de Santana. Atualmente é membro do Núcleo de Estudos do Manuscrito (NEMa – UEFS) e do Grupo de Edição de Textos (GET), ambos coordenados pela Profa. Dra. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz. Feira de Santana–BA. Endereço eletrônico: nilce11.barreto@gmail.com

Karleandro Pereira do Nascimento

Licenciado em Letras – Português pela UECE/FECLESC. Foi bolsista de Iniciação Científica pelo programa IC/UECE. Endereço eletrônico: karleandro.pereira@aluno.uece.br

Katharine Silva de Oliveira Soares

Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA/UECE), Fortaleza-Ce; bolsista CAPES, membro do grupo PRAETECE. Endereço eletrônico: katharineso@yahoo.com.br

Luiz Eleildo Pereira Alves

Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA/UECE), Fortaleza-Ce; bolsista FUNCAP, membro do grupo PRAETECE. Endereço eletrônico: eleildo@gmail.com

Maria da Conceição Reis Teixeira

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia. Professora Pleno do DCH – Campus I da Universidade do Estado da Bahia, atuando como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens – UNEB. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Edição e Estudo de Textos – UNEB (Diretório dos Grupos de Pesquisa – CNPq). Endereço eletrônico: conceicaoreis@terra.com.br

Monique Cordeiro Martins de Sousa

Mestra em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará. Endereço eletrônico: niquemaria@hotmail.com

Nadja Maria Pinheiro

Mestra e especialista em ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Ceará. Endereço eletrônico: nadja-targino@hotmail.com

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz

Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo – USP. Professora Pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (Bahia), onde atua na graduação e na pós-graduação em Letras. Endereço eletrônico: rcrqueiroz@uol.com.br

Sandro Marcio Drumond Alves Marengo

Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Departamento de Letras Estrangeiras (DLES) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão- SE. Endereço eletrônico: smda@oi.com.br

Ticiane Rodrigues Nunes

Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará. Vice-líder do grupo PRAETECE. Endereço eletrônico: tixciane@yahoo.com.br

Wagner Rodrigues Loiola

Doutor em Linguística Aplicada, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA-UECE). Fortaleza-CE. Endereço eletrônico: wagnerloiola@bol.com.br

O conhecimento é a bússola para o progresso, para a evolução intelectual e moral do ser humano no seu processo contínuo de aprendizagem. Construimos o saber por meio da observação dos fatos tanto do presente quanto do passado, intermediada pela nossa capacidade de comparar, de analisar e de abstrair o que existe para além dos fatos. Neste estudo unificamos parcela de informação do passado da sociedade brasileira registrada nos arquivos de três estados do Nordeste do Brasil, a saber: Bahia, Ceará e Sergipe. Encontramos informações diversas, dispersas em vários gêneros textuais e que foram acolhidas, lidas, transcritas e descritas com olhares perscrutantes de vários pesquisadores atentos às nuances históricas, sociais e linguísticas preservadas ao longo dos anos. Os arquivos *não são um tumultuado de caixas cheias de papéis antigos, são, antes, um conjunto de vozes silenciadas*, mas não mudas, esperando uma oportunidade de serem ouvidas, oportunidade de dizerem o não dito, que o pesquisador sabe ouvir e entender muito bem, entender muito além do que é dito nas páginas dos documentos. Saber fazer a conexão do passado com o presente é dar vida aos relatos desse tempo que julgamos passado, é observar a continuação dos acontecimentos no tempo presente, aí percebemos que o passado ainda não passou e tudo depende de como vemos as coisas. Assim construimos o conhecimento que nos leva ao entendimento do que somos.

